



Projeto Pedagógico do Curso

CURSO DE HISTÓRIA

Campus Joinville

Aprovado pelo Parecer n.º
156/15/Cepe de 24/9/15 e
atualizado com alterações
aprovadas no ConsUn até
04/10/2018.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE

REITORA

Sandra A. Furlan

VICE-REITOR

Alexandre Cidral

PRÓ-REITOR DE INFRAESTRUTURA

Claiton Emilio do Amaral

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Sirlei de Souza

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Therezinha Maria Novais de Oliveira

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Yoná da Silva Dalonso

DIRETOR DO *CAMPUS* SÃO BENTO DO SUL

Gean Cardoso de Medeiros

Elaboração

Reitoria

Vice-Reitoria

Pró-Reitoria de Infraestrutura

Pró-Reitoria de Ensino

Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários

Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

Curso de História– Joinville

SUMÁRIO

1 DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO.....	8
1.1 Mantenedora	8
1.2 Mantida.....	9
1.3 Missão, visão e valores da Univille	10
1.4 Dados socioeconômicos da região	11
1.4.1 Joinville.....	13
1.4.2 São Bento do Sul	21
1.4.3 São Francisco do Sul	26
1.5 Breve histórico da Furj/Univille.....	31
1.6 Corpo dirigente	36
1.7 Estrutura organizacional	38
1.7.1 Fundação Educacional da Região de Joinville	41
1.7.1.1 Conselho de Administração da Furj	41
1.7.1.2 Conselho Curador da Furj	44
1.7.1.3 Presidência da Furj.....	44
1.7.2 Universidade da Região de Joinville	45
1.7.2.1 Conselho Universitário da Univille	49
1.7.2.2 Reitoria	52
1.7.2.3 <i>Campi</i> e unidades.....	55
1.7.2.4 Cursos de graduação e programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	55
1.7.2.5 Órgãos complementares e suplementares.....	57
1.8 Planejamento Estratégico Institucional (PEI).....	60
1.8.1 A metodologia	61
1.8.2 A estratégia	63
1.8.3 Objetivos	64
1.8.4 Integração do Planejamento Estratégico Institucional com o Curso.....	65
2 DADOS GERAIS DO CURSO	66
2.1 Denominação do curso	66
2.1.1 Titularidade.....	66
2.2 Endereços de funcionamento do curso	66
2.3 Ordenamentos legais do curso.....	66

2.4 Modalidade.....	67
2.5 Número de vagas autorizadas.....	67
2.6 Conceito Enade e conceito preliminar de curso	67
2.7 Período (turno) de funcionamento.....	67
2.8 Carga horária total do curso	67
2.9 Regime e duração	67
2.10 Tempo de integralização	67
2.11 Formas de ingresso.....	68
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	70
3.1 Política institucional de ensino de graduação	70
3.2 Política institucional de extensão	74
3.3 Política institucional de pesquisa	79
3.4 Justificativa da necessidade social do curso (contexto educacional).....	83
3.5 Proposta filosófica da instituição e do curso	87
3.5.1 Educação para o século XXI	87
3.5.2 Universidade	96
3.5.3 Concepção filosófica do Curso.....	98
3.6 Objetivos do curso.....	101
3.6.1 Objetivo geral do curso.....	101
3.6.2 Objetivos específicos do curso	101
3.7 Perfil profissional do egresso e campo de atuação.....	102
3.7.1 Perfil profissional e campo de atuação do egresso.....	102
3.8 Estrutura curricular e conteúdos curriculares.....	103
3.8.1 Matriz curricular	106
3.8.2 Ementas e referencial bibliográfico	108
3.8.3 Integralização do curso	156
3.8.4 Abordagem dos temas transversais: educação ambiental, educação das relações étnico-raciais e educação em direitos humanos	158
3.8.5 Atividades extracurriculares	161
3.9 Metodologia de ensino-aprendizagem	162
3.10 Inovação pedagógica e curricular	165
3.11 Flexibilização curricular	166
3.12 Procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem.....	166
3.13 Apoio ao discente	169

3.13.1 Central de Relacionamento com o Estudante	169
3.13.2 Central de Atendimento Acadêmico	172
3.13.3 Programas de Bolsa de Estudo.....	173
3.13.4 Crédito universitário	177
3.13.5 Assessoria Internacional	178
3.13.6 Diretório Central dos Estudantes e representação estudantil.....	178
3.13.7 Coordenação ou área.....	179
3.13.8 Outros serviços oferecidos	181
3.14 Gestão do Curso e os processos de avaliação interna e externa	183
3.15 Atividades de tutoria	186
3.16 Conhecimento, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria ...	189
3.17 Tecnologias de Informação e Comunicação no processo ensino-aprendizagem	191
3.18 Ambiente Virtual de Aprendizagem	194
3.19 Material didático	196
3.20 Número de Vagas	197
3.21 Integração do curso com as redes de ensino.....	199
3.22 Atividades Práticas de ensino para Licenciatura	200
4. GESTAO DO CURSO E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....	202
4.1 Gestão do curso	202
4.2 Colegiado do curso	203
4.3 Coordenação do curso	204
4.4 Núcleo Docente Estruturante do curso.....	206
4.5 Equipe Multidisciplinar.....	207
4.6 Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes.....	211
4.7 Corpo docente do curso	211
4.8 Corpo de tutores do curso	212
5 INFRAESTRUTURA	215
5.1 Sala/gabinetes de trabalho para professores de tempo integral	218
5.2 Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos	219
5.3 Espaço para os professores do curso (sala dos professores).....	219
5.4 Salas de aula.....	220
5.4.1 <i>Campus Joinville</i>	220
5.5 Acesso dos alunos a equipamentos de informática	222

5.6 Biblioteca – Sistema de Bibliotecas da Univille (Sibiville).....	225
5.6.1 Espaço físico, horário e Pessoal administrativo	226
5.6.2 Acervo	228
5.6.3 Serviços prestados/formas de acesso e utilização	229
5.6.4 Acervo específico do curso	232
5.7 Laboratórios	232
5.7.1 Laboratórios de formação básica.....	235
5.7.2 Laboratórios de formação específica	236
5.8 Comitê de Ética em Pesquisa e Comitê de Ética na Utilização de Animais	237

1 DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO

1.1 Mantenedora

Denominação

Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ

CNPJ: 84.714.682/0001-94

Registro no Cartório Adilson Pereira dos Anjos do Estatuto e suas alterações:

- Estatuto da FURJ protocolo 21640, livro protocolo 7A, livro registro 1.º, fls. 002, Registro 2 em 25/5/1995;
- Primeira alteração, protocolo 70379, livro protocolo 48A, livro registro 9A, fls. 104, Registro 1304 em 14/3/2000;
- Segunda alteração, protocolo 121985, livro protocolo A92 em 21/12/2005;
- Terceira alteração, protocolo 178434, livro protocolo 140 em 6/6/2008;
- Quarta alteração, protocolo 190166, livro protocolo A062, fls. 147, Registro 15289 em 9/4/2015.

Atos legais da mantenedora

- Lei Municipal n.º 871 de 17 de julho de 1967 – autoriza o Prefeito a constituir a Fundação Joinvilense de Ensino (Fundaje);
- Lei n.º 1.174 de 22 de dezembro de 1972 – transforma a Fundaje em Fundação Universitária do Norte Catarinense (Func);
- Lei n.º 1.423 de 22 de dezembro de 1975 – modifica a denominação da Func para Fundação Educacional da Região de Joinville (FURJ).

Endereço da mantenedora

Rua Paulo Malschitzki, n.º 10 – Zona Industrial Norte

CEP 89219-710 – Joinville – SC

Telefone: (47) 3461-9067

Fax: (47) 3461-9014

www.univille.br

1.2 Mantida

Denominação

Universidade da Região de Joinville – Univille

Atos legais da mantida

- Credenciamento: Decreto Presidencial s/ n.º de 14/8/1996;
- Última avaliação externa que manteve o enquadramento como Universidade: Parecer do CEE/SC n.º 223, aprovado em 19/10/2010, publicado no DOE n.º 18.985 de 7/12/2010, Decreto do Executivo Estadual n.º 3.689 de 7 de dezembro de 2010.

Endereços

Campus Joinville

Rua Paulo Malschitzki, n.º 10 – Zona Industrial Norte

CEP 89219-710 – Joinville – SC

Telefone: (47) 3461-9067

Fax: (47) 3461-9014

Campus São Bento do Sul

Rua Norberto Eduardo Weihermann, n.º 230 – Bairro Colonial

CEP 89288-385 – São Bento do Sul – SC

Telefone: (47) 3631-9100

Unidade Centro – Joinville

Rua Ministro Calógeras, n.º 439 – Centro

CEP 89202-207 – Joinville – SC

Telefone: (47) 3422-3021

Unidade São Francisco do Sul
Rodovia Duque de Caxias, n.º 6.365 – km 8 – Bairro Iperoba
CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – SC
Telefone: (47) 3471-3800

1.3 Missão, visão e valores da Univille

Missão

Promover formação humanística, científica e profissional para a sociedade por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, comprometida com a sustentabilidade socioambiental.

Visão

Ser reconhecida nacionalmente como uma universidade comunitária, sustentável, inovadora, internacionalizada e de referência em ensino, pesquisa e extensão.

Valores institucionais

Cidadania

Participação democrática, proatividade e comprometimento promovem o desenvolvimento pessoal e o bem-estar social.

Ética

Construção de relacionamentos pautados na transparência, honestidade e respeito aos direitos humanos promovem o exercício da cidadania e da democracia.

Integração

Ação cooperativa e colaborativa com as comunidades interna e externa constrói o bem comum.

Inovação

Gerar e transformar conhecimento científico e tecnológico em soluções sustentáveis e aplicáveis contribui para o desenvolvimento socioeconômico.

Responsabilidade socioambiental

Gestão de recursos e ações comprometidas com o equilíbrio socioambiental favorecem a qualidade de vida.

1.4 Dados socioeconômicos da região

A mesorregião norte catarinense dispõe de uma área de 15.937,767 km² e uma população de 1.212.997 habitantes, conforme o Censo de 2010 (IBGE, 2016). Em sua área estão localizados 26 municípios de Santa Catarina agrupados em três microrregiões, conforme o quadro 1, onde é apresentada a estimativa populacional do IBGE em 2015.

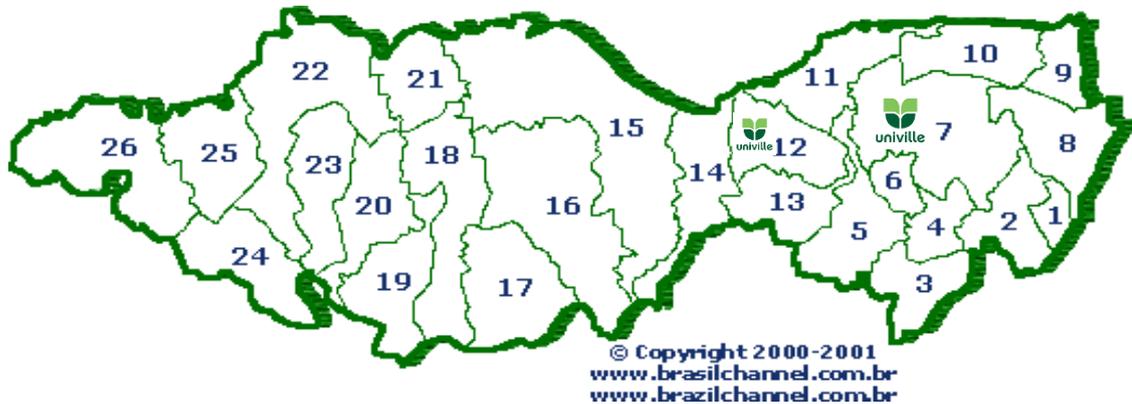
Quadro 1 – Municípios da mesorregião norte catarinense

Mesorregião Norte Catarinense		
Microrregião Canoinhas		
Município	Área (km²)	População estimada em 2015 (habitantes)
Bela Vista do Toldo	583,133	6.248
Canoinhas	1.140,394	54.188
Irineópolis	589,558	10.989
Mafra	1.404,034	55.313
Major Vieira	525,495	7.899
Monte Castelo	573,585	8.475
Papanduva	747,862	18.793
Porto União	845,340	34.882
Santa Terezinha	715,263	8.864
Timbó Grande	598,473	7.632
Três Barras	437,556	18.945
Microrregião de Joinville		
Município	Área (km²)	População estimada 2015 (habitantes)
Araquari	383,986	32.454
Balneário Barra do Sul	111,280	9.828
Corupá	402,789	15.132
Garuva	501,973	16.786
Guaramirim	268,585	40.878
Itapoá	248,409	18.137
Jaraguá do Sul	529,447	163.735
Joinville	1.126,106	562.151
Massaranduba	374,078	16.024
São Francisco do Sul	498,646	48.606
Schroeder	164,382	18.827
Microrregião de São Bento do Sul		
Município	Área (km²)	População estimada 2015 (habitantes)
Campo Alegre	499,073	11.992
Rio Negrinho	907,311	41.602
São Bento do Sul	501,634	80.936

Fonte: IBGE (2016)

Atualmente a Universidade dispõe de unidades e *campi* nos municípios de Joinville, São Bento do Sul e São Francisco do Sul (figura 1).

Figura 1 – Região de atuação da Univille



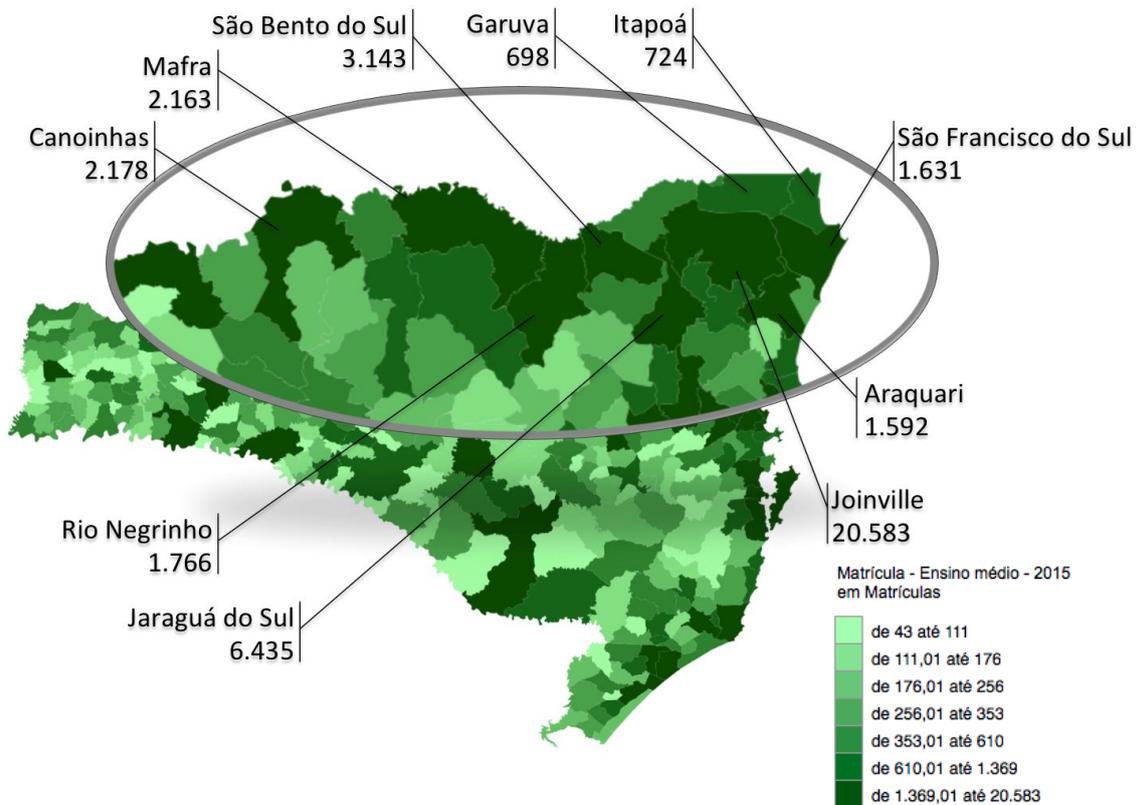
Legenda:

1. Balneário Barra do Sul	2. Araquari	3. Massaranduba	4. Guaramirim	5. Jaraguá do Sul	6. Schroeder
7. Joinville	8. São Francisco do Sul	9. Itapoá	10. Garuva	11. Campo Alegre	12. São Bento do Sul
13. Corupá	14. Rio Negrinho	15. Mafra	16. Itaiópolis	17. Santa Terezinha	18. Papanduva
19. Monte Castelo	20. Major Vieira	21. Três Barras	22. Canoinhas	23. Bela Vista do Toldo	24. Timbó Grande
25. Irineópolis	26. Porto União				

Fonte: Adaptado de Brasil Channel (2016)

Observa-se na figura 2, em que se tem o número de matrículas no ensino médio dos municípios selecionados, considerando o ano de 2015, que há potencial para a oferta do ensino superior na microrregião de Canoinhas, destacando-se esse município e Mafra. Evidencia-se também, pela oportunidade de oferta, o município de Jaraguá do Sul. Por outro lado, pensando na expansão para os municípios do entorno do porto de Itapoá, incluindo esse município e o de Garuva, observa-se que a quantidade de matrículas no ensino médio é baixa.

Figura 2 – Ensino: número de matrículas no ensino médio em 2015



Fonte: IBGE – WebCart (2016)

A seguir, apresentam-se as características econômicas e populacionais de alguns dos municípios apontados na figura 2.

1.4.1 Joinville

O município de Joinville localiza-se no norte do estado de Santa Catarina (figura 3), a 180 km de Florianópolis, a capital do estado. Segundo dados do IBGE (2016), o município dispõe de uma área de 1.126,106 km² e uma população de 562.151 habitantes, conforme estimativa de 2015.

Figura 3 – Mapa de localização do município de Joinville



Fonte: IBGE (2016)

Segundo o IBGE (2016), a variação do crescimento da população de Joinville foi superior à do crescimento populacional do estado de Santa Catarina e do Brasil. Em Joinville, o percentual de crescimento do ano 2000 para 2016 foi de 33%, ou uma média de 1,8% anuais, estando acima do crescimento populacional de Santa Catarina, que foi de 29% (média anual de 1,6%), e do Brasil, que correspondeu a 22% (média anual de 1,2%) para o mesmo período (tabela 1).

Tabela 1 – Crescimento da população do Brasil, de Santa Catarina e de Joinville – 2000 a 2016

Ano	Brasil		SC		Joinville	
	n.º hab.	Variação %	n.º hab.	Variação %	n.º hab.	Variação %
2000	169.590.000		5.349.000		429.000	
2010	190.755.000	12,5%	6.248.000	16,8%	515.000	20,0%
2015	204.450.000	7,2%	6.819.000	9,1%	562.000	9,1%
2016*	206.081.000	0,8%	6.910.000	1,3%	569.000	1,2%

* Previsão até julho/2016

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016)

A partir de 2015 a taxa de crescimento de Joinville começou a acompanhar a taxa de Santa Catarina, mas ainda ficou acima da taxa nacional. Isso evidencia o

potencial que o município apresenta em relação ao crescimento populacional, que também deve considerar a estratificação por faixa etária (tabela 2).

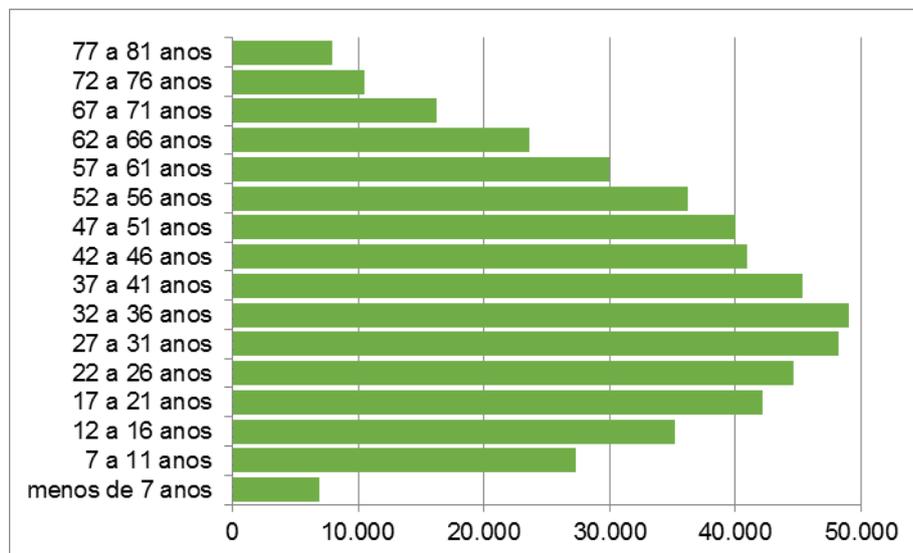
Tabela 2 – Participação de cada faixa etária na população de Joinville – 1970 a 2010

Ano	0-9 anos	10-14 anos	15-17 anos	18-19 anos	20-24 anos	25-39 anos	40-59 anos	60 + anos
1970	37.098	14.174	8.272	5.349	-	24.471	17.417	6.670
1980	58.724	26.631	16.669	10.738	-	52.951	31.735	11.143
1991	77.375	37.631	19.734	13.683	-	91.851	53.379	18.980
2000	77.737	41.681	25.149	17.682	40.553	112.410	86.085	28.236
2010	69.539	42.207	26.514	18.159	48.296	135.394	129.818	45.404

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016)

Analisando a população por faixa etária e comparando os dados de 2010 em relação ao ano 2000 (IBGE, 2016), observa-se que a população de 18 a 24 anos aumentou 14% (8.220 pessoas), representando o total de 66.455 jovens. Em 2016, esta população tinha idade entre 24 e 30 anos.

Gráfico 1 – População por faixa etária – Joinville – 2017*



* Projeção com base no censo 2010 sem considerar migrações

Fonte: Elaborada a com base em dados do IBGE (2016)

A população de 10 a 14 anos aumentou apenas 1,26% e representa 42.207 jovens (IBGE, 2016). É importante considerar que a média da taxa de fecundidade

total (filhos por mulher) em Joinville, segundo o IBGE (2016), reduziu de 2,6 filhos (1991) para menos de 2 filhos (1,8) em 2010. Projetando essa população para 2017, tem-se a maior concentração da população entre 27 e 36 anos, conforme o gráfico 1.

Joinville vem acompanhando o que ocorre com a população brasileira, configurando uma pirâmide etária adulta, em que se tem uma base larga, porém com taxa de natalidade menor, em face da população infantil e jovem.

Mesmo que se venha observando uma desaceleração do crescimento populacional tanto no município como no estado, por outro lado Joinville também acompanha o fenômeno de ver sua população vivendo mais diante da melhoria na expectativa de vida, tendo um aumento da participação da população com idade acima dos 40 anos. Ainda, observa-se que a população jovem, com idade até os 17 anos, vem reduzindo suas taxas de crescimento.

Esse cenário, em curto prazo, pode representar uma melhoria da produtividade da mão de obra, no entanto, em um período mais longo, com a redução quantitativa de trabalhadores, para que a cidade possa continuar crescendo nos índices atuais, terá de investir em inovação, capacitação e tecnologias que visem suprir a redução da capacidade produtiva em relação a posto de trabalho, transformando a quantidade de trabalhadores em trabalhadores qualificados. Obviamente isso remete à educação, tanto superior como técnica.

Em relação à atividade econômica, Joinville é a maior cidade catarinense, configurando o 3.º polo industrial da Região Sul do Brasil e responsável por cerca de 20% das exportações do estado. Encontra-se entre os 15 municípios com maior arrecadação de tributos e taxas municipais, estaduais e federais e concentra grande parte da atividade econômica na indústria, com destaque para os setores metalomecânico, têxtil, plástico, metalúrgico, químico e farmacêutico (IPPUJ, 2016).

A atividade econômica pode ser expressa pelo PIB a preços correntes, que passou de R\$ 18,2 bilhões (2010) para R\$ 20,4 bilhões (2013), representando um crescimento de 20% nesses 3 anos, conforme apresenta a tabela 3.

Tabela 3 – Produto Interno Bruto a preços correntes – Joinville – 2010 a 2013

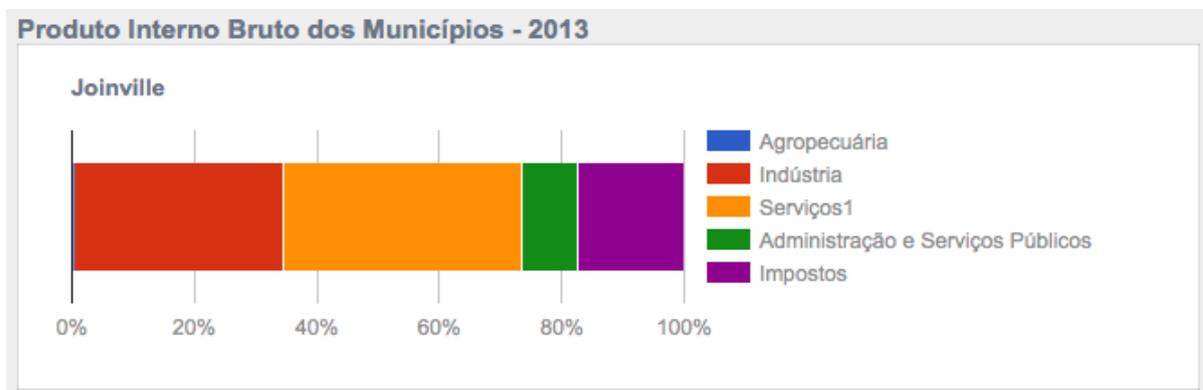
Ano	Produto Interno Bruto a preços correntes (1.000 – R\$)
2010	R\$ 18.284.659,00

2011	R\$ 18.728.516,00
2012	R\$ 20.376.688,00
2013	R\$ 21.979.954,00

Fonte: IBGE (2016)

A participação dos setores da economia no PIB de Joinville caracteriza-se por ser 34% da indústria, 39% de serviços, 9% da administração e serviços públicos e 17,5% dos impostos, como se observa no gráfico 2.

Gráfico 2 – Produto Interno Bruto por setores de atividade (%) – Joinville – 2013



Fonte: IBGE (2016)

O segmento serviços apresentado no gráfico 2 considera a soma das atividades de comércio e serviço. Nesse sentido, na tabela 4, em que se tem o número de empresas em Joinville classificado pelos setores de atividade, pode-se notar que o comércio, a prestação de serviços e os autônomos são representativos, mas o parque industrial desempenha um importante papel na composição do PIB. Avaliando o período de 2005 a 2015, a atividade produtiva mantém-se em constante processo de crescimento, passando de 31 mil empresas para 47 mil (tabela 4).

Tabela 4 – Empresas por setor de atividade – Joinville – 2005 a 2015

Ano	Comércio		Indústria da transformação		Prestação de serviços		Autônomos		TOTAL
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.
2005	10.566	34,0	1.698	5,5	12.393	39,8	6.467	20,8	31.124
2010	12.466	32,9	1.661	4,4	17.477	49,7	6.267	16,6	37.871

2011	13.454	31,6	1.673	3,9	21.182	49,9	6.152	14,4	42.461
2012	15.545	31,6	1.855	3,7	25.436	51,2	6.883	13,8	49.719
2013	16.447	30,2	2.093	3,9	28.207	51,8	7.673	14,1	54.420
2014	16.161	29,2	2.195	4,0	29.851	53,9	7.137	12,9	55.344
2015	15.033	31,7	2.093	4,4	22.938	48,4	7.312	15,4	47.376

Fonte: IPPUJ (2016)

Observa-se que a taxa de crescimento de empresas instaladas em Joinville foi de 52%, considerando o período de 2005 a 2015. E, apesar de corresponder a 4,4% do número total de empresas, o setor da indústria de transformação tem papel significativo para a economia da cidade, como já observado pelo PIB. Ainda, segundo dados do IPPUJ (2016), a indústria de transformação foi responsável por 26% dos empregos, com destaque para a fabricação de produtos de borracha e de material plástico; fabricação de máquinas e equipamentos; e metalurgia. Tais atividades responderam por 89% do emprego da indústria de transformação de Joinville. Dessa forma, a cidade constitui um dos polos industriais mais importantes do país, *status* esse impulsionado pela presença de grandes indústrias no município, como Whirlpool, Embraco, Ciser, Lepper, Docol, Tigre, Tupy e General Motors.

Por outro lado, nos últimos anos tem-se observado o crescimento da participação dos setores de comércio e serviços na economia do município, com aproximadamente 15.000 e 22.900 empresas, respectivamente. O setor de serviços, que aparece com crescimento considerável, já é responsável atualmente por 42% dos empregos (IPPUJ, 2016).

A presença do emprego formal em Joinville reforça a importância da indústria de transformação e do setor de serviços no município, uma vez que são os setores que mais geram empregos formais. Ainda, é preciso destacar a perspectiva de ampliar a participação do setor terciário, especialmente comércio e prestação de serviços. O crescimento da participação desses setores na economia é um movimento que está ocorrendo no país, e Joinville segue tal tendência. Na tabela 5, tem-se a população economicamente ativa (PEA), por setor de atividade.

Tabela 5 – Evolução da população economicamente ativa em Joinville por setor de atividade – 2010 a 2015

Setores	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Primário	560	332	317	550	505	407
Secundário	87.793	46.929	45.090	48.222	46.702	31.676
Terciário	121.106	71.880	73.384	71.001	75.131	61.113
Total	209.459	119.149	118.791	119.773	122.338	93.196

Fonte: IPPUJ (2016)

Considerando os dados da Pesquisa Anual de Serviços do IBGE (2016), a maior parte das empresas do segmento de serviços no Brasil é voltada à prestação de serviços às famílias, incluindo hospitalidade, alimentação, atividades culturais, recreativas e esportivas, serviços pessoais e atividade de ensino continuado.

É em relação ao mercado de trabalho que o IBGE (2016) aponta dados importantes com relação à PEA. Entre 2000 e 2010, o percentual da PEA de 18 anos ou mais passou de 68,2% para 74,2%. Isso aponta muito fortemente um perfil de público com disponibilidade para estudar à noite, pois a maioria das vagas de emprego em Joinville ainda é para o período diurno. Em 2010, da população ocupada, 59,4% possuíam ensino médio completo e 87% apresentaram rendimento de até 5 salários mínimos (IBGE, 2016). No mesmo ano, das pessoas ocupadas com 18 anos ou mais, 28,4% estavam empregadas na indústria de transformação, 41,5% no setor de serviços e 18,6% no comércio. Somando o setor de serviços e comércio, tem-se que 60% das pessoas ocupadas estão em atividades conhecidas como do setor terciário, que se dão predominantemente no horário comercial (diurno) e de segunda-feira a sábado.

Com base no estudo da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC, 2015), os setores que mais geraram empregos na mesorregião norte no período de 2006 a 2011 foram: construção civil; alimentos; serviços para construção; máquinas e equipamentos; materiais elétricos; vestuário e acessórios; produção de minerais não metálicos; eletricidade e gás; têxteis e confecções; automotivo; saúde; produtos químicos e plásticos; e energia.

Chama a atenção, também, o fato de que muitas das áreas apontadas como tendências possuem sustentação na área de serviços. Segundo o IPPUJ (2016), no período de 2005 a 2015 esse foi o setor que apresentou um crescimento de 85% no número de empresas registradas, caracterizando-se como o de maior crescimento no município. O comércio cresceu 42%, a indústria 23% e o registro de autônomos 13%.

Em relação ao número de trabalhadores por atividade econômica em Joinville, observa-se que o setor terciário, em 2015, representou 65,6% dos empregados, com a oferta de 61 mil postos de trabalhos. Esse setor considera a administração pública, comércio e serviço. Entretanto a identidade da cidade ainda está relacionada ao setor secundário, que envolve indústria, serviço industrial e construção civil, com 31 mil postos de trabalho, representando 34% dos empregados no município (IPPUJ, 2016).

Outro fator a ser considerado é a proximidade com o Porto de São Francisco do Sul e o Porto de Itapoá, o que oferece condições de fortalecimento do parque industrial, não só de Joinville, como também das cidades vizinhas, caracterizando a região, também, como um centro de armazenamento e entreposto comercial.

Todo esse cenário de desenvolvimento, gerado pelo processo de industrialização, trouxe consigo problemas idênticos aos enfrentados pelas sociedades industriais de outras partes do mundo. A riqueza gerada e a crescente urbanização aliadas ao crescimento demográfico, que desde a década de 1980 vem se mantendo acima da média de Santa Catarina, têm agravado problemas de ordem social, ambiental e cultural.

Quanto ao aspecto ambiental, a região sofre as consequências da exploração dos recursos naturais, feita nem sempre de forma racional, podendo-se apontar: a poluição hídrica; a ocupação e a urbanização de mangues; a precariedade do sistema de esgoto; a produção do lixo urbano e industrial; a devastação da floresta que cobre a serra do mar; e a poluição atmosférica. Tais aspectos potencializam o papel da Universidade como instituição de pesquisa e de extensão que contribui para a análise dos problemas regionais e a construção de soluções em parceria com o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada.

1.4.2 São Bento do Sul

O município de São Bento do Sul localiza-se a 88 km de Joinville e 251 km de Florianópolis (figura 4). Segundo dados do IBGE (2016), São Bento do Sul dispõe de uma área de 501,634 km² e uma população de 80.936 habitantes, conforme estimativa de 2015.

Figura 4 – Mapa de localização do município de São Bento do Sul



Fonte: IBGE (2016)

Segundo o IBGE (2016), a variação do crescimento da população do município de São Bento do Sul foi superior ao crescimento no Brasil, mas um pouco abaixo do crescimento no estado. O percentual de crescimento da população de São Bento do Sul do ano 2000 para 2016 foi de 26% (média de 1,5% anual), enquanto o crescimento populacional de Santa Catarina foi de 29% (média anual de 1,6%) e do Brasil foi de 22% (média anual de 1,2%), como demonstrado na tabela 6.

Tabela 6 – Crescimento da população no Brasil, em Santa Catarina e em São Bento do Sul – 2000 a 2016

	Brasil		SC		São Bento do Sul	
	n.º hab.	Variação %	n.º hab.	Variação %	n.º hab.	Variação %
2000	169.590.000		5.349.000		64.928	
2010	190.755.000	12,5%	6.248.000	16,8%	74.801	15,2%
2015	204.450.000	7,2%	6.819.000	9,1%	80.936	8,2%
2016*	206.081.000	0,8%	6.910.000	1,3%	81.893	1,2%

* Previsão até julho/2016

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016)

Observa-se que, apesar de São Bento do Sul apresentar uma taxa de crescimento populacional um pouco abaixo da média estadual, o potencial de crescimento é positivo, tanto pelo espaço territorial para a instalação de novas empresas como a proximidade com outros municípios do entorno que também estão se desenvolvendo. Na tabela 7, tem-se a participação de cada faixa etária.

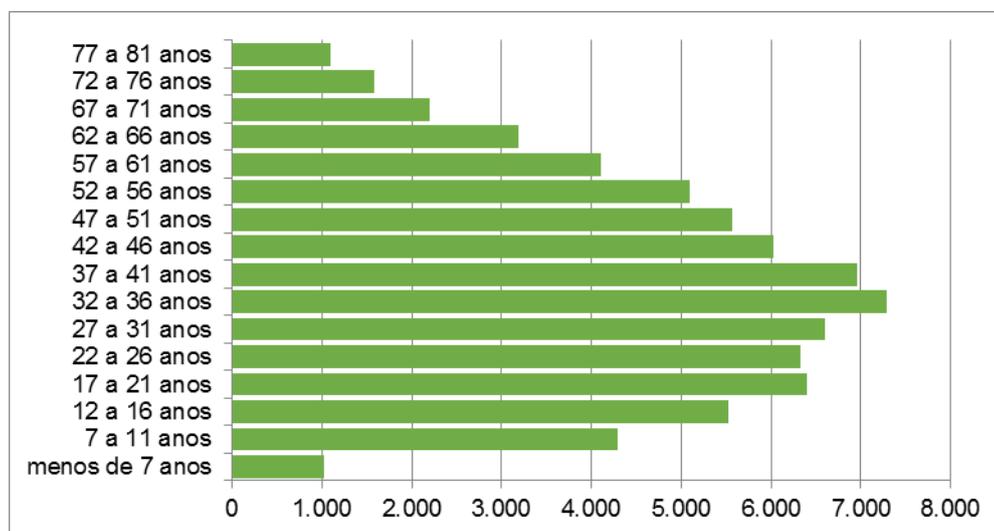
Tabela 7 – População residente por faixa etária – São Bento do Sul – 2000 e 2010

Ano	0-4 anos	5-9 anos	10-14 anos	15-17 anos	18-19 anos	20-24 anos	25-39 anos	40-59 anos	60 + anos
2000	6.201	6.311	6.340	3.881	2.910	6.904	16.927	11.927	4.036
2010	5.322	5.523	6.393	3.755	2.576	6.604	20.282	17.969	6.377

Fonte: IBGE (2016)

Analisando a população por faixa etária e comparando os dados de 2010 em relação ao ano 2000 (IBGE, 2016), observa-se que a população de 18 a 24 anos teve uma redução de 6,5% (634 pessoas), representando o total de 9.180 jovens. Em 2016 essa população tem idade entre 24 e 30 anos. A população de 10 a 14 anos aumentou apenas 1% e representa 6.393 jovens (IBGE, 2016). Projetando essa população para 2017, tem-se a maior concentração da população entre 36 e 41 anos (gráfico 3).

Gráfico 3 – População por faixa etária – São Bento do Sul – 2017*



* Projeção com base no censo de 2010, sem considerar migrações
Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016)

São Bento do Sul vem acompanhando o que ocorre com a população brasileira, configurando uma pirâmide etária adulta, em que se tem uma base larga, porém com uma taxa de natalidade menor, em face da população infantil e jovem. Mesmo que se venha observando uma desaceleração do crescimento populacional tanto no município como no estado, São Bento do Sul também acompanha o fenômeno de ver sua população vivendo mais, diante da melhoria na expectativa de vida, tendo um aumento da participação da população com idade acima dos 40 anos. Ainda, observa-se que a população jovem, com idade até os 16 anos, vem reduzindo suas taxas de crescimento. Assim como em Joinville, para São Bento do Sul tal cenário contribui com a redução quantitativa de trabalhadores e, para que o município possa continuar crescendo nos índices atuais, será necessário investir em inovação, capacitação e tecnologias que visem suprir a redução da capacidade produtiva em relação a posto de trabalho, transformando a quantidade de trabalhadores em trabalhadores qualificados.

Quanto à atividade econômica, São Bento do Sul é um município industrializado, atraindo pessoas de outras cidades, inclusive do estado do Paraná. A atividade econômica de São Bento do Sul pode ser expressa pelo PIB a preços correntes, que passou de R\$ 1,89 bilhão (2010) para R\$ 3,1 bilhões (2014), representando um crescimento de 64% nesses 4 anos (tabela 8).

Tabela 8 – PIB a preços correntes – São Bento do Sul – 2010 a 2014

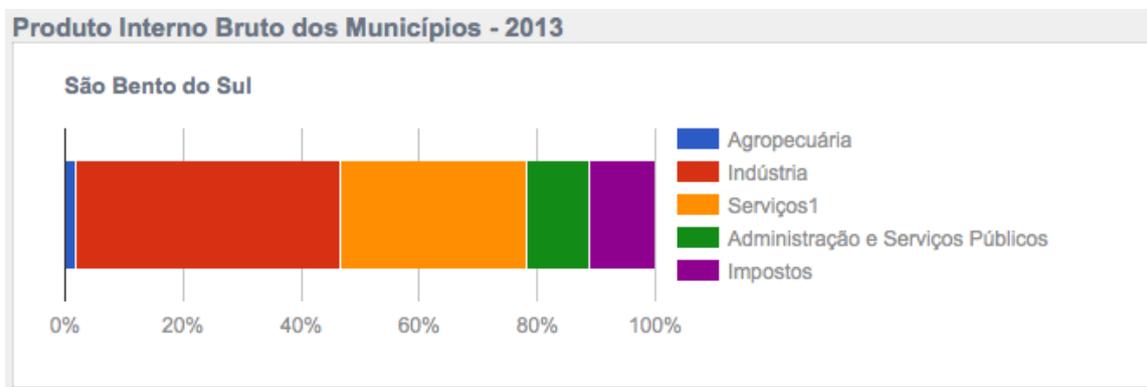
Ano	PIB a preços correntes (1.000 – R\$)
2010	R\$ 1.892.011,00
2011	R\$ 2.268.983,00
2012	R\$ 2.488.111,00
2013	R\$ 2.696.943,00
2014	R\$ 3.100.451,00

Fonte: IBGE (2016)

A participação dos setores da economia no PIB de São Bento do Sul caracteriza-se por ser 45% da indústria, 31% de serviços, 11% da administração e

serviços públicos e 11% dos impostos; a agropecuária não chega a 2%, como se observa no gráfico 4.

Gráfico 4 – PIB por setores de atividade (%) – São Bento do Sul – 2013



Fonte: IBGE (2016)

Conforme dados da Associação Empresarial de São Bento do Sul (ACISBS, 2015), São Bento do Sul é o 12.º exportador de Santa Catarina, e 80% do produto exportado são móveis, o que justifica a participação da indústria no PIB da cidade. Na tabela 9, observa-se a balança comercial de São Bento do Sul.

Tabela 9 – Balança comercial – São Bento do Sul – 2007 a 2014

Ano	Exportação		Importação		Saldo
	US\$ FOB (A)		US\$ FOB (B)		US\$ FOB (A) - (B)
2007	\$188.130.896,00		\$36.031.262,00		\$152.099.634,00
2008	\$162.705.195,00	-13,5%	\$38.757.255,00	7,6%	\$123.947.940,00
2009	\$133.500.776,00	-17,9%	\$48.868.360,00	26,1%	\$84.632.416,00
2010	\$141.479.553,00	6,0%	\$70.903.007,00	45,1%	\$70.576.546,00
2011	\$123.125.722,00	-13,0%	\$88.955.125,00	25,5%	\$34.170.597,00
2012	\$113.824.040,00	-7,6%	\$87.795.881,00	-1,3%	\$26.028.159,00
2013	\$112.329.488,00	-1,3%	\$58.901.128,00	-32,9%	\$53.428.360,00
2014*	\$57.370.037,00		\$40.438.703,00		\$16.931.334,00

* dados até junho/2014

Fonte: Denk e Westphal (2014)

As exportações de São Bento do Sul tiveram no período de 2007 a 2014 oscilações que confirmam a dependência do país quanto às políticas internas (comerciais e cambiais) e ao cenário econômico internacional. Destacam-se os triênios de 2007 a 2009 e 2011 a 2013, nos quais houve retração nas exportações em decorrência do cenário recessivo internacional.

Por outro lado, considerando dados até julho de 2014, observa-se que há uma recuperação positiva das exportações. No *ranking* estadual, móveis de madeira ocupam a décima posição entre os produtos catarinenses mais exportados, representando US\$ 9,7 milhões, em janeiro de 2016. Mesmo considerando que as exportações de São Bento do Sul apresentaram retração nos triênios destacados, observa-se que o saldo da balança comercial sempre se apresenta como superavitário, diferentemente do saldo da balança comercial do estado, o qual desde 2010 vem apresentando valores negativos. Isso confirma a contribuição das exportações para o município.

São Bento do Sul é considerada a principal economia do planalto norte catarinense e conta com importante participação dos setores de higiene e limpeza; metalurgia; fiação e tecelagem; cerâmica; plástico; e comércio. A indústria de São Bento do Sul responde por aproximadamente 66% do valor adicionado do município, que é a diferença entre as entradas e saídas de uma empresa, ou seja, é o valor agregado ao produto. Em seguida vêm o comércio, com cerca de 13%, e os serviços, com 7%. O valor adicionado da agropecuária corresponde a cerca de 1,5%. O restante do movimento vem de empresas registradas no Simples Nacional ou de setor não identificado. No setor industrial, o segmento metalomecânico já corresponde a 20,5% da atividade econômica são-bentense, seguido pelo segmento de madeira e móveis, com cerca de 15% (MORAES, 2015). Além das empresas moveleiras (tais como Rudnick), outros segmentos têm representatividade no município por meio de indústrias com renome nacional e internacional, destacando-se Tuper, Condor, Tecmatic, Oxford, Buddemeyer e Fiação São Bento.

Nessa direção, a ACISBS (2015) revela que diferentes setores compõem a cadeia produtiva e a economia do município, a qual em termos de indústria de transformação, como anteriormente mencionado, é regida pela cadeia de valor da indústria metalomecânica; do mobiliário; da indústria do plástico; da indústria da

fiação e tecelagem; da indústria cerâmica. A referida publicação ainda expressou que, em número de empresas, há um crescimento nos setores de comércio e serviços, embora a indústria de manufatura tenha presença marcante no contexto do município, como apresenta a tabela 10.

Tabela 10 – Agrupamento dos principais segmentos econômicos – São Bento do Sul – 2014

Indústria	67,0%
Metalomecânica	20,5%
Metalurgia	14,4%
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	2,7%
Fabricação de máquinas e equipamentos	2,1%
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	1,3%
Móveis/madeiras	13,41%
Fabricação de móveis	12,3%
Fabricação de produtos de madeira	1,1%
Comércio	12,8%
Comércio varejista	5,6%
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	2,9%
Comércio por atacado	4,2%
Serviços	6,5%
Simples Nacional	10,7%

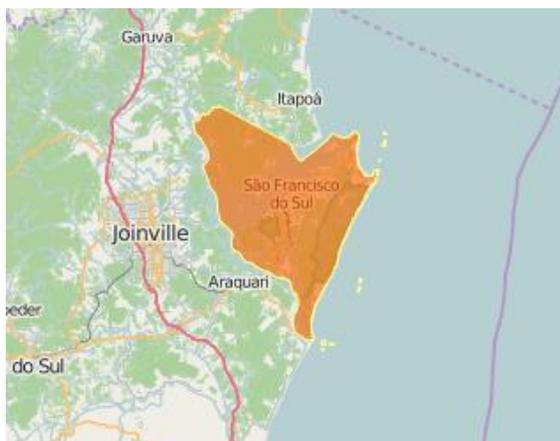
Fonte: ACISBS (2015)

Em 2014 o segmento industrial agrupava 67% do que movimentou a economia de São Bento do Sul, seguido pelo comércio, com 12,8%. É importante destacar que o segmento de serviços, com 6,5%, tem potencial de crescimento, considerando o crescimento populacional do município e o seu desenvolvimento econômico.

1.4.3 São Francisco do Sul

O município de São Francisco do Sul está localizado na ilha de mesmo nome, a 37 km de Joinville e a 194 km da capital Florianópolis (figura 5). Segundo dados do IBGE (2016), São Francisco do Sul dispõe de uma área de 498,646 km² e uma população de 48.606 habitantes, conforme estimativa de 2015.

Figura 5 – Mapa de localização do município de São Francisco do Sul



Fonte: IBGE (2016)

Segundo o IBGE (2016), a variação do crescimento da população de São Francisco do Sul foi bem superior à do crescimento populacional de Santa Catarina e do Brasil. O percentual de crescimento da população do município do ano 2000 para 2016 foi de 58% (média de 2,9% anuais), enquanto o crescimento populacional do estado foi de 29% (média anual de 1,6%) e o do Brasil foi de 22% (média anual de 1,2%), como se observa na tabela 11.

Tabela 11 – Crescimento da população no Brasil, em Santa Catarina e em São Francisco do Sul – 2000 a 2016

	Brasil		Santa Catarina		São Francisco do Sul	
	n.º hab.	Variação %	n.º hab.	Variação %	n.º hab.	Variação %
2000	169.590.000		5.349.000		31.519	
2010	190.755.000	12,5%	6.248.000	16,8%	42.520	34,9%
2015	204.450.000	7,2%	6.819.000	9,1%	48.606	14,3%
2016*	206.081.000	0,8%	6.910.000	1,3%	49.658	2,2%

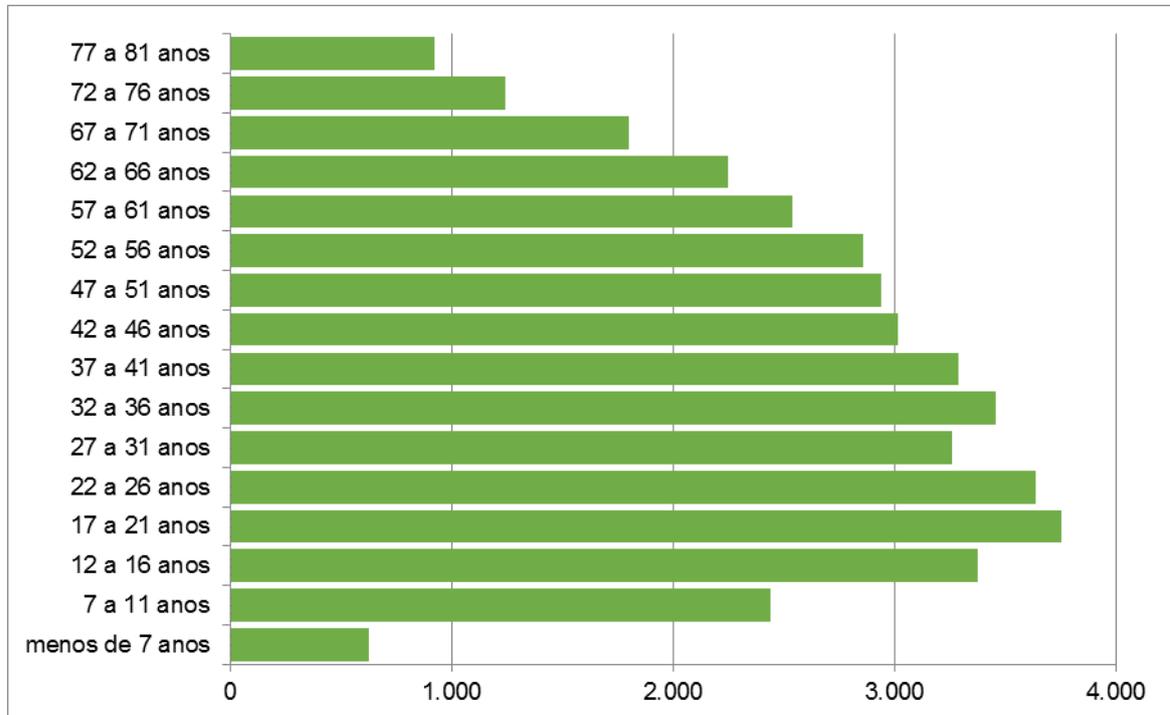
* Previsão até julho/2016

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016)

O crescimento populacional de São Francisco do Sul pode ser explicado pela implantação de novas empresas e empreendimentos, bem como pela previsão de implantação de novos terminais portuários e de um estaleiro. Projetando essa

população para 2017, tem-se a maior concentração da faixa etária entre 21 e 26 anos, conforme gráfico 5.

Gráfico 5 – População por faixa etária – São Francisco do Sul – 2017*



* Projeção com base no censo 2010 sem considerar migrações

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016)

São Francisco do Sul vem acompanhando o que ocorre com a população brasileira, configurando uma pirâmide etária adulta, em que se tem uma base larga, porém com uma taxa de natalidade menor, em face da população infantil e jovem. Entretanto a população de São Francisco do Sul é mais jovem, mesmo que se observe uma desaceleração do crescimento populacional. Por outro lado, a cidade também acompanha o fenômeno de ver sua população vivendo mais, diante da melhoria na expectativa de vida. Ainda, observa-se que a população infantil, com idade até os 7 anos, apresenta uma redução significativa na sua taxa de crescimento.

Esse cenário pode representar uma melhoria da produtividade da mão de obra, tendo em vista que ainda há um número significativo de jovens a entrar no mercado de trabalho. Além disso, deve-se considerar a necessidade de investir em inovação e capacitação, transformando a quantidade de trabalhadores em

trabalhadores qualificados. Obviamente isso remete à educação, tanto superior como técnica.

Em relação à atividade econômica, São Francisco do Sul é uma cidade portuária e turística. O Porto de São Francisco do Sul é o quinto maior do Brasil em movimentação de contêineres e o sexto em volume de cargas. O porto dispõe de acesso rodoviário a Joinville, pela BR-280, num percurso de 40 km, e as composições ferroviárias acessam o porto por meio da estrada de ferro 485, que liga São Francisco do Sul à cidade de Mafra, distante 167 km.

A atividade econômica do município pode ser expressa pelo PIB a preços correntes, que passou de R\$ 2,1 bilhões (2010) para R\$ 3,2 bilhões (2013), representando um crescimento de 54% nesses 3 anos (tabela 12).

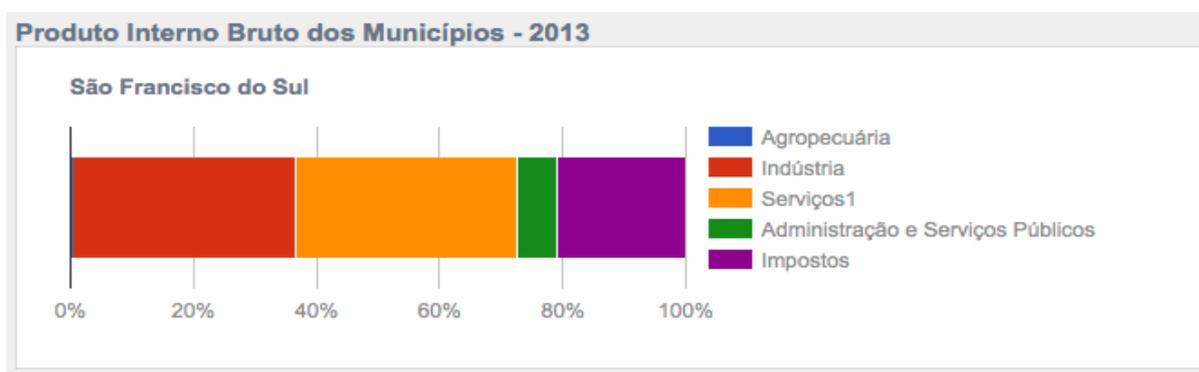
Tabela 12 – PIB a preços correntes – São Francisco do Sul – 2010 a 2013

Ano	PIB a preços correntes (1.000 – R\$)
2010	R\$ 2.114.777
2011	R\$ 2.670.998
2012	R\$ 2.904.852
2013	R\$ 3.257.476

Fonte: IBGE (2016)

A participação dos setores da economia no PIB de São Francisco do Sul caracteriza-se por ser 36% da indústria, 39% de serviços, 6% da administração e serviços públicos e 21% dos impostos, como se observa no gráfico 6.

Gráfico 6 – PIB por setores de atividade (%) – São Francisco do Sul – 2013



Fonte: IBGE (2016)

Em São Francisco do Sul, tomando-se como referência dezembro de 2014, existiam 1.764 empresas formais, as quais geraram 11.405 postos de trabalho com carteira assinada (tabela 13). O setor terciário (serviços) é o mais representativo em número de empresas, assim como na geração de empregos.

Tabela 13 – Número de empresas no Cadastro Central de Empresas – São Francisco do Sul – 2010 a 2014

Número de empresa atuantes	
2010	1.794
2011	1.684
2012	1.719
2013	1.783
2014	1.764

Fonte: IBGE (2016)

A economia de São Francisco do Sul gira em torno do seu porto, que é essencialmente exportador. É o principal porto graneleiro do estado e movimenta aproximadamente 5,4 milhões de toneladas/ano. Os principais produtos exportados são soja, milho, madeira, papel, compressores, móveis, cerâmica, carne congelada, autopeças e têxteis. No porto há todo um conjunto de empresas da área de logística, além da rede ferroviária da América Latina Logística (ALL).

Há poucas indústrias instaladas no município, mas são representativas, em função de seu porte e inserção nacional, com destaque para a indústria de laminação de chapas de aço Arcelor Mittal, a Bunge Alimentos S/A e a indústria de fertilizantes Fecoagro. Ressalta-se ainda a presença, há mais de 20 anos, de um terminal aquaviário da Petrobrás S/A, que opera recebendo petróleo de navios que o descarregam por uma monoboia. O produto é armazenado e enviado por meio de oleoduto até refinarias do Paraná.

A cidade de São Francisco do Sul também é reconhecida no estado de Santa Catarina e no País pelo seu patrimônio cultural e natural. Destaque pode ser dado ao conjunto arquitetônico de sua área central, que é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É possível citar, especialmente, o Museu Histórico Municipal, o Museu do Mar, o Forte Marechal Luz e a Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça. Há ainda de se considerar a existência de praias e o estuário da Baía da Babitonga, com suas inúmeras ilhas e grande biodiversidade de

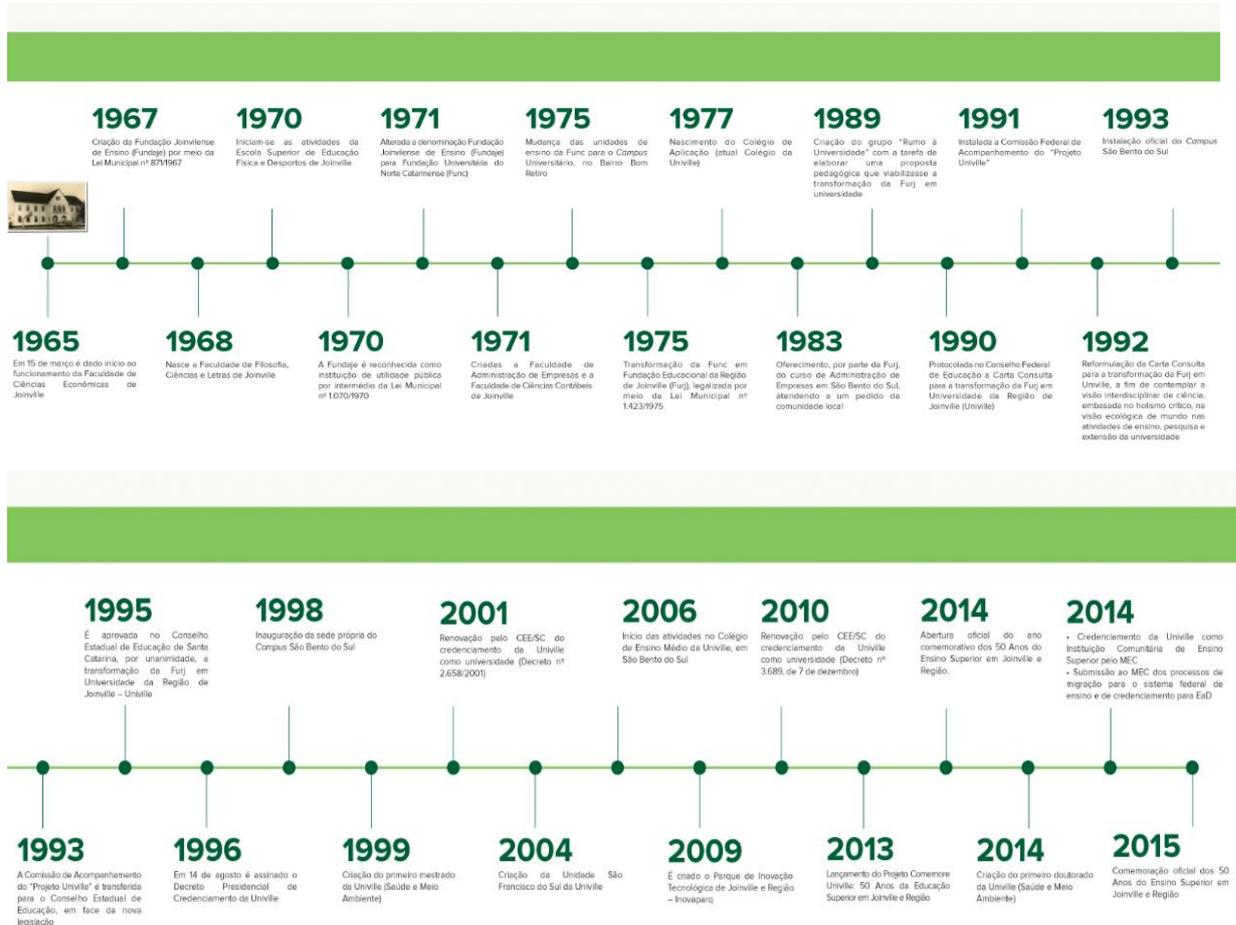
interesse científico. Todas essas atrações tornam o turismo uma atividade relevante, observando-se maior fluxo turístico no verão, quando contingentes de turistas movimentam a economia do município.

1.5 Breve histórico da Furj/Univille

A história da Universidade da Região de Joinville (Univille) confunde-se com o desenvolvimento da educação superior no norte catarinense. A implantação da Faculdade de Ciências Econômicas em 1965, que tinha como mantenedora a Comunidade Evangélica Luterana e atualmente é um dos cursos de graduação da Univille, deu início a essa história. Em 1967 a Lei Municipal n.º 871, de 17 de julho, originou a Fundação Joinvilense de Ensino (Fundaje), com o objetivo de criar e manter unidades de ensino superior. Segundo Coelho e Sossai (2015), em 1971 o nome Fundaje foi alterado para Fundação Universitária do Norte Catarinense (Func), pela Lei n.º 1.174, de 22 de dezembro. Em 1975 todas as unidades da Func foram transferidas para o *Campus* Universitário, em uma área do bairro Bom Retiro (atualmente pertencente à Zona Industrial Norte), e passaram a constituir a Fundação Educacional da Região de Joinville (Furj), segundo a Lei Municipal n.º 1.423, de 22 de dezembro de 1975, que modificou sua denominação e alterou sua estrutura organizacional. Atualmente a Furj é a mantenedora da Univille.

Ao longo dos mais de 50 anos de atuação, a Instituição desenvolveu-se pelos esforços da comunidade e do poder público dos municípios, com o intuito de oportunizar aos jovens da região o acesso à educação superior. Os principais fatos dessa trajetória são ilustrados na linha do tempo apresentada na figura 6 e estão descritos nesta seção do PDI 2017-2021.

Figura 6 – Linha do tempo da educação superior em Joinville



Fonte: Coelho e Sossai (2015)

Em 1977 a educação básica começou a ser oferecida pela Instituição, em unidade específica chamada de Colégio de Aplicação, que em 2001 passou a funcionar em sede própria com a denominação de Colégio Univille. Em 1982 a área de ensino da Furj estendeu sua atuação até Jaraguá do Sul, com o curso de Ciências Econômicas, e no ano seguinte também com o de Ciências Contábeis. Em 1984 começou a ofertar o curso de Administração de Empresas em São Bento do Sul.

A direção-geral da Instituição, desde sua criação, era exercida por nomeação feita pelo prefeito da cidade. Somente no fim de 1987, em um trabalho conjunto com a comunidade acadêmica, realizaram-se as primeiras eleições diretas para o cargo de diretor-geral. Em 6 de outubro de 1987 o prefeito de Joinville assinou a Lei n.º 5.660, a qual previa que o diretor-geral das Unidades Integradas de Ensino passaria a ser eleito (COELHO; SOSSAI, 2015). Desde então as eleições para o dirigente da

Instituição ocorrem por votação secreta pelo Colégio Eleitoral da Instituição, composto pelos profissionais da educação, estudantes e pessoal administrativo.

No início do ano letivo de 1989 aconteceram reuniões com lideranças comunitárias das áreas econômica e política do município e lideranças da comunidade acadêmica para rever o projeto institucional da Furj. Foi então criado o grupo Rumo à Universidade, com a tarefa específica de elaborar uma proposta pedagógica que viabilizasse a transformação da fundação em universidade. Em março de 1990 a Carta Consulta que delineava o perfil de uma universidade adequada às questões voltadas à microrregião, denominada Universidade da Região de Joinville, foi protocolada no Conselho Federal de Educação (CFE). O documento apresentava a proposta de uma universidade que contemplasse uma visão interdisciplinar de ciência, com ênfase em aspectos ambientais, concretizada por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Segundo Coelho e Sossai (2015, p. 35), a interdisciplinaridade foi preocupação do projeto pedagógico institucional e dos cursos “diante do desafio de religar saberes para responder aos complexos problemas regionais”.

Em 1991 a Carta Consulta foi aprovada, e a implementação do Projeto Univille foi autorizada, com a posse solene da Comissão Federal de Acompanhamento do Projeto. Foram desenvolvidas ações no que diz respeito a capacitação docente, plano de cargos e salários, ampliação do acervo da biblioteca, ampliação das instalações físicas e construção de novos laboratórios (COELHO; SOSSAI, 2015).

Em 1992 o Presidente da República assinou a homologação do parecer emitido pelo CFE. Em maio de 1993, diante de mudanças na legislação relacionada à educação superior, a responsabilidade pelo acompanhamento passou ao Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina (CEE/SC).

Ainda em 1993 foi instalado oficialmente um *campus* em São Bento do Sul, embora as atividades pedagógicas dos cursos continuassem a ser desenvolvidas em espaços locados. Em março de 1998 a sede própria foi inaugurada. No ano seguinte, houve a construção do Centro de Estudos e Pesquisas Ambientais (Cepa) Rugendas, em área localizada fora da região urbana da cidade de São Bento do Sul.

Em 5 de dezembro de 1995, pelo Parecer n.º 214/95, o CEE/SC aprovou, por unanimidade, os documentos que normatizavam a estrutura da Instituição: Estatuto da mantenedora (Furj), Estatuto e Regimento da Univille, juntamente com o

reconhecimento de todos os seus cursos. Em 14 de agosto de 1996 foi assinado o Decreto Presidencial de Credenciamento da Univille, publicado no Diário Oficial da União em 15 de agosto do mesmo ano. Esse credenciamento foi renovado em 2001 pelo CEE/SC pelo prazo de cinco anos (Parecer n.º 123 e Resolução n.º 032/2001).

Em 2004 a Univille passou a atuar em São Francisco do Sul em unidade própria na cidade, entretanto desde 1993 a Instituição já estava presente na região com a oferta de cursos de graduação e atividades de pesquisa e extensão. Em 1999 foi implantado o Cepa da Vila da Glória, visando desenvolver estudos e pesquisas ambientais na região da Baía da Babitonga.

Em 2005 foi criada uma unidade no Centro de Joinville que abriga salas de aula e laboratórios, bem como os ambulatórios universitários e a farmácia-escola, que atendem a população em convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS).

No ano de 2006 o Colégio Univille no *Campus* São Bento do Sul foi criado com o intuito de oferecer o ensino médio. A partir de 2012 o colégio passou a ofertar também as séries finais do ensino fundamental. No mesmo ano a Instituição criou o Núcleo de Inovação e Propriedade Intelectual (Nipi), que tem entre seus objetivos o estímulo, a promoção e a valorização do conhecimento gerado na universidade. Conforme Coelho e Sossai (2015), com as atividades desenvolvidas pelo Nipi a Univille passou a ter representatividade no Sistema Nacional para a Inovação e no projeto do Governo estadual de implantação e estruturação de núcleos de inovação tecnológica em Santa Catarina.

Em 2009, para fomentar as parcerias estratégicas entre a Univille, outras instituições de ensino, empresas e governos, o Conselho de Administração da Furi criou o Parque de Inovação Tecnológica de Joinville e Região (Inovaparq). A Univille, por meio do Inovaparq, participa do processo de estruturação e gestão de um ambiente que permite potencializar as atividades de pesquisa científica e tecnológica, a transferência de tecnologia e a introdução de inovação no ambiente produtivo e social, bem como favorecer a criação e a consolidação de empreendimentos que auxiliam no desenvolvimento de novas tecnologias, produtos, serviços e processos.

Em 2010 o CEE/SC realizou avaliação da Instituição e, mediante o Parecer n.º 223, sancionado em 19 de dezembro, aprovou o recredenciamento da Univille como universidade pelo prazo de sete anos. O Parecer n.º 223 foi homologado pelo

Decreto do governador do estado de Santa Catarina n.º 3.689, de 7 de dezembro de 2010.

Desde 2007 as instituições comunitárias de ensino superior do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina intensificaram a articulação política com o intuito de fortalecer o reconhecimento da categoria de universidades comunitárias pelo governo federal e pela sociedade. A Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc), a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe) e outras entidades dedicaram-se ao fortalecimento da identidade das instituições comunitárias e à divulgação do papel desempenhado por essas universidades. O movimento resultou no encaminhamento de um projeto de lei com vistas à regulamentação das instituições comunitárias de educação superior. O projeto foi amplamente debatido e aprovado pelo Congresso Nacional por meio da Lei n.º 12.881, de 12 de novembro de 2013, que dispõe sobre a definição, a qualificação, as prerrogativas e as finalidades das instituições comunitárias de ensino superior (Ices). Em 12 de novembro de 2014, pela Portaria n.º 676, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) do MEC qualificou como Ices a Univille, mantida pela Furj.

Em 2014, por decisão do Conselho Universitário, a Instituição aderiu ao Edital MEC/Seres n.º 4, de 1.º de julho daquele ano, permitindo a migração de instituições de ensino superior para o sistema federal de educação. Por meio desse processo de migração, quando do deferimento pelo órgão federal, a Univille passará a ser regulada, supervisionada e avaliada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo MEC e não mais pelo CEE/SC.

Também em 2014, com base na decisão do Conselho Universitário e levando em conta o previsto no PDI 2012-2016, a Univille encaminhou ao MEC o processo de credenciamento institucional para a oferta da educação a distância (EaD), incluindo o pedido de autorização para a oferta do primeiro curso de graduação nessa modalidade e o credenciamento de dois polos de apoio presencial, sendo um deles na Unidade da Universidade em São Francisco do Sul e outro no *Campus* em São Bento do Sul. Em 2015 ocorreu a visita de avaliação *in loco* para a autorização do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos na modalidade EaD. No mesmo ano ocorreu a visita de avaliação *in loco* para o credenciamento do polo de apoio presencial em São Francisco do Sul. As visitas foram realizadas por comissões nomeadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Anísio Teixeira (Inep), do MEC, e atribuíram em ambos os casos a nota 4, ou seja, consideraram as condições de oferta “Muito boas”. Aguarda-se a finalização dos trâmites para a emissão dos respectivos atos de autorização e credenciamento e o efetivo início da oferta da modalidade EaD.

Em 2016 a Seres deferiu o processo de migração da Universidade. Com esse deferimento, a Univille protocolou os processos referentes a reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação em atividade, bem como o processo de recredenciamento da Universidade. Os próximos passos do processo de migração incluem as visitas de avaliação *in loco* promovidas pelo Inep e os trâmites de tais processos no MEC e no CNE, com a emissão dos atos oficiais de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação e recredenciamento da Universidade.

1.6 Corpo dirigente

SANDRA APARECIDA FURLAN – Reitora

Titulação

Graduação: Eng. Química – Faculdade de Engenharia de Lorena (1984)

Especialização: Operação e Gerência de Produtos de Usinas Alcooleiras – Faculdade de Engenharia de Lorena (1986)

Mestrado: Engenharia Química – Instituto Nacional Politécnico de Toulouse – França (1988)

Doutorado: Engenharia de Processos – Instituto Nacional Politécnico de Toulouse – França (1991)

ALEXANDRE CIDRAL – Vice-Reitor

Titulação

Graduação: Ciências da Computação – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1988)

Graduação: Psicologia – Associação Catarinense de Ensino – ACE (1995)

Mestrado: Psicologia – UFSC (1997)

Doutorado: Engenharia de Produção – UFSC (2003)

SIRLEI DE SOUZA – Pró-Reitora de Ensino

Titulação

Graduação: História – Fundação Educacional da Região de Joinville – Furj (1995)

Mestrado: História do Brasil – UFSC (1998)

THEREZINHA MARIA NOVAIS DE OLIVEIRA – Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Titulação

Graduação: Engenharia Sanitária – UFSC (1989)

Mestrado: Engenharia de Produção – UFSC (1993)

Doutorado: Engenharia de Produção – UFSC (1998)

YONÁ DA SILVA DALONSO – Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

Titulação

Graduação: Turismo e Hotelaria – UNIVALI (1998)

Mestrado: Ciências da Comunicação – USP (2004)

Doutorando: Geografia – Universidade do UMINHO (2015)

CLAITON EMILIO DO AMARAL – Pró-Reitor de Infraestrutura

Titulação

Graduação: Engenharia Mecânica – Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc (1987)

Graduação: Engenharia Civil – Udesc (2004)

Especialização: Matemática Aplicada – Universidade da Região de Joinville – Univille (2005)

Mestrado: Engenharia de Produção – UFSC (2001)

Doutorado: Engenharia de Produção – UFSC (2016)

GEAN CARDOSO DE MEDEIROS – Diretor-Geral do *Campus* São Bento do Sul

Titulação

Graduação: Ciências da Computação – Universidade do Sul de Santa Catarina –

Unisul – 1996

Especialização: Empreendedorismo na Engenharia – UFSC (1999)

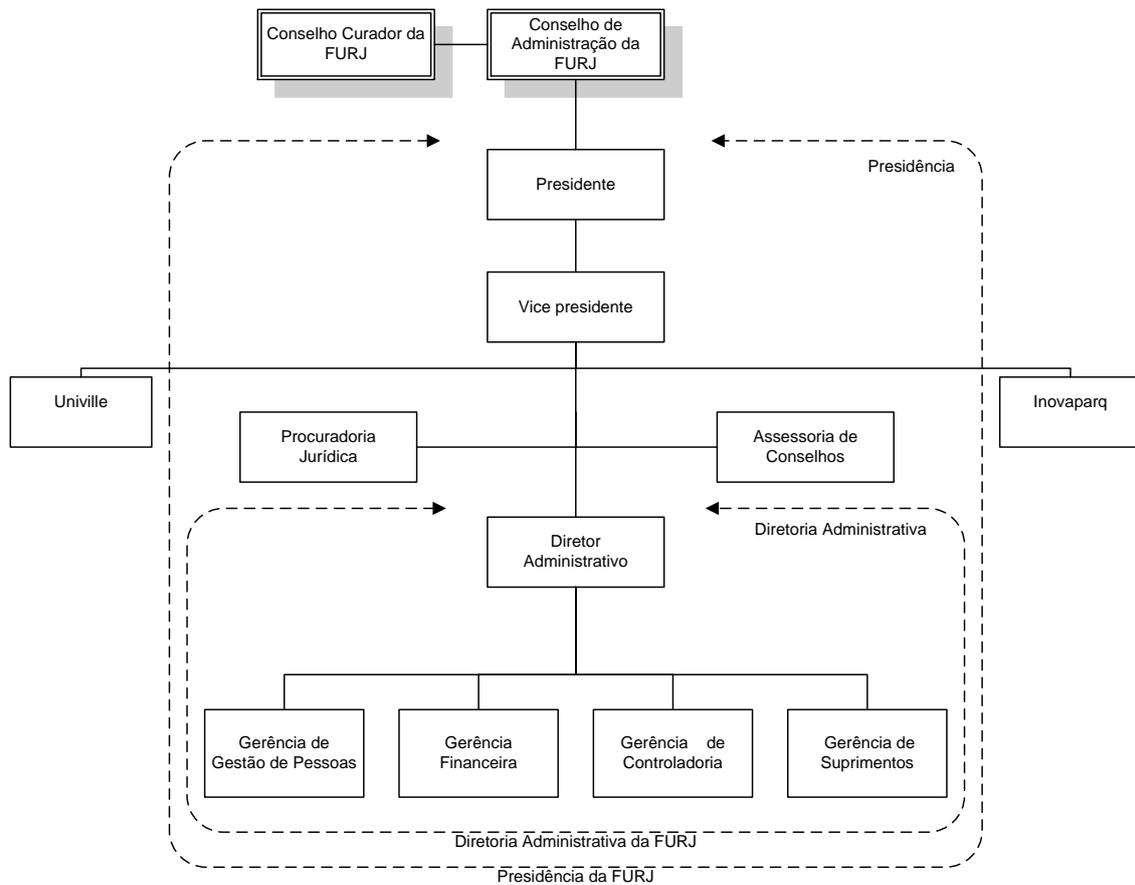
Mestrado: Ciências da Computação – UFSC (2002)

1.7 Estrutura organizacional

A estrutura organizacional é a forma como uma instituição ou organização distribui a autoridade, as responsabilidades e as atividades com vistas a executar os processos de trabalho que proporcionam a implementação das estratégias e o alcance dos objetivos organizacionais. De acordo com Hall (2004), a estrutura organizacional consiste na maneira como ocorre a distribuição das pessoas entre posições sociais que influenciam os relacionamentos de papéis desempenhados por elas. Essa estrutura implica a divisão de trabalho (distribuição das tarefas entre as pessoas) e a hierarquia (distribuição das pessoas em posições), atendendo a três funções básicas: viabilizar os processos, produtos e serviços organizacionais com o intuito de alcançar os objetivos e metas; minimizar as variações individuais sobre a organização; estabelecer o contexto no qual o poder decisório é exercido e as ações são executadas. Dessa forma, a estrutura organizacional é a soma de meios pelos quais o trabalho se divide em tarefas distintas e como se realiza a coordenação dessas tarefas (MINTZBERG, 2010), com implicações quanto à definição das instâncias deliberativas, executivas e consultivas e das relações hierárquicas entre as áreas na organização.

O organograma da Furj é apresentado na figura 7.

Figura 7 – Organograma da Furj

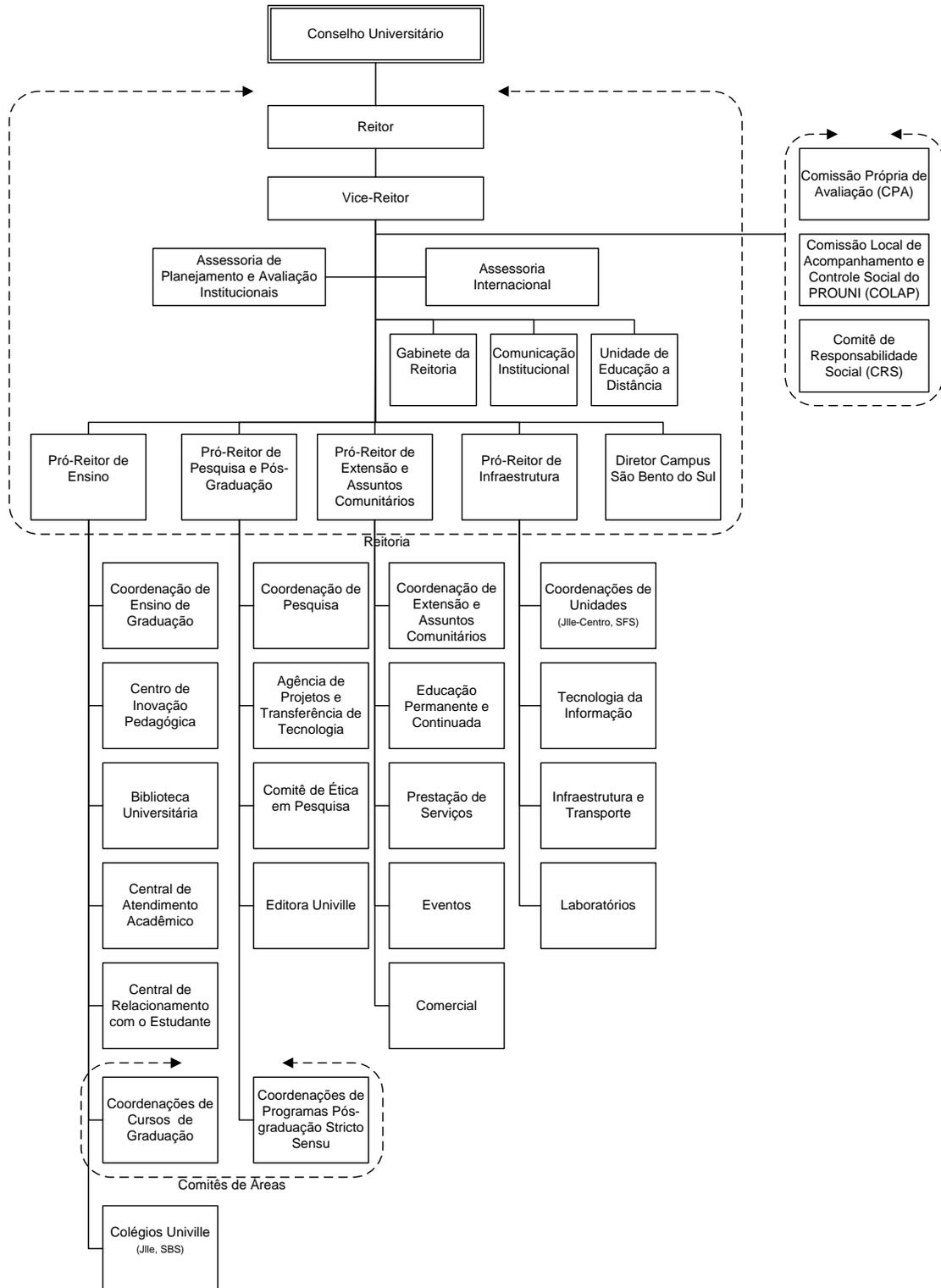


Fonte: Primária (2016)

A Furj tem como órgão deliberativo superior o Conselho de Administração, e como órgão fiscalizador, o Conselho Curador. O órgão executivo da Furj é a presidência, da qual faz parte a diretoria administrativa. A Furj é mantenedora da Univille e do Inovaparq.

A administração da Univille está organizada em geral, dos *campi* e unidades, dos cursos de graduação e programas de pós-graduação *stricto sensu* e dos órgãos complementares e suplementares (UNIVILLE, 2016). O organograma da Univille é apresentado na figura 8.

Figura 8 – Organograma da Univille



Fonte: Primária (2016)

A seguir os órgãos que compõem a estrutura da Furj e da Univille são descritos. A administração de ambas é realizada por meio de órgãos deliberativos,

consultivos e executivos previstos nos estatutos, regimentos e outras regulamentações institucionais.

1.7.1 Fundação Educacional da Região de Joinville

A Fundação Educacional da Região de Joinville, instituída pela Lei n.º 871, de 17 de julho de 1967, com alterações posteriores, é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia didático-pedagógica, científica, tecnológica, administrativa, financeira e disciplinar, exercida na forma da lei e dos seus estatutos, com sede e foro na cidade de Joinville, Santa Catarina. As disposições atinentes à autonomia da Furj são regidas por seu estatuto, que passou por atualização aprovada em 2014 pelo Conselho de Administração, Conselho Curador e Ministério Público de Santa Catarina.

A Furj tem por finalidade manter a Univille e o Inovaparc. As instituições mantidas gozam de autonomia didática, pedagógica, científica, tecnológica, administrativa e disciplinar, de acordo com a legislação e regulamentos próprios.

São órgãos da administração da Furj:

- Conselho de Administração;
- Conselho Curador;
- Presidência.

1.7.1.1 Conselho de Administração da Furj

O Conselho de Administração, órgão máximo e soberano de deliberação em assuntos de política administrativa e financeira da Furj, constitui-se dos seguintes membros (FURJ, 2014a):

- Presidente da Furj;
- Vice-Presidente da Furj;
- Diretor Administrativo da Furj, sem direito a voto;
- Um indicado por unidade acadêmico-administrativa;
- Dois indicados pelo *Campus* São Bento do Sul;

- Um indicado por cada um dos demais *campi* da Univille;
- Um indicado pelos Colégios Univille;
- Um indicado pelos programas/cursos de pós-graduação *stricto sensu* da Univille;
- Um discente indicado por DCE da Univille;
- Um indicado pelo Inovaparq;
- O último ex-presidente da Furj;
- Um indicado pelas APPs dos Colégios da Univille;
- Um indicado pela Affurj;
- Representantes da comunidade Regional:
 - um indicado pelo Poder Executivo de cada município em que a Furj tenha sede ou extensão;
 - um indicado pelo Poder Legislativo de Joinville;
 - um indicado pela Associação dos Municípios da Região Nordeste de Santa Catarina;
 - um indicado da comunidade empresarial;
 - um indicado da comunidade científica;
 - um indicado das Centrais Sindicais de Joinville;
 - um indicado pelo Conselho Municipal de Educação.

O presidente e o vice-presidente do Conselho de Administração serão eleitos dentre seus membros, para um mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução. A natureza do mandato dos conselheiros é definida pelo Estatuto da Furj.

Ao Conselho de Administração compete (FURJ, 2014a):

- examinar, discutir e aprovar:
 - o Estatuto e o Regimento da Furj e suas respectivas reformas;
 - os regulamentos das instituições mantidas pela Furj e suas respectivas reformas, exceto da Univille, que se reportará ao Conselho Universitário dessa mantida;
 - as estratégias de ação e as prioridades de investimento da Furj e de suas instituições mantidas;
 - as diretrizes para investimentos da Furj;
 - a criação e a extinção de estruturas administrativas da Furj;
 - a criação e a extinção de instituição mantida pela Furj;
 - a proposta orçamentária do ano subsequente para ser submetida ao Conselho Curador para análise e homologação;
 - o orçamento anual e o orçamento plurianual da Furj, a serem submetidos ao Conselho Curador para análise e homologação;
 - a prestação de contas anual da Furj, mediante parecer do Conselho Curador;
 - o relatório anual e o balanço geral da Furj, mediante parecer do Conselho Curador;

- os critérios para definição de mensalidades, taxas, descontos e demais contribuições relativas às prestações de serviços executadas pelas instituições mantidas pela Furj;
- os valores das mensalidades ou anuidades escolares de cursos regulares;
- os critérios para contratação de serviços e aquisição de produtos e bens para consecução dos objetivos da Furj;
- o plano de cargos e salários do pessoal contratado pela Furj e suas alterações.
- acompanhar a execução orçamentária;
- estabelecer diretrizes para a execução de atividades relacionadas com:
 - administração financeira, contábil e auditoria;
 - administração patrimonial;
 - administração de pessoal;
 - avaliação das atividades da Furj.
- deliberar sobre os seguintes assuntos e submetê-los à homologação do Conselho Curador:
 - os pedidos de empréstimos que onerem os bens da Furj, a serem apresentados a entidades de financiamento;
 - a aceitação de doações com encargo;
 - os convênios, acordos e contratos que onerem o patrimônio da Furj;
 - a participação da Furj no capital de outras empresas, cooperativas, condomínios ou outras formas de associativismo, bem como organizar empresas cuja atividade interesse aos objetivos da Furj.
- autorizar a alienação, a oneração ou a aquisição de bens e direitos pela Furj e encaminhar para homologação do Conselho Curador;
- escolher os membros e os suplentes do Conselho Curador;
- homologar o Estatuto e o Regimento Geral da Univille e suas respectivas reformas, aprovados pelos Conselhos da Univille;
- homologar a diretoria administrativa indicada pelo presidente da Furj;
- conhecer outras matérias de interesse da Furj e deliberar sobre elas;
- julgar em grau de recurso, em matéria de sua competência, as decisões tomadas pelas Instituições mantidas pela Furj;
- resolver os casos omissos neste Estatuto e no Regimento da Furj.

A sistemática de funcionamento das reuniões do Conselho de Administração é definida pelo Estatuto da Furj.

Ao Presidente do Conselho de Administração compete (FURJ, 2014a):

- convocar e presidir as reuniões do Conselho;
- constituir comissões e grupos de trabalho;
- distribuir processos e designar relator para exame e parecer;
- cumprir o Estatuto da Furj;

- encaminhar ao Conselho Curador as deliberações do Conselho de Administração que necessitem de apreciação e/ou homologação daquele conselho;
- exercer atribuições definidas em lei, neste estatuto ou por deliberação do conselho.

1.7.1.2 Conselho Curador da Furj

O Conselho Curador é o órgão de fiscalização e registro da administração econômico-financeira da Furj, e seus conselheiros e suplentes são indicados pelo Conselho de Administração da Furj, dentre pessoas que detenham capacidade e familiaridade com a área econômico-financeira, jurídica e/ou contábil. O Conselho Curador é composto por dez membros, sendo cinco titulares e cinco suplentes. A natureza do mandato e a sistemática das reuniões são definidas pelo Estatuto da Furj.

De acordo com o estatuto (Furj, 2014a), compete ao Conselho Curador:

- homologar o ato do Conselho de Administração, que aprova:
 - a proposta orçamentária;
 - o orçamento anual e o orçamento plurianual da Furj;
 - contratos e convênios que onerem os bens patrimoniais da Furj;
 - pedidos de empréstimos que onerem os bens da Furj, a serem apresentados a entidades de financiamento;
 - a aceitação de doações e/ou subvenções com encargo;
 - a participação da Furj no capital de outras empresas, cooperativas, condomínios ou outras formas de associativismo;
 - a organização de empresas cujas atividades interessem aos objetivos da Furj.
- examinar, discutir e emitir parecer sobre a prestação de contas anual, o relatório anual e o balanço geral da Furj para aprovação do Conselho de Administração;
- homologar o ato do Conselho de Administração que autoriza a alienação, oneração ou aquisição de bens e direitos pela Furj.

1.7.1.3 Presidência da Furj

A presidência da Furj é composta por presidente, vice-presidente e diretoria administrativa. Os cargos de presidente e vice-presidente da Furj são exercidos respectivamente pelo reitor e vice-reitor da Univille.

De acordo com o Estatuto da Furj (Furj, 2014a), compete ao presidente dessa fundação:

- promover a organização, a coordenação, a supervisão e o controle de todas as atividades da Furj, na forma da lei, do estatuto e das deliberações do Conselho de Administração;
- representar a Furj, ativa e passivamente, em juízo e fora dele;
- designar a diretoria administrativa da Furj;
- constituir advogado para defesa de interesse da entidade;
- determinar a execução das resoluções do Conselho de Administração;
- superintender os serviços administrativos da Furj;
- cumprir e fazer cumprir o Estatuto da Furj;
- firmar contratos e convênios;
- captar recursos com instituições financeiras, órgãos de fomento e comunidade em geral;
- informar o Conselho de Administração e o Conselho Curador sobre a oneração de bens imóveis, decorrente de decisão em processo judicial;
- encaminhar a proposta orçamentária da Furj ao Conselho de Administração até o dia 30 de outubro do ano anterior ao exercício financeiro e até o dia 15 de dezembro do mesmo ano ao Ministério Público;
- encaminhar a prestação de contas da Furj ao Conselho Curador;
- encaminhar a prestação de contas da Furj ao Ministério Público até o dia 30 de junho do ano subsequente ao do exercício financeiro;
- exercer atribuições definidas em lei, no estatuto ou por deliberação do Conselho de Administração, e atribuições inerentes a sua competência legal.

Compete ao vice-presidente (Furj, 2014a):

- representar a Furj em faltas e impedimentos temporários do presidente;
- coordenar ações administrativas delegadas pelo presidente.

A Diretoria Administrativa é responsável pela execução das atividades de planejamento, gerenciamento e controle dos recursos disponibilizados para a Furj e suas mantidas e pela avaliação dos resultados (FURJ, 2014a).

1.7.2 Universidade da Região de Joinville

A Universidade da Região de Joinville é uma instituição de ensino, pesquisa e extensão credenciada pelo MEC em 14 de agosto de 1996, mantida pela Furj. A Universidade goza de autonomia didática, pedagógica, científica, tecnológica, administrativa e disciplinar, de acordo com a legislação, seu estatuto e demais regulamentações institucionais. O Estatuto da Univille passou por atualização, aprovada em 2016 pelo Conselho Universitário e homologada pelo Conselho de Administração da mantenedora (UNIVILLE, 2016).

A Univille organiza sua atuação em *campi*, unidades e polos de apoio presencial à EaD, podendo criá-los e implantá-los segundo suas políticas e a legislação vigente. Atualmente a Universidade conta com:

- *Campus* Joinville, que é sua sede
 - Rua Paulo Malschitzki, n.º 10 – Zona Industrial Norte
 - CEP 89219-710 – Joinville – SC
 - Tel.: (47) 3461-9000
 - *e-mail*: univille@univille.br

- *Campus* São Bento do Sul
 - Rua Norberto Eduardo Weihermann, 230 – Bairro Colonial
 - CEP 89288-385 – São Bento do Sul – SC
 - Tel.: (47) 3631-9100
 - *e-mail*: univillesbs@univille.br

- Unidade Centro – Joinville
 - Rua Ministro Calógeras, 439 – Centro
 - CEP 89202-207 – Joinville – SC
 - Tel.: (47) 3422-3021
 - *e-mail*: univillecentro@univille.br

- Unidade São Francisco do Sul
 - Rodovia Duque de Caxias, 6.365 – km 8 – Bairro Iperoba
 - CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – SC
 - Tel.: (47) 3471-3800
 - *e-mail*: univille.sfs@univille.br

A Univille tem como finalidade promover e apoiar a educação e a produção da ciência por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para a sólida formação humanística e profissional, objetivando a melhoria da qualidade de vida da

sociedade (UNIVILLE, 2016). A educação e a produção da ciência são desenvolvidas na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que envolvem a arte, a cultura, o esporte, o meio ambiente, a saúde, a inovação, a internacionalização e o empreendedorismo, objetivando a melhoria da qualidade de vida da sociedade e da comunidade regional.

Para alcançar suas finalidades, a Univille propõe-se a (UNIVILLE, 2016):

- promover o ensino voltado à habilitação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento para participarem do desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural, contribuindo assim para o desenvolvimento humano em suas dimensões política, econômica e social;
- promover, estimular e assegurar condições para a pesquisa científica, tecnológica, artística, esportiva, cultural e social, comprometida com a melhoria da qualidade de vida da comunidade regional e com a inovação em todas as áreas do saber;
- promover a extensão por meio do diálogo com a comunidade, objetivando conhecer e diagnosticar a realidade social, política, econômica, tecnológica, artística, esportiva e cultural de seu meio, bem como compartilhar conhecimentos e soluções relativos aos problemas atuais e emergentes da comunidade regional.

Conforme seu estatuto (UNIVILLE, 2016), no cumprimento de suas finalidades, a Univille adota os princípios de respeito à dignidade da pessoa e de seus direitos fundamentais, proscrevendo quaisquer tipos de preconceito ou discriminação. Além disso, na realização de suas atividades, a Univille considera:

- a legislação aplicável e a legislação específica educacional;
- o seu estatuto e o estatuto e regimento da mantenedora;
- o seu regimento;
- as resoluções do Conselho de Administração da Furj e do Conselho Universitário da Univille;
- as demais regulamentações oriundas dos Conselhos Superiores e das Pró-Reitorias.

A autonomia didático-científica da Universidade, obedecendo ao artigo 207 da Constituição da República Federativa do Brasil, consiste na faculdade de (UNIVILLE, 2016):

- estabelecer suas políticas de ensino, pesquisa, extensão e demais políticas necessárias ao cumprimento de suas finalidades;
- criar, organizar, modificar e extinguir cursos de graduação e cursos/programas de pós-graduação, observadas a legislação vigente, as

demandas do meio social, econômico e cultural e a viabilidade econômico-financeira;

- fixar os currículos de seus cursos e programas, obedecidas as determinações legais;
- criar, organizar, modificar e extinguir programas e projetos de pesquisa científica, de extensão e de produção artística, cultural e esportiva;
- estabelecer a organização e o regime didático-científico da Universidade;
- promover avaliações, realizando mudanças conforme seus resultados;
- elaborar, executar e acompanhar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) por meio do processo participativo do Planejamento Estratégico Institucional (PEI);
- promover a capacitação de seus profissionais em sintonia com as normas e necessidades institucionais;
- conferir graus, diplomas, títulos e outras dignidades universitárias.

A autonomia administrativa consiste na faculdade de (UNIVILLE, 2016):

- propor a reforma do Estatuto e do Regimento da Univille;
- elaborar, aprovar e reformar o Regimento do Conselho Universitário;
- propor critérios e procedimentos sobre admissão, remuneração, promoção e dispensa do pessoal administrativo e dos profissionais da educação, para deliberação do Conselho de Administração da Furj;
- eleger os seus dirigentes, nos termos da legislação vigente, do seu Estatuto e do Regimento da Univille;
- utilizar o patrimônio e aplicar os recursos da Furj, zelando pela conservação, otimização e sustentabilidade, de forma a assegurar a realização de suas finalidades e seus objetivos;
- elaborar a proposta orçamentária para o ano subsequente encaminhando-a para deliberação do Conselho de Administração da Furj;
- executar o orçamento anual aprovado, prestando contas de sua realização à mantenedora;
- firmar acordos, contratos e convênios acadêmicos da Univille.

A autonomia disciplinar consiste na faculdade de aplicar sanções ao corpo diretivo, aos profissionais da educação, ao corpo discente e ao pessoal administrativo, na forma da Lei, do Regimento da Univille e do Regime Disciplinar dos Empregados da Furj (UNIVILLE, 2016).

Para atingir os seus fins, a Univille segue princípios de organização (UNIVILLE, 2016):

- Unidade de administração, considerando missão, visão, princípios e valores institucionais, bem como Plano de Desenvolvimento Institucional, únicos;
- Estrutura orgânica com base nos cursos, em sua integração e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

- Racionalidade de organização para integral utilização dos recursos humanos e materiais;
- Universalidade do saber humano, por meio da atuação nas diferentes áreas do conhecimento;
- Flexibilidade de métodos e diversidade de meios, pelos quais as atividades de ensino, pesquisa, extensão e serviços oferecidos possam melhor atender às diferentes necessidades dos públicos e das comunidades em que a Universidade atua.

Conforme seu estatuto (Univille, 2016), a administração geral da Univille organiza-se da seguinte forma:

- Órgão deliberativo superior: Conselho Universitário, que dispõe de quatro câmaras consultivas:
 - Câmara de Ensino;
 - Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação;
 - Câmara de Extensão;
 - Câmara de Gestão.
- Órgão executivo superior: Reitoria;
- Órgãos consultivos.

Os órgãos consultivos da administração geral são constituídos com base nas demandas acadêmico-administrativas e em questões estratégicas institucionais, podendo ser integrados por membros da comunidade regional.

1.7.2.1 Conselho Universitário da Univille

O Conselho Universitário, órgão máximo consultivo, deliberativo, normativo e jurisdicional da Univille em assuntos de ensino, pesquisa, extensão, planejamento, administração universitária e política institucional, é constituído pelos seguintes membros:

- reitor como presidente;
- pró-reitores;
- último ex-reitor;
- diretores de *campi*;
- coordenadores de cursos de graduação e de programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- coordenadores das áreas de pós-graduação *lato sensu*, ensino, pesquisa e extensão;
- diretores dos órgãos complementares;
- um representante do pessoal docente;
- representação discente, composta por:

- dois representantes da graduação por *campus*;
- um representante da graduação por unidade;
- um representante da pós-graduação *lato sensu*;
- um representante da pós-graduação *stricto sensu*.
- um representante do pessoal administrativo;
- um representante da Associação de Pais e Professores dos Colégios da Univille.

A natureza do mandato dos conselheiros e a sistemática das reuniões do Conselho Universitário são definidas pelo Estatuto da Univille.

Conforme tal estatuto, compete ao Conselho Universitário (UNIVILLE, 2016):

- zelar pelo patrimônio material e imaterial, tangível e intangível da Furj;
- zelar pela realização dos fins da Univille, exercendo a jurisdição superior da Universidade em matéria acadêmica e administrativa, incluindo a fiscalização no âmbito de suas atribuições, e a proposição de medidas de natureza disciplinar preventiva, corretiva ou repressiva, quando necessário;
- deliberar, em última instância, em matéria de ensino, pesquisa, extensão, planejamento, administração geral e política institucional;
- homologar instruções normativas da Reitoria e dos órgãos complementares e suplementares;
- instituir símbolos, insígnias e bandeiras no âmbito da Univille;
- deliberar sobre a aprovação da concessão de títulos honoríficos, por maioria qualificada de no mínimo 2/3 (dois terços) do total de seus membros;
- deliberar sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- deliberar sobre as políticas institucionais da Univille;
- deliberar sobre a proposta orçamentária da Univille para o ano subsequente e, quando for o caso, sobre a proposta orçamentária revisada, encaminhando-a à diretoria administrativa da mantenedora para compor a proposta orçamentária da Furj, a ser apreciada pelo Conselho de Administração;
- deliberar sobre a proposta de orçamento plurianual da Univille, encaminhando-a à diretoria administrativa da mantenedora para apreciação do Conselho de Administração da Furj;
- apreciar o Demonstrativo de Resultados da realização orçamentária do exercício anterior da Univille, encaminhando parecer à diretoria administrativa da mantenedora para compor a prestação de contas da Furj;
- emitir parecer a respeito de proposta de extinção da Univille, por decisão de no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros, encaminhando-o ao Conselho de Administração da Furj;

- deliberar sobre a criação, a extinção ou a fusão de *campi*, unidades e polos de apoio presencial para a Educação a Distância;
- deliberar sobre a criação, o desmembramento, a fusão ou a extinção de coordenações de cursos, comitês de área, setores e de órgãos complementares e suplementares;
- deliberar sobre acordos, contratos e convênios acadêmicos da Univille, encaminhando-os para a homologação do Conselho de Administração da Furj;
- aprovar o regulamento para eleição do reitor;
- aprovar alterações deste estatuto;
- aprovar o Regimento da Univille;
- fixar normas complementares ao Regimento da Univille sobre processo seletivo, projetos pedagógicos de cursos de graduação ou programas de pós-graduação, bem como sobre calendário acadêmico, horários das aulas, matrícula, transferência de alunos, verificação de rendimento escolar, revalidação de diplomas estrangeiros, aproveitamento de estudos e outros assuntos pertinentes à sua esfera de competência;
- estabelecer critérios para a distribuição de bolsas de estudo, quando se tratar de recursos próprios;
- aprovar a criação, o projeto de autorização, o projeto pedagógico, o desmembramento ou a extinção de cursos de graduação;
- aprovar a criação, o projeto e o regimento, bem como a extinção dos programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- aprovar os projetos de cursos *lato sensu*;
- deliberar sobre o número de vagas iniciais de cursos de graduação e de pós-graduação novos e alteração do número de vagas dos cursos existentes;
- homologar os resultados dos editais dos projetos de ensino, de pesquisa e de extensão;
- homologar os resultados dos processos seletivos para admissão de professores adjuntos;
- estabelecer normas sobre credenciamento, descredenciamento e recredenciamento dos profissionais da educação superior;
- deliberar sobre pedido de afastamento docente;
- apreciar e emitir parecer sobre os Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais da Educação Superior e do Pessoal Administrativo, com as respectivas remunerações, para posterior deliberação do Conselho de Administração da Furj;
- julgar, em grau de recurso, os processos cuja decisão final tenha sido proferida pela Reitoria, em suposta situação de infringência à lei ou às regulamentações internas;
- deliberar, em grau de recurso, sobre decisões administrativas da Reitoria, de outros órgãos ou de outras autoridades universitárias;

- deliberar sobre providências destinadas a prevenir ou corrigir atos de indisciplina coletiva;
- apurar responsabilidade do reitor, quando incorrer em falta grave, ou quando, quer por omissão, quer por tolerância, permitir ou favorecer o não cumprimento deste estatuto, do Regimento da Univille e da legislação educacional;
- deliberar, após sindicância, sobre a intervenção em qualquer instância acadêmica ou administrativa da Univille por motivo de infringência da legislação, deste estatuto e do Regimento da Univille, por decisão de no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros;
- deliberar sobre a criação e o funcionamento de comissões temporárias e grupos de trabalho para tratar de assuntos de sua competência;
- emitir parecer a respeito de agregação de estabelecimentos isolados de ensino ou de pesquisa, localizados na área de atuação da Universidade, mediante aprovação por 2/3 (dois terços) de seus membros;
- deliberar sobre questões omissas neste estatuto e no Regimento da Univille.

Compete ao presidente do Conselho Universitário (UNIVILLE, 2016):

- convocar e presidir as reuniões do Conselho;
- constituir comissões temporárias e grupos de trabalho;
- distribuir processos e designar relator para exame e parecer;
- cumprir o Estatuto da Furj e o Estatuto da Univille;
- encaminhar à Furj as deliberações e os pareceres que necessitem da sua apreciação e/ou homologação;
- exercer atribuições definidas em lei, neste estatuto ou por deliberação do Conselho Universitário.

1.7.2.2 Reitoria

A Reitoria, órgão executivo superior da Univille que coordena, superintende e fiscaliza todas as suas atividades, é constituída de (UNIVILLE, 2016):

- reitor;
- vice-reitor;
- pró-reitor de ensino;
- pró-reitor de pesquisa e pós-graduação;
- pró-reitor de infraestrutura;
- pró-reitor de extensão e assuntos comunitários;
- diretor de *campi*.

A eleição para os cargos de reitor e vice-reitor ocorre de acordo com regulamento próprio, e o mandato é de quatro anos. O colégio eleitoral compõe-se de profissionais da educação, pessoal administrativo e estudantes regularmente matriculados na Universidade. Os candidatos aos cargos de reitor e vice-reitor devem pertencer ao quadro de carreira da Univille e comprovar o exercício de docência na Instituição por, no mínimo, quatro anos, além de apresentar uma proposta de gestão universitária.

Conforme o estatuto (UNIVILLE, 2016), compete à Reitoria planejar, superintender, coordenar, fiscalizar e avaliar todas as atividades da Univille, especialmente:

- coordenar a elaboração de projetos de criação e de projetos pedagógicos de cursos de graduação, de pós-graduação *lato sensu* e de pós-graduação *stricto sensu* a serem submetidos ao Conselho Universitário, considerando o previsto no PDI;
- propor normas e critérios para a elaboração e a execução de planos, programas, projetos, editais e fundos para atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- supervisionar as atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de gestão universitária, realizando as mudanças que se fizerem necessárias, com base nos processos avaliativos;
- supervisionar planos, programas e projetos de ensino, de pesquisa e de extensão, avaliando os seus resultados;
- elaborar as políticas institucionais a serem submetidas ao Conselho Universitário;
- promover e deliberar sobre iniciativas de interação da Univille com a comunidade, com instituições congêneres e com organismos nacionais, internacionais e estrangeiros que possam contribuir para o alcance das finalidades institucionais;
- coordenar o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) da Universidade com vistas a elaborar e atualizar o PDI, a ser submetido ao Conselho Universitário;
- elaborar o Relatório Anual de Atividades da Univille;
- administrar os recursos humanos, financeiros e materiais da Univille, colocados à sua disposição pela Furj, visando ao aperfeiçoamento e ao desenvolvimento de suas atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de gestão universitária;
- propor alterações nas atribuições e competências dos órgãos que integram a estrutura administrativa da Universidade, observando o Estatuto e o Regimento da Univille;

- formular a proposta orçamentária da Univille para o ano subsequente, submetendo-a à apreciação do Conselho Universitário, e posteriormente encaminhá-la à diretoria administrativa da mantenedora para compor a proposta orçamentária da Furj para o ano seguinte;
- formular o orçamento anual e o orçamento plurianual da Univille com base na revisão da proposta orçamentária aprovada no ano anterior pelo Conselho de Administração da Furj;
- acompanhar a execução do orçamento anual e do orçamento plurianual da Univille, decidindo sobre as alterações que se fizerem necessárias, obedecidos os critérios estabelecidos pela Furj;
- elaborar o Demonstrativo de Resultados da Univille, submetendo-o à apreciação do Conselho Universitário até 15 de abril do ano subsequente, e posteriormente encaminhá-lo à diretoria administrativa da mantenedora para compor a prestação de contas da Furj;
- exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pela Furj, por este estatuto, pelo Regimento da Univille e por resoluções, convênios e outros atos decorrentes de competência legal.

São atribuições do reitor (UNIVILLE, 2016):

- representar a Univille em juízo ou fora dele, administrar, superintender, coordenar e fiscalizar todas as suas atividades;
- convocar e presidir o Conselho Universitário;
- promover, em conjunto com as pró-reitorias e diretorias de *campi*, a integração no planejamento e a harmonização na execução das atividades da Univille;
- encaminhar ao Conselho Universitário, nos prazos estabelecidos: o Plano de Desenvolvimento Institucional; a Proposta Orçamentária Anual; a Proposta Orçamentária revisada, quando for o caso; a Proposta do Orçamento Plurianual e o Demonstrativo de Resultados da Univille;
- zelar pela fiel observância da legislação educacional, deste estatuto e do Regimento da Univille;
- conferir grau aos formandos da Univille ou delegar essa atribuição aos pró-reitores ou aos diretores de *campi*;
- assinar os diplomas de graduação, juntamente com o pró-reitor de ensino;
- assinar os diplomas de pós-graduação, juntamente com o pró-reitor de pesquisa e pós-graduação;
- exercer o poder disciplinar na esfera de sua competência;
- firmar acordos e convênios entre a Univille e entidades ou instituições públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras, excetuando-se aqueles privativos da mantenedora;
- designar, indicar, delegar ou atribuir atividades ou representações de forma individual ou coletiva a membros da Reitoria;
- decidir, em caso de urgência, *ad referendum* do Conselho Universitário;
- baixar portarias;

- exercer outras atribuições inerentes a sua competência legal.

Das decisões do reitor cabe recurso ao Conselho Universitário, na forma estabelecida pelo Regimento da Univille.

A Vice-Reitoria é exercida pelo vice-reitor, eleito com o reitor. Além das atribuições estatutárias de substituto eventual do reitor, o vice-reitor executa atribuições delegadas pelo reitor.

Os pró-reitores e diretores de *campi* são nomeados pelo reitor, devendo esse ato ser homologado pelo Conselho Universitário. São condições para a investidura nos cargos de pró-reitor e diretor de *campus* ter experiência no magistério superior na Univille de, no mínimo, quatro anos e a disponibilidade de 40 horas semanais.

As competências das pró-reitorias e das diretorias de *campi* são definidas no Regimento da Univille. O reitor pode remanejar competências das pró-reitorias de acordo com as necessidades administrativas. No caso de exoneração de pró-reitor ou diretor de *campus*, o reitor pode designar outro pró-reitor ou o vice-reitor para responder temporariamente pela pró-reitoria ou diretoria de *campus*.

As funções não eletivas de assessoria, coordenação, gerência e diretoria são feitas por nomeação do reitor.

1.7.2.3 Campi e unidades

A administração dos *campi* organiza-se da seguinte forma (UNIVILLE, 2016):

- Órgão executivo: direção do *campus*, que poderá contar com assessorias de ensino, pesquisa e extensão e pessoal administrativo necessário às atividades-fim;
- Órgãos consultivos: constituídos com base nas demandas acadêmico-administrativas e em questões estratégicas institucionais, podendo ser integrados por membros da comunidade regional.

A administração das unidades é organizada por coordenações que podem dispor de pessoal administrativo necessário às atividades-fim.

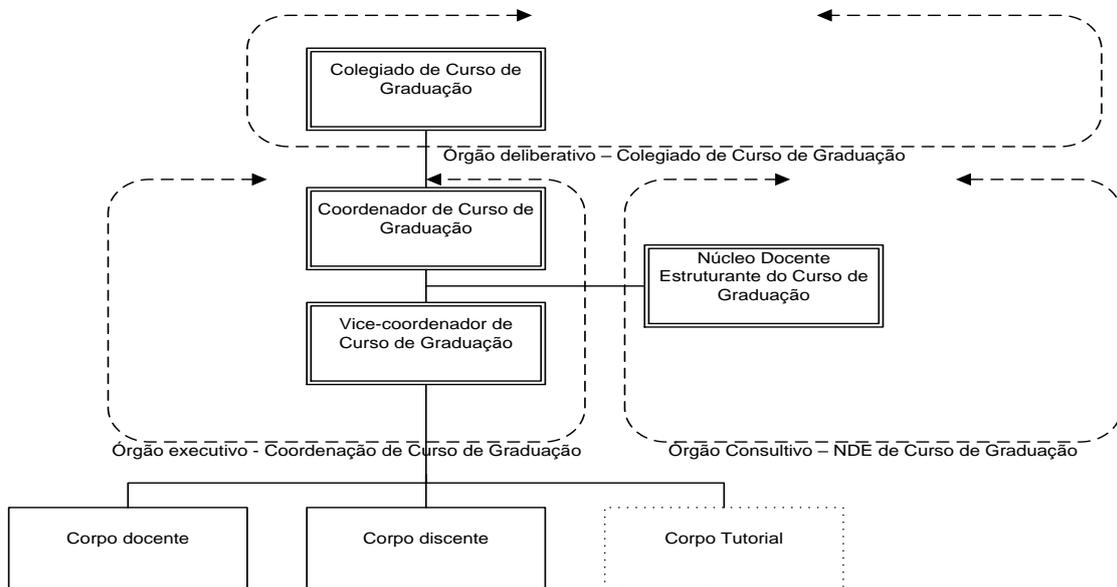
1.7.2.4 Cursos de graduação e programas de pós-graduação *stricto sensu*

A administração dos cursos de graduação organiza-se da seguinte forma (figura 9):

- Órgão deliberativo: Colegiado;
- Órgão executivo: coordenação;

- Órgão consultivo: Núcleo Docente Estruturante (graduação).

Figura 9 – Estrutura organizacional de cursos de graduação da Univille

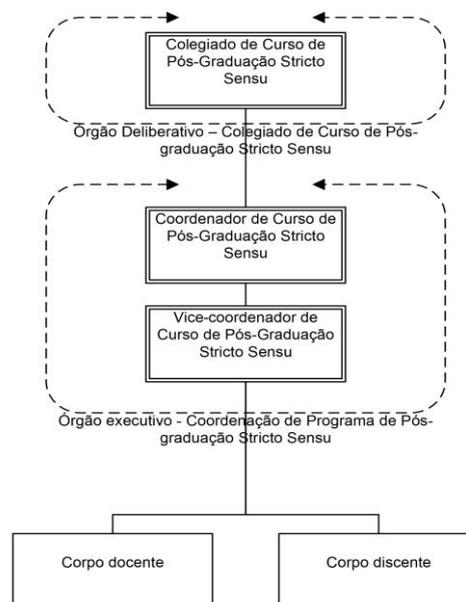


Fonte: Primária (2016)

A administração dos programas de pós-graduação *stricto sensu* organiza-se da seguinte forma (figura 10):

- Órgão deliberativo: Colegiado;
- Órgão executivo: coordenação.

Figura 10 – Estrutura organizacional de programas de pós-graduação *stricto sensu* da Univille



Fonte: Primária (2016)

O estatuto (UNIVILLE, 2016) prevê a constituição de comitês de área. Um comitê de área compreende um conjunto de cursos de graduação e programas de pós-graduação *stricto sensu*, integrados por meio de ações compartilhadas voltadas ao alcance de objetivos, metas e estratégias previstos no PEI e no PDI.

1.7.2.5 Órgãos complementares e suplementares

Os órgãos complementares e suplementares são normatizados pelo Conselho Universitário em regulamento próprio, que dispõe sobre sua criação, estrutura, funcionamento, fusão e extinção.

São órgãos complementares da Universidade:

- Colégio Univille – Joinville;
- Colégio Univille – São Bento do Sul.
- Colégio Univille – São Francisco do Sul.

Os órgãos suplementares da Universidade são:

- Biblioteca Universitária;
- Editora Univille.

O quinto capítulo caracterizou a organização administrativa da Instituição. Primeiramente os organogramas da Furj e da Univille foram apresentados. A seguir, os órgãos da administração da Furj foram descritos considerando o estatuto da fundação mantenedora (FURJ, 2014a): Presidência, Conselho de Administração e Conselho Curador. Por fim, a estrutura administrativa da Univille foi detalhada, considerando o disposto em seu estatuto (UNIVILLE, 2016): Conselho Universitário, Reitoria e demais instâncias da Instituição.

1.7.2.6 Educação a Distância (Unidade Ead - UNEaD)

Com a criação da Unidade de Educação a Distância da Univille (EaD UNIVILLE) responsável por planejar, coordenar e articular, interna e externamente, as ações de educação a distância, organizando-se uma estrutura tecnológica, financeira e de recursos humanos necessária a sua plena viabilização.

Em 2005, a Univille instala uma comissão para iniciar os estudos para viabilizar a oferta de educação a distância. Nos anos seguintes, investe na formação de professores implanta o ensino semipresencial nos cursos de Sistema de Informação e Pedagogia. Também oferece a disciplina de Metodologia da Pesquisa e Metodologia do Ensino Superior e cursos lato sensu.

Em 2013, o Centro de Inovação Pedagógica com uma equipe de mais dois professores fica responsável em elaborar o projeto EaD da Univille, com vistas a solicitar o credenciamento junto ao Ministério de Educação.

No ano de 2014 a Univille realizou o protocolo de credenciamento a oferta de cursos a distância no MEC.

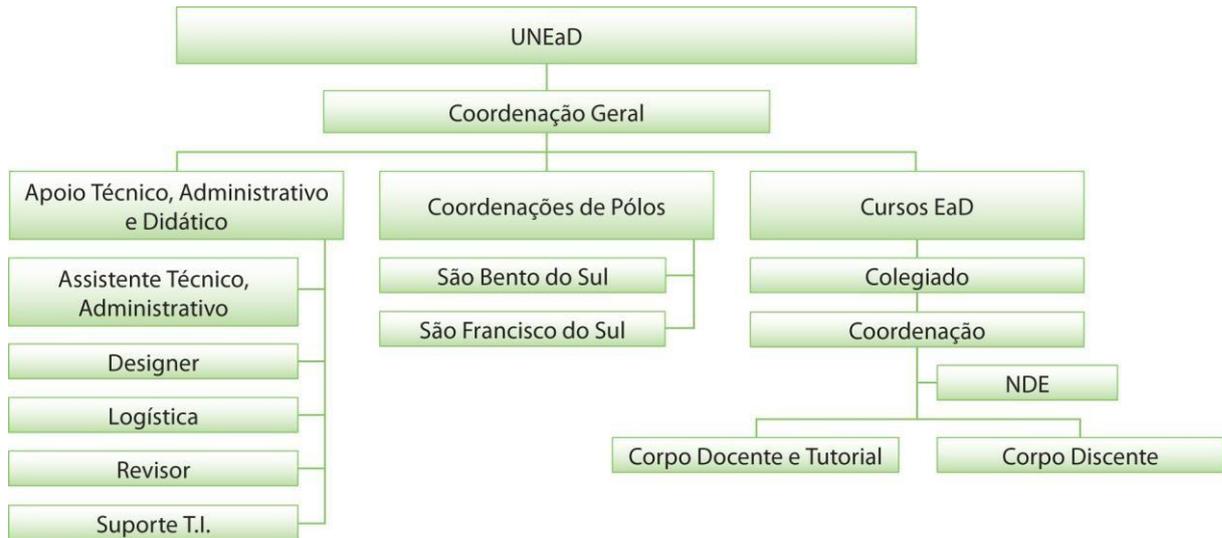
Em 2015 a Univille recebeu a comissão do MEC para o credenciamento da IES na sede em Joinville e no polo de São Francisco do Sul.

No ano de 2017 a Univille implantou mais de 50 disciplinas na modalidade em ead nos seus cursos de graduação presenciais. Com a mudança da legislação(Decreto N.º 9.057/2017), a Univille aguarda a autorização para a oferta dos cursos a distância.

A proposta da Univille, quando do seu credenciamento, irá dar continuidade às ações de expansão, considerando o previsto no PDI, e aperfeiçoar continuamente os processos acadêmicos, pedagógicos e administrativos na perspectiva do fortalecimento das condições de oferta de cursos.

O gerenciamento das atividades a distância é da responsabilidade da Unidade EaD (UNEaD), sendo vinculada à Vice-reitoria, sob a supervisão da Pró-reitoria de Ensino (Figura 11).

Figura 11 – Organograma da Unidade Ead



Fonte: Primária (2015)

A UNEaD atua na implementação das políticas institucionais para a educação a distância de forma articulada com as pró-reitorias, coordenadores dos cursos e coordenadores de cursos. A UNEaD tem na sua estrutura organizacional: coordenação geral; designer; suporte de TI; logística; revisor; assistente técnico, administrativo.

A base de trabalho do UNEaD é a sede da Universidade, que está localizada no Bloco B, sala 11, no Campus de Joinville, a partir da qual são mantidas articulações com as coordenações de curso, dos polos, docentes e tutores.

1.7.2.7 Polo de apoio presencial em São Bento do Sul

O Campus São Bento do Sul é base física integrada à UNIVILLE que desenvolve atividades permanentes de ensino, pesquisa e extensão e está situado na cidade de São Bento do Sul na Rua Norberto Eduardo Weihermann, 230 - Bairro Colonial, CEP: 89288-385; tel.: (47) 3631-9100; e-mail: univillesbs@univille.br. Dentro do cronograma de expansão previsto no PDI 2017-2021 é previsto a estruturação do Polo de apoio presencial em São Bento do Sul.

1.7.2.8 Polo de apoio presencial em São Francisco do Sul

Uma Unidade é uma base física integrada à UNIVILLE que desenvolve atividades permanentes de ensino, pesquisa e extensão sem dispor de status de Campus. Atualmente a UNIVILLE conta com duas Unidades, sendo uma delas em São Francisco do Sul na Rodovia Duque de Caxias, 6.365 - Poste 128 – km 8 – Bairro Iperoba, CEP 89240-000; tel.: (47) 3471-3800; e-mail: univille.sfs@univille.br. Dentro do cronograma de expansão previsto no PDI 2017-2021 é previsto a estruturação do Polo de apoio presencial em São Francisco do Sul.

1.7.2.9 Polo de apoio presencial em Joinville na Unidade Centro

A Unidade Centro de Joinville está localizada na Rua Ministro Calógeras, 439, no Bairro Centro, CEP 89202-207; tel: (47) 3431 0600; e-mail: unidadecentro@univille.br ; Dentro do cronograma de expansão previsto no PDI 2017-2021 é previsto a estruturação do Polo de apoio presencial na Unidade Centro.

1.7.2.10 Polo de apoio presencial em Joinville na Unidade Bom Retiro

A sede, também será um polo de apoio presencial da Univille. Localizada na rua Paulo Malschitzki, 10, Bairro Zona Industrial Norte, Joinville – SC. CEP 89219-710

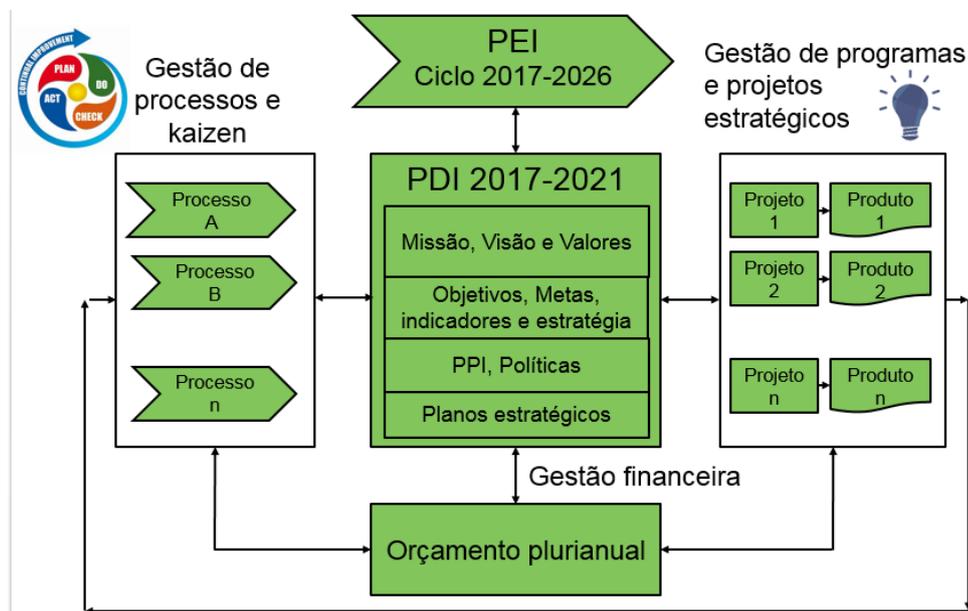
1.8 Planejamento Estratégico Institucional (PEI)

A organização e a coordenação do PEI é competência da Reitoria (UNIVILLE, 2016), que as delegou à Vice-Reitoria e contou com a Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucionais (Apai) na execução das atividades. Uma das diretrizes adotadas foi propiciar a participação ativa dos gestores dos diferentes níveis decisórios da Instituição por meio de coleta e análise de dados, reuniões, *workshops* e atividades do Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG). Outra diretriz esteve relacionada a divulgar e comunicar amplamente as atividades do PEI e proporcionar meios para que os membros dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica pudessem conhecer o processo e encaminhar sugestões.

1.8.1 A metodologia

O PEI para o ciclo 2017-2026 é um processo que resulta em um plano estratégico, que abrange dois quinquênios. Para o primeiro quinquênio foi elaborado o PDI 2017-2021, contemplando programas e projetos com vistas ao alcance dos objetivos e metas institucionais (figura 12).

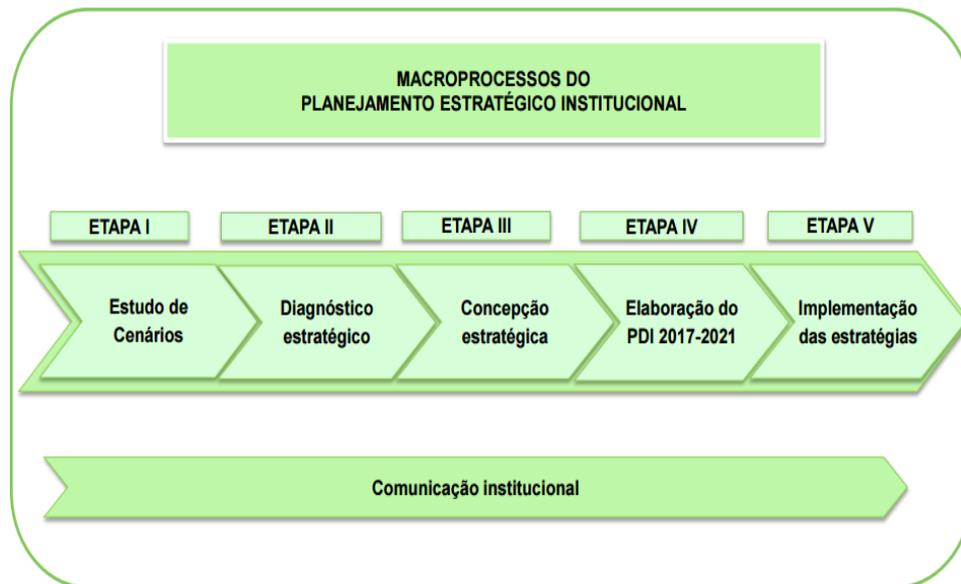
Figura 12 – *Framework* do PEI e sua relação com o PDI



Fonte: Primária (2016)

A metodologia tomou por base a sistemática adotada no ciclo anterior e uma fundamentação teórica sobre planejamento estratégico, considerando as especificidades de uma Instituição Comunitária de Educação Superior.

Figura 13 – Metodologia do PEI ciclo 2017-2026



Fonte: Primária (2016)

A metodologia está organizada em etapas (figura 13), e cada uma delas consiste em um macroprocesso. Cada macroprocesso abrange um conjunto de atividades que produz um resultado a ser utilizado na etapa seguinte, com base em determinados dados e informações. As etapas do PEI são:

- **Etapa I – Estudo de cenários:** a Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucionais, por meio de um processo de inteligência competitiva, elaborou questões que, após validação pela Reitoria, propiciaram a coleta de dados sobre determinados temas estratégicos. A análise dos dados permitiu o delineamento de cenários que constituíram a base para o diagnóstico estratégico;
- **Etapa II – Diagnóstico estratégico:** foram realizados *workshops* com os gestores da Universidade (Reitoria, coordenadores de cursos de graduação, coordenadores de programas de pós-graduação *stricto sensu*, diretores, coordenadores, gerentes e assessores). Nestes *workshops*, os dados e informações obtidos no estudo de cenários foram compartilhados com os gestores e foi promovida a análise do ambiente interno e do ambiente externo por meio da técnica *Strengths-Weaknesses-Opportunities-Threats* (SWOT) cruzado. Tal análise proporcionou a identificação de oportunidades e ameaças no ambiente externo e forças e fragilidades institucionais. Com base nisso, os gestores puderam discutir os possíveis objetivos e estratégias a serem adotados e dispor de dados e informações para definir a concepção estratégica institucional;
- **Etapa III – Concepção estratégica:** nessa etapa foram realizados *workshops* com a finalidade de discutir e propor a missão, a visão, os

valores, os objetivos e as metas institucionais para o novo ciclo do PEI. As atividades contaram com a participação dos gestores da Universidade e também incluíram a proposição de programas e projetos a serem desenvolvidos para a implementação da estratégia definida para o ciclo compreendido de 2017 a 2026;

- **Etapa IV – Elaboração do PDI 2017-2021:** o plano estratégico para o período de 2017 a 2026 foi desdobrado em dois períodos de cinco anos com o intuito de propiciar um melhor acompanhamento de sua execução e atender à exigência legal de que o PDI seja quinquenal. Assim, a elaboração do PDI para o período de 2017 a 2021 foi priorizada e contemplou as informações do PEI 2017-2026 com base nas exigências previstas pelo Sinaes e pelos procedimentos regulatórios do MEC;
- **Etapa V – Implementação das estratégias:** é a etapa que ocorre a partir da aprovação do PDI pelo Conselho Universitário e corresponde à execução de ações, projetos e programas previstos no PDI sob a coordenação da GI. Além disso, tal etapa também abrange processos de acompanhamento, controle e avaliação da execução do PDI por meio dos processos de AI.

Por fim, a metodologia considera um processo transversal de Comunicação Institucional, o qual tem o objetivo de socializar dados e informações sobre o PEI, bem como mobilizar a comunidade acadêmica para o engajamento em ações, projetos e programas que visam ao alcance dos objetivos e metas estratégicos.

1.8.2 A estratégia

O PEI propôs como estratégia para a Univille no período de 2017 a 2026:

Estratégia

Desenvolvimento institucional por meio da gestão do ensino, da pesquisa e da extensão com foco na qualidade com inovação, considerando a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental.

A estratégia proposta está articulada à identidade institucional, expressa pela missão, visão e valores, e enfatiza o compromisso com a qualidade e com a inovação no ensino, na pesquisa e na extensão (figura 14).

Figura 14 – Síntese da estratégia da Univille para o período 2017-2026



Fonte: Primária (2016)

1.8.3 Objetivos

O PEI propôs os seguintes objetivos estratégicos para o ciclo 2017-2026:

Objetivos estratégicos 2017-2026:

1. Melhorar a qualidade e o desempenho institucional e dos cursos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).
2. Melhorar o desempenho econômico e financeiro institucional.
3. Aumentar a produção científica qualificada, bem como a produção tecnológica, esportiva, artística e cultural da Univille, intensificando a relação entre ensino, pesquisa e extensão.
4. Fortalecer a qualidade institucional perante os públicos interno e externo.
5. Fortalecer a inserção da Univille como universidade comunitária e promotora da sustentabilidade socioambiental.
6. Ampliar a representatividade da Univille na comunidade regional e na comunidade acadêmico-científica.
7. Fortalecer a Univille como universidade inovadora e empreendedora.

1.8.4 Integração do Planejamento Estratégico Institucional com o Curso

O Curso integra a Coordenação e a Área, sendo de responsabilidade da Pró-Reitoria de ensino.

A Coordenação promove o desdobramento tático e operacional de objetivos e estratégias institucionais na elaboração do Projeto Pedagógico do Curso.

Este capítulo apresentou a caracterização geral da instituição, buscando evidenciar os principais aspectos referentes a: identidade da mantenedora e da mantida, inserção regional e o contexto educacional de atuação, histórico da instituição, composição do corpo dirigente, estrutura organizacional da mantenedora e da mantida e, por fim, o planejamento estratégico institucional.

2 DADOS GERAIS DO CURSO

Este capítulo apresenta a caracterização geral do curso. Neste sentido, os dados referentes à denominação, modalidade, vagas, carga horária, regime e duração, bem como período de integralização são apresentados. A seguir são indicados o endereço de funcionamento, os ordenamentos legais e a forma de ingresso.

2.1 Denominação do curso

História

2.1.1 Titularidade

O egresso do curso de História obterá o título de licenciado em História.

2.2 Endereços de funcionamento do curso

O curso é oferecido no *Campus* Joinville, localizado no endereço Rua Paulo Malschitzki, n. 10, *Campus* Universitário – Zona Industrial. CEP 89219-710 – Joinville/SC. *E-mail*: historia@univille.br.

2.3 Ordenamentos legais do curso

Criação: Resolução n.º 31/68/CEE, de 25 de março de 1968.

Autorização de funcionamento: Resolução n.º 31/68/CEE, de 25 de março de 1968.

Reconhecimento: Parecer n.º 1147/72/CFE, de 4 de outubro de 1972, e Decreto n.º 71.351, de 9 de novembro de 1972.

Renovação de Reconhecimento: Resolução n.º 067/2006/CEE e Parecer 236/2006/CEE homologados pelo Decreto n.º 4.771, publicados no DOE n.º 17.982, de 06 de outubro de 2006.

Renovação de Reconhecimento: Resolução n.º 074/2011/CEE e Parecer 186/2011/CEE homologados pelo Decreto n.º 711, publicados no DOE n.º 19.229, de 08 de dezembro de 2011.

2.4 Modalidade

Presencial.

2.5 Número de vagas autorizadas

O curso possui autorização para 44 vagas para ingressantes por período letivo.

2.6 Conceito Enade e conceito preliminar de curso

O curso possui conceito Enade 4 e CPC 4 obtido no ciclo avaliativo de 2017.

2.7 Período (turno) de funcionamento

O curso funciona no turno noturno, das 18h55min às 22h30min, de segunda a sexta-feira, e no turno matutino aos sábados.

O ingresso se dá no primeiro semestre do ano letivo.

2.8 Carga horária total do curso

O curso possui 3.888 horas/aula.

2.9 Regime e duração

O regime do curso é o seriado anual, com duração de 4,5 anos.

2.10 Tempo de integralização

Mínimo: 4,5 anos.

Máximo: 7 anos.

2.11 Formas de ingresso

O ingresso no curso de História da Univille pode dar-se de diversas maneiras:

a) Vestibular: é a forma mais conhecida e tradicional. Constitui-se de redação e questões objetivas de diversas áreas do conhecimento. Na Univille o processo vestibular é operacionalizado pelo Sistema Acafe (Associação Catarinense das Fundações Educacionais);

b) Processo Seletivo: a Instituição destina vagas específicas para ingresso por meio da análise do desempenho do estudante;

c) Transferência: para esta modalidade é necessário que o candidato possua vínculo acadêmico com outra instituição de ensino superior. São disponibilizadas também transferências de um curso para outro para acadêmicos da própria Univille;

d) Portador de diploma: com uma graduação já concluída o candidato poderá concorrer a uma vaga sem precisar realizar o tradicional vestibular, desde que o curso pretendido tenha disponibilidade de vaga;

e) ProUni: Para participar desse processo o candidato deve ter realizado o ensino médio em escola pública ou em escola particular com bolsa integral e ter feito a prova do Enem;

f) Reopção de curso: Os candidatos que não obtiverem o desempenho necessário no vestibular Acafe/Univille para ingressar na Universidade no curso prioritariamente escolhido poderão realizar inscrição para outro curso de graduação que ainda possua vaga, por meio de seu desempenho no vestibular. A seleção desses candidatos acontece pela avaliação do boletim de desempenho no vestibular;

g) Reingresso: O reingresso é a oportunidade de retorno aos estudos para aquele que não tenha concluído seu curso de graduação na Univille. Ao retornar, o estudante deverá se adaptar à matriz curricular vigente do curso.

Este capítulo caracterizou os aspectos gerais do curso, dentre eles: denominação, modalidade, vagas, carga horária, regime e duração, bem como

período de integralização. Por fim, foram indicados o endereço de funcionamento, os ordenamentos legais e a forma de ingresso.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Este capítulo caracteriza a organização didático-pedagógica do curso. Inicialmente são apresentadas as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão. A seguir são caracterizadas a justificativa social e a proposta filosófica do curso. Na sequência são descritos os objetivos, perfil profissional do egresso, estrutura, conteúdos e atividades curriculares do curso. Também são apresentados aspectos relacionados à metodologia de ensino, processo de avaliação da aprendizagem, serviços de atendimento aos discentes e processos de avaliação do curso. Por fim, são caracterizadas as tecnologias da informação e comunicação.

3.1 Política institucional de ensino de graduação

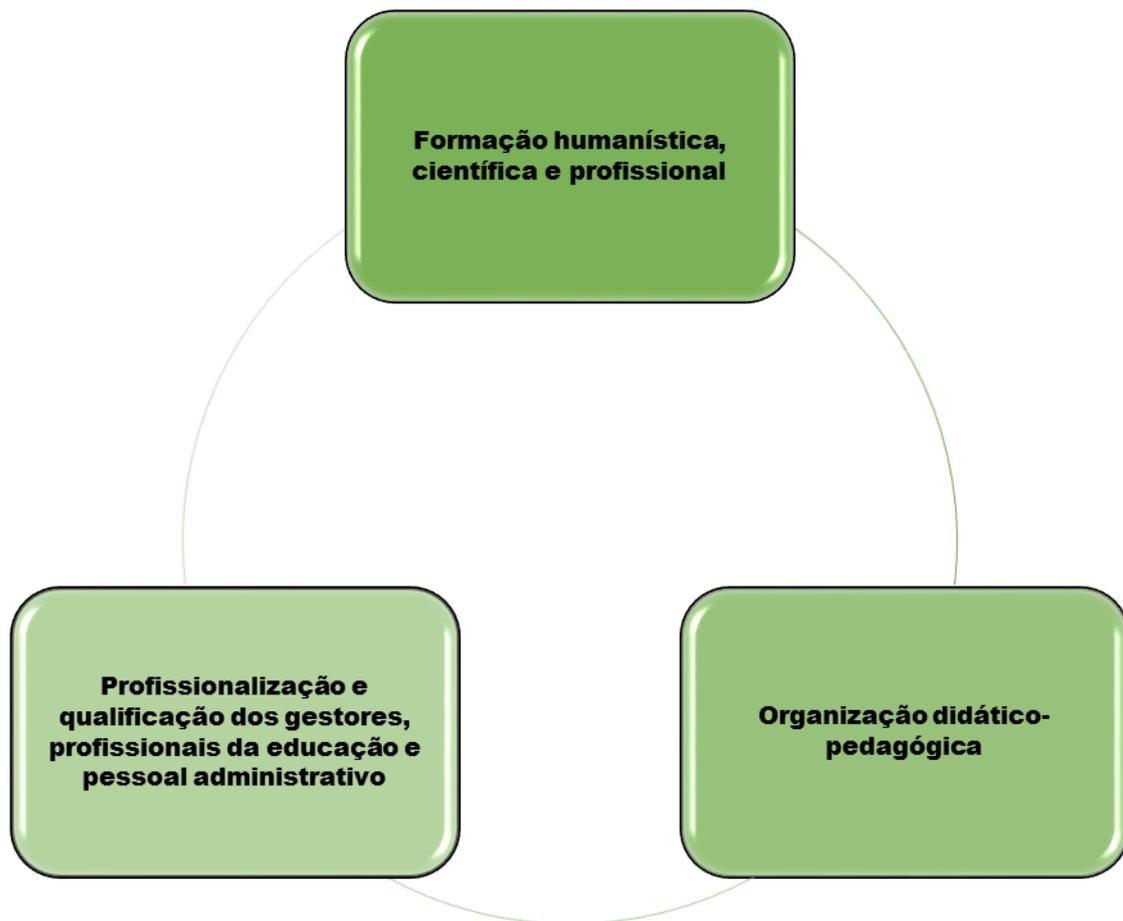
A Política de Ensino da Univille tem por objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam o planejamento, a organização, a coordenação, a execução, a supervisão/acompanhamento e a avaliação de atividades, processos, projetos e programas desenvolvidos pela Universidade nos diversos níveis e modalidades do ensino e que propiciam a consecução dos objetivos estratégicos e o alcance das metas institucionais.

O público-alvo contemplado por essa política é constituído por gestores e demais profissionais da Instituição. Abrange também todos os estudantes regularmente matriculados em qualquer nível e modalidade de ensino da Univille.

Essa política institucional considera três macroprocessos (figura 15):

- Formação humanística, científica e profissional;
- Organização didático-pedagógica;
- Profissionalização e qualificação de gestores, profissionais da educação e pessoal administrativo.

Figura 15 – Macroprocessos do ensino



Fonte: Primária (2016)

Cada um desses macroprocessos abrange atividades, processos, projetos e programas que envolvem mais de um elemento da estrutura organizacional, perpassando a Universidade, o que causa impacto significativo no cumprimento da missão e realização da visão e propicia uma perspectiva dinâmica e integrada do funcionamento do ensino alinhada à finalidade institucional e aos objetivos e metas estratégicos da Universidade.

Embora cada um dos macroprocessos apresente diretrizes específicas para a sua consecução, há diretrizes gerais que devem nortear o desenvolvimento dessa política, entre as quais:

- **INDISSOCIABILIDADE DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:** assegurar a articulação e integração entre atividades, processos, projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão;
- **QUALIDADE:** gerenciar, executar e avaliar processos, projetos e programas considerando requisitos de qualidade previamente definidos e contribuindo para a consecução de objetivos e o alcance de metas;
- **CONDUTA ÉTICA:** baseada em valores que garantam a integridade intelectual e física dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem;
- **TRANSPARÊNCIA:** assegurar a confidencialidade, a imparcialidade, a integridade e a qualidade de dados e informações, norteando-se pelas normas que conduzem os processos desenvolvidos pela Univille;
- **LEGALIDADE:** considerar a legislação vigente e as regulamentações institucionais relacionadas a processos, projetos e programas desenvolvidos;

SUSTENTABILIDADE: capacidade de integrar questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais no desenvolvimento de atividades, projetos e programas de ensino, bem como promover o uso racional de recursos disponíveis e/ou aportados institucionalmente, de modo a garantir a médio e longo prazo as condições de trabalho e a execução das atividades de ensino.

As políticas institucionais têm sido articuladas, em primeiro lugar, na gestão do curso, visando melhorar a estrutura de funcionamento das atividades, bem como o acolhimento das demandas emergentes das políticas educacionais e científicas de âmbito estadual e nacional, das diretrizes que vem norteando o reconhecimento da profissão de historiador, bem como das interlocuções do curso com os campos de trabalho do profissional de história na região. A esse respeito, destacam-se as interações dos nossos professores e estudantes com as redes de ensino básico por meio dos estágios supervisionados, dos Programas da Capes de Iniciação à Docência (PIBID) e Residência Pedagógica e de eventos como o Colóquio das Licenciaturas que, a cada edição, promove reflexão e debate acerca da educação

básica e seus vínculos com a formação de professores na região. Além disso, registram-se as ações do curso voltadas à formação contextualizada e contributiva com museus, arquivo e demais espaços de memória localizados na área urbana de Joinville. Além de terem a oportunidade de realizar estágios, os estudantes são motivados a integrarem projetos desenvolvidos pelo curso em parceria com tais instituições, resultando, por exemplo, em exposições, inventários do patrimônio, oficinas, dentre outros.

Em segundo lugar, a concretização das políticas institucionais no curso é tomada pelo NDE e pelo Colegiado como um desafio coletivo e contínuo. Para tanto, além das diretrizes e objetivos inscritos nas políticas de ensino, pesquisa e extensão, toma-se como referência as Diretrizes Nacionais de História e de Formação de Docentes para a Educação Básica, os Relatórios da CPA, as avaliações de desempenho docente e os resultados dos ciclos avaliativos do Enade/INEP. Com base na análise destes documentos, o curso estabelece os pontos e as prioridades que deverão ser atendidos a curto e médio prazos. A título de exemplo, destaca-se os estudos do NDE sobre a evasão realizados no início de 2016, pelos quais o Colegiado decidiu pelo monitoramento sistemático dos índices e designou um docente por série para acompanhar globalmente cada uma das turmas.

Por fim, cabe ressaltar que o curso não apenas incorpora em seu Projeto Pedagógico os princípios gerais que norteiam as políticas institucionais como também atua em todas as instâncias políticas e de gestão, dentro e fora da universidade, para que esses sejam fortalecidos e inscritos nas políticas nacionais de educação, ciência e cultura. A esse respeito destaca-se o engajamento de professores e estudantes em conselhos e conferências municipais, estaduais e nacionais, em organizações de classe e em fóruns da sociedade civil organizada.

De uma maneira geral, o curso considera que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a interação teoria-prática, as vivências interdisciplinares e a produção contextualizada de conhecimentos são fundamentais para uma formação cidadã, humanística e ética, comprometida com transformações sociais que repercutam na melhoria de vida da população brasileira, especialmente, junto às parcelas mais atingidas por injustiças sociais e desigualdades de toda ordem.

Se, em diferentes espaços e tempos, a história lida com os acontecimentos humanos em todas as suas esferas de existência, acreditamos que a formação em

história tem como função, analisar, compreender, explicar e interpretar criticamente o presente, reconstituindo-o ou o reconstruindo como experiência e memória sociais. Em outras palavras, a formação promovida pelo curso visa atribuir importância à história no tempo presente, enquanto espaço de problematização e de reflexão sobre as dimensões sociais e diacrônicas dos acontecimentos que envolvem, movem e atravessam os vários domínios da nossa existência. Como tal, os processos de ensino- aprendizagem e as atividades de pesquisa e de extensão, de forma articulada, buscam estimular o desenvolvimento da capacidade crítica e a autonomia dos estudantes.

No ano de 2017, após um ano de trabalho intensivo do NDE e Colegiado, foi implantada uma nova matriz curricular para contemplar a Resolução CNE 02/2015. Em articulação com as demais Licenciaturas da Univille foram estabelecidas diretrizes internas comuns visando fortalecer ainda mais os princípios institucionais e a otimização da infraestrutura instalada. Considerando outras demandas das políticas públicas, dentre as quais se destacam a inclusão de conteúdos e práticas voltadas aos temas transversais, houve várias atualizações em ementas e os planejamentos de ensino-aprendizagem passaram a contemplar tais temas também em Viagens de Estudo, Oficinas, etc.

Além disso, duas outras mudanças foram introduzidas. A primeira decorreu da proposição institucional de fomento à modalidade semipresencial em algumas disciplinas, como estratégia para docentes e discentes obterem maior domínio pedagógico sobre as ferramentas e recursos das tecnologias de comunicação e, principalmente, para proporcionar aos estudantes maior flexibilização na apropriação de conteúdos disciplinares. A segunda emanou de uma proposição específica do Colegiado, qual seja, a *curricularização* da extensão. O Colegiado passou a apostar na ideia de que tal *curricularização* impulsiona a capacidade interventiva e transformadora dos estudantes, beneficia as comunidades do entorno e concretiza o diferencial comunitário da Univille.

3.2 Política institucional de extensão

A Política de Extensão da Univille tem por objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam: o planejamento, a organização, o gerenciamento, a

execução e a avaliação dos cursos de extensão; prestação de serviços; eventos; atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer; participação em instâncias comunitárias; projetos e programas desenvolvidos pela Universidade no que diz respeito à extensão universitária.

O público-alvo contemplado por essa política é constituído por profissionais da educação, pessoal administrativo e gestores da Univille. Abrange também todos os estudantes regularmente matriculados em qualquer nível e modalidade de ensino, nos diversos cursos oferecidos pela Univille. O público-alvo dessa política engloba ainda, indiretamente, a comunidade externa envolvida nas atividades de extensão da Universidade.

Essa política considera três macroprocessos (figura 16):

- Formação humanística, científica e profissional;
- Inserção comunitária;
- Promoção da sustentabilidade socioambiental.

Cada um desses macroprocessos abrange atividades, processos, projetos e programas que envolvem mais de um elemento da estrutura organizacional, perpassando a Universidade, causando impacto significativo no cumprimento da missão e na realização da visão e proporcionando uma perspectiva dinâmica e integrada do funcionamento da extensão, alinhada à finalidade institucional e aos objetivos e metas estratégicos da Universidade.

Figura 16 – Macroprocessos da extensão



Fonte: Primária (2016)

Nas seções seguintes deste documento, cada um dos macroprocessos é descrito e são identificadas diretrizes específicas. Entretanto considera-se que existem diretrizes gerais a serem observadas, que se encontram descritas a seguir:

- **INDISSOCIABILIDADE DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:** assegurar a articulação e integração entre atividades, processos, projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão;
- **QUALIDADE:** gerenciar, executar e avaliar processos, projetos e programas, considerando requisitos de qualidade previamente definidos e contribuindo para a consecução de objetivos e o alcance de metas;
- **CONDUTA ÉTICA:** zelar pela construção de relacionamentos pautados em princípios éticos, de transparência, honestidade e respeito aos direitos humanos e à sustentabilidade socioambiental;

- **TRANSPARÊNCIA:** assegurar a confidencialidade, a imparcialidade, a integridade e a qualidade de dados e informações, norteando-se pelas normas que conduzem os processos desenvolvidos pela Univille;
- **LEGALIDADE:** considerar a legislação vigente e as regulamentações institucionais relacionadas a processos, projetos e programas desenvolvidos;
- **SUSTENTABILIDADE:** capacidade de integrar questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais no desenvolvimento de atividades, projetos e programas de extensão, bem como promover o uso racional de recursos disponíveis e/ou aportados institucionalmente, de modo a garantir a médio e longo prazos as condições de trabalho e a execução das atividades de extensão;
- **AUTONOMIA:** promover, de forma sistematizada, o protagonismo social por meio do diálogo com a comunidade;
- **PLURALIDADE:** reconhecer a importância de uma abordagem plural no fazer extensionista que considere os múltiplos saberes e as correntes transculturais que irrigam as culturas.

No âmbito do curso, as primeiras atividades de extensão remontam ao ano de 1982, quando foi criado o Laboratório de História Oral (LHO). Um dos primeiros laboratórios a serem implantados no Brasil, o LHO visava difundir a metodologia da história oral em Joinville e região e participar de um projeto em parceria com o Arquivo Histórico de Joinville sobre a política e os políticos locais. Ao longo dos anos, reuniu um acervo de fontes orais com mais de 400 entrevistas. Em 2002, o laboratório passou a ser concebido como meio e recurso integrado ao Programa Institucional de História Oral da Univille (PIHO). Atualmente, esse programa tem como objetivos promover a interação entre diferentes agentes que utilizam a história oral; difundir essa metodologia; apoiar e desenvolver projetos de ensino, pesquisa e/ou extensão que usam a metodologia da história oral em seus fazeres; e organizar, manter, ampliar e disseminar fontes orais que compõem o acervo do LHO.

Além das ações que decorrem dos seus objetivos, desenvolvem-se as seguintes atividades e projetos de extensão envolvendo professores e alunos do curso:

- a) Grupo de Estudos em História Oral: promove estudos e debates em história oral com base em temas de interesse, todos os anos selecionados pela equipe do PIHO. Elabora e divulga uma agenda semestral de encontros que ocorrem uma vez ao mês, disponibilizando os textos que serão estudados. Desde 2012, participam do grupo estudantes, professores e pesquisadores das comunidades interna e externa. Em 2015, o tema de estudo foi História Oral e Direitos Humanos;
- b) História Oral e Educação: Interfaces com o Ensino e a Aprendizagem Escolar (HOED): tem como objetivo promover formação continuada a professores da educação básica de Joinville e região, tomando como referência as potencialidades da metodologia da história oral aos processos de ensino e de aprendizagem escolar. O projeto foi aprovado pela primeira vez em 2011 e foi implementado em 2012, 2013 e 2014;
- c) Oficinas Metodológicas de História Oral: são desenvolvidas oficinas com base nas demandas provenientes de vários cursos de graduação e de programas de extensão. No âmbito do curso de História, anualmente os estudantes vivenciam a história oral nas disciplinas Introdução ao Estudo da História, Metodologia da Pesquisa em História e Teoria da História;
- d) Em 2015, a Univille, por intermédio do PIHO, sediou o VIII Encontro Regional Sul de História Oral, da Associação Brasileira de História Oral, contando com o apoio da Capes e da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (Fapesc).

O Programa Institucional de Extensão Centro Memorial da Univille (CMU) também desenvolve ações de extensão integradas ao curso de História. Tem como objetivo promover a valorização da memória institucional da Univille por meio da guarda, preservação e difusão de acervos documentais de interesse histórico. Além de proporcionar campo de estágio aos estudantes, realiza atualmente, com eles, as seguintes atividades e projetos de extensão:

- a) oficinas de restauro e conservação documental, em parceria com o Arquivo Histórico de Joinville;
- b) Projeto Comemore Univille 50 Anos, que teve como resultados:

- montagem das exposições: *Arquivo, memória e patrimônio: Univille, 50 anos de história*; *Memórias em rede*; e *Estudar e resistir: Univille 1965-2015*;
- duas publicações sobre a história do ensino superior em Joinville e região.

A extensão consiste em prática acadêmica que interliga a universidade com as demandas da sociedade, sendo organizada por meio de programas, projetos, eventos, cursos, prestação de serviços, projetos subsidiados e apoio ao estudante e, a partir da nova matriz curricular, cuja implantação foi iniciada em 2017, através da sua curricularização em uma disciplina específica do curso de História, denominada Atividades de Extensão.

Trata-se, de uma disciplina trabalhada em três séries do curso – primeira, segunda e terceira, cujas cargas horárias são, respectivamente, 36, 54 e 54 horas/aula. Ela possui carga horária prática, em que os graduandos problematizam a extensão através de atividades de estudo e vivenciam os programas e os projetos de extensão da Univille por meio do envolvimento prático com eles.

Os Programas de Extensão (História Oral e Centro Memorial da Univille, já mencionado acima) estão consolidados e integrados à matriz curricular, seja para o aprofundamento de estudos teóricos e metodológicos, seja como espaço social de partilha, entre comunidade interna e comunidades externas, de produção e circulação de conhecimentos.

Além deles, os docentes, nos últimos anos, submeteram projetos de extensão aos editais anuais lançados pela instituição. Em todos, acionaram conteúdos disciplinares e envolveram estudantes de todas as séries do curso. Registra-se os seguintes projetos: “Memórias do Jardim Sofia: cenas da cidade migrante”; “História oral e Educação”; “A cidade em perspectiva: design, educação e tecnologia da informação e comunicação”; e o “O Haiti é aqui”.

3.3 Política institucional de pesquisa

A Política de Pesquisa da Univille tem por objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam o planejamento, a organização, a coordenação, a execução, a supervisão/acompanhamento e a avaliação de atividades, processos,

projetos e programas desenvolvidos pela Universidade no que diz respeito à pesquisa.

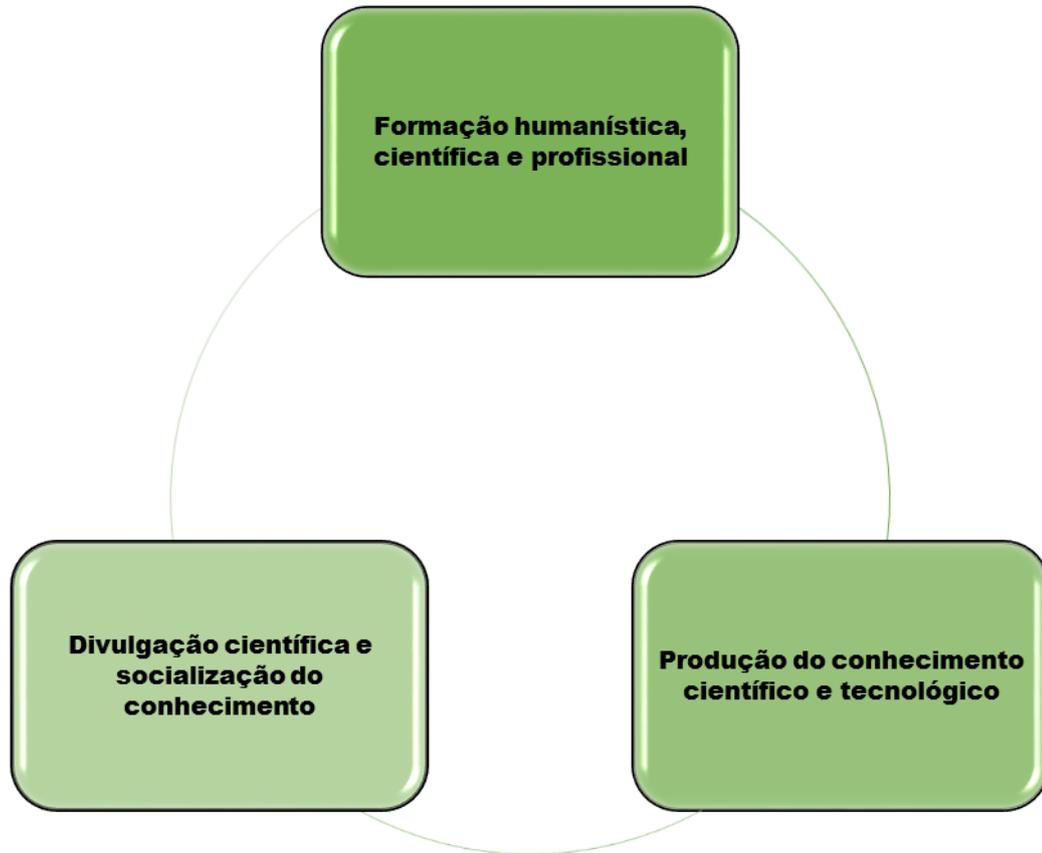
O público-alvo contemplado por essa política é constituído por profissionais da educação, pessoal administrativo e gestores da Univille. Abrange ainda os estudantes regularmente matriculados em qualquer nível e modalidade de ensino, nos diversos cursos oferecidos pela Univille.

Essa política considera três macroprocessos (figura 17):

- Formação humanística, científica e profissional;
- Produção do conhecimento científico e tecnológico;
- Divulgação científica e socialização do conhecimento.

Cada um desses macroprocessos abrange atividades, processos, projetos e programas que envolvem mais de um elemento da estrutura organizacional, perpassando a Universidade, o que causa impacto significativo no cumprimento da missão e realização da visão e propicia uma perspectiva dinâmica e integrada do funcionamento da pesquisa alinhada à finalidade institucional e aos objetivos e metas estratégicos da Universidade.

Figura 17 – Macroprocessos da pesquisa



Fonte: Primária (2016)

Embora cada um dos macroprocessos apresente diretrizes específicas para a sua consecução, há diretrizes gerais que devem nortear o desenvolvimento dessa política, entre as quais:

- **INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:** assegurar a articulação e integração entre atividades, processos, projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão;
- **QUALIDADE:** gerenciar, executar e avaliar processos, projetos e programas considerando requisitos de qualidade previamente definidos e contribuindo para a consecução de objetivos e o alcance de metas;
- **CONDUTA ÉTICA:** baseada em valores que garantam integridade intelectual e física dos envolvidos na ação de pesquisar e fidelidade no processamento e na demonstração de resultados com base nas evidências científicas;

- **TRANSPARÊNCIA:** assegurar a confidencialidade, a imparcialidade, a integridade e a qualidade de dados e informações, norteando-se pelas normas que conduzem os processos desenvolvidos pela Univille;
- **LEGALIDADE:** considerar a legislação vigente e as regulamentações institucionais relacionadas a processos, projetos e programas desenvolvidos;
- **SUSTENTABILIDADE:** capacidade de integrar questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais no desenvolvimento de atividades, projetos e programas de pesquisa, bem como promover o uso racional de recursos disponíveis e/ou aportados institucionalmente, de modo a garantir a médio e longo prazos as condições de trabalho e a execução das atividades de pesquisa científica;
- **ARTICULAÇÃO SOCIAL:** busca de soluções científicas e tecnológicas para o desenvolvimento e a valorização das atividades econômicas, culturais e artísticas da região por meio de parceria entre a Universidade e a comunidade externa;
- **RELEVÂNCIA:** projetos e programas de pesquisa devem estar alinhados ao PDI, aos PPCs e às linhas dos PPGs, visando ao impacto social e inovador da pesquisa.

No âmbito do curso, a pesquisa é operacionalizada sob duas perspectivas: “ensino com pesquisa” e “ensino para a pesquisa”. A primeira incide diretamente sobre as disciplinas e o processo pedagógico, os quais tomam como foco aprendizagens que, norteadas pela problematização, devem estimular os estudantes a produzirem conhecimento no domínio da produção historiográfica (métodos, linguagens e diálogo com os clássicos). Na segunda, “ensino para a pesquisa”, os estudantes, por meio da participação em projetos de pesquisa de professores e/ou de iniciação científica se defrontam com os desafios de produzir conhecimentos novos, metodologicamente estruturados, objetivando criar resultados que se tornem apropriáveis à inovação e que contribuam para sua área de atuação.

O curso de História possui a linha de pesquisa voltada para história, memória e patrimônio. Tal linha vincula os projetos de pesquisa e de extensão dos professores e os projetos de iniciação científica a eles integrados. No decorrer do curso, os graduandos têm ainda a oportunidade de submeter projetos a editais internos de demanda espontânea que tratem de temas não vinculados diretamente a essa linha, ou seja, a temas, por exemplo, que emergem em disciplinas como História Antiga, História Medieval etc. Isso tem aberto ao próprio curso a possibilidade de perscrutar novas áreas de interesse investigativo em história, já que os docentes-orientadores podem dar continuidade ao que foi iniciado, seja orientando novos projetos de iniciação científica, seja submetendo seus próprios projetos de pesquisa docente a editais internos e externos.

Por fim, ressalta-se a integração com o *stricto-sensu*, em especial com os Programas de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade e em Educação. Tal integração é concretizada com a inserção de alunos de graduação em projetos de pesquisa coordenados por docentes que atuam concomitantemente no Curso e nestes Programas, o que vem dando impulso à diretriz institucional de educação continuada.

3.4 Justificativa da necessidade social do curso (contexto educacional)

O curso de Licenciatura em História iniciou suas atividades em 1968. A iniciativa decorreu de estratégias desenvolvimentistas dos governos estadual e municipal, sob as quais, à época, intentavam criar mecanismos para elevar os índices de escolarização e profissionalização dos jovens joinvilenses.

O curso de História começou a funcionar simultaneamente com outras licenciaturas: Geografia, Letras e Matemática. O governo municipal via a concretização de mais dois objetivos: qualificar os professores das escolas da região, os quais na sua esmagadora maioria não tinham títulos universitários, e garantir a formação de novos professores para atender a capacitação dos recursos humanos exigida pela expansão vertiginosa do complexo industrial da cidade, sob estímulo do projeto econômico do regime militar.

Desse modo, o objetivo inicial do curso consistia em preparar professores para ensinar **uma** história escolhida pela municipalidade como **a** história da cidade e

da região a ser conhecida pelos “educandos” (joinvilenses ou não). Embora em sua trajetória o curso não tenha correspondido plenamente a tais objetivos, nos seus 50 anos de existência o curso formou 735 licenciados.

Nos primeiros anos, o curso contou em seus quadros com professores da Universidade Federal de Santa Catarina (USFC) que, semanalmente, vinham para Joinville ministrar aulas. Paulatinamente, eles também implementaram projetos de extensão e de pesquisa em suas áreas de interesse, envolvendo os graduandos do curso.

O fato é que desde o seu início o curso contou com o apoio institucional. Tal apoio foi intensificado nos anos de 1990, na forma de adequações necessárias para a titulação de docentes em mestrado e doutorado, implantação de infraestrutura, criação e fortalecimento de grupos de pesquisa e fomento a projetos de pesquisa e de extensão ligados ao ensino de história, à história regional e ao patrimônio cultural.

Tais aspectos estão ligados, por sua vez, a três dimensões que intervêm na explicitação da pertinência atual do curso. São elas: (1) abrangência geográfica de sua atuação; (2) demandas emergentes da configuração educacional e sociocultural; e (3) desafios identificados e apropriados pelo Colegiado e pelo NDE para a área da história.

1) Joinville é a cidade catarinense mais populosa, com aproximadamente 577.077 habitantes (IBGE/2017). É também o município sede da Região Metropolitana do Norte e Nordeste Catarinense. O município é um dos maiores exportadores brasileiros. Contudo, tais positivities econômicas não encontram correspondência na (2) configuração das atuais demandas educacional e sociocultural do município postas para o Curso.

Conforme indicadores demográficos, do total da população, apenas 5,84 % possui ensino superior. Constata-se ainda um grave desequilíbrio entre a escolarização de ensino fundamental e de ensino médio. Para a população com faixa etária entre 10 e 14 anos (8,19 % da população total), existem no município 120 escolas públicas de ensino fundamental, localizadas nas áreas urbana e rural. Para a população com faixa etária de 15 a 19 anos (8,67 % da população total), existem apenas 36 escolas públicas de ensino médio concentradas na área urbana. Se considerarmos as metas de escolarização média inscritas no Plano Estadual de Educação que pretende até 2024 duplicar a oferta de vagas no ensino médio,

combinada com a melhoria contínua dos processos de ensino-aprendizagem, e, ainda, a meta do Plano Municipal de Educação que pretende que 40% da população de 19 a 24 anos esteja matriculada no ensino superior aponta-se a importância do papel do Curso para suprir a necessária expansão da educação básica e superior junto à população.

No que diz respeito às demandas socioculturais, destaca-se que, somente na área urbana, Joinville possui quatro museus, três “espaços de memória”, dois complexos culturais e um arquivo histórico municipal. Com exceção dos dois Complexos Culturais, em todas as unidades o estudante tem oportunidades de estágio e os egressos um significativo campo de trabalho, visto que na dotação de cargos municipais, existem os cargos de historiador e de educador de museu. Registra-se que atualmente os egressos do curso ocupam a maioria desses cargos. Contudo, quando consideramos as condições de trabalho e a situação em que se encontram esses espaços de memória, a relevância do Curso se mostra ainda mais quer para suprir a necessidade de formação quer para contribuir com as políticas públicas de cultura e de patrimônio cultural. Sobre esse último, Joinville possui cerca de 60 bens tombados pelas diferentes esferas. Os docentes do curso têm, recorrentemente, colaborado com a elaboração de pareceres técnicos e de inventariações do patrimônio edificado.

Quanto ao patrimônio arqueológico, o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville tem cadastrado na região 42 sítios de tipologia sambaquis, duas oficinas líticas, três estruturas subterrâneas e dois sítios históricos. Isso explica a intensa produção acadêmica de alguns docentes do curso nessa área que também orientam estudantes em projetos de iniciação científica vinculados aos seus próprios projetos.

Dada às características naturais da região, foram implantadas no município dez Unidades de Conservação com diferentes categorias de manejo. Diante dos atuais problemas de proteção e de gestão desse rico patrimônio natural e, considerando a necessidade de promover novas sensibilidades, saberes e vínculos das comunidades que o vivenciam, os docentes do curso vem desenvolvendo atividades de ensino e pesquisa, em articulação com o Programa de Pós Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, que problematizam historicamente as relações que as populações estabeleceram e estabelecem com esse patrimônio natural.

Por fim, uma nova demanda vem sendo aberta para (e pelo) Curso: trata-se da necessidade de produzir e difundir estudos históricos sobre o conjunto de patrimônios de natureza imaterial, especialmente na área rural do município.

O município de Joinville também é sede da região metropolitana do nordeste de Santa Catarina, a qual engloba mais oito municípios: Araquari, Balneário Barra do Sul, Campo Alegre, Garuva, Itapoá, Rio Negrinho, São Bento do Sul e São Francisco do Sul. A rede de ensino básico é constituída, apenas em Joinville, por 556 unidades escolares localizadas nos meios urbano e rural. (Fonte: Joinville Cidade em Dados 2014. IPPUJ/PMJ).

É nesse contexto que o curso tem como objetivo formar professores de História que atendam adequadamente às demandas emergentes das 203 escolas de ensino fundamental e médio. Ainda que o curso seja de licenciatura, consideram-se as discussões que desde os anos de 1990 concebem o profissional de história como aquele que deve ser formado para o ensino e a pesquisa. Nessa direção, o curso justifica-se levando em conta a rede de instituições existente na região que integra arquivos, museus e centros de documentação.

Além disso, em termos acadêmicos, a relevância do curso assenta-se na necessidade de produzir e disseminar conhecimento humanístico em história na contemporaneidade, numa cidade fortemente industrializada em que predominam poderes e razões técnicas e burocráticas voltados a um presente que parece destituído de senso de continuidade e tendente a imaginar que se basta a si mesmo.

Se, como nos dizem Novais e Silva (2011), a história tem como objeto os acontecimentos humanos em todas as suas esferas de existência “em todos os lugares, e durante todo o tempo” (NOVAIS; SILVA, 2011, p. 17), a operação historiográfica, a qual envolve, segundo Certeau (1982), um lugar social, uma prática e uma escrita histórica – e acrescentaríamos seu ensino e aprendizagem –, tem como objeto e função precípua explicar criticamente o presente, reconstituindo-o ou reconstruindo-o como “memória social, inerente a toda formação social” (NOVAIS; SILVA, 2011, p. 16). Isso quer dizer que para além, e por meio, dos diálogos epistemológicos que promove ou que pode promover e das possibilidades de inovação em seu ensino e aprendizagem, a relevância do curso é por nós também atribuída com base nos desafios éticos e políticos que nos parecem irremediáveis sobre o papel da história no tempo presente, enquanto espaço de reflexão no que

concerne às dimensões sociais e diacrônicas dos acontecimentos que nos envolvem e movem e atravessam as várias esferas da nossa existência.

A essas dimensões ligam-se os desafios identificados e apropriados pelo Colegiado para traçar o perfil, os objetivos e os arranjos curriculares do curso:

- De que forma os conhecimentos e as práticas historiadoras podem repercutir na educação básica de tal modo a estimular nas gerações mais novas senso de duração, de pertencimento coletivo e de percepção da densidade temporal dos problemas vivenciados na contemporaneidade?
- Como e em que termos os processos de ensino-aprendizagem em história podem combater “passados-presentes” que se inscrevem politicamente como problemas no campo de atuação profissional?
- Quais alternativas o “fazer história” pode promover formação crítica, reflexiva e politicamente problematizadora para sociedade?
- A produção de conhecimento em história pode gerar novos sentidos sobre a cidadania no século XXI?

3.5 Proposta filosófica da instituição e do curso

3.5.1 Educação para o século XXI

Desde a década de 1990 ocorrem discussões nacionais e internacionais sobre a educação para o século XXI e o compromisso com a aprendizagem dos estudantes, compreendida como o processo de desenvolvimento de competências para fazer frente aos desafios do mundo contemporâneo. Em termos gerais, com base nos pilares delineados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, do inglês United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) para a educação do século XXI, pode-se considerar que tais competências incluem, de forma não exclusiva, a capacidade do estudante de (DELORS, 2000):

- **Aprender a conhecer:** inclui as capacidades de formular problemas, definir objetivos e especificar e aplicar metodologias, técnicas e ferramentas na solução de problemas;

- **Aprender a fazer:** implica ser capaz de empregar conceitos, métodos, técnicas e ferramentas próprios de determinado campo profissional;
- **Aprender a conviver:** abrange a capacidade de se comunicar de forma eficaz, trabalhar em equipe, respeitar as normas de convívio social levando em conta os direitos e deveres individuais e coletivos;
- **Aprender a ser:** diz respeito a ser capaz de agir eticamente e comprometido com o respeito aos direitos humanos.

Decorridas quase duas décadas do início do século XXI, a proposição dos pilares precisa considerar as transformações pelas quais o mundo do trabalho vem passando e as novas exigências em termos de habilidades para o exercício da cidadania e a inserção no mundo do trabalho contemporâneo. Entre os estudos internacionais que discutem tais mudanças, é possível citar o realizado pelo Institute for The Future (IFTF), um grupo ligado à University of Phoenix que se dedica a pesquisas sobre mudanças sociais e no mercado de trabalho. O relatório *Future work skills 2020* apontou seis grandes indutores de mudanças disruptivas com impactos sobre as habilidades para o trabalho no século XXI (IFTF, 2011):

- **Extrema longevidade:** ocorre um aumento da população com idade acima dos 60 anos, sobretudo nos Estados Unidos, na Europa e em países como o Brasil. A perspectiva é de que tal fenômeno influencie as percepções sobre idade/velhice, bem como sobre as carreiras profissionais, a inserção no mercado de trabalho e a forma de proporcionar serviços de saúde e bem-estar para as pessoas idosas;
- **Ascensão de sistemas e máquinas inteligentes:** o avanço tecnológico, especialmente da microeletrônica e da tecnologia da informação e comunicação, proporciona a disponibilização de um grande número de máquinas e sistemas inteligentes (*smart*) não apenas nas fábricas e escritórios, mas também nos serviços médico-hospitalares e educacionais, nos lares e na vida cotidiana. Isso implicará um novo tipo de relacionamento dos seres humanos com as máquinas e sistemas, o que exigirá domínio de habilidades tecnológicas e compreensão das modalidades de relacionamentos sociais mediadas por essas tecnologias;
- **Mundo computacional:** a difusão do uso de sensores para a captação de dados e o incremento no poder de processamento e de comunicação por meio de diferentes objetos de uso cotidiano (*internet of things – IoT*) abrem a oportunidade de desenvolvimento de sistemas pervasivos e ubíquos em uma escala que anteriormente era impossível. Uma das consequências disso é a disponibilização de uma enorme quantidade de dados (*big data*) que por meio de modelagem e simulação propiciam a compreensão de uma variedade de fenômenos e problemas nas mais diferentes áreas e em diferentes níveis de abrangência. Isso exige a capacidade de coletar e

analisar grandes volumes de dados com o intuito de identificar padrões de relacionamento e comportamento, tomar decisões e projetar soluções;

- **Ecologia das novas mídias:** novas tecnologias de multimídia transformam as formas de comunicação, desenvolvendo novas linguagens e influenciando não apenas a maneira com que as pessoas se comunicam, mas também como se relacionam e aprendem. Tais mudanças exigem outras formas de alfabetização além da textual e uma nova compreensão dos processos de aprendizagem e construção do conhecimento;
- **Superestruturas organizacionais:** novas tecnologias e plataformas de mídia social estão influenciando a forma como as organizações se estruturam e como produzem e criam valor. O conceito de rede passa a ser uma importante metáfora para a compreensão da sociedade e das organizações. Essa reestruturação implica ir além das estruturas e dos processos tradicionais para considerar uma integração em escala ainda maior, ultrapassando as fronteiras organizacionais e físicas com o objetivo de propiciar a colaboração entre pessoas, grupos e instituições. Isso influencia e transforma conceitos organizacionais e de gestão que passam a considerar aspectos das áreas de *design*, computação, neurociências, psicologia, antropologia cultural e sociologia;
- **Mundo conectado globalmente:** o aumento da interconectividade global faz repensar as relações entre as nações, e um novo contexto social e político desenha-se à medida que Estados Unidos e Europa deixam de ser lideranças em termos de criação de empregos, inovação e poder político e econômico. As organizações multinacionais já não têm necessariamente suas sedes na Europa, no Japão e nos EUA e, além disso, passam a usar a conectividade global para potencializar o papel de suas subsidiárias em países como Índia, Brasil e China. Como algumas das consequências dessa transformação, cresce a importância de saber lidar com a diversidade humana em todos os seus aspectos e dispor da capacidade de adaptação a diferentes contextos sociais e culturais.

O IFTF (2011) identificou um conjunto de habilidades para o mundo do trabalho com base nas mudanças caracterizadas anteriormente. Tais habilidades são representadas na figura 18:

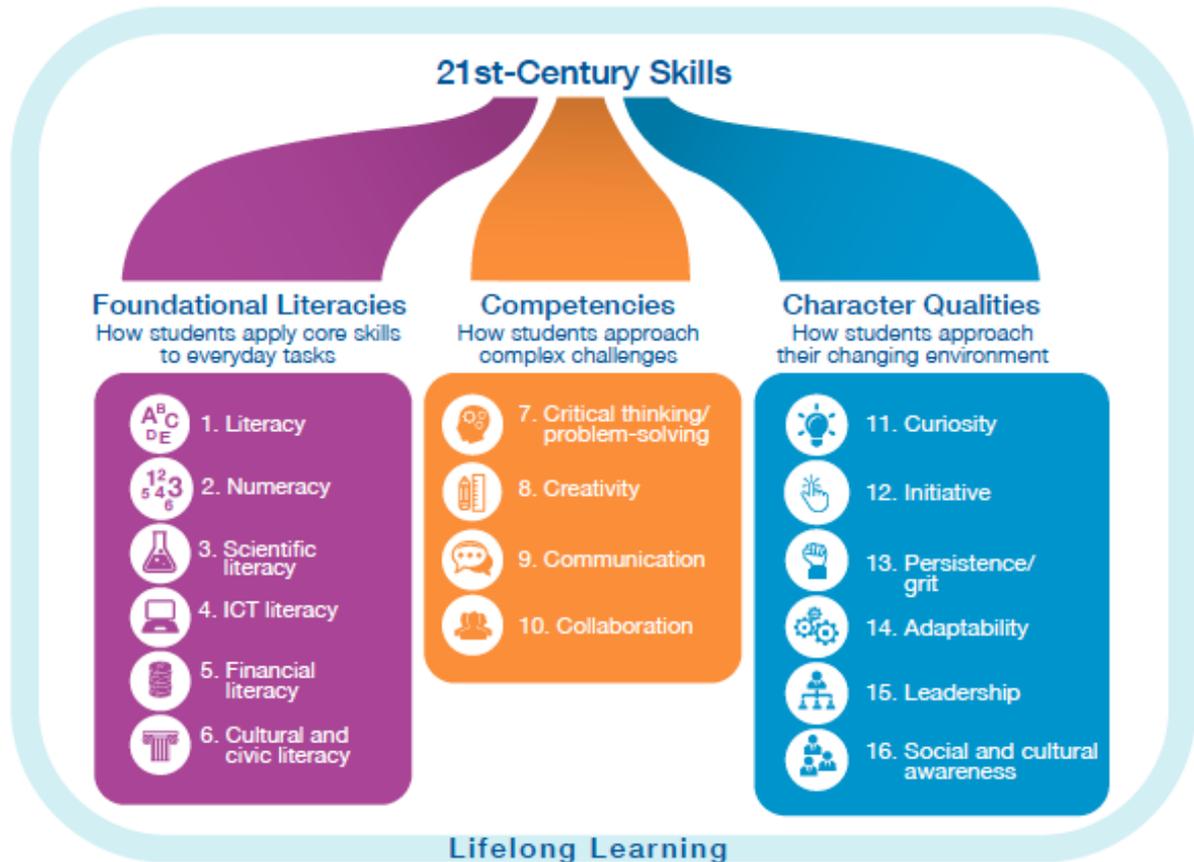
Figura 18 – Dez habilidades para a força de trabalho no futuro

Fazer sentido	• Ser capaz de determinar o sentido ou significado mais profundo do que está sendo expresso
Inteligência social	• Ser capaz de se conectar aos outros de uma forma direta e profunda para sentir e estimular reações e interações desejadas
Pensamento inovador e adaptativo	• Ser capaz de pensar e propor soluções e respostas para além do que é baseado em regras
Competência transcultural	• Ser capaz de agir em diferentes contextos culturais
Pensamento computacional	• Ser capaz de traduzir uma grande quantidade de dados em conceitos abstratos e raciocinar baseado em dados
Fluência em novas mídias	• Ser capaz de avaliar e desenvolver criticamente conteúdo para uso em novas formas de mídia e empregar em comunicação persuasiva
Transdisciplinaridade	• Ser capaz de entender conceitos transversais a múltiplas disciplinas
Mentalidade projetual	• Ser capaz de representar e desenvolver tarefas e processos de trabalho para a obtenção de resultados desejados
Gestão da carga cognitiva	• Ser capaz de discriminar e filtrar informação pela análise de sua importância, e entender como maximizar o funcionamento cognitivo usando diversas ferramentas e técnicas
Colaboração virtual	• Ser capaz de trabalhar produtivamente, engajar-se e demonstrar presença em uma equipe virtual

Fonte: Adaptado de IFTF (2011)

Mais recentemente, o Fórum Econômico Mundial (WEFORUM, 2015), publicou um estudo sobre uma nova visão para a educação com o emprego de novas metodologias e tecnologias de aprendizagem. O estudo enfatiza a concepção de uma educação ao longo de toda a vida que tem por objetivo o desenvolvimento de competências e habilidades (figura 19) necessárias para que se possa enfrentar as transformações no mundo do trabalho e no contexto social (WEFORUM, 2015).

Figura 19 – Competências e habilidades para o século XXI



Fonte: WEFORUM (2015)

Conforme o Weforum (2015), as competências e habilidades para o século XXI abrangem três grupos:

- **Habilidades fundamentais** – relacionadas às habilidades aplicadas no cotidiano e que podem ser subdivididas em: leitura e escrita; numéricas; aplicação do pensamento científico; utilização de tecnologias da informação e comunicação; gestão das finanças pessoais; e atuação no contexto cultural e no exercício da cidadania;
- **Competências** – relacionadas à abordagem de problemas complexos que incluem: pensamento crítico e solução de problemas; criatividade; comunicação; colaboração (os quatro cês);
- **Características pessoais** – dizem respeito a atitudes e habilidades empregadas em situações de mudança e que abrangem: curiosidade; iniciativa; persistência e resiliência; adaptabilidade; liderança; consciência social e cultural.

No Brasil, o Plano Nacional de Educação (PNE) é referência importante na discussão sobre educação. Foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado

pela Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014a), tem vigência de dez anos e conta com as seguintes diretrizes:

- erradicação do analfabetismo;
- universalização do atendimento escolar;
- superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- melhoria da qualidade da educação;
- formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país;
- estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação, como proporção do PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- valorização dos profissionais da educação;
- promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

O PNE é um conjunto de compromissos com o intuito de: eliminar desigualdades por meio de metas orientadas para enfrentar as barreiras de acesso e permanência à educação; erradicar as desigualdades educacionais levando em conta as especificidades regionais; promover a formação para o trabalho com base nas realidades locais; e fomentar o exercício da cidadania (MEC, 2014). O PNE foi elaborado com base em um amplo debate promovido pela Conferência Nacional de Educação ocorrida em 2010 e pelas discussões no Congresso Nacional, resultando em 20 metas (quadro 2):

Quadro 2 – Metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024

Meta	Tema	
1	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até 3 anos até o fim da vigência deste PNE	Educação infantil
2	Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos noventa e cinco por cento dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE	Ensino fundamental
3	Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o fim do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para oitenta e cinco por	Ensino médio

	cento	
4	Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados	Educação especial
5	Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental	Alfabetização de crianças
6	Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, cinquenta por cento das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, vinte e cinco por cento dos(as) alunos(as) da educação básica	Tempo integral
7	Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: - Ensino fundamental séries iniciais: 2015/5,2; 2017/5,5; 2019/5,7; 2021/6,0; - Ensino fundamental séries finais: 2015/4,7; 2017/5,0; 2019/5,2; 2021/5,2; - Ensino médio: 2015/4,3; 2017/4,7; 2019/5,0; 2021/5,2	Qualidade da educação básica/Ideb
8	Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, doze anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos vinte e cinco por cento mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos
9	Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para noventa e três inteiros e cinco décimos por cento até 2015 e, até o fim da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em cinquenta por cento a taxa de analfabetismo funcional	Alfabetização da população com 15 anos ou mais / Erradicação do analfabetismo absoluto
10	Oferecer, no mínimo, vinte e cinco por cento das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional	Educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional
11	Triuplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos cinquenta por cento da expansão no segmento público	Educação profissional técnica de nível médio

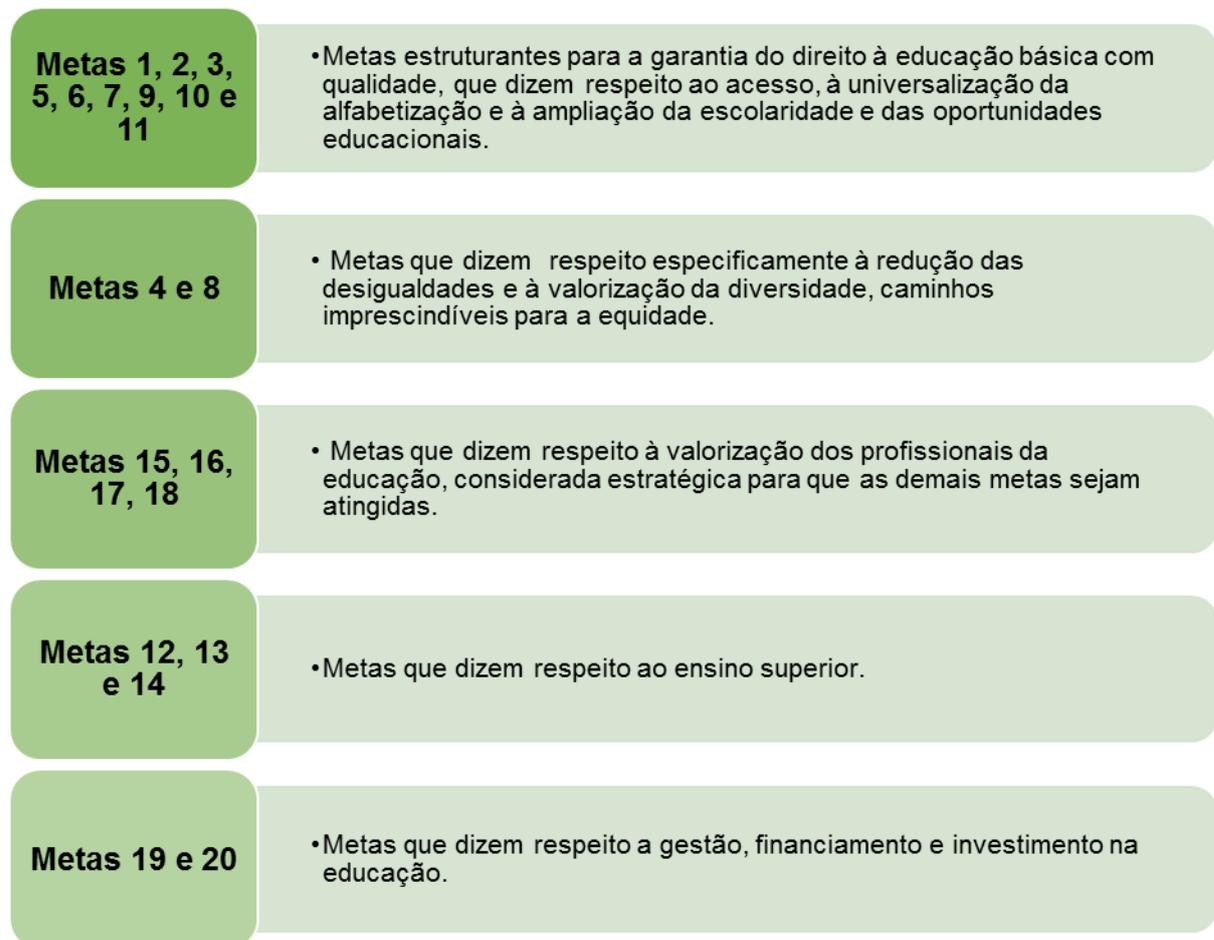
12	Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público	Acesso à educação superior
13	Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para setenta e cinco por cento, sendo, do total, no mínimo, trinta e cinco por cento doutores	Qualidade da educação superior / Titulação do corpo docente
14	Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , de modo a atingir a titulação anual de sessenta mil mestres e vinte e cinco mil doutores.	Acesso à pós-graduação <i>stricto sensu</i> / Ampliação do número de titulados
15	Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do <i>caput</i> do art. 61 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam	Formação dos profissionais da educação/professores da educação básica com formação específica de nível superior (licenciatura na área de conhecimento em que atuam)
16	Formar, em nível de pós-graduação, cinquenta por cento dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino	Formação, em nível de pós-graduação, dos professores da educação básica / Formação continuada na área de atuação
17	Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE	Equiparação, até o final de 2019, do rendimento médio dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente
18	Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal	Planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino / Piso salarial nacional para profissionais da educação básica pública – referenciados na Lei do Piso

19	Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto	Gestão democrática da educação
20	Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do país no quinto ano de vigência desta lei e, no mínimo, o equivalente a dez por cento do PIB ao final do decênio	Investimento público em educação pública

Fonte: Adaptado de Brasil (2014b)

Em uma análise transversal, é possível agrupar as metas com o intuito de compreender a articulação proposta pelo PNE. A figura 20 apresenta o agrupamento das metas conforme proposto pelo documento *Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação* (MEC 2014):

Figura 20 – Agrupamento das metas do PNE 2014-2024



Fonte: Primária (2016)

É importante destacar o papel das universidades para o alcance das metas relacionadas ao ensino superior. As ações a serem desenvolvidas pelas instituições de ensino superior incluem:

- Expansão do acesso à graduação pela oferta de vagas em diferentes modalidades de ensino com o intuito de contribuir para o aumento das taxas de matrícula;
- Expansão do acesso à pós-graduação *stricto sensu* pela oferta de vagas com o intuito de contribuir para o aumento do número de mestres e doutores e a consequente melhoria da pesquisa no país;
- Melhoria da qualidade da educação superior pelo investimento em: qualificação e profissionalização dos profissionais da educação; inovação pedagógica e curricular; e infraestrutura.

Dessa forma, a partir da contextualização dos desafios da educação para o século XXI e das metas do PNE 2014-2024, é possível discutir o papel da Univille, enquanto Universidade, e seus compromissos com uma formação humanística, científica e profissional perante os desafios do mundo contemporâneo.

3.5.2 Universidade

Inicialmente, é importante que se ratifique a importância da formação humanística, científica e profissional oferecida pela Univille nesses seus 50 anos de existência. Isso permite compreender o conhecimento sempre como possibilidade de discussão e diálogo para a formação inicial, integral e continuada de todos os sujeitos envolvidos nesse processo: estudantes, profissionais da educação, pessoal administrativo e comunidade externa. Como diz Morin (2004, p. 55), “todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana”. Daí a importância de analisar e perceber os movimentos da sociedade e como vêm se configurando nos tempos atuais.

Para tanto é necessário pensar como o conhecimento tem sido tratado nas instituições formadoras, pois a Universidade deve oportunizar aos seus estudantes e profissionais um processo de aprendizagem por meio da relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Tal relação permite que a Universidade se alimente e retroalimente com os resultados dos conhecimentos gerados por ela mesma e pela

comunidade de sua região de abrangência, como forma de se manter sintonizada com essa comunidade e construir um relacionamento colaborativo e relevante com ela.

A posição de Santos (1989) aproxima-se da concepção da Universidade sobre formação:

A concepção humanística das ciências sociais enquanto agente catalisador da progressiva fusão das ciências naturais e ciências sociais coloca a pessoa, enquanto autor e sujeito do mundo, no centro do conhecimento, mas, ao contrário das humanidades tradicionais, coloca o que hoje designamos por natureza no centro da pessoa. Não há natureza humana porque toda a natureza é humana.

Assim, a educação precisa contribuir para a formação integral da pessoa e para a prática de sua cidadania. “Ser cidadão significa ter uma visão crítico-reflexiva, traduzido em prática transformadora da realidade, de forma autônoma, responsável e ética” (FREIRE, 1998). Eis o caráter estratégico da universidade, na medida em que a formação por ela propiciada contribui para o desenvolvimento, pelo estudante, das competências necessárias para sua atuação no contexto social e profissional. A Univille, dessa forma, concebe a educação como uma ação comprometida também com o desenvolvimento de competências:

A competência é o conjunto de aprendizagens sociais e comunicacionais nutridas a montante pela aprendizagem e formação e a jusante pelo sistema de avaliações.[...] competência é um saber agir responsável e que é reconhecido pelos outros. Implica saber como mobilizar, integrar e transferir os conhecimentos, recursos e habilidades, num contexto profissional determinado (FLEURY; FLEURY, 2001).

Possibilitar ao estudante e ao futuro profissional a oportunidade de pensar ambientalmente a sociedade em sua dimensão totalizadora, isto é, o ser humano inserido no meio ambiente, faz com que o uso de seus conhecimentos e habilidades ajude a construir uma sociedade socioambientalmente responsável.

Como instituição comunitária, a Univille percebe a necessidade urgente de promover uma educação com caráter dialógico e integrador, para que as relações estabelecidas entre os atores sociais que a compõem pensem criticamente no seu papel com base em valores que incluem cidadania, ética e integração, considerando a importância da inovação e da responsabilidade socioambiental.

3.5.3 Concepção filosófica do Curso

O Colegiado do Curso de História adotou duas referências básicas para o estabelecimento de sua proposta filosófica. A primeira diz respeito ao próprio projeto da Univille e, com base nisso, têm-se o perfil delineado em sua proposta pedagógica e a concepção de educação como pano de fundo. A segunda referência é concernente à avaliação dos profissionais de história diante dos problemas que atualmente atingem o ensino e a pesquisa nessa área. Em seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a Univille é concebida como instituição estratégica na realidade social em que está inserida, procurando dar respostas aos problemas e dilemas do seu tempo, bem como contribuindo na busca de alternativas e perspectivas para a conquista de melhores condições de vida da população de forma geral. Para tanto, “deve fomentar a mudança naquilo que é do seu âmbito: a realidade e o modo de atuar na prática sobre a realidade pensada” (Projeto UNIVILLE, p. 5). Concebendo a educação não apenas como processo de formação, mas interação social que conduz à participação plena, produtiva e crítica, a Univille estabelece como proposta pedagógica básica a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, conforme uma visão interdisciplinar e multidimensional da realidade. Em seus cursos de graduação, o ensino deverá ultrapassar o simples repasse de conhecimento, alicerçando-se nas atividades de pesquisa e extensão.

O curso de História, por consequência, engaja-se nessa proposta adotando alguns referenciais filosóficos e epistemológicos que, compartilhados coletivamente, se tornaram guias na construção da matriz curricular, bem como em seu desenvolvimento cotidiano. Um desses referenciais, por exemplo, é o que Morin chama de pensamento complexo. Segundo o autor, a universidade do século XXI deve se defrontar com o desafio de conceber o conhecimento como algo linear, unificado e compartimentado, pois, “quanto mais globais se tornam os problemas, mais impensáveis se tornam” (MORIN, 2000, p. 12). Nessa ótica, coloca-se a sua crítica sobre a fragmentação de disciplinas e a decorrente hierarquização de conhecimentos, tão próprios à maioria das instituições educacionais e aos seus currículos.

Assim, buscamos neste Projeto Pedagógico de Curso (PPC) abolir todos os pré-requisitos, salvos os relativos a estágios curriculares supervisionados programados nas escolas, assim como nos posicionamos contrários a hierarquias

muito comuns entre matemática, língua portuguesa, ciências e, numa escala que atribui menor importância, história, artes, ou filosofia.

Todas as disciplinas do curso são concebidas e valorizadas pela sua relevância e articulação com o perfil profissional que se deseja formar e os objetivos do curso. Adotou-se, então, como guia a ideia de democracia cognitiva, como nos sugere Morin (2000). Tão importante quanto as disciplinas específicas da área de história são as disciplinas pedagógicas, comumente relegadas a um segundo plano na formação do profissional de história. Para fortalecer tal princípio, existe a noção de que o conhecimento é produzido na interação entre teoria e prática. Isso incide sobre a forma de seleção dos conteúdos que integram a ementa das disciplinas e, principalmente, as questões que são e serão estabelecidas pelos professores em reuniões de Colegiado para nortear os seus planejamentos anuais de ensino e aprendizagem.

Com isso, pretende-se impulsionar aprendizagens contextualizadas, caracterizadas pela indagação de problemas em seus contextos, bem como experimentações significativas de saberes-fazeres no próprio processo de formação e em sintonia com as demandas emergentes. Não há dúvidas de que nesse processo acontecem, em termos práticos, situações que acabam por vezes desestimulando o futuro profissional em relação ao campo da história, pois desde logo ele toma conhecimento das condições precárias do seu campo de trabalho, entre as quais estão baixos salários e sérios limites de acesso a recursos e meios, e convive com elas. Entretanto, sem querer minimizar ou isolar tais problemas que atingem quase que a totalidade do contexto educacional, tem-se um desafio específico que se constitui como a essência da atividade do profissional de história: apreender o significado, no que consiste e o papel do conhecimento histórico na contemporaneidade. Assim, o estabelecimento da proposta filosófica do curso liga-se diretamente às não tão recentes discussões em torno da distância entre a universidade e os ensinos fundamental e médio e da clássica divisão entre bacharelado e licenciatura em História.

Grosso modo, o que se coloca em pauta é a visão dicotômica entre teoria e prática, ou seja, a universidade produz (ou deveria produzir) conhecimento, que é repassado pelos ensinos fundamental e médio. O bacharelado, sob esse olhar, forma o pesquisador, e a licenciatura, o educador. Há necessidade de romper com essa definição de competências e, para tanto, deve-se trazer à tona a discussão

sobre o processo de produzir conhecimento. As críticas ressaltam sobretudo que não aprende aquele que assimila um conhecimento previamente elaborado e não ensina aquele que assume o simples papel de divulgador do conhecimento previamente produzido.

No caso específico da história, os historiadores têm mostrado que tanto na universidade como na educação básica é mister romper com as formas mágicas e teleológicas de conhecimento do passado que têm tornado a história mais uma verdade pouco convincente a ser consumida. Também desde a década de 1980, os estudos sobre currículo e ensino de história vêm colocando o desafio a ser enfrentado em sala de aula diante do denominado fim das grandes narrativas históricas e da emergência de tantas outras que buscam dar visibilidade a sujeitos múltiplos e diferenciados.

Para tanto, os estudiosos apontam para a necessidade de estreitar o diálogo da história com a epistemologia, para não se cair no equívoco que opõem histórias à história. Assim, o conhecimento histórico estaria imbricado, por um lado, na reflexão sobre como a historicidade é edificada e nas regras de procedimento do historiador e/ou professor em sua visão e apropriação do passado, isto é, no envolvimento subjetivo dos processos de conhecimento, opondo-se a ideias que reforçam a passividade perante o passado e o conhecimento que temos dele, trazendo à tona a própria forma de instauração das perspectivas de conhecimento e dos procedimentos (recursos e instrumentos metodológicos) do historiador e/ou professor. Por outro lado, nesse diálogo, seria necessário fortalecer a pertinência desse conhecimento no tempo presente, enquanto “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”.

Trata-se aí de duas categorias históricas propostas pelo historiador alemão Koselleck, cujo valor heurístico nos auxilia a conceber cada presente como o entrecruzamento sempre tenso entre passado (experiências/memórias) e futuro (sensibilidades/projeções). Desse modo, busca-se formar um profissional que tome esse entrecruzamento sempre tenso como base e exercício de sua profissão. Fundamentado nessas referências, o Colegiado do curso propõe uma ação pedagógica que privilegie a história como construção e como campo que coloca questões, problemas e que indaga continuamente a vida social.

Por fim, destaca-se que, mesmo sendo um curso que confere grau de licenciatura, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a

interdisciplinaridade e a democracia cognitiva (como ideias-guia do pensamento complexo), a interação teoria-prática, o conhecimento e a aprendizagem contextualizada e as dimensões político-éticas da profissão formam em conjunto, como procuramos apresentar, o pano de fundo da proposta curricular do curso e de seu funcionamento.

3.6 Objetivos do curso

3.6.1 Objetivo geral do curso

- Formar profissionais em história com competências para articular valores, conhecimentos e habilidades em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, comprometidos com a crítica, reflexão e enfrentamento de problemas emergentes do meio em que deverão atuar.

3.6.2 Objetivos específicos do curso

1. Desenvolver atividades nas diferentes disciplinas que permitam a visualização do processo de construção do conhecimento histórico;
2. Possibilitar o conhecimento do processo histórico através da análise da historiografia clássica e contemporânea.
3. Desenvolver atividades didático-pedagógicas extraclasse;
4. Propiciar a articulação de conteúdos que permitam a visão interdisciplinar dos fatos históricos e da sociedade;
5. Promover o estudo e a valorização das questões relacionadas ao patrimônio histórico e cultural;
6. Estabelecer perspectivas práticas e teóricas para o estudo e para a produção do conhecimento histórico regional;
7. Analisar as questões do meio ambiente através do conhecimento histórico;
8. Incrementar uma prática pedagógica integrada à pesquisa histórica e ao campo de atuação do Educador.

3.7 Perfil profissional do egresso e campo de atuação

3.7.1 Perfil profissional e campo de atuação do egresso.

De modo geral, propõe-se que o profissional licenciado na Univille esteja capacitado para:

- Desenvolver compreensão rigorosa das abordagens e métodos envolvidos na produção e comunicação dos saberes em sua área de conhecimento, incluindo as tecnologias da informação;
- Desempenhar a função de educador, fundamentado em uma sólida formação humanística em que a ética, a cidadania e o compromisso com a diversidade, o meio ambiente, e com o ensino e aprendizagem, sejam os parâmetros do seu trabalho;
- Interferir no contexto social, através da proposição e implementação de alternativas teórico-práticas no seu campo de atuação e, ao mesmo tempo, através do envolvimento da realidade que o cerca considerando a multidimensionalidade do trabalho pedagógico;
- Planejar, executar e avaliar atividades de ensino, pesquisa e extensão criando condições de inovação em sua área de atuação;
- Apresentar senso crítico frente à realidade sócio-cultural;
- Perceber-se como profissional da educação (identidade na docência)

Além dessas competências gerais, o licenciado em História da Univille tomando como princípio de formação a articulação e complementaridade entre atividades de docência e de pesquisa, deve estar capacitado a produzir conhecimento histórico, realizando a articulação entre a teoria, a pesquisa histórica e as metodologias de ensino de História.

Desse modo, o profissional formado pelo curso, frente às demandas sociais, educacionais e culturais emergentes de seu campo de atuação, deverá ser capaz de mobilizar o seu “saber-fazer pesquisa” e o seu “saber-ensinar fazer pesquisa”, recorrendo à produção bibliográfica, às metodologias e às fontes históricas, para responder aos desafios que se colocarem no ensino na educação básica, na pesquisa e difusão do conhecimento histórico e na proteção do patrimônio cultural.

Atualmente, o campo de atuação do licenciado em História tem sido ampliado e diversificado. Além do magistério no ensino fundamental e médio, o egresso poderá atuar em museus, arquivos e em órgãos públicos e privados que necessitem de historiadores para organizar e difundir acervos, incluindo os de memória institucional, para assumir funções ou desenvolver projetos e consultorias relacionadas à história, memória, educação e preservação do patrimônio cultural. Outra frente que tem sido aberta ao profissional é a de coordenação ou assessoria a projetos em história pública ou que visem relacionar a história e os seus públicos, através de produção de documentários, vídeos, programas televisivos, sítios virtuais, publicações, dentre outros. Pela intensidade de conteúdos abordados e de experiências interdisciplinares propiciadas ao longo da formação, o egresso também poderá integrar ou liderar equipes multidisciplinares nos campos da gestão educacional e cultural.

3.8 Estrutura curricular e conteúdos curriculares

A estrutura curricular dos cursos da Univille, de acordo com Projeto Pedagógico Institucional, tem como principal função materializar as intenções e funções sociais das profissões e, conseqüentemente, dos cursos. Numa sociedade em contínua transformação, os currículos devem proporcionar uma formação que permita ao estudante:

- uma visão ampla e contextualizada da realidade social e profissional;
- o desenvolvimento de competências profissionais e humanas;
- o contato com diferentes conteúdos e situações de aprendizagem a partir da flexibilização curricular;
- a construção do pensamento crítico e reflexivo;
- o aprimoramento de uma atitude ética comprometida com o desenvolvimento social;
- o acesso a diferentes abordagens teóricas e a atualizações e inovações no campo de saber do curso;
- o contato com diferentes realidades sociais e profissionais através da internacionalização curricular.

Além de contemplar tais aspectos, a estrutura curricular da Licenciatura em História está em sintonia com as diretrizes curriculares nacionais e demais orientações legais.

No ano de 2017, foi implantada uma nova estrutura curricular para contemplar a Resolução CNE 02/2015 que determinou, dentre outros aspectos, a ampliação da carga-horária total do curso de 1.800 para 2.200 horas. O curso passou a ter duração de 4,5 anos, totalizando 3.384 horas-aula (2.820 horas relógio). A organização curricular continuou a obedecer, tal qual a matriz antiga que vigorará até o final do ano de 2019, a quatro eixos de formação: Núcleo Pedagógico Integrador (NPI); Núcleo de Formação Específica (NFE); Núcleo de Formação Interdisciplinar (NFI); Núcleo de Atividades Práticas (NAP).

O **Núcleo Pedagógico Integrador (NPI)** é composto por disciplinas de cunho pedagógico e do campo educacional, implementadas de maneira compartilhada por todas as Licenciaturas da Univille. Concretizadas nas últimas reestruturações das Licenciaturas visaram mobilizar esforços para otimizar infraestrutura, minimizar custos, intensificar, junto aos corpos docente e discente, convívio multidisciplinar e práticas interdisciplinares e, coletivamente, melhorar a qualidade dos cursos ofertados. Ao se considerar as notas e conceitos Enade, obtidos por todas as Licenciaturas da Univille nas últimas avaliações do INEP, o resultado da adoção destas diretrizes tem se mostrado bastante exitoso. No conjunto, as disciplinas do NPI englobam fundamentos e metodologias da educação, políticas públicas e gestão da educação, direitos humanos e educacionais, diversidades e educação inclusiva e Língua Brasileira de Sinais (Libras).

O **Núcleo de Formação Específica (NFE)** é integrado por disciplinas e demais unidades curriculares voltadas à formação específica em história (ensino e pesquisa), seus fundamentos teóricos e metodológicos. Engloba conteúdos histórico/historiográficos e práticas que permitem a problematização de recortes espaço temporais, sob diferentes perspectivas teórico-metodológicas.

O **Núcleo de Formação Interdisciplinar (NFI)** é composto por disciplinas optativas da área de ciências humanas e sociais oferecidas pelos demais cursos de Licenciaturas da Univille e por disciplinas que enfocam a história em suas inter-relações com outros campos disciplinares, a exemplo das disciplinas História e Imagem e Arte, História e Patrimônio Cultural.

O **Núcleo de Atividades Práticas (NAP)** é composto por disciplinas de cunho metodológico e por unidades curriculares dedicadas à formação prática.

A nova matriz também contemplou as proposições institucionais voltadas ao fomento da modalidade semipresencial em algumas disciplinas dos eixos, como estratégia para intensificar o uso de ferramentas e recursos das tecnologias da informação e da comunicação nos processos de ensino-aprendizagem e, principalmente, proporcionar aos estudantes, em seus percursos curriculares, maior flexibilização para a apropriação de conhecimentos e desenvolvimento de aprendizagem autônoma.

Considerando ainda que:

- De acordo com a Resolução do CEPE nº 07/2009, na Univille a inovação pedagógica e curricular é compreendida como um processo de mudança planejado e passível de avaliação que leve a processos de ensino e aprendizagem centrados no estudante;
- No texto da Resolução 02/2015, o termo “extensão” é citado doze vezes, o que indica a importância atribuída pelo CNE às atividades de extensão na formação docente;
- A Univille é uma IES comunitária, seja pela própria historicidade de sua criação e trajetória nos últimos 50 anos, seja pela sua recém caracterização jurídica, por força da Lei N. 12.881/2013, que reconheceu a categoria “comunitária” como uma terceira modalidade de IES brasileira, isto é, IES sem fins lucrativos, constituída atendendo aos objetivos de servir às comunidades em que estão inseridas, cujo patrimônio, no caso da Univille, pertence ao poder público.

A nova estrutura curricular, após estudos do NDE, debates e deliberação do Colegiado, contempla uma inovação, ora denominada *curricularização da extensão*. Apoiada pelos atuais dirigentes e aprovada pelo CEPE como experiência piloto, tem como objetivo:

- Desenvolver a capacidade interventiva e transformadora dos estudantes, oportunizando a eles novas aprendizagens e vivências numa perspectiva de formação mais humanizadora, solidária e responsável socialmente em relação aos contextos em que vivem e irão atuar;

- Beneficiar a população através do envolvimento dos estudantes e de suas ações interventivas e supervisionadas, junto aos programas de extensão da Univille; e
- Concretizar o diferencial da UNIVILLE, no próprio PPC de História, enquanto universidade comunitária.

Denominada por “Atividades de Extensão”, essa nova unidade curricular foi inserida nas três primeiras séries, perfazendo um total 108 h/a, e os seus conteúdos e práticas estão previstas nas ementas respectivas.

3.8.1 Matriz curricular

Quadro 3 – Matriz curricular do Curso de História da Univille, cadastrada no processo de renovação de reconhecimento do curso no MEC em vigor até 2016.

Série	Disciplina	Carga horária teórica (h/a)	Práticas vivenciadas (h/a)	Total (h/a)	Total (horas)	Carga horária operacional (h/a)
	Introdução ao Estudo da História	62	10	72	60	72
	Filosofia	58	14	72	60	72
	Ciências Sociais	118	26	144	120	144
1. ^a	História Antiga	118	26	144	120	144
	História de Santa Catarina	58	14	72	60	72
	História da América	58	14	72	60	72
	História Pré-Colonial	58	14	72	60	72
	Metodologia da Pesquisa em Educação	58	14	72	60	72
	Total da carga horária	588	132	720	600	720
	História do Brasil	118	26	144	120	144
	História Medieval	118	26	144	120	144
	História da América	58	14	72	60	72
	Metodologia da Pesquisa em História	58	14	72	60	72
2. ^a	Teoria da História	62	10	72	60	72
	Metodologia do Ensino da História	52	20	72	60	72
	Psicologia da Educação	58	14	72	60	72
	História da Educação	58	14	72	60	72
	Total da carga horária	582	138	720	600	720
	História Moderna	116	28	144	120	144
	História do Brasil	116	28	144	120	144
	História da América	58	14	72	60	72
3. ^a	Teoria da História	62	10	72	60	72
	Diversidade e Educação Inclusiva	58	14	72	60	72
	Didática	58	14	72	60	72
	Disciplina Optativa	72		72	60	72
	Estágio Curricular Supervisionado			240	200	72
	Total da carga horária	540	108	888	740	720
	História Contemporânea	116	28	144	120	144
	História da Ásia e África Contemporânea	58	14	72	60	72

4. ^a	História do Brasil	116	28	144	120	144
	Estudos de Santa Catarina	58	14	72	60	72
	Políticas Públicas e Gestão Escolar	58	14	72	60	72
	Libras – Códigos de Comunicação	58	14	72	60	72
	Estágio Curricular Supervisionado			240	200	144
	Total da carga horária	464	112	816	680	720
	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais			240	200	-
	Total da carga horária do curso	2.174	490	3.384	2.820	2.880

Fonte: Primária (2015)

Quadro 4 – Matriz curricular do Curso de História da Univille, cuja implantação foi iniciada em 2017.

Série	disciplinas	teóricas (h/a)	Prática como componente curricular (h/a)	total (h/a)	total (horas)	operacionais (h/a)
1 ^a	Introdução ao Estudo da História	144		144	120	144
	Filosofia ¹	72		72	60	72
	Introdução às Ciências Sociais	72		72	60	72
	História e Historiografia Antiga	144		144	120	144
	História, Educação e Tecnologias Digitais		72	72	60	72
	Arqueologia e História Pré-colonial do Brasil e de Santa Catarina	72		72	60	72
	História e Historiografia da América I	72		72	60	72
	Metodologia da Pesquisa ^{1 e 2}	72		72	60	72
	Atividades de Extensão ^{2 e 4}	18	18	36	30	18
	Total da carga horária	666	90	756	630	738
2 ^a	História e Historiografia do Brasil I	144		144	120	144
	História e Historiografia Medieval (Mundo Mediterrâneo e Islam)	144		144	120	144
	História e Historiografia da América II	72		72	60	72
	História e Historiografia da África	72		72	60	72
	Teoria da História I	72		72	60	72
	Psicologia da Educação ¹	72		72	60	72
	História e Historiografia de Santa Catarina	72		72	60	72
	História da Educação ^{1 e 2}	72		72	60	72
	Atividades de Extensão ^{2 e 4}	18	36	54	45	18
	Total da carga horária	738	36	774	645	738
3 ^a	História e Historiografia da Europa Moderna	72		72	60	72
	História e Historiografia do Brasil II	144		144	120	144
	Metodologia do Ensino de História	72		72	60	72
	Teoria da História II	144		144	120	144
	Diversidade e Educação Inclusiva ¹	72		72	60	72
	Didática ¹	72		72	60	72
	Pesquisa Histórica		144	144	120	144
	Atividades de Extensão ^{2 e 4}	18	36	54	45	18
	Total da carga horária	594	180	774	645	738
	História e Historiografia da Europa Contemporânea	72		72	60	72

4. ^a	História e Historiografia da África e da Ásia Contemporâneas	72		72	60	72
	História e Historiografia do Brasil III	144		144	120	144
	Saberes históricos e currículo escolar ²	72		72	60	72
	História e Historiografia da América III	72		72	60	72
	Políticas Públicas e Gestão Escolar ¹	72		72	60	72
	Libras e Códigos de Comunicação ¹	72		72	60	72
	Estágio Curricular Supervisionado I			336	280	144
Total da carga horária		576	0	912	760	720
5. ^a	Estágio Curricular Supervisionado II			144	120	36
	História e Imagem		72	72	60	72
	História e História oral		72	72	60	72
	Arte, História e Patrimônio Cultural ^{2 e 3}	72	72	144	120	72
Total da carga horária		72	216	432	360	252
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais				240	200	
Total da carga horária do curso		2646	522	3888	3240	3186

1 – disciplinas que compõem o Núcleo Pedagógico Integrador (NPI);

2 - disciplinas na modalidade semipresencial;

3 – disciplina compartilhada com Artes Visuais e conforme Matriz Curricular possui horas operacionais inferior ao total da carga horária, considerando proposta da disciplina.

4 - conforme Matriz Curricular possui horas operacionais inferior ao total da carga horária, considerando proposta da disciplina

5 - As licenciaturas não terão horas orientação específicas nem horas bancas, nos termos da atual regulamentação interna que trata do TCC. No ECS, para além da orientação de classe já prevista na matriz, será estabelecido para todos os cursos no mínimo 36 horas/aula e no máximo 144 horas/aula operacionais para ser distribuídas para os professores supervisores/orientadores, para as visitas nas escolas/orientação do estágio, sendo considerado no mínimo 8 alunos e no máximo 10 alunos por professor supervisor.

Regime: seriado anual

Tempo de duração: 4,5 anos

3.8.2 Ementas e referencial bibliográfico

Referente a matriz curricular em vigor até 2016.

Ementas e referencial bibliográfico das disciplinas da 1.^a série

Disciplina		Introdução ao Estudo da História
Série	Carga	Ementa
1. ^a	72 h/a	O que é história. O objeto da história e para que serve a história. As fontes históricas. Centros de atividades históricas (museus, arquivos,

		institutos). Temporalidades. As disciplinas auxiliares da história, a interdisciplinaridade. A história no contexto atual. A profissionalização do historiador.
Referências bibliográficas		BLOCH, Marc. Introdução à história . Lisboa: Europa-América, 1997. BLOCH, Marc Léopold Benjamin. Apologia da história, ou, O ofício de historiador . Rio de Janeiro: Zahar, 2001. CARR, Edward H. Que é história? 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. LE GOFF, Jacques. História e memória . 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2010. SCHAFF, Adam. História e verdade . São Paulo: Martins Fontes, 1991.
Referências complementares		PINSKY, Carla Bassanezi ((org.)). Fontes históricas . 2. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2010. FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. Patrimônio histórico e cultural . 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009 TETART, Philippe. Pequena história dos historiadores . Bauru, SP: EDUSC, 2000
Disciplina		Filosofia
Série	Carga	Ementa
1. ^a	72 h/a	Conceito e reflexão. Modelos de reflexão filosófica: epistemologia, ética e educação. Filosofia, educação e sociedade.
Referências bibliográficas		CHALITA, Gabriel. Vivendo a filosofia . 3. ed. São Paulo: Ática, 2007. CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia . 13. ed. São Paulo: Ática, 2003. MATOS, Olgária C. Filosofia: a polifonia da razão . 2. ed. São Paulo: Scipione, 2001. ROBINET, Jean-François. O tempo do pensamento . São Paulo: Paulus, 2004. RUSSELL, Bertrand. História do pensamento ocidental . 4. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
Referências complementares		CAREL, Havi; GAMEZ, David (Org.). Filosofia contemporânea em ação . Porto Alegre: Artmed, 2008 REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da filosofia . São Paulo: Paulus, 1991 DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O que é a filosofia? 3. ed. São Paulo: 34, 2016
Disciplina		Ciências Sociais

Série	Carga	Ementa
1. ^a	144 h/a	Paradigmas teórico-científicos sociais e políticos de análise sobre realidades do passado e do presente. Estudos de problemas socioculturais contemporâneos necessários para a formação de consciências crítico-pedagógicas dos profissionais de história. Atualização temática epistemológica das diversas tendências socioantropológicas de análise conceitual e temática sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais.
Referências bibliográficas		<p>ARON, Rayond. As etapas do pensamento sociológico. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.</p> <p>CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: Edusc, 1999.</p> <p>FEATHERSTONE, Mike (Org.). Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.</p> <p>GIDDENS, Anthony. Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico contemporâneo. São Paulo: Unesp, 1998.</p>
Referências complementares		<p>BRYM, Robert. et alii. Sociologia: sua bússola para um novo mundo. São Paulo. Cengage Learning, 2008.</p> <p>GOMES, Márcio Pereira. Antropologia: Ciência do Homem- filosofia da cultura. São Paulo: Editora Contexto, 2008.</p> <p>EAGLETON, Terry. A ideia de cultura. São Paulo: Editora UNESP, 2005.</p> <p>MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 320 M149p</p>
Disciplina		História Antiga
Série	Carga	Ementa
1. ^a	144 h/a	Processo de hominização. Revolução agrícola e urbana. Paralelos entre o mundo antigo oriental e ocidental. As sociedades de castas e escravistas: cultura, economia, política e cotidiano. Sociedades clássicas: grega e romana.
Referências bibliográficas		<p>PINSKY, Jaime. As primeiras civilizações. 25. ed. São Paulo: Contexto, 2012 (Repensando a História).</p> <p>FUNARI, Pedro P. A. Grécia e Roma. São Paulo: Contexto, 2001.</p> <p>EYLER, Flávia Maria Schlee. História Antiga: Grécia e Roma. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes; PUC-Rio, 2014 (Série História Geral).</p>

		GUARINELO, Norberto Luiz. História Antiga . São Paulo: Contexto, 2014 (História na Universidade).
Referências complementares		HINGLEY, Richard; GARRAFFONI, Renata Senna; FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PINTO, Renato (Orgs.). O imperialismo romano: novas perspectivas a partir da Bretanha . 2010 (História e Arqueologia em Movimento). PINSKY, Jaime. 100 textos de História Antiga . 10. ed. São Paulo: Contexto, 2010 (Textos e Documentos; v. 1). VEYNE, Paul (org.). Do Império Romano ao ano mil . São Paulo: Companhia das Letras, 1990 (História da Vida Privada; v. 1). 909 D631
Disciplina		História de Santa Catarina
Série	Carga	Ementa
1. ^a	72 h/a	Ocupação e colonização do litoral e do planalto: séculos XVI e XVII. Confronto entre europeus e indígenas. Imigração açoriana: século XVIII. Imigração europeia: século XIX. Escravidão africana. O mosaico cultural catarinense. Historiografia. Ensino e aprendizagem para a educação básica da história de Santa Catarina.
Referências bibliográficas		COSTA, Pereira Carlos. História de São Francisco do Sul . Florianópolis: UFSC/Prefeitura de São Francisco do Sul, 1984. EHLKE, Cyro. A conquista do planalto catarinense . Rio de Janeiro: Laudes, 1973. PIAZZA, Walter F. O escravo numa economia minifundiária . Florianópolis: Udesc; São Paulo: Resenha Universitária, 1975. SANTOS, Silvio Coelho dos. Os índios xokleng: memória visual . Florianópolis: UFSC; Itajaí: Editora Univali, 1997.
Referências complementares		GUEDES, Sandra P. L. de Camargo; OLIVEIRA NETO, Wilson de; OLSKA, Marília Gervasi. O Exército e a Cidade . Joinville: UNIVILLE, 2008. S. THIAGO, Eneida Raquel. Coronelismo urbano em Joinville: o caso de Abdon Baptista . Florianópolis: Ed. do Governo do Estado de Santa Catarina, 1988. Ficker, Carlos. História de Joinville. Crônica da colônia Dona Francisca . 2ª edição, Joinville, 1965. COSTA, Iara Andrade. A cidade da ordem: tensões sociais e controle (Joinville 1917-1943). 1996. Dissertação (Mestrado em

		História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996. COELHO, I. Pelas tramas de uma cidade migrante . Joinville: Editora Univille, 2011
Disciplina		História da América
Série	Carga	Ementa
1. ^a	72 h/a	Incas, maias e astecas. O confronto cultural entre o branco e o índio. A conquista e colonização da América Latina pelo europeu. A resistência indígena. Igreja e Inquisição. O processo de colonização das 13 colônias. Historiografia das Américas. Práticas de ensino de história da América.
Referências bibliográficas		BETHELL, Leslie (Org.). História da América Latina: América Latina colonial . 2. ed. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998. 2 v. DONGHI, Halperin. História da América Latina . 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. SCHWARTZ, Stuart B; LOCKHART, James. A América Latina na época colonial . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 980 S399a THEODORO, Janice. América barroca . São Paulo: Edusp, 1992. TODOROV, Tzvetan. A conquista da América: a questão do outro . 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
Referências complementares		BRUIT, Hector (et. al.). História da América através de textos . 10. ed. São Paulo: Contexto, 2010 (Textos e Documentos; v. 4). FERRO, Marc. História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX . São Paulo: Companhia das Letras, 1996. KARNAL, Leandro (et. al.). História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI . 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011
Disciplina		História Pré-Colonial
Série	Carga	Ementa
1. ^a	72 h/a	Estudo das linhas teóricas da arqueologia pré-colonial nas Américas. Diversidade cultural no Brasil pré-colonial. As sociedades sambaquianas no litoral catarinense. O patrimônio arqueológico em Santa Catarina: escola, museu, legislação e preservação. Ensino e aprendizagem da

		história pré-colonial.
Referências bibliográficas		FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. Pré-História do Brasil . São Paulo: Contexto, 2002. GASPAR, Maria Dulce. Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. HERBERTS, Ana Lúcia; COMERLATO, Fabiana. Patrimônio arqueológico: para conhecer e conservar . Florianópolis: Eletrosul, 2003. PROUS, André. Arqueologia brasileira . Brasília: UnB, 1992. TENÓRIO, Maria Cristina (Org.). Pré-História da terra brasilis . Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.
Referências complementares		FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de; KNEIP, Andreas. Panorama arqueológico de Santa Catarina . Palhoça, SC: Unisul, 2010 BIGARELLA, J. J. (Org.). Sambaquis . Curitiba: Posigraf, 2011. FUNARI, Pedro Paulo A. Arqueologia . São Paulo, SP: Contexto, 2010. BARCELOS, Artur H. F; PARELLADA, Cláudia Inês; CAMPOS, Juliano Bitencourt (Org.). Arqueologia no sul do Brasil . Criciúma, SC: UNESC, 2011
Disciplina	Metodologia da Pesquisa em Educação	
Série	Carga	Ementa
1. ^a	72 h/a	Normas para a elaboração de trabalhos técnicos e científicos. Fundamentos da Ciência. Tipos de pesquisa. Instrumentos de Pesquisa. Tipos de conhecimento. Leitura, interpretação e redação científica. Ética em Pesquisa. Base de Dados. O Projeto de Pesquisa
Referências bibliográficas		DEMO, Pedro. Metodologia do conhecimento científico . São Paulo: Atlas, 2000. GIL, Antonio Carlos. Projetos de pesquisa . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002 Título correto: Como elaborar projetos de pesquisa LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. Fundamentos de metodologia científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005 PEREIRA, Potiguara Acácio. Que é pesquisa em educação . São Paulo: Paulus, 2005. RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.
Referências complementares		NOQUE, Janete Ribeiro et all. Pesquisa na educação básica: a escola e a produção de conhecimento . Curitiba: CRV, 2016. LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E.D.A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas . 2 ^a ed. Rio de Janeiro: E.P.U, 2013. POUPART, Jean et all. A pesquisa qualitativa. Enfoque epistemológicos e metodológicos . Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Complexidade e Pesquisa

	interdisciplinar. Epistemologia e Metodologia operativa. Petrópolis, RJ, 2002.
--	---

Ementas e referencial bibliográfico das disciplinas da 2.^a série

Disciplina		História do Brasil
Série	Carga	Ementa
2. ^a	144 h/a	A periodização na história do Brasil. O confronto cultural e social: europeus e americanos. O Brasil no quadro do expansionismo europeu. Política colonizadora e administrativa. Ocupação e colonização do litoral e do planalto catarinense: séculos XVI e XVII. Imigração açoriana do século XVIII. Economia colonial. A sociedade colonial. A crise do sistema colonial. O cotidiano na Colônia. Processos de ensino e aprendizagem de história colonial.
Referências bibliográficas		<p>FREITAS, Marcos Cezar (Org.). Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998.</p> <p>FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 19. ed. São Paulo: Nacional, 1984.</p> <p>NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial. São Paulo: Hucitec, 1979.</p> <p>PRADO JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.</p> <p>SOUZA, Laura de Melo e (Org.). História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.</p>
Referências complementares		<p>BUENO, Eduardo. A viagem do descobrimento. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998. 981.01 B928v</p> <p>CHAUÍ, Marilena. Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária. São Paulo: Perseu Abramo, 2000. 981.014 B823</p> <p>COSTA, Emília Viotti da. Da Senzala à Colônia. 3 ed. São Paulo: UNESP, 1998. 981.021 C837s</p> <p>FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. 23 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1984. 301.442 F894c</p>
Disciplina		História Medieval
Série	Carga	Ementa
2. ^a	144 h/a	Formação do mundo medieval. Interiorização e remapeamento da

		Europa. Desenvolvimento das estruturas sociais e econômicas/feudalismo. O imaginário medieval, o teocentrismo e a “escolástica”. Aspectos do cotidiano no medievo. Os impérios orientais, destacando suas especificidades políticas, econômicas e culturais, especialmente dos mundos bizantino e muçulmano, com ênfase nas suas relações com o Ocidente medieval. Crise do sistema feudal. Práticas pedagógicas apropriadas ao ensino escolar.
Referências bibliográficas		ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao feudalismo . Tradução de Telma Costa. 3. ed. Porto: Afrontamento, 1989. RICHARDS, Jeffrey. Sexo, desvio e danação: as minorias na idade média . Rio de Janeiro: Zahar, 1993 DUBY, Georges. A Europa na Idade Média . Tradução de Antônio de Paula Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1988. LE GOFF, Jacques. Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente . Lisboa: Estampa, 1993.
Referências complementares		VEYNE, Paul (org.). Do Império Romano ao ano mil . São Paulo: Companhia das Letras, 1990 (História da Vida Privada; v. 1). LE GOFF, Jacques. Os intelectuais na idade média . 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2018 VERGER, Jacques. Homens e saber na idade média . Bauru, SP: EDUSC, 1999.
Disciplina		História da América
Série	Carga	Ementa
2. ^a	72 h/a	Processo de independência americana. Formação do estado nacional na América Latina e nos Estados Unidos. Sociedade latino-americana e a imigração. Estados populistas. Estados militares. Economia da América Latina nos séculos XIX e XX. Práticas vivenciadas de história da América.
Referências bibliográficas		BETHELL, Leslie (org.). Da independência até 1870. São Paulo; Brasília: Edusp; Imprensa Oficial do Estado; Fundação Alexandre de Gusmão, 2004 (História da América Latina; v. 3). BETHELL, Leslie. História da América Latina: América Latina colonial . 2. ed. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999. v. 2 e 3. CARDOSO, Fernando H.; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina . Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

		_____. De 1870 a 1930. São Paulo; Brasília: Edusp; Imprensa Oficial do Estado; Fundação Alexandre de Gusmão, 2001 (História da América Latina; v. 4). PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. História da América Latina. São Paulo: Contexto, 2014 (História na Universidade).
Referências complementares		BRUIT, Hector (et. al.). História da América através de textos . 10. ed. São Paulo: Contexto, 2010 (Textos e Documentos; v. 4). DORATIOTO, Francisco. Maldita guerra: a nova história da Guerra do Paraguai . São Paulo: Companhia das Letras, 2002. KARNAL, Leandro (et. al.). História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI . 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. MALERBA, Jurandir. A História na América Latina: ensaio de crítica historiográfica . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009 (Coleção FGV de Bolso; Série História). PRADO, Maria Ligia Coelho. América Latina no século XIX: tramas, telas e textos . São Paulo; Bauru: EDUSP; EDUSC, 1999.
Disciplina	Metodologia da Pesquisa em História	
Série	Carga	Ementa
2. ^a	72 h/a	Problemas gerais de método em história. A ética na pesquisa histórica. Modelos. História oral. História e linguagens. História quantitativa e serial. A prática da pesquisa histórica.
Referências bibliográficas		CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia . Rio de Janeiro: Campus, 1997. BARBOSA, Andréa. Antropologia e imagem . Rio de Janeiro Zahar 2006 BARROS, José D'Assunção. O campo da história: especialidades e abordagens . 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013 LE GOFF, Jacques. A história nova . São Paulo: Martins Fontes, 1990. _____. História e memória . 2. ed. Campinas: Unicamp, 1992.
Referências complementares		BARROS, José D'Assunção. O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quarto teórico . Petrópolis, RJ: Vozes, 2005 PINSKY, Carla Bassanezi ((org.)). Fontes históricas . 2. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2010 MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. História oral: como fazer, como pensar . São Paulo, SP: Contexto, 2007. 907

		M511h CERTEAU, Michel de. A escrita da história . 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015
Disciplina		Teoria da História
Série	Carga	Ementa
2. ^a	72 h/a	A teoria da história e sua problemática: a noção de teoria e a formação dos conceitos em história. A produção do conhecimento histórico da Antiguidade à modernidade. A constituição da história como disciplina no século XIX e suas principais tendências e debates teórico-metodológicos: a escola metódica, o positivismo e o marxismo. Perspectivas teóricas presentes no ensino da história.
Referências bibliográficas		BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. As escolas históricas . Tradução de Ana Rabaça. Portugal: Publicações Europa-América, 1983. CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011 BARROS, José D'Assunção. Teoria da história. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
Referências complementares		MALERBA, Jurandir (Org.). A velha história : teoria, método e historiografia . Campinas, SP: Papius, 1996. BARROS, José D'Assunção. O campo da história: especialidades e abordagens . Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. CERTEAU, Michel de. A escrita da história . Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 1982. LE GOFF, Jacques. (Org.). A história nova . Tradução Eduardo Brandão. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1993
Disciplina		Metodologia do Ensino da História
Série	Carga	Ementa
2. ^a	72 h/a	Questões teóricas e metodológicas sobre o ensino de História. Delimitações da prática de ensino. Legislação e regularização do ensino de História. Amplitude e desenvolvimento dos programas de História. O livro didático e a popularização do saber. O ensino de História por meio de eixos temáticos. A interdisciplinaridade no ensino. Parâmetros Curriculares Nacionais e Proposta Curricular. O processo de aprendizagem.
Referências bibliográficas		BITTENCOURT, Circe (Org.). O saber histórico na sala de aula . São Paulo: Contexto, 1998.

		<p>FONSECA, Selva Guimarães. Caminhos da história ensinada. São Paulo: Papyrus, 1994.</p> <p>NIDELCOFF, Maria T. A escola e a compreensão da realidade. São Paulo: Brasiliense, 1979.</p> <p>PINSKY, J. (Org.). O ensino de História e a criação do fato. São Paulo: Contexto, 1988.</p>
Referências complementares		<p>VENERA, Raquel Alvarenga Sena. Cultura e ensino de história: elogio à criação. Itajaí, SC: Casa Aberta, 2010.</p> <p>CULTURA política e leituras do passado: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007</p> <p>FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados. 9. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2009</p> <p>BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez; 2005.</p>
Disciplina	Psicologia da Educação	
Série	Carga	Ementa
2. ^a	72 h/a	<p>Psicologia da educação. Psicologia do desenvolvimento e aspectos cognitivos, socioafetivos e motor. Teorias da aprendizagem. As relações humanas no processo ativo da aprendizagem. Problemas atuais da aprendizagem.</p>
Referências bibliográficas	<p>FADIMAN, J.; FRAGER, R. Personalidade e crescimento pessoal. São Paulo: Harbra, 1992.</p> <p>MENESTRINA, T.; MENESTRINA, E. Auto-realização e qualidade docente. Porto Alegre: Est, 1996.</p> <p>VIGOTSKII, L. S.; LÚRIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Teone, 1991.</p>	
Referências complementares	<p>ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. <i>Psicol. Esc. Educ. (Impr.)</i>, Campinas, v. 12, n. 2, Dec. 2008 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572008000200020&lng=en&nrm=iso.</p> <p>LURIA, Alexandre Romanovich; LEONTIEV, Alexis; VYGOTSKY, Lev. Psicologia e Pedagogia - Bases Psicológicas da Aprendizagem e do Desenvolvimento. São Paulo, Centauro, 2013. 370.15 P974</p> <p>MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso. A Medicalização Na Educação</p>	

		<p>Infantil e no Ensino Fundamental e as Políticas de Formação Docente: A medicalização do não-aprender-na-escola e a invenção da infância anormal. Disponível em: http://31reuniao.anped.org.br/4sessao_especial/se%20-%2012%20-%20maria%20aparecida%20affonso%20moyses%20-%20participante.pdf</p> <p>MAHONEY, Abigail; ALMEIDA, Laurinda ramalho (orgs) Henri Wallon: Psicologia e Educação. São Paulo: Loyola, 2004. 370.15 H518</p>
Disciplina		História da Educação
Série	Carga	Ementa
2. ^a	72 h/a	A educação como processo de humanização. Principais movimentos educacionais. Tendências e perspectivas da educação contemporânea. Contribuição dos principais intelectuais na formação do educador.
Referências bibliográficas		<p>ARANHA, Maria Lucia de Arruda. História da educação. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.</p> <p>GADOTTI, MOACIR. História das idéias pedagógicas. São Paulo: Ática, 1997. (Série Educação).</p> <p>MANACORDA, M. A. História da educação: da Antiguidade aos nossos dias. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1996.</p> <p>MARROU, Henri-Irenée. História da educação na Antigüidade. São Paulo: EPU/Edusp, 1973.</p>
Referências complementares		<p>GONÇALVES, Diana e HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (orgs.). Brasil 500 Anos: tópicos em história da educação. São Paulo: EDUSP, 2003.</p> <p>MONTEIRO, A. Reis. História da educação. Uma perspectiva. Porto: Porto, 2005</p> <p>VASCONCELOS, Maria Lucia M. Carvalho (Org.). Educação e história da cultura: fronteiras. São Paulo: Mackenzie, 2002.</p>

Ementas e referencial bibliográfico das disciplinas da 3.^a série

Disciplina		História Moderna
Série	Carga	Ementa
3. ^a	144 h/a	<p>Conceituação de moderna. Transição do feudalismo ao capitalismo. Renascimento. Reforma. Formação dos estados modernos. A expansão mercantil europeia. A ocidentalização da Rússia. A consolidação da</p>

		ordem burguesa: tensões e conflito. As revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII. A cultura popular no período moderno. Práticas de ensino-aprendizagem na história moderna.
Referências bibliográficas		MOUSNIER, R.; LARROUSSE, E. História geral das civilizações: a sociedade do século XVIII perante a Revolução. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960a. Tomo 5, v. 2. _____; _____. História geral das civilizações: o último século do antigo regime. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960b. Tomo 5, v. 1. _____; _____. História geral das civilizações: os séculos XVI e XVII. A Europa e o mundo. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960c. Tomo 4, v. 2. THOMPSON, E. P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
Referências complementares		HIRANO, Sedi, 1938. Castas estamentos e classes sociais: introdução ao pensamento de Max Weber. 2. ed. São Paulo, SP: Alfa-Ômega, 1974. SOBOUL, A. História da Revolução Francesa. 2a ed. São Paulo, Rio de Janeiro, DIFEL, 1976. WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo, Pioneira, 1985.
Disciplina		História do Brasil
Série	Carga	Ementa
3. ^a	144 h/a	A formação do estado nacional. A regência e as revoltas. O segundo império: estrutura econômica e social. A política externa. A escravidão e o processo abolicionista. A imigração europeia no século XIX para Santa Catarina. O império na sala de aula.
Referências bibliográficas		ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (História da Vida Privada no Brasil, v. 2). CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996a. v. 1. _____. A formação das almas. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. _____. Teatro de sombras. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996b. v. 2.

	<p>COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.</p> <p>FAORO, Raymundo. Existe um pensamento político brasileiro? São Paulo: Ática, 1994.</p> <p>_____. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 4. ed. Porto Alegre: Globo, 1977. v. 1 e 2.</p> <p>HOLANDA, Sérgio Buarque de. História geral da civilização brasileira. 3. ed. São Paulo: Difel, 1983. Tomo 2, v. 1 a 5.</p>	
Referências complementares	<p>COSTA, Emília Viotti da. Da senzala a colônia. 4.ed. São Paulo: UNESP, 1998</p> <p>CARVALHO, José Murilo de. D.Pedro II. São Paulo: Companhia das Letras, 2007</p> <p>GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo; OLIVEIRA NETO, Wilson de; OLSKA, Marília Gervasi. O exército e a cidade. Joinville, SC: UNIVILLE, 2008</p> <p>SCHWARCZ, Lilia Moritz. As barbas do imperador : D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.</p>	
Disciplina	História da América	
Série	Carga	Ementa
3. ^a	72 h/a	Guerras da Secessão e do Paraguai. Revoluções na América Latina. Estados Unidos no século XX. Movimentos sociais na América Latina. Práticas de ensino de história da América.
Referências bibliográficas	<p>BRUIT, Hector. As revoluções na América Latina. São Paulo: Contexto, 1988.</p> <p>NUNES, Américo. As revoluções do México. São Paulo: Perspectiva, 1975.</p> <p>SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais. São Paulo: Loyola, 1993.</p>	
Referências complementares	<p>_____. Fazendo a América, Fazendo Faxina: redefinindo identidades de gênero? V RAM: Reunião de Antropologia do Mercosul. Florianópolis, nov. 2003. <http://www.antropologia.com.br/arti/colab/vram2003/a13-gassis.pdf></p> <p>SCHWARTZ, Jorge. Vanguardas Latino-Americana: Polêmicas, manifestos e textos críticos. São Paulo:Edusp, 1995. 868.99 S399v</p> <p>CANCLINI, Néstor García. Culturas Híbridas. São Paulo: Edusp, 1998. 306.098 G216c</p>	

Disciplina		Teoria da História
Série	Carga	Ementa
3. ^a	72 h/a	Principais tendências e debates teórico-metodológicos da contemporaneidade: direções da historiografia marxista no século XX, a Escola dos Annales e a história nova. Outras abordagens: história e narrativa, imaginário/mentalidade, história social e história cultural, gênero e história, história e memória. Desenvolvimento de atividades que permitam reconhecer como as perspectivas teóricas estudadas estão presentes no ensino da história.
Referências bibliográficas		BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. As escolas históricas . Tradução Ana de Rabaça. Portugal: Publicações Europa-América, 1983. CERTEAU, Michel de. A escrita da história . Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 1982. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: teses sobre Feuerbach . São Paulo: Moraes, s/d. MATOS, Olgária C. F. A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do Iluminismo . 2. ed. São Paulo: Moderna, 1993. (Coleção Logos).
Referências complementares		BARROS, José D'Assunção. O campo da história: especialidades e abordagens . Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. LE GOFF, Jacques. (Org.). A história nova . Tradução Eduardo Brandão. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1993. VEYNE, Paul. Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história . Tradução Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 2ª ed. Brasília: Ed. UnB, 1992.
Disciplina		Diversidade e Educação Inclusiva
Série	Carga	Ementa
3. ^a	72 h/a	Conceituação, legislação, documentos. Pressupostos filosóficos e pedagógicos. Políticas de inclusão. Racismo, preconceito e discriminação. Educação especial. Atitude e técnicas quanto a práticas pedagógicas inclusivas.
Referências bibliográficas		BRASIL. Ministério da Educação. Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais . Orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/SEESP, 2004. FONSECA, Vitor da. Libertar as inteligências: exclusão escolar como processo de exclusão social . São Paulo: Salesiana, 2002. GOES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANG, Adriana Lia Frizman de

		(Orgs.). Políticas e práticas de educação inclusiva . Campinas: Autores Associados, 2004. (Coleção Educação Contemporânea). MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais . Porto Alegre: Artmed, 2003. STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. Inclusão: um guia para educadores . Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
Referências complementares		BARRETO, M ^a Angela de Oliveira Champion e BARRETO, Flávia de Oliveira Champion. Educação Inclusiva . São Paulo: Érica, 2014. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536522234/cfi/2!/4/4@0.00:0.00 PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar: convite a viagem . Porto Alegre: Artmed, 2000. 371.3 P455d VENERA, Raquel Alvarenga Sena; CAMPOS, Rosânia (Org.). Abordagens teórico-metodológicas: primeiras aproximações . Joinville, SC: UNIVILLE, 2012 Base Nacional Curricular Comum . In: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCCpublicacao.pdf COLL C.; MARCHESI A.; PALACIOS J. Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais . Porto Alegre: Artmed, 2004. p.172. KRONBAUER, Selenir C. G.; STRÖHER, Marga Janete. Educar para a convivência na diversidade: desafio à formação de professores . São Paulo: Paulinas, 2009.
Disciplina		Didática
Série	Carga	Ementa
3. ^a	72 h/a	Educação e didática. A multidimensionalidade do processo educativo. A organização do trabalho pedagógico: natureza e especificidades. A relação pedagógica e a dinâmica da triangulação: professor/aluno/conhecimento. Estudo das Propostas Curriculares da Educação Básica, conceitos e conteúdos articulados. O planejamento do processo da prática pedagógica crítica. Aspectos didáticos no uso das novas tecnologias. Vivência de processos de ensino e de aprendizagem no cotidiano escolar.
Referências bibliográficas		FÁVERO, Maria de L. A. Conhecimento educacional e formação do professor . Campinas: Papirus, 1994.

	<p>FREITAS, Luís Carlos de. Crítica da organização pedagógica e da didática. Campinas: Papyrus, 1995.</p> <p>MOREIRA, Antônio Flávio; TOMAZ Tadeu (Orgs.). Currículo, cultura e sociedade. São Paulo: Cortez, 1994.</p> <p>OLIVEIRA, Maria Rita N. S. A reconstrução da didática: elementos teórico-metodológicos. Campinas: Papyrus, 1993.</p> <p>SAVIANI, Nereide. Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. São Paulo: Autores Associados, 1994.</p>	
Referências complementares	<p>GOODSON, Ivor. O currículo em Mudança. Estudos na construção Social do Currículo. Porto: Porto, 2001. 375 G655c</p> <p>LOPES, Antônio Osimas. Repensando a Didática. Campinas: Papyrus, 1991. 371.3 R425</p> <p>MEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que planejar? Como planejar? Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 371.207 M541p</p> <p>MERCADO, Luiz Leopoldo (org.) Novas Tecnologias na Educação. Alagoas: EDUFAL, 2002 371.334 N936</p> <p>ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998. 371.3 Z12p</p>	
Disciplina	Disciplina Optativa	
Série	Carga	Ementa
3. ^a	72 h/a	O acadêmico poderá optar por entre as disciplinas existentes nas matrizes curriculares dos cursos de licenciatura da Univille, implantadas em 2009, considerando a compatibilidade de horário, a carga horária e as vagas disponíveis nas respectivas turmas.
Disciplina	Estágio Curricular Supervisionado	
Série	Carga	Ementa
3. ^a	240 h/a	O uso de oficinas temáticas na sala de aula. Estágio de observação e participação na rede de ensino de Joinville e região. Elaboração de projetos de ensino. Elaboração de trabalho parcial de Estágio Curricular Supervisionado.
Referências bibliográficas	<p>CARVALHO, Anna Maria P. Prática de ensino: os estágios na formação do professor. São Paulo: Pioneira, 1973.</p> <p>DEMO, Pedro. Pesquisa e construção do conhecimento. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.</p> <p>PICONEZ, Stela B. (Org.). A prática de ensino e o estágio</p>	

	<p>supervisionado. São Paulo: Papyrus, 1994.</p> <p>VASCONCELLOS, Celso dos S. Construção do conhecimento em sala de aula. São Paulo: Libertad, 1993.</p>
Referências complementares	<p>FAZENDA, Ivani (org.). Práticas interdisciplinares na escola. São Paulo: Cortez, 1991. 371.39 P912p</p> <p>FONSECA, Selva Guimarães. Caminhos da história ensinada. São Paulo: Papyrus, 1994. 907 F676c</p> <p>JAPIASSU, Hilton. Interdisciplinaridade e patologia do saber. Rio de Janeiro: Imago, 1976. 371.39 J35i</p> <p>GRINBERG, Keila, LAGÔA, Ana Maria, GRINBERG, Lúcia. Oficinas de história; projeto curricular de Ciências Sociais e História. Belo Horizonte: Dimensão, 2000. 907 L177o</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores. Uma teoria e prática? São Paulo: Cortez, 2002. 371.12 P644e</p>

Ementas e referencial bibliográfico das disciplinas da 4.^a série

Disciplina		História Contemporânea
Série	Carga	Ementa
4 ^a	144 h/a	O século XIX: política, economia, cultura, tecnologia, ciências, mentalidades, cotidiano. Política e economia no século XX. Guerras e revoluções ocidentais do século XX. Oriente Médio. A nova configuração mundial no terceiro milênio. Formas de abordagem pedagógica dos temas contemporâneos e questões teórico-metodológicas.
Referências bibliográficas		<p>CROUZET, Maurice. História geral das civilizações. São Paulo: Bertrand do Brasil, 1996. 17 v.</p> <p>HOBSBAWN, Eric. A era das revoluções. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.</p> <p>_____. A era dos extremos. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.</p> <p>_____. A era dos impérios. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.</p>
Referências complementares		<p>ARENDDT, Hannah. Origens do totalitarismo: antisemitismo, imperialismo e totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013 321.9 A681o</p> <p>SARAIVA, José Flávio Sombra. Histórias das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do Século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2003</p>

		THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão. São Paulo: Paz e Terra, 1987 331.0941 T469f
Disciplina		História da Ásia e África Contemporânea
Série	Carga	Ementa
4. ^a	72 h/a	A Revolução Industrial e suas repercussões na África. A expansão imperialista. A partilha da África e sua descolonização. A ocupação e descolonização da Ásia. O Caso Japonês. A formação de novas repúblicas: Coreia, Vietnã, Índia e China. Práticas educativas na Ásia e África.
Referências bibliográficas		CANÊDO, L. B. A descolonização da Ásia e da África. São Paulo: Atual/Editora da Unicamp, 1985. FERRO, M. História das colonizações: das conquistas às independências. Século XII a XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. PANIKAR, K. M. A dominação ocidental na Ásia. Uberaba: Saga, 1969.
Referências complementares		CHESNEAUX, CLAUDIN, TERRAY e outros. Descolonização. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977. FANON, Frantz. Os condenados da terra. São Paulo: Civ. Brasileira, 1968. MEZZETTI, Fernando. De Mão a Deng: a transformação da China. A transformação da China. Brasília: Universidade De Brasília, 2000.
Disciplina		História do Brasil
Série	Carga	Ementa
4. ^a	144 h/a	As abordagens historiográficas da história republicana. O processo de implantação da república: o que há de moderno na república. Movimentos sociais e a crise de dominação oligárquica. A institucionalização do Estado Novo. Populismo de estado e cotidiano. A instauração da ditadura militar e as resistências socioculturais. A sociedade brasileira no contexto do capitalismo global. Processos de ensino-aprendizagem na história republicana.
Referências bibliográficas		FAUSTO, Bóris (Org.). História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. v. 3. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves. (Orgs.). O Brasil republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 4 v. FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998.

		SCHWARCZ, Lilia M. História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea . São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4. SEVCENKO, Nicolau. História da vida privada no Brasil: República – da Belle Époque à Era do Rádio . São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3.
Referências complementares		CARVALHO, José Murilo. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil . São Paulo: Cia das Letras, 1990. HOLANDA, S.B. (org.) História Geral da Civilização Brasileira . São Paulo: DIFEL, 1973. RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar: a Utopia da cidade disciplinar (1890-1930) . 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
Disciplina	Estudos de Santa Catarina	
Série	Carga	Ementa
4. ^a	72 h/a	Formação dos espaços regionais catarinenses, fatores naturais, históricos, econômicos e políticos. A dinâmica regional e local da base produtiva e a realidade socioambiental.
Referências bibliográficas	GOULARTI FILHO, Alcides. Formação econômica de Santa Catarina . Florianópolis: Cidade Futura, 2002. PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. Aspectos geográficos de Santa Catarina . Florianópolis: Editora da UFSC, 1991. PIAZZA, Walter F.; HÜBENER, Laura M. Santa Catarina: história da gente . Florianópolis: Lunardelli, 2001. RAUD, Cécile. Indústria, território e meio ambiente no Brasil: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense . Florianópolis: Editora da UFSC, 1999. SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento. Atlas escolar de Santa Catarina . Rio de Janeiro, 1991.	
Referências complementares	RIBAS JUNIOR, S. Retratos de Santa Catarina . 3 ^a edição. - Florianópolis: Editora do autor, 2005. PERON, André et al. Santa Catarina: história, espaço geográfico e meio ambiente . Florianópolis: Insular, 2009 ROCHA, I. de O. Industrialização de Joinville - SC: da gênese às exportações . Florianópolis, 1997.	
Disciplina	Políticas Públicas e Gestão Escolar	
Série	Carga	Ementa
4. ^a	72 h/a	A história da organização escolar brasileira. A educação básica no

		sistema educacional brasileiro. Estrutura política e organização do ensino: função social da escola. O modelo social brasileiro e as diretrizes de ensino (currículo e legislação federal, estadual e municipal). Os problemas da escola do Brasil e sua vinculação com o contexto da educação brasileira.
Referências bibliográficas		APPLE, Michel; BEAN, James. Escolas democráticas . São Paulo: Cortez, 1997. GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (Orgs.). Autonomia da escola: princípios e preposições . São Paulo: Cortez, 1997. PÉREZ GÓMEZ, Angel I. A cultura escolar na sociedade neoliberal . Porto Alegre: Artmed, 2001. SACRISTÁN, J. Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática . Porto Alegre: Artmed, 1998.
Referências complementares		AZEVEDO, Janete Maria Lins de. A educação como política pública . Campinas / SP: Autores Associados, 2004. DELORS, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir . São Paulo: Cortez, 1998. FERNANDES, Reinaldo, et al (organizadores). Políticas públicas educacionais e desempenho escolar dos alunos da rede pública de ensino . Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/produtos/download/aep_fep/chamada_publica_FEP0410_Politic_Publicas_BNDES.pdf SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular . Florianópolis, 2014. Disponível em: http://www.propostacurricular.sed.sc.gov.br/site/
Disciplina	Libras – Códigos de Comunicação	
Série	Carga	Ementa
4. ^a	72 h/a	Linguagem e aprendizagem. Língua, sociedade e cidadania. Processos de comunicação e recursos mediadores para a educação especial: libras, braile, comunicação alternativa e tecnologia assistiva.
Referências bibliográficas		SILVA, Ângela Carramcho da; NEMBRI, Armando Guimarães. Ouvindo o silêncio: educação, linguagem e surdez . Porto Alegre: Mediação, 2008. 371.912 S586o BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Grafia braile para a língua portuguesa . Brasília: Seesp, 2006.

	Disponível em: < http://portalmec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/grafiaport.pdf >. QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: estudos lingüísticos . Porto Alegre: Artmed, 2003.	
Referências complementares	CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walquiria Duarte. Novo Deit - Libras : dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira baseado em linguística e neurociências cognitivas . São Paulo: EUSP, 2013. FELIPE, Tanya Amara. Libras em contexto: curso básico : livro do estudante . 8. ed. Distrito Federal: WalPrint Gráfica e Editora, 2007. STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda . Florianópolis. Editora UFSC. 2008.	
Disciplina	Estágio Curricular Supervisionado	
Série	Carga	Ementa
4. ^a	240 h/a	Estágio de observação, participação e regência na rede de ensino de Joinville e região. Elaboração e aplicação de projetos de ensino. Elaboração de trabalho de conclusão de Estágio Curricular Supervisionado. Apresentação pública de trabalhos de conclusão de Estágio Curricular Supervisionado.
Referências bibliográficas	CARVALHO, Anna Maria P. Prática de ensino: os estágios na formação do professor . São Paulo: Pioneira, 1973. DEMO, Pedro. Pesquisa e construção do conhecimento . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994. NEVES, Maria Aparecida M. Ensinando e aprendendo história . São Paulo: EPU, 1985. PICONEZ, Stela B. (Org.). A prática de ensino e o estágio supervisionado . São Paulo: Papyrus, 1994. VASCONCELLOS, Celso dos S. Construção do conhecimento em sala de aula . São Paulo: Libertad, 1993.	
Referências complementares	ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. Ensino de história: conceitos temáticos e metodologia . Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. BITTENCOURT, Circe M. Ensino de História fundamentos e métodos . São Paulo: Cortez, 2009. BONINI, Luci Mendes de Melo; PRADOS, Rosália Maria Netto (Orgs). A teia do saber: um novo olhar sobre a formação do professor . Mogi das Cruzes, SP: Quori Editora, 2004.	

	<p>FONSECA, SELVA GUIMARÃES. Caminhos da História Ensinada. São Paulo: Papyrus, 1994.</p> <p>GIMENO SACRISTAN, José. Currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre (RS): Artmed, 2000.</p>
--	--

A seguir a ementa e a referência básica e complementar de cada disciplina da matriz implantada a partir de 2017

HISTÓRIA 2017 – EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA
(Conforme Resolução n. 2, CNE, de 1º de julho de 2015)

1º Ano:

Disciplina	Ementa / Bibliografia
<p>Introdução ao Estudo da História (144 horas/aula).</p>	<p>O que é História? A profissão do historiador e seus campos de atuação. O tempo e o espaço em história. História e Memória. Espaços de Memória: os Museus e Arquivos. As Fontes históricas em seus mais diferentes suportes. Patrimônio Histórico e cultural.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Básica</p> <p>BLOCH, Marc. Introdução à História. Edição revista, aumentada e criticada por Etienne Bloch. Lisboa: Europa-América, 1997.</p> <p>FUNARI, P.P.; PELEGRINI, S.C.A. Patrimônio Histórico e cultural. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.</p> <p>PINSKY, Carla B. et al. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2010.</p> <p>PINSKY, C. B.; Luca, T. R. de.(orgs). O Historiador e suas Fontes. São Paulo: Contexto, 2011.</p> <p>PESAVENTO, S. J. História & História Cultural. Belo Horizonte: Autentica, 2003.</p> <p>TÉTART, Philippe. Pequena história dos historiadores. São Paulo: EDUSC, 2000.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Complementar</p> <p>LE GOFF, Jacques. História e Memória. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992</p> <p>REIS, José Carlos. Tempo, História e Evasão. Campinas: Papyrus, 1994.</p> <p>REIS, J.C. O conceito de Tempo histórico. In: _____ História & Teoria. Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: FGV, 2003.</p>
<p>História, Educação e</p>	<p>As tecnologias digitais e o ofício de historiador. Conceitos de</p>

<p>Tecnologias Digitais (72 horas/aula).</p>	<p>tecnologia. Historicidade das tecnologias digitais. A história digital e seus direcionamentos contemporâneos. Os usos do conhecimento histórico em diferentes plataformas digitais. As tecnologias digitais no ensino e na aprendizagem em história. Práticas vivenciadas relacionadas ao uso de tecnologias digitais para a produção de conteúdos históricos para exposições, museus, arquivos, centros de memória, memoriais e monumentos.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>BRESCIANO, Juan Andrés; SOSSAI, Fernando Cesar. El conocimiento histórico en el ciberespacio: prácticas académicas y proyección social. Montevideo: Cruz del Sur, 2016. BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet. Tradução de Maria C. P. Dias. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. SOSSAI, Fernando Cesar. Ensino de História e “novas tecnologias educacionais”. Joinville: Editora da Univille, 2011.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>BRESCIANO, Juan Andrés. La historiografía en el amanecer de la cultura digital: innovaciones metodológicas, discursivas e institucionales. Montevideo: Ediciones Cruz del Sur, 2010. CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. PINTO, Álvaro Vieira. O conceito de tecnologia. Rio de Janeiro: Contrapontos, 2005. 2v. SANTAELLA, Lucia. Linguagens líquidas na era da mobilidade. São Paulo: Paulus, 2007. SOSSAI, Fernando Cesar; COELHO, Ilanil. Memórias do Jardim Sofia: cenas da cidade migrante. Joinville: Editora da Univille, 2011.</p>
<p>Filosofia (72 horas/aula).</p>	<p>Filosofia: conceito e reflexão. Modelos de reflexão filosófica epistemologia, ética, estética e trabalho. Filosofia, educação e sociedade.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>FERRY, Luc. Aprender a viver: filosofia para os novos tempos. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.</p> <p>PHILIPPI, Arlindo Jr; NETO, Antonio J. Silva. Interdisciplinaridade em Ciência, tecnologia e inovação. Barueri, SP: Manole, 2011.</p> <p>RUSSELL, Beltrand. História do pensamento ocidental. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>ANTISERI, Dario; REALE, Giovanni. História da Filosofia v. I, II e III. São Paulo: Paulus, 1991.</p>

	<p>CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1995.</p> <p>DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O que é filosofia?</p> <p>PRADO JUNIOR, Caio. O que é Filosofia. São Paulo: Brasiliense, 2007 (Coleção Primeiros Passos; v. 37).</p>
<p>Introdução às Ciências Sociais (72 horas/aula).</p>	<p>A emergência das ciências sociais. Os objetos da sociologia, antropologia e ciência política. As interfaces das ciências sociais com a historiografia.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Básica</p> <p>ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. 5. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.</p> <p>CUCHE, Denys. A Noção de Cultura nas Ciências Sociais. Bauru: EDUSC, 1999.</p> <p>FEATHERSTONE, Mike (coord.). Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Complementar</p> <p>GERTZ, René (org.). Max Weber e Karl Marx. São Paulo: HUCITEC, 1994.</p> <p>GIDDENS, Anthony. Política, Sociologia e Teoria Social: encontros com o pensamento social clássico contemporâneo. São Paulo: UNESP, 1998.</p> <p>HALL, Stuart. Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Humanistas, UFMG, UNESCO, 2003.</p>
<p>História e Historiografia Antiga (144 horas/aula).</p>	<p>A Antiguidade na contemporaneidade. A historicidade da noção de Antiguidade. A Antiguidade no ensino de História: diálogos com os documentos educacionais brasileiros. História e historiografia do Mundo Antigo (África, Oriente Próximo e Mediterrâneo): espacialidades, sociedades, política e cultura. Diáspora Judaica.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Básica</p> <p>ARIÈS, P. & DUBY, G.. (Org.) História da Vida Privada. Do Império Romano ao Ano Mil. São Paulo: Cia das Letras, 1991.</p> <p>CAHILL, Thomas. A dádiva dos judeus. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.</p> <p>FUNARI, Pedro P. A.. Grécia e Roma. São Paulo: Contexto, 2001.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Complementar</p> <p>GUARINELLO, Norberto Luiz. Imperialismo greco-romano. 3ª ed.. São Paulo: Ática, 1994.</p> <p>VEYNE, Paul. A sociedade Romana. Lisboa: Edições 70, 1993.</p>
<p>Arqueologia e História pré-</p>	<p>O campo arqueológico no Brasil. Estudo das linhas teóricas da</p>

<p>colonial do Brasil e de Santa Catarina (72 horas/aula).</p>	<p>arqueologia pré-colonial nas Américas. As sociedades indígenas e as sambaquianas no Brasil e em Santa Catarina. O patrimônio arqueológico em Santa Catarina. Patrimônio arqueológico e práticas educativas.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Básica</p> <p>FUNARI, Pedro Paulo e NOELLI, Francisco Silva. Pré-História do Brasil. São Paulo, Contexto, 2002.</p> <p>GASPAR, Maria Dulce. Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.</p> <p>HERBERTS, Ana Lúcia e COMERLATO, Fabiana. Patrimônio Arqueológico: para conhecer e conservar. Florianópolis, Eletrosul, 2003.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Complementar</p> <p>LEROI-GOURHAN, André. Os Caminhos da História antes da Escrita. In: LE GOFF e NORA. História: novos problemas. 4.ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995.</p> <p>PROUS, André. Arqueologia Brasileira. Brasília, UnB, 1992.</p> <p>TENÓRIO, Maria Cristina (org.) Pré História da Terra Brasilis. Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ, 1999.</p>
<p>História e Historiografia da América I (72 horas/aula).</p>	<p>A historiografia sobre a América pré-colombiana. Os processos de ocupação humana numa perspectiva interdisciplinar. Diversidade e interculturalidade das populações originais da América. Contatos e enfrentamentos com os europeus no continente americano. Império colonial hispânico na América.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Básica</p> <p>BETHELL, Leslie. (org.) História da América Latina: América latina colonial. Vol.1 e 2. 2ª ed. , São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998.</p> <p>DONGHI, Halperin. História da América Latina. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.</p> <p>HUBERMAN, Leo. História da riqueza dos EUA: (nós, o povo). 4ª ed. São Paulo: brasiliense, 1987.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Complementar</p> <p>THEODORO, Janice. América Barroca. São Paulo: EDUSP, 1992.</p> <p>TODOROV, Tzvetan. A conquista da América: a questão do outro. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.</p>

	VAINFAS, Ronaldo. Idolatrias e milenarismo. In: Estudos Históricos , nº9, 1992.
Metodologia Científica (72 horas/aula).	<p>Normas para a elaboração de trabalhos técnicos e científicos. Fundamentos da Ciência. Tipos de pesquisa. Instrumentos de Pesquisa. Tipos de conhecimento. Leitura, interpretação e redação científica. Ética em Pesquisa. Base de Dados. O Projeto de Pesquisa.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Básica.</p> <p>GONÇALVES. M. L.; BALDIN, N.; ZANOTELLI, C. T.; CARELLI, M. N.; FRANCO, S. C. Fazendo pesquisa: do projeto à comunicação científica. 4. ed. Joinville: Univille, 2014.*</p> <p>UNIVILLE. Guia de apresentação de trabalhos acadêmicos. Joinville: Univille, 2012.</p> <p>FINDLAY, E. A. G. ; COSTA, ; GUEDES, S. Guia de elaboração de projetos de pesquisa. Joinville: Univille, 2006.</p>
Atividades de Extensão (36 horas/aula).	<p>Universidade e universidade comunitária. A extensão e sua indissociabilidade com ensino e pesquisa; interação teoria-prática na educação básica; programas e projetos de extensão da Univille; inserção nos programas e projetos de extensão da Univille. Organização e sistematização da experiência.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Básica:</p> <p>SANTOS, B. de S. A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2015.</p> <p>_____. Da ideia de universidade à universidade de ideias. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 27/28, jun. 1989.</p> <p>GARCIA, B. R. Z. A contribuição da extensão universitária para a formação docente. Tese (Doutorado em Educação)–Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Complementar</p> <p>UNIVILLE. Projeto Pedagógico Institucional.</p> <p>SOSSAI, F. C.; COELHO, I. Memórias do Jardim Sofia: cenas da cidade migrante. Joinville: Editora Univille, 2011.</p> <p>Interfaces. Revista de Extensão, v. 1, n. 1, jul./nov. 2013</p>

2º Ano.

Disciplina	Ementa / Bibliografia
<p>História e Historiografia do Brasil I (144 horas/aula).</p>	<p>Ocupação e colonização da América pelos portugueses. Abordagens no ensino da História. O confronto cultural e social: europeus, ameríndios e povos africanos. A formação e os desdobramentos da sociedade escravista na América Portuguesa. O debate historiográfico em torno do Antigo Sistema Colonial. Movimentos de resistência de africanos, indígenas e colonos. As formas político-jurídico implantadas. Cotidiano, cultura e meio ambiente no Brasil colonial.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Básica</p> <p>FREITAS, Marcos Cezar (org). Historiografia Brasileira em Perspectiva. SP, Contexto, 1998.</p> <p>ALENCASTRO, Luis Filipe de. O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.</p> <p>SOUZA, Laura de Mello e. História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 13-39.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Complementar</p> <p>BOXER, Charles R. O império marítimo português. 1415-1825. Lisboa: edições 70, 2012</p> <p>FRAGOSO, João, MANOLO, Florentino. O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.</p> <p>SCHWARTZ, Stuart. Segredos Internos, engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia da Letras, 1988.</p> <p>MONTEIRO, John Manuel. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.</p> <p>PRADO JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1976.</p> <p>MATTOSO, Kátia de Queirós. Ser escravo no Brasil. São</p>

	Paulo: Brasiliense, 2001.
<p>História e Historiografia Medieval (Cristandades e Islam) – 144 horas/aula.</p>	<p>Formação do mundo medieval: mediterrâneo e oriente próximo. A construção da medievalidade na historiografia e no ensino de história. A sociedade feudal na Europa. A cristandade e a noção de tempo. A formação e as relações entre as cristandades oriental e ocidental. A formação do Islam e as relações com as cristandades. A emergência da modernidade.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Básica</p> <p>ANDERSON, Perry. Passagens da antigüidade ao feudalismo. Tradução Telma Costa. 3ª ed. Porto: Afrontamento, 1989.</p> <p>BARBOSA, A encruzilhada das civilizações: católicos, ortodoxos e muçulmanos no velho mundo. São Paulo: Moderna, 1997. (Col. Polêmica).</p> <p>DUBY, Georges. A Europa na idade média. Tradução Antonio de Paula Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1988.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Complementar</p> <p>LE GOFF, Jacques. Para um novo conceito de idade média: tempo, trabalho e cultura no ocidente. Lisboa: Estampa, 1993.</p> <p>VAUCHEZ, André. A espiritualidade na Idade Média ocidental: (séculos VIII a XIII). Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.</p> <p>DUBY, G. Guerreiros e camponeses: os primórdios do crescimento econômico europeu (séc. VII-XII). Lisboa, 1980.</p>
<p>História e Historiografia de Santa Catarina (72 horas/aula).</p>	<p>A produção historiográfica de Santa Catarina. Populações nativas e as explorações estrangeiras na costa. O estabelecimento e a proteção de fronteiras. Regime jurídico-político português e a ocupação territorial. A escravidão em Santa Catarina. Imigração e territorialidades nos séculos XVIII e XIX. Processo de urbanização e industrialização. História e historiografia de Joinville. Ensino de história de Joinville.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Básica</p> <p>BRANCHER, Ana e AREND, Sílvia.(org.). História de Santa Catarina nos séculos XVI a XIX. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.</p> <p>GOULARTI FILHO, Alcides. Formação Econômica de</p>

	<p>Santa Catarina. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.</p> <p>GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (org.). Histórias de (I) migrantes: o cotidiano de uma cidade Joinville, SC: Univille, 1998.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Complementar</p> <p>CABRAL, Oswaldo Rodrigues. História de Santa Catarina. Florianópolis: Lunardeli; 1970.</p> <p>COELHO, I. Pelas tramas de uma cidade migrante. Joinville: Editora Univille, 2011.</p> <p>COSTA, Iara Andrade. A cidade da ordem: tensões sociais e controle (Joinville 1917-1943). 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.</p> <p>FALCÃO, Luiz Felipe. Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX. Itajaí: Univali, 2000.</p> <p>Ficker, Carlos. História de Joinville. Crônica da colônia Dona Francisca. 2ª edição, Joinville, 1965.</p> <p>PEDRO, Joana Maria et al. Escravidão e preconceito em Santa Catarina: história e historiografia. Florianópolis: UFSC, 1996.</p> <p>SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim. Porto Alegre: Movimento, 1974.</p> <p>S. THIAGO, Eneida Raquel. Coronelismo urbano em Joinville: o caso de Abdon Baptista. Florianópolis: Ed. do Governo do Estado de Santa Catarina, 1988.</p> <p>GUEDES, Sandra P. L. de Camargo; OLIVEIRA NETO, Wilson de; OLSKA, Marília Gervasi. O Exército e a Cidade. Joinville: UNIVILLE, 2008.</p> <p>GRUNER, Clóvis. Leituras matutinas: utopias e heterotopias da modernidade na imprensa joinvilense (1951-1980). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.</p>
<p>História e Historiografia da América II (72 horas/aula).</p>	<p>A colonização da América do Norte. História e historiografia da Revolução Americana (Guerra da Independência). Processos de independência e formação dos Estados nacionais. Escravidão e trabalho livre no continente Americano. Conflitos de terras, guerra civil americana,</p>

	<p>guerras regionais e novas configurações territoriais e de fronteiras. O ensino de História da América.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Básica</p> <p>BETHELL, Leslie. História da América Latina: América latina colonial. Vol.2 e 3 2ª ed. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999.</p> <p>ANDERSON, Benedict. Nação e consciência nacional. São Paulo: Ática, 1989.</p> <p>CARDOSO, Fernando H. e FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar. Editores. São Paulo.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Complementar</p> <p>LAPA, J. R. do A. Historiografia latino americana contemporânea: problemática de suas tendências. (um uniforme preliminar). In: Revista de História; São Paulo, n° 1, p.7-19, 1982.</p> <p>ROJAS, Carlos Antonio A. América Latina: História e presente. Campinas: Papyrus, 2004.</p> <p>TOURAINÉ, Alain. Palavra e Sangue: política e sociedade, na América Latina. São Paulo: Trajetória Cultural; Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.</p>
<p>História e Historiografia da África (72 horas/aula).</p>	<p>Imagens da África: contornos, imagens e apropriações contemporâneas; Historiografia africana e africanista: da negativa à afirmação; Estados, reinos e impérios. Diáspora africana. Historiografia brasileira da escravidão.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Básica</p> <p>CURTIN, P. D. "Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história geral". In: História Geral da África. São Paulo/Paris, Ática/UNESCO, 1980.</p> <p>HOBSBAWN, Eric. A era do Capital. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.</p> <p>MEILLASSOUX, Claude. Antropologia da escravidão. O ventre de ferro e dinheiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Complementar</p>

	<p>LOPES, Ney. Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana. São Paulo: Selo Negro, 2004.</p> <p>MEMMI, Albert. Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.</p> <p>OUZOIGWE, Godfreiu N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: Boahen, Adu. (org.) História Geral da África - VII. São Paulo/Paris, Ática/UNESCO, 1985.</p> <p>SLENES, Robert. Na senzala uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2012.</p> <p>SLENES, Robert. “Malungu, ngoma vem!” África coberta e descoberta no Brasil. <i>Revista USP</i>, vol. 12, (1991-92).</p>
<p>Psicologia da Educação (72 horas/aula).</p>	<p>Processo histórico das relações entre Psicologia e a Educação. Desenvolvimento e aprendizagem, suas relações com fatores socioculturais e suas implicações. Contribuições da psicologia da educação aos processos educativos. Singularidades no processo ensino-aprendizagem.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Básica</p> <p>BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 2001.</p> <p>CASTORINA, José Antônio; FERREIRO, Emília; LERNER, Delia; OLIVEIRA, Martha Kohl (org.) Piaget e Vygotsky: novas contribuições para o debate. São Paulo: Ática, 2003.</p> <p>COLL, Cesar; PALÁCIOS, Jesús <i>MARCHESI</i>, Alvaro. (Orgs). Desenvolvimento Psicológico e educação: Psicologia da Educação. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996, v.2.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Complementar</p> <p>ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. <i>Psicol. Esc. Educ. (Impr.)</i>, Campinas, v. 12, n. 2, Dec. 2008 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572008000200020&lng=en&nrm=iso</p> <p>LURIA, Alexandre Romanovich; LEONTIEV, Alexis; VYGOTSKY, Lev. Psicologia e Pedagogia - Bases Psicológicas da Aprendizagem e do Desenvolvimento. São</p>

	<p><i>Paulo, Centauro, 2013.</i></p> <p>MACHADO, Adriana Marcondes. <i>Encaminhar para a saúde quem vai mal na educação: um ciclo vicioso?</i> Disponível em: http://efp-ava.cursos.educacao.sp.gov.br/Resource/153536,7A7/Assets/NucleoBasico/pdf/nb_m07t11b.pdf</p> <p>MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso. <i>A MEDICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL E AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE: A medicalização do não-aprender-na-escola e a invenção da infância anormal.</i></p> <p>http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/4sessao_especial/se%20-%2012%20-%20maria%20aparecida%20affonso%20moyses%20-%20participante.pdf</p> <p>MAHONEY, Abigail; ALMEIDA, Laurinda ramalho (orgs) Henri Wallon: Psicologia e Educação. São Paulo: Loyola, 2004.</p>
<p>História da Educação (72 horas/aula, 100% EaD).</p>	<p>A educação como processo de humanização. Principais movimentos educacionais ao longo da História. Tendências e perspectivas da educação contemporânea. Contribuição dos principais teóricos da educação na formação docente.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Básica</p> <p>MANACORDA, Mário Alighiero. História da educação na antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 1997.</p> <p>GHIRANDELLI JUNIOR, Paulo. História da Educação. São Paulo: Cortez, 2006.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Complementar</p> <p>ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação e da Pedagogia. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.</p> <p>GONÇALVES, Diana e HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (orgs.). Brasil 500 Anos: tópicos em história da educação. São Paulo: EDUSP, 2003.</p> <p>MONTEIRO, A. Reis. História da educação. Uma perspectiva. Porto: Porto, 2005</p>
<p>Teoria da História I (72 horas/aula).</p>	<p>A Teoria da História e sua problemática: a noção de teoria e a formação dos conceitos em história. Tempo e narrativas históricas. A ciência e a constituição da História como</p>

	<p>disciplina no século XIX. A Escola Metódica: os historicismos alemão e francês. As filosofias da História (disciplina) do século XIX (Positivismo e Racionalismo kantiano). As filosofias da história no século XIX com desdobramentos na historiografia do século XX (hegelianismo e marxismo). Perspectivas teóricas presentes no Ensino da História.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Básica</p> <p>BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. As escolas históricas. Tradução Ana Rabaça. Portugal: Publicações Eurpa-América, 1983.</p> <p>GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos, PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz, SCHMIDT, Benito Bisso e XAVIER, Regina Célia Lima. (Orgs.) Questões de teoria e metodologia da história. Porto Alegre: UFRGS, 2000.</p> <p>RÜSEN, Jörn. Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Tradução Estevão de Rezende Martins. Brasília: UnB, 2001.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Complementar</p> <p>VEYNE, Paul. Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história. Tradução Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 2ª ed. Brasília: Ed. UnB, 1992.</p> <p>CERTEAU, Michel de. A Escrita da História, Rio de Janeiro, Forense, 1982.</p> <p>BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. Passados recompostos: campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1998.</p> <p>MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: teorias sobre Feuerbach. São Paulo: Moraes, s/d.</p> <p>MATOS, Olgária C.F. A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do Iluminismo. 2ªed. São Paulo: Moderna, 1993. (Col. Logos).</p>
<p>Atividades de Extensão (54 horas/aula).</p>	<p>Interação em programas e projetos de extensão da Univille; Proposta de inserção nos programas e projetos de extensão da Univille. Organização e sistematização da experiência.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Básica</p> <p>MORRIN, E. Ciência com consciência. Rio de Janeiro:</p>

	<p>Bertane Brasil, 1998.</p> <p>THIOLLENT, M.; CASTELO BRANCO, A. L.; GUIMARÃES, R. G. M.; ARAÚJO FILHO, T. (Orgs.) Extensão Universitária: conceitos, métodos e práticas. Rio de Janeiro: UFRJ/SR5, 2003.</p> <p>Univille. Relatórios de Atividades (três últimos anos).</p>
--	---

3º Ano.

Disciplina	Ementa / Bibliografia
<p>História e Historiografia da Europa Moderna (72 horas/aula).</p>	<p>Conceituação de Moderno e de Modernidade. Transição do Feudalismo ao Capitalismo na Europa. Renascimento. Reforma. Formação dos Estados Modernos. As Revoluções Burguesas dos séculos XVII e XVIII. A Cultura Popular no período moderno. Práticas de ensino-aprendizagem na História Moderna.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Básica</p> <p>HELLER, Agnes. O Homem do Renascimento. Lisboa: Presença, s.d.</p> <p>MOUSNIER, R. e LARROUSSE, E. História Geral das Civilizações. Tomo IV, Vol. 2- Os Séculos XVI e XVII. A Europa e o Mundo. Tomo V, Vol. 1 O último Século do Antigo Regime e vol. 2, Tomo V, A Sociedade do século XVIII perante a Revolução. São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1960.</p> <p>SOBOUL, A. História da Revolução Francesa. 2ª ed. São Paulo, Rio de Janeiro, DIFEL, 1976.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Complementar</p> <p>THOMPSON.E.P. Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional.São Paulo: Cia das Letras, 1998</p> <p>WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo, Pioneira, 1985.</p>
<p>História e Historiografia do Brasil II (144 horas/aula).</p>	<p>Historiografia do Império: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a produção histórica oitocentista. A formação do Estado Nacional. As Rebeliões e a formação do Exército. Cultura e Sociedade. A Política externa brasileira: a Guerra contra o Paraguai. Imigração e processo</p>

	<p>abolicionista.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Básica</p> <p>ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia das Letras, 1997. (História da Vida Privada no Brasil, 2)</p> <p>CARVALHO, José Murilo de. 1. A construção da ordem e 2. Teatro de Sombras. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.</p> <p>JANCSÓ, I. (org.). Brasil: Formação do estado e da Nação. São Paulo: HUCITEC, 2003.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Complementar</p> <p>COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república. Momentos decisivos. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.</p> <p>COSTA, Emília Viotti da. A Abolição. São Paulo: Global, 1982</p> <p>GUEDES, S.P.L.C.; OLIVEIRA Neto, W; OLSKA, M.G. Joinville e as preocupações com a defesa no século XIX. In: _____. O exército e a cidade. Joinville: Editora da Univille, 2008.</p> <p>HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. 3a ed. São Paulo: DIFEL, 1983. Tomo II vs 1 a 5.</p> <p>SCHWARCZ, Lilia Moritz. As Barbas do Imperador. São Paulo: Cia das Letras, 1998.</p>
<p>Metodologia do Ensino de História (72 horas/aula).</p>	<p>Relação da Teoria da História e da Metodológicas sobre o ensino de História. Análises e pesquisas acerca da Legislação e dos documentos nacionais, estaduais e municipais da política de currículo do Ensino de História. Análises e pesquisas acerca da amplitude e desenvolvimento do Programa Nacional do Livro Didático. O Ensino de História através de Eixos Temáticos. A Interdisciplinaridade no Ensino. Organização de conteúdo (conceituais, factuais, procedimentais e atitudinais) do Ensino de História. O processo de aprendizagem.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Básica</p> <p>BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>HERNANDEZ, Fernando; VENTURA Montserrat. A</p>

	<p>organização do currículo por projetos de trabalho. O conhecimento é um calendoscópio. Porto Alegre: ArtMed, 1998.</p> <p>FONSECA, Selma Guimarães. Didática e Prática de Ensino de História. 8. ed. Campinas: Papirus, 2009.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Complementar</p> <p>VENERA, Raquel. Cultura e Ensino de História: elogio a criação. Itajaí: Casa Aberta, 2010.</p> <p>MIRANDA, Sonia Regina; SIMAN, Lana Mara Castro. (Org.). Cidade, Memória e Educação. Juiz de Fora: UFJF, 2013.</p> <p>ZAMBONI, Ernesta; GALZERANI, Maria Carolina; PACIEVITCH, Caroline. (Org.). Memória Sensibilidades e Saberes. Campinas: Alínea, 2015.</p> <p>ZAMBONI, Ernesta; DIAS, Maria de Fátima Sabina; FINOCCHIO, Silvia. (Org.). Peabiru. Um caminho, muitas trilhas. Ensino de História e Cultura Contemporânea. Florianópolis, 2014.</p> <p>FONSECA, Selma Guimarães. Caminhos da História Ensinada. 8. ed. Campinas: Papirus, 2005.</p>
<p>Pesquisa Histórica (144 horas/aula).</p>	<p>A prática da pesquisa histórica; desenvolvimento de projeto de pesquisa; A pesquisa em arquivos: a crítica documental; diferentes abordagens às fontes históricas; a pesquisa em acervos de museus e espaços de memória; História e imprensa; História e Gênero; História e linguagens; Problemas gerais de método; a ética na pesquisa histórica; a pesquisa em mídias eletrônicas; A pesquisa interdisciplinar; pesquisa para elaboração de pareceres, laudos e relatórios técnicos; pesquisa com patrimônio material e imaterial.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Básica</p> <p>BARROS, José D' Assunção. O Projeto de Pesquisa em História. Da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2005.</p> <p>CARDOSO, Ciro Flamarion S. & VAINFAS, Ronaldo (orgs). Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.</p> <p>PINSKY, C.B.; Luca, T.R.de.(orgs). O Historiador e suas Fontes. São Paulo: Contexto, 2011.</p>

	<p style="text-align: center;">Bibliografia Complementar</p> <p>CAPELATO, Maria Helena R. Imprensa e História do Brasil. 2. ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.</p> <p>DAUMAR, Adeline et alii. História Social do Brasil. Teoria e Metodologia. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1984.</p> <p>LE GOFF, Jacques. A História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 1990.</p> <p>_____. História e Memória. 2a ed. Campinas: UNICAMP, 1992.</p>
<p>Teoria da História II (144 horas/aula).</p>	<p>Teorias da História: enfoques, abordagens e domínios. Principais tendências e debates teórico-metodológicos da historiografia na contemporaneidade. Direções da historiografia marxista (europeia) no século XX. O movimento dos Annales e a historiografia francesa contemporânea. Teorias da história e os enfoques culturais no pós 1960. Teorias da história e os seus atuais domínios. A constituição da disciplina histórica no Brasil e seus percursos teóricos no século XX e XXI. Perspectivas teóricas e ensino de história.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Básica</p> <p>HARTOG, François. Regimes de Historicidade: presentism e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.</p> <p>THOMPSON, E. P. A miséria da teoria. Zahar, RJ, 1981</p> <p>NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério F. Nova história perspectiva. SP. Cosac Naify, 201</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Complementar</p> <p>CERTEAU, Michel de. História e Psicanálise. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.</p> <p>PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. HISTÓRIA. São Paulo, v.24, P.77-98, 2005.</p> <p>HUNT, Lynn. A nova história cultural. SP. Martins Fontes, 199</p> <p>DOSSE, François. A história à prova do tempo. SP. Editora UNESP, 2001.</p> <p>BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1985.</p> <p>BARROS, José D'Assunção. Teoria da História: I. Princípios e conceitos fundamentais. 2ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.</p> <p>REIS, José Carlos. Teoria e História: tempo histórico, história</p>

	pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro. RJ: Ed da FGV, 2012.
Diversidade e Educação Inclusiva (72 horas/aula).	<p>Pressupostos filosóficos e pedagógicos da educação inclusiva. Educação especial: deficiências, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades. Diversidade: conceitos; currículo; sujeitos da diversidade; princípios, legislação e documentos. Práticas didático-pedagógicas.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Básica</p> <p>BRASIL. Secretaria da Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Básica, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15547-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf-1&Itemid=30192</p> <p>FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. Educação Inclusiva. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.</p> <p>GOES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANG, Adriana Lia Frizman de (Orgs.). Políticas e práticas de educação inclusiva. Campinas: Autores Associados, 2004.</p> <p>GOMES, Nilma Lino. Indagações sobre currículo: diversidade e currículo. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf</p> <p>SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Proposta curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica. Disponível em: http://www.propostacurricular.sed.sc.gov.br/site/?p=arquivo</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Complementar</p> <p>COLL C.; MARCHESI A.; PALACIOS J. Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Porto Alegre: Artmed, 2004. p.172.</p> <p>KRONBAUER, Selenir C. G.; STRÖHER, Marga Janete. Educar para a convivência na diversidade: desafio à formação de professores. São Paulo: Paulinas, 2009.</p> <p>RODRIGUES, Rosiane. “Nós” do Brasil: estudos das relações étnico-raciais. São Paulo: Moderna, 2012.</p> <p>ROMÃO, Jeruse Maria (Org.). A África está em nós: história</p>

	<p>e cultura afro-brasileira: africanidades catarinense. v. 5. João pessoa, PB: Editora Grafset, 2010.</p>
Didática (72 horas/aula).	<p>Educação e didática. Teorias da educação. A organização do trabalho pedagógico: natureza e especificidade. A relação pedagógica e a dinâmica da triangulação: professor, aluno, conhecimento. O planejamento do processo da prática pedagógica crítica: currículo e cultura escolar. Projetos Pedagógicos.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Básica</p> <p>SANTOS, Akiko; SUANNO, João Henrique; SUANNO, Marilza Vanessa Rosa. Didática e Formação de professores: complexidade e transdisciplinaridade. Porto Alegre: Sulina, 2013.</p> <p>VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Aula: Gênese, dimensões, princípios e práticas. Campinas, SP: Papyrus, 2008.</p> <p>MOREIRA, Antonio Flávio e SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo, Cultura e Sociedade. São Paulo, Cortez, 2013.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Complementar</p> <p>GOODSON, Ivor. O currículo em Mudança. Estudos na construção Social do Currículo. Porto: Porto, 2011.</p> <p>LOPES, Antônio Osimas. Repensando a Didática. Campinas: Papyrus, 1991.</p> <p>MEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que planejar? Como planejar? Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.</p> <p>MERCADO, Luiz Leopoldo (org.) Novas Tecnologias e Educação. Alagoas: EDUFAL, 2006.</p> <p>ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.</p>
Atividade de Extensão (54 horas/aula).	<p>Elaboração e implementação de proposta de extensão. Organização e sistematização da experiência.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Básica</p> <p>ARAÚJO FILHO, Targino; THIOLENT, Michel Jean-Marie. Metodologia para Projetos de Extensão. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos: Cubo Multimídia, 2008.</p>

4º Ano.

Disciplina	Ementa / Bibliografia
<p>História e Historiografia da Europa Contemporânea (72 horas/aula).</p>	<p>A Europa e a ordem capitalista do final do século XIX e início do XX. A "Grande Guerra". Impacto da Revolução Russa. Fascismo, socialismo e capitalismo no entre guerras. Arte e política: as vanguardas artísticas. A crise do capitalismo e da democracia liberal. A Segunda Grande Guerra, Guerra Fria e a ordem bipolar mundial. Movimentos sociais da década de 1960. Sociedade pós-industrial e Globalização. Dissolução do bloco soviético. O sistema mundial na atualidade. Ensino de história e as abordagens de temas da história contemporânea.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Básica</p> <p>HOBBSAWN, Eric. A era das Revoluções. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.</p> <p>_____. A era do Capital. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.</p> <p>_____. A era dos Impérios. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.</p> <p>_____. A era dos Extremos. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Complementar</p> <p>CROUZET, Maurice. História Geral das Civilizações, 17 volumes. São Paulo: Bertrand do Brasil, 1996.</p>
<p>História da Ásia e da África Contemporâneas (72 horas/aula).</p>	<p>A Revolução Industrial e suas repercussões na África: história e historiografia. A Expansão Imperialista. A Partilha da África e sua Descolonização. A Ocupação e Descolonização da Ásia. O Caso Japonês. A Formação de Novas Repúblicas: Coréia, Vietnã, Índia e China. Práticas Educativas na Ásia e África. Patrimônio cultural e história da África no Brasil. Igualdade racial e direitos Humanos.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Básica</p> <p>ADICHIE, Chimamanda Ngozi. Meio sol amarelo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.</p> <p>HOBBSAWN, Eric. A era dos Impérios. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.</p> <p>OUZOIGWE, Godfreiu N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: Boahen, Adu. (org.) História Geral da África - VII. São Paulo/Paris, Ática/UNESCO, 1985.</p>

	<p style="text-align: center;">Bibliografia Complementar</p> <p>ACHEBE, Chinue. O mundo se despedaça. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.</p> <p>COSTA E SILVA, Alberto. Imagens da África. Da antiguidade ao século XIX. São Paulo, Penguin/Companhia das Letras, 2012.</p> <p>CURTIN, P. D. “Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história geral”. In: História Geral da África. São Paulo/Paris, Ática/UNESCO, 1980.</p> <p>LE CALLENNEC, Shophie “Caminhos da emancipação”. In: M'BOKOLO, Elikia. África Negra. História e Civilizações. Do século XIX aos nossos dias. Tomo II. Lisboa: Edições Colibri, 2004</p> <p>LOVEJOY, Paul. A escravidão na África. Uma história de suas transformações. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.</p> <p>MBEMBE, Achile. “As formas africanas de auto-inscrição”. <i>Estudos Afro-Asiáticos</i>, Ano 23, nº 1, 2001.</p> <p>MOURA, Clóvis. Os Quilombos e a Rebelião Negra. São Paulo Brasiliense, 1981.</p>
<p>História e Historiografia do Brasil III (144 horas/aula).</p>	<p>As abordagens historiográficas da História Republicana. O processo de implantação da República (o que há de moderno na República). Movimentos Sociais e a crise de dominação oligárquica. A institucionalização do Estado Novo. Populismo de Estado e cotidiano. A instauração da ditadura militar e as resistências socioculturais. A sociedade brasileira no contexto do capitalismo global. Processos de ensino-aprendizagem na História Republicana.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Básica</p> <p>FREITAS, Marcos Cezar de (org.). Historiografia Brasileira em Perspectiva. SP, Contexto, 1998.</p> <p>SCHWARCZ, Lília M. História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. Vol. 4. SP, Cia. Das Letras, 1998.</p> <p>SEVCENKO, Nicolau. História da Vida Privada no Brasil - República: da Belle Époque à Era do Rádio. Vol.3. SP, Cia das Letras, 1998.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Complementar</p>

	<p>FAUSTO, Bóris (org). História Geral da Civilização Brasileira. III O Brasil Republicano. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.</p> <p>FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves. (orgs) O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003. 4 vol.</p>
<p>Saberes Históricos e Currículo Escolar (72 horas/aula).</p>	<p>Conceitos de currículo. A Cultura Escolar como conceito. Os desdobramentos da Teoria do currículo em análises da cultura escolar. História das disciplinas escolares. O saber histórico escolar e o saber da matriz de referência História: tensões curriculares. A relação entre Memória e História na cultura escolar. Desafios do professor de História na Cultura Escolar do presente. Diálogos com professores de História.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Básica</p> <p>ZAMBONI, Ernesta; GALZERANI, Maria Carolina; PACIEVITCH, Caroline. (Org.). Memória Sensibilidades e Saberes. Campinas: Alínea, 2015.</p> <p>MONTEIRO, Ana Maria. Sujeitos Saberes e Práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Complementar</p> <p>MONTEIRO, Ana Maria. Professores de História. Entre Saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.</p> <p>MIRANDA, Sonia Regina. Sob o signo da Memória. Cultura Escolar, Saberes Docentes e História Ensinada. São Paulo: UNESP, Juiz de Fora: UFJF, 2007.</p> <p>OLIVEIRA, Margarida Maria Dias; CAINELLI, Marlene Rosa; OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. Ensino de História: múltiplos ensinios em múltiplos espaços. Natal: UFRN, 2008.</p>
<p>História e Historiografia da América III (72 horas/aula).</p>	<p>Imperialismo e resistências. A Revolução Mexicana. A crise de 1929 e seus desdobramentos. A Segunda Guerra Mundial e a política de boa vizinhança. A emergência das políticas de massas. A Revolução Cubana e os movimentos de esquerda na América Latina. A Guerra Fria, o anticomunismo e as ditaduras militares. Os processos de redemocratização na América Latina. As Américas no cenário contemporâneo: blocos econômicos e movimentos sociais. Lutas pela memória na Argentina e Uruguai.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Básica</p>

	<p>BETHELL, Leslie. Imperialismo britânico e a guerra do Paraguai. Revista Estudos Avançados da USP, n°24</p> <p>BRUIT, Hector. As revoluções na América latina. São Paulo: Contexto.</p> <p>COGGIOLA, O. Historiografia do movimento operário latino-americano. Revista Brasileira de História: Espaço Plural, n°28, 1994.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Complementar</p> <p>FAUSTO, Boris (org). Fazer a América. São Paulo: EDUSP, 1999.</p> <p>NUNES, Américo. As revoluções do México. São Paulo: Perspectiva, 1975.</p> <p>SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais. São Paulo, Loyola, 1993</p>
<p>Políticas Públicas e Gestão Escolar (72 horas/aula).</p>	<p>Educação básica: Legislação, Normas, Etapas e Modalidades; Políticas Públicas: Programas e Projetos; Financiamento. Estrutura, Organização e Gestão Escolar (Função dos Conselhos). Projeto Político Pedagógico.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Básica</p> <p>BALL, Sthephen; MAINARDES, Jefferson. Políticas educacionais, questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. Educação escolar, políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Complementar</p> <p>AZEVEDO, Janete Maria Lins de. A educação como política pública. Campinas / SP: Autores Associados, 2004.</p> <p>DELORS, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 1998.</p> <p>FERNANDES, Reinaldo, et al (organizadores). Políticas públicas educacionais e desempenho escolar dos alunos da rede pública de ensino. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/produtos/download/aep_fep/chamada_publica_FEP0410_Políticas_Publicas_BNDES.pdf</p> <p>SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular. Florianópolis, 2014. Disponível em: http://www.propostacurricular.sed.sc.gov.br/site/</p>

<p>LIBRAS e códigos de comunicações (72 horas/aula).</p>	<p>Língua, sociedade e cidadania. Processo de comunicação e recursos mediadores para o ensino. Língua brasileira de sinais. Sistema Braille, Sorobã e Tecnologia Assistiva.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Básica</p> <p>BERSCH, Rita; MACHADO, Rosangela. Atendimento educacional especializado do aluno com deficiência física. São Paulo, Moderna, 2010.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação especial. Grafia Braille para a língua portuguesa. Brasília: SEESP, 2006.</p> <p>Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/grafiaport.pdf</p> <p>QUADROS, Ronice Muller de, KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2003.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Complementar</p> <p>CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walquiria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da língua de Sinais Brasileira, volume I e II. São Paulo: EUSP, 2008.</p> <p>MEC/FNDE. LIBRAS em contexto. Curso Básico. Livro do professor. FENEIS, 1997.</p> <p>STROBEL, Karin. Falando com as Mãos. Secretaria de Estado de Educação: Curitiba, 1998.</p> <p>_____. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis. Editora UFSC. 2008.</p>
<p>Estágio Curricular Supervisionado I (336 horas/aula).</p>	<p>Atividades de estudos teórico-práticos para o exercício da docência. Estágio de Observação e de Participação na rede de ensino de Joinville e região e em outros espaços educacionais (museus, arquivos e afins). Elaboração e execução de projetos de ensino. Elaboração e apresentação de Relatório Parcial de Estágio Curricular Supervisionado.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Básica</p> <p>CARVALHO, Anna Maria P. Prática de Ensino. Os Estágios na Formação do Professor. São Paulo: Pioneira, 1973.</p> <p>DEMO, Pedro. Pesquisa e Construção do Conhecimento. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.</p> <p>PICONEZ, S. B. (Coord.) A Prática de Ensino e o Estágio</p>

	<p>Supervisionado. São Paulo: Papyrus, 1994.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Complementar</p> <p>VASCONCELLOS, Celso dos S. Construção do Conhecimento em Sala de Aula. São Paulo: Libertad, 1993.</p>
--	---

5º Ano.

Disciplina	Ementa / Bibliografia
<p>Estágio Curricular Supervisionado II(144horas/aula).</p>	<p>Estágio de Participação e execução de projetos de ensino. Elaboração e apresentação de Trabalho Final de Estágio Curricular Supervisionado.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Básica</p> <p>CARVALHO, Anna Maria P. Prática de Ensino. Os Estágios na Formação do Professor. São Paulo: Pioneira, 1973.</p> <p>DEMO, Pedro. Pesquisa e Construção do Conhecimento. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.</p> <p>NEVES, M. A. M. Ensinando e Aprendendo História. São Paulo: EPU, 1985.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Complementar</p> <p>PICONEZ, S. B. (Coord.) A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado. São Paulo: Papyrus, 1994.</p> <p>VASCONCELLOS, Celso dos S. Construção do Conhecimento em Sala de Aula. São Paulo: Libertad, 1993.</p>
<p>História e Imagem (72 horas/aula).</p>	<p>História e historicidade dos regimes de visualidade da contemporaneidade. Produção, circulação, usos e apropriações sociais da imagem. Imagem como fonte historiográfica e seus desafios epistemológicos. Oficinas metodológicas.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Básica</p> <p>PAIVA, Eduardo França. História & imagens. Belo Horizonte: Autêntica, 2003 (História &... Reflexões).</p> <p>KOSSOY, Boris. Fotografia & história. 5. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.</p> <p>SODRÉ, Muniz. Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Complementar</p>

	<p>DIDI-HUBERMAN, Georges. Diante da imagem: questão colocada aos fins de uma história da arte. São Paulo: Editora 34, 2013.</p> <p>KOSSOY, Boris. Realidades e ficções na trama fotográfica. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.</p> <p>_____. Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.</p>
<p>História e História Oral (72 horas/aula).</p>	<p>História da história oral. Principais questões epistemológicas da história oral (memória, narrativa, subjetividades). História oral e domínios historiográficos contemporâneos. A prática da história oral (projeto; população; preparação do roteiro; entrevista; tratamento; uso; doação).</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Básica.</p> <p>ALBERTI, Verena. Manual de história oral. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.</p> <p>FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (Orgs.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.</p> <p>PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. Projeto História, São Paulo, n. 15, abr. 1997.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia complementar.</p> <p>PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos – narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.</p> <p>PRINS, Gwyn. História oral. In: BURKE, Peter (Org.). A escrita na História: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.</p> <p>THOMSON, Alistair. Histórias (co)movedoras: história oral e estudos de migração. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 341-364, 2002.</p> <p>_____. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. Projeto História, São Paulo, n. 15, abr. 1997.</p> <p>MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SALGADO RIBEIRO, Suzana L. Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.</p> <p>SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. História oral na sala de aula: como fazer, como pensar. Belo</p>

	Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
Arte, História e Patrimônio Cultural (144 horas/aula,).	<p>A noção de campo e a história da institucionalização do campo do patrimônio cultural no Brasil. Categorias e instrumentos de proteção. Arte e patrimônio artístico. Historiografia e patrimônio histórico. Práticas vivenciadas com o patrimônio artístico e histórico. Seminários.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Básica</p> <p>BARROS, José D'Assunção. O campo da História: Especialidades e Abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.</p> <p>BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.</p> <p>BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo; Perspectiva, 2009.</p> <p>CASTRIOTA, Leonardo B. Patrimônio Cultural: conceitos, políticas e instrumentos. Belo Horizonte: IEDS, 2009.</p> <p>CHUVA, Márcia e NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos (orgs.). Patrimônio cultural – Políticas e Perspectivas de Representação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2012.</p> <p style="text-align: center;">Bibliografia Complementar</p> <p>BOURDIEU, Pierre e DARBEL, Alain. O amor pela arte. São Paulo: EDUSP; ZOUK, 2003.</p> <p>BOURDIEU, Pierre. As regras da arte. São Paulo: Cia das Letras, 1996.</p> <p>FLORES, Mª Bernadete Ramos e PETERLE, Patrícia (orgs.). História e Arte – Imagem e Memória. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012.</p> <p>PELEGRINI, Sandra. Patrimônio Cultural: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.</p> <p>POULOT, Dominique. Uma história do patrimônio no Ocidente, Séc. XVIII - XXI. Do monumento aos valores. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009.</p>

3.8.3 Integralização do curso

A integralização curricular do curso inclui a aprovação em disciplinas previstas na matriz curricular e atividades obrigatórias previstas neste PPC.

a) Atividades complementares

As atividades complementares nos cursos de licenciatura são denominados Atividades Acadêmico-Científico-Culturais e integram a parte flexível do currículo e devem estar relacionadas com a área de formação. O seu cumprimento é indispensável para a integralização do curso e a obtenção do título.

O caráter das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais é a flexibilização dos currículos, de forma a incentivar o discente a expandir sua formação e ampliar o nível do conhecimento, favorecendo sua integração com o meio social.

A carga horária das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais não incluiu a carga horária prevista para o Estágio Curricular Supervisionado, bem como a carga horária ministrada nas disciplinas previstas na matriz curricular do curso. A carga horária de atividades complementares a ser integralizada pelo acadêmico está determinada neste PPC e atende às disposições legais pertinentes. Todas as atividades consideradas como complementares devem ser obrigatoriamente comprovadas por declarações ou certificações.

As Atividades Acadêmico-Científico-Culturais são regidas por uma resolução da Univille (Resolução 04/08/Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) e por regulamento que segue anexo ao presente Projeto Pedagógico (Anexo I).

Os alunos recebem pontos por participações científicas, educacionais e comunitárias. Cada aluno deverá somar 200 h (duzentas horas) ao final curso como requisito para sua formatura. Esses pontos são validados pela coordenação com base nos certificados e declarações originais apresentados pelo aluno (apresentações orais, *banners*, atividades comunitárias, monitorias, estágios etc.).

b) Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado (ECS) da Licenciatura em História tem uma carga horária total de 480 hora/aula, 400 horas-relógio, correspondendo a 20% da carga horária total do curso, em consonância com o disposto nas Resoluções CNE/CP N. 02/2002 e N. 02/2015 que instituíram a duração e a carga horária dos cursos de licenciaturas, de graduação plena, de formação de professor de Educação Básica em nível superior. A carga horária é dimensionada em ações formativas, tais como: disciplina, etapas de, observação, participação e regência, estudo e sistematização de experiências, orientações específicas e prática escolar.

Para a realização do ECS da Licenciatura em História, a Univille mantém convênio com as redes públicas de ensino nas esferas municipais, estaduais e federais e com a rede particular de ensino de Joinville e região. A IES tem normativa geral aplicada para todos os cursos (Resolução 02/18/CONSUN) e o curso tem o regulamento específico (anexo II) que compõem o Projeto Pedagógico e que traz os detalhes necessários para esclarecimentos dos estudantes e dos docentes. Vale ressaltar que o regulamento vigente, conforme art. 2º, compreende o estágio como: “(...) Ato educativo escolar supervisionado desenvolvido no ambiente do trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação”, constituindo-se como “um espaço de construção, apropriação e transformação de conhecimentos na área de formação específica”.

Desta perspectiva, são objetivos do ECS:

(...) articular teoria e prática, estabelecendo sentido e significado na relação pessoal e profissional para área de atuação; otimizar esforços, equacionar as dificuldades e propiciar um estágio integrado entre os cursos de licenciatura da Univille e as escolas de ensino básico, campo de estágio, para oportunizar a articulação entre o momento do saber e do fazer na formação; possibilitar ao estagiário a vivência de vários modos de ser professor, e vida escolar, desde atividades de elaboração da proposta pedagógica da escola até a elaboração e cumprimento de planos de trabalho, seguidos de atividades de elaboração de estratégias de recuperação de alunos, de planejamentos, das avaliações e de colaboração e articulação entre a escola, as famílias e a comunidade (Resolução 02/18/CONSUN, Art. 3º).

O curso de História da Univille mantém uma comissão de estágio composta sempre pelo coordenador do curso, professor da disciplina de estágio e dois

docentes do colegiado que têm a incumbência de cumprir e fazer cumprir o regulamento, orientar e acompanhar todos os alunos em estágio.

Em síntese, a concepção do estágio curricular propõe: olhares que observam, sujeitos que interagem e refletem, registros que instrumentalizam, situações vivenciadas, histórias, competências construídas.

Dessa forma, o estágio na licenciatura em História está estruturado para oportunizar a práxis necessária à formação de educadores, oportunizando espaço de construção/produção, apropriação e transformação de conhecimentos, possibilitando aos alunos que ainda não exercem o magistério aprender com aqueles que já possuem experiência na atividade docente, além de caracterizar-se como um processo interativo de reflexão e análise crítica em relação ao contexto sócio histórico e às condições objetivas em que a educação escolar acontece.

É importante destacar que, as experiências dos alunos durante o Estágio são compartilhadas ao final de cada ano letivo, através de um seminário aberto ao público, em que graduandos, professores e representantes das redes pública e privada de ensino são convidados. Durante esse evento, procura-se dar um retorno à comunidade das atividades desenvolvidas, principalmente, nas escolas públicas de Joinville e região. Em reunião com representantes de outros cursos de Licenciatura e da Gerência Estadual de Ensino, na cidade de São Bento do Sul – SC, ficou acertada a organização de um seminário regional de Estágio, a ser realizado durante o primeiro semestre de 2019, em que cada curso de Licenciatura, entre os quais da Univille, selecionará seus melhores trabalhos apresentados durante o ano anterior e os apresentarão em nível regional, com o objeto de divulgar as melhores práticas de ensino e aprendizagem, reforçando a importância do Estágio para a melhoria do exercício da profissão.

3.8.4 Abordagem dos temas transversais: educação ambiental, educação das relações étnico-raciais e educação em direitos humanos

O tratamento da educação ambiental, da educação das relações étnico-raciais e direitos humanos, no âmbito do curso, vai ocorrer pela oferta de disciplinas que abordam especificamente a temática, de forma transversal, e sob o entendimento de que são práticas sociais que interagem e se situam no campo dos direitos humanos e da cidadania.

Reforçam esse entendimento no tocante à educação ambiental os princípios enunciados no artigo 4.º da Lei n.º 9.795 de 27 de abril de 1999:

- I. o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II. a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III. o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV. a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V. a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI. a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII. a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII. o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural (BRASIL, 1999).

No que diz respeito à educação para as relações étnico-raciais, destaca-se o Parecer CNE/CP n.º 003 de 10 março de 2004 (BRASIL, 2004), com ênfase para os princípios que indicam:

- a) o reconhecimento da igualdade da pessoa humana como sujeito de direitos;
- b) a necessidade de superação da indiferença e da injustiça com que os negros e os povos indígenas vêm sendo tratados historicamente;
- c) a importância do diálogo na dinâmica da sociedade brasileira, essencialmente pluriétnica, e que precisa ser justa e democrática;
- d) a necessidade de valorização da história e da cultura dos povos africanos e indígenas na construção histórica da sociedade brasileira;
- e) a indispensável implementação de atividades que expressem a conexão dos objetivos, estratégias de ensino e atividades com a experiência de vida dos alunos e professores, valorizando aprendizagens vinculadas às relações entre negros, indígenas e brancos no conjunto da sociedade.

A Educação em Direitos Humanos, conforme Resolução n.º 1 de 30 de maio de 2012 do CNE, é entendida como um processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direito. Portanto, além de se propor momentos específicos para o estudo da temática, o PPC está fundamentado nos princípios:

- I. dignidade humana;
- II. igualdade de direitos;
- III. reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- IV. laicidade do Estado;
- V. democracia na educação;

- VI. transversalidade, vivência e globalidade;
- VII. sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2012).

No curso de História, a abordagem dos temas transversais ocorre em nível disciplinar, através de conteúdos e atividades voltadas aos temas ambientais, de direitos humanos e das relações étnico-raciais, que ocorrem por meio de aulas teóricas ou em lugares de memória, sítios arqueológicos ou mesmo em espaços comunitários. Além de atividades de extensão e pesquisa.

No primeiro caso, estão inseridas:

a) Educação ambiental

Trabalha-se a educação ambiental nas disciplinas História Antiga, Diversidade e Educação Inclusiva e Políticas Públicas e Gestão Escolar. Na disciplina Estudos de Santa Catarina também se abordam questões ambientais relativas ao estado.

b) Educação das relações étnico-raciais

O tema é trabalhado nas disciplinas:

- a) História Antiga: as relações étnico-raciais no processo de expansão do Império Romano, a hibridização da cultura romana e a romanização das províncias;
- b) História da América: a formação da sociedade latino-americana colonial, miscigenação e hibridismo cultural;
- c) Diversidade e Educação Inclusiva;
- d) Políticas Públicas e Gestão Escolar;
- e) Estudos de Santa Catarina.

c) Educação em direitos humanos

O tema é trabalhado nas disciplinas:

- a) Diversidade e Educação Inclusiva;

- b) Políticas Públicas e Gestão Escolar;
- c) Estudos de Santa Catarina: aspectos de direitos humanos relacionados aos grupos minoritários estabelecidos no estado. Realização do ciclo de estudos História Oral e Direitos Humanos, promovido pelo LHO, no primeiro semestre de 2015.

As temáticas também serão discutidas de forma transversal, conforme explicitado nos dispositivos legais e normativos já citados, em outras ocasiões, como: Colóquio das Licenciaturas (Clic), evento anual da Clínica de Direitos Humanos da Univille, mestrados em Educação e em Patrimônio Cultural e Sociedade, Semana da Comunidade, Semana de História e no Pibic e Pibid.

Os estudantes poderão participar de palestras, exposições e oficinas que são ofertadas pelos programas e projetos de extensão que abordam essas temáticas. Eles também têm a possibilidade de participar dos demais eventos promovidos na Instituição, como: semanas de cursos, seminários, *workshops* e Semana Univille de Ciência, Tecnologia e Sociedade (SUCST).

Assim, os estudantes terão a oportunidade de vivenciar práticas que os levem a:

- estabelecer relações entre a educação ambiental e a educação das relações étnico-raciais;
- compreender a dinâmica da sociedade brasileira atual, particularmente no que se refere aos direitos que conformam uma vida cidadã;
- sistematizar e construir sínteses e formas de intervenção com base nos assuntos estudados e experiências vividas.

3.8.5 Atividades extracurriculares

Além das atividades obrigatórias, os estudantes podem realizar outras atividades que propiciem o enriquecimento curricular:

- a) Disciplinas extracurriculares

O acadêmico regularmente matriculado poderá requerer matrícula em disciplinas ofertadas em outros cursos de graduação da Univille na forma de disciplina optativa, com vistas ao seu enriquecimento curricular.

São condições para o deferimento do requerimento:

- Oferta da disciplina em turma regular no período letivo em que o acadêmico está pleiteando a matrícula;
- Não ocorrer coincidência de horários entre a disciplina e as demais atividades didático-pedagógicas do curso em que o aluno está matriculado originalmente;
- Ter disponibilidade de vaga na turma/disciplina em que o aluno está requerendo matrícula;
- O aluno arcar com os custos da disciplina extracurricular.

b) Estágio não obrigatório

Além do ECS, os estudantes podem realizar estágios não obrigatórios. Esses estágios seguem a legislação e as regulamentações institucionais e são formalizados por meio de convênios estabelecidos entre a Universidade e as organizações e termos de compromisso de estágio entre o estudante, o campo de estágio e a Universidade. Esta oferece suporte aos estudantes por meio do Escritório de Empregabilidade e Estágio (EEE).

3.9 Metodologia de ensino-aprendizagem

A proposta metodológica para o processo de ensino-aprendizagem na universidade aponta para um paradigma de educação que privilegie a centralidade do estudante no processo, através de diferentes estratégias.

O Projeto Pedagógico do Curso de História adota os princípios da Política de Ensino da Univille e a concepção de inovação pedagógica e curricular que tem sido debatida na instituição. De acordo com a Resolução do CEPE nº 07/2009, na UNIVILLE a inovação pedagógica e curricular é compreendida como um processo de

mudança planejado e passível de avaliação que leve a processos de ensino e aprendizagem centrados no estudante, mediados pelo professor.

As metodologias utilizadas pelos professores do curso de História têm sido aprimoradas a cada ano e visam a indissociabilidade dos três pilares que sustentam a Universidade, o ensino, a pesquisa e a extensão.

Destaca-se que, desde a implantação do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, essa indissociabilidade foi reforçada sendo visível nas práticas de sala de aula que envolvem docentes e discentes, dos dois níveis de ensino, em atividades conjuntas e sistemáticas, assim como na participação de estudantes da graduação em grupos de pesquisa e em projetos de extensão desenvolvidos dentro e fora dos diferentes laboratórios do curso e da universidade. Um exemplo é a articulação entre professores de diferentes disciplinas, ministradas em uma mesma série, em torno de um tema comum, selecionado a partir de suas experiências de pesquisa em níveis de Graduação e Pós-Graduação. Ou, a aproximação com pesquisadores e professores de instituições nacionais e internacionais, através das tecnologias digitais de comunicação, a exemplo do Skype, que permite a realização de conferências e palestras à distância. Em 2018, a turma de primeira série, na disciplina de História, Educação e Tecnologias Digitais, participou de uma palestra internacional com a pesquisadora Andrea Witcomb (Deakin University, Austrália). Destaca-se, ainda, a constante utilização de espaços da cidade como objetos de pesquisa e locais onde se desenvolvem aulas de campo e oficinas, propiciando aos discentes a oportunidade de contato com seu campo de trabalho.

As aulas de campo não acontecem apenas em Joinville, mas também em outras cidades, com destaque para a vizinha São Francisco do Sul, que permite diferentes olhares e apropriações, desde a própria história, que salta aos olhos na cidade tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- Iphan, até seu igualmente rico patrimônio arqueológico que, juntamente com Joinville, possui mais de 180 sítios cadastrados.

Outra prática metodológica recorrente no curso de História é a de oficinas, que acontecem nos diferentes laboratórios da Univille, assim como em museus ou espaços de memória de Joinville e região. Nessas oportunidades, os estudantes podem conhecer e vivenciar a utilização de documentação histórica e experiências de pesquisa e extensão diretamente com os profissionais e pesquisadores da universidade e das instituições onde essas oficinas acontecem. Importante se faz

chamar a atenção para o fato de que muitos discentes e egressos do curso fazem parte dos grupos de pesquisa liderados por docentes do curso de História e do MPCS, fato que propicia uma produtiva integração entre graduação e pós-graduação, estimulando a continuidade dos estudos.

Exemplos de práticas metodológicas integradas e diversificadas não faltam. Dentre elas, destacam-se, as metodologias que promovem trabalhos interdisciplinares e interdepartamentais, envolvendo docentes e discentes do curso de História e de outras graduações da Univille como, por exemplo, as atividades conjuntas com os cursos de Letras e Ciências Biológicas acerca dos viajantes do século XIX que, em 2018, completou quatro edições consecutivas. Essa atividade envolve a disciplina de História do Brasil II (na nova matriz História e historiografia do Brasil), que trata do período Imperial brasileiro, a disciplina de Zoologia de Vertebrados, do curso de Ciências Biológicas, e a disciplina Literatura Brasileira III, do curso de Letras. A atividade objetiva a leitura interdisciplinar de um documento histórico, no caso a obra de um viajante que tenha registrado sua passagem pela região no século XIX, tendo sido trabalhados os textos de Auguste de Saint-Hilaire (“Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina”), Robert Avé-Lallemant (“Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo”), este por duas vezes alternadas, e Theodor Rodowicz-Oswiecimsky (“A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil”). Inicialmente, cada uma das turmas estuda a obra escolhida pelos docentes de forma disciplinar e aprofundada, geralmente em atividades de pesquisa em grupos. Na disciplina de Brasil II, por exemplo, os estudantes pesquisam temas relacionados ao contexto apresentado pelo livro, ao autor e ao momento em que a obra foi produzida. Os discentes do curso de Ciências Biológicas pesquisam imagens e nomes científicos da flora e fauna descritas no livro, procurando contextualizar as descrições feitas no século XIX com a realidade atual da região. Por outro lado, no curso de Letras, a discussão principal gira em torno do conceito do gênero literário Diário de Viagem, onde a linguagem e sua diversidade é o objeto de análise. Após, cada turma realiza a síntese dos trabalhos produzidos pelas equipes em uma única apresentação, que represente seus olhares disciplinares sobre a obra analisada. O projeto culmina com um Seminário Interdisciplinar, que reúne alunos e professores dos três cursos, quando representantes de cada curso apresentam os resultados da pesquisa feita por sua turma, seguidos de um debate onde todos participam. Após o Seminário, que acontece na Universidade, durante a

Semana da Comunidade, e é aberto ao público em geral, há uma aula de campo, geralmente na área rural de Joinville, quando os alunos podem visitar e conhecer (muitos pela primeira vez) propriedades rurais e perceber a permanência ou não de aspectos descritos nos diários de viagem estudados, como: cultivos, elaboração artesanal de alimentos, artefatos, ferramentas e utensílios agrícolas. Nessa fase do projeto os alunos experimentam um maior contato entre si, trocando impressões e conhecendo o contexto geográfico e biológico descrito pelos viajantes em suas passagens pela região no século XIX. Os elementos históricos que contextualizaram a vinda e as viagens dos autores analisados, as paisagens citadas, as descrições dos ambientes e dos usos, a fauna e a flora observadas pelos viajantes e as mudanças ocorridas desde aquele tempo, que os alunos puderam apreender, constituem aspectos muito discutidos na aula de campo que finaliza o projeto.

Outra atividade que propicia a interdisciplinaridade e a integração de diferentes departamentos e instituições e também já foi repetida e aperfeiçoada em três anos consecutivos, é o projeto “*Past food: sabores Jê do Museu Arqueológico de Sambaqui*”, que envolve a disciplina de “Arqueologia e história pré-colonial do Brasil e de Santa Catarina”, do curso de História, o curso de Gastronomia (disciplinas de Metodologia Científica e Aspectos Históricos da Atividade Turística), a especialização em Arqueologia, também da Univille, e o acervo do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Neste projeto, os envolvidos pesquisam os hábitos alimentares das populações sambaquieiras, que habitaram a região há mais de 3 mil anos, através dos vestígios materiais existentes no Museu e fazem uma releitura das práticas alimentares, utilizando os mesmos ingredientes encontrados nas pesquisas arqueológicas e possíveis maneiras com que eles eram produzidos e servidos. Ao final do processo de pesquisa, acontece uma oficina onde os alimentos são produzidos e servidos para degustação em um evento anual e aberto a todo curso e público em geral, na Universidade.

3.10 Inovação pedagógica e curricular

De acordo com a Resolução do Cepe n.º 07/2009, na Univille a inovação pedagógica e curricular é compreendida como um sistema de mudança planejado e passível de avaliação que leve a processos de ensino e aprendizagem centrados no estudante, mediados pelo professor. A Univille instituiu o Centro de Inovação

Pedagógica (CIP) com a missão de promover a inovação pedagógica e curricular nos cursos da Univille por meio de ações relacionadas à organização didáticopedagógica dos projetos pedagógicos dos cursos, à profissionalização docente e à melhoria contínua da infraestrutura empregada no processo de ensino e aprendizagem (UNIVILLE, 2009). Os processos de inovação pedagógica e curricular acontecem por meio da formação continuada do corpo docente do curso de História, bem como de reuniões e estudos promovidos pelo Colegiado do curso e do seu Núcleo Docente Estruturante (NDE). Além disso, as avaliações institucionais e a participação nas capacitações docentes promovidas pela Univille contribuem para a inovação pedagógica e curricular em história. A maior parte do Colegiado de História participa de atividades de entidades de classe, de ensino e pesquisa que viabilizam, entre outros, fóruns para debates sobre inovações pedagógicas e curriculares para o ensino superior de História.

3.11 Flexibilização curricular

A flexibilização curricular pode ocorrer ao se efetivar o aproveitamento de estudos e experiências anteriores do estudante com base no art. 41 da LDB nº 9394/1996 que, de maneira bastante ampla, dispõe: o conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

A sistemática de avaliação prevista pelo Curso compreende estratégias como o exame de proficiência que, segundo o Resolução do CEPE, destina-se à avaliação das potencialidades, conhecimentos e experiência profissional anteriores do estudante, propiciando-lhe o avanço nos estudos, mediante comprovada demonstração do domínio do conteúdo e das habilidades e competências requeridas por disciplina do currículo do seu curso por meio de avaliação teórica, prática ou teórico-prática.

Além disso, por meio das abordagens de temas transversais e por meio das atividades extracurriculares a instituição proporá atividades que viabilizem a flexibilidade curricular.

3.12 Procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem

A avaliação da aprendizagem é um ato necessário, que abriga em seu movimento uma crítica pedagógica, a qual inclui desempenho e posturas docentes e discentes, expressando abertura para redimensionar as suas ações em face do desempenho dos acadêmicos no decorrer do processo.

Essa concepção implica um processo contínuo, sistemático e transparente fundamentado nos princípios institucionais e no projeto pedagógico do curso, que delinea o perfil do egresso e solicita a avaliação de habilidades, conhecimentos e atitudes. Deve equilibrar aspectos quantitativos e qualitativos, favorecer a formação científica, profissional e cidadã do acadêmico, tanto no seu percurso individual quanto no coletivo.

A avaliação do desempenho acadêmico no curso é feita por componente curricular e tem como critérios a frequência e a avaliação da aprendizagem nos estudos, expressa em notas.

Para cada componente curricular são atribuídos quatro médias bimestrais (M). O estudante que obtiver média aritmética simples das médias bimestrais $(M1+M2+M3+M4)/4$ igual ou superior a 7 (sete), estará isento do exame final.

O exame final poderá constituir-se de prova teórica ou prática, devidamente registrada. A média aritmética simples das médias bimestrais $(M1+M2+M3+M4)/4$ inferior a 3 (três) impossibilitará o estudante de prestar o exame final na disciplina, sendo considerado automaticamente reprovado.

De acordo com o Regimento da Univille, a aprovação do estudante em cada componente curricular de cada período letivo dependerá do cumprimento, concomitantemente, das seguintes condições:

I - obtenção de frequência mínima de 75% da carga horária lecionada;

II - obtenção na avaliação de aprendizagem: a) de média aritmética das médias bimestrais mínima de 7 (sete), dispensando o exame final; e b) média final, após a realização de exame, não inferior a 5 (cinco).

O acadêmico que não fizer avaliações parciais ou finais ou não apresentar trabalhos acadêmicos previstos nas datas fixadas poderá requerer segunda chamada em cinco dias úteis, mediante recolhimento de taxa, quando o motivo da falta estiver previsto em lei ou houver outro motivo justificável. Todas as provas e/ou trabalhos escritos devem ser devolvidos ao estudante depois de avaliados pelo professor, exceto os exames finais, que deverão ser entregues à Central de Atendimento ao Acadêmico para serem arquivados;

A divulgação das notas é feita de acordo com o Calendário Acadêmico, disponível no site www.univille.br, por meio do acesso de cada estudante.

O curso de História da Univille pretende formar profissionais de História capacitados para lidar com o conhecimento histórico no ensino, na pesquisa e na extensão. O egresso, após quatro anos e meio de curso, deverá dominar o conhecimento histórico, os meios através dos quais ele é produzido e, principalmente, suas relações com os contextos em que ele está inserido, seja em uma instituição de ensino básico, um museu ou um arquivo.

Para tanto, o curso propicia ao aluno diversos processos de ensino e aprendizagem que envolvem atividades disciplinares e interdisciplinares, eventos acadêmicos, oficinas em laboratórios, visitas à sítios arqueológicos e demais lugares históricos e a participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão.

O acompanhamento e a avaliação dos processos de ensino e aprendizagem no curso de História ocorrem de diversas maneiras, conforme é possível constatar, por exemplo, nos Planos de Ensino e Aprendizagem das disciplinas, nos relatórios de projetos e programas de pesquisa e extensão.

Além das tradicionais avaliações escritas, provas, há outras formas de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem, tais como:

- Produção de fichas de leituras e resenhas de obras clássicas;
- Redação de artigos, ensaios, *papeares* e demais produções textuais escritas;
- Apresentações orais de seminários;
- Resolução de problemas de investigação histórico propostos pelos professores;
- Descrição e análise de documentos históricos.

Os resultados obtidos nessas atividades avaliativas são analisados pelos docentes, sistematizadas e disponibilizadas aos graduandos do curso de História, através de conversar individuais ou em grupo durante as aulas ou em reuniões fora da sala de aula, agendada em locais, tais como as salas de orientações localizadas no setor de Ciências Humanas e Biológicas – CHB, na sala A-215.

Outro meio de acompanhamento e avaliação do processo de ensino e aprendizagem é a avaliação institucional, aplicada durante o final de cada ano letivo. Ela consiste em um questionário online, aberto no AVA ao longo de um período

específico e que consiste em avaliação das disciplinas, como também uma autoavaliação que também pode ser relacionada com o ensino e a aprendizagem das disciplinas do curso de História. Os resultados são tabulados e enviados aos professores e à Coordenação, que são discutidos em reuniões individuais ou de Colegiado.

Junto com as formas de acompanhamento e avaliação listadas anteriormente, essas informações auxiliam no diagnóstico do ensino e aprendizagem promovidos no curso de História, de forma a promover ações concretas para a melhoria das atividades de ensino e aprendizagem oferecidas ao aluno do curso, durante seus anos de formação inicial.

3.13 Apoio ao discente

3.13.1 Central de Relacionamento com o Estudante

Responsável por promover ações que busquem o desenvolvimento contínuo de um ambiente que favoreça a melhoria da qualidade das relações entre os estudantes e a Instituição, além de oferecer oportunidades de desenvolvimento de habilidades e competências, de integração e de inserção profissional, visando ao sucesso acadêmico. Entre os serviços da CRE estão o atendimento pedagógico, psicológico, social, atividades de nivelamento (reforço em conteúdos de disciplinas exatas, língua portuguesa e química), divulgação de vagas, controle e acompanhamento dos vínculos de estágios, acompanhamento de estudantes com necessidades especiais e/ou deficiência, programas de bolsas de estudo, além de outros projetos a serem desenvolvidos em parcerias com as coordenações de cursos.

a) O atendimento psicológico é realizado por profissional habilitado e oferecido gratuitamente mediante agendamento prévio. Para as orientações individuais são realizadas de 3 a 5 sessões. São realizadas ainda orientações para grupos, palestras ou conversas em sala de aula, dependendo da demanda dos cursos.

b) O atendimento pedagógico tem como foco a orientação nos casos de dificuldades de adaptação aos estudos, metodologia das disciplinas, utilização do tempo, organização pessoal, entre outras necessidades apresentadas pelos estudantes e que influenciam no seu desempenho acadêmico. Os atendimentos também são realizados por profissional habilitado e de forma gratuita.

c) No caso do atendimento social, os estudantes podem solicitar contato com a profissional disponível na CRE para orientações financeiras, de bolsas de estudo, dificuldades de integração na IES e dificuldades na renovação da matrícula por falta de recursos.

d) As atividades de nivelamento tem objetivo de oportunizar aos estudantes a revisão e aprimoramento de conteúdos da Língua Portuguesa, Matemática, Física e Química com vistas a melhorar seu desempenho acadêmico na Universidade.

e) A CRE mantém relação direta com as empresas e estudantes interessados em divulgar/realizar estágio. Para os estágios não obrigatórios todas as empresas podem cadastrar suas vagas no Banco de Oportunidades Univille – BOU e todos os estudantes da Univille podem cadastrar seu currículo e se candidatar nas vagas divulgadas. A partir da definição do estagiário pela empresa, os documentos específicos são elaborados, assinados e mantidos sob guarda do setor para eventuais consultas. Além disso, a regularização do estágio obrigatório por meio da emissão do termo de compromisso para os estudantes em fase de final do curso também é realizada pela CRE.

f) O acompanhamento dos estudantes com necessidades especiais e/ou deficiência está previsto no Programa de Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais (PROINES). A partir da realização da matrícula, os estudantes são orientados a apresentar um laudo médico que ateste a sua situação em termos de necessidades especiais. A entrega do laudo legitima o estudante a receber os atendimentos necessários à sua permanência. Visando auxiliar o estudante, a CRE realiza o mapeamento dos estudantes, informando aos cursos quais as necessidades que apresentadas, sejam elas voltadas a acessibilidade arquitetônica

ou a pedagógica. Por meio do PROINES, a CRE também viabiliza a contratação de intérprete de libras e monitores para acompanhar os estudantes em suas atividades, bem como realiza ações de sensibilização da comunidade acadêmica. O acompanhamento dos estudantes pelo PROINES é contínuo, durante o período em que estiverem na Instituição. Como forma de avançar em suas ações afirmativas, a CRE conta com o Laboratório de Acessibilidade – LABAS que está equipado com tecnologias assistivas como impressora a braille e computadores com sintetizador de voz para auxiliar acadêmicos com deficiência visual. Além disso, há um escâner que transforma imagem em textos.

g) Os programas de bolsas são regidos por legislação própria e pelas regulamentações institucionais. A CRE é responsável por repassar as informações e orientações sobre esses programas e divulgar para a comunidade acadêmica por meio de folders e cartazes, bem como por e-mail e no Portal da Univille.

Os programas de bolsas de estudo que a Univille disponibiliza para os estudantes são as seguintes:

- Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina – UNIEDU

O processo de bolsa de estudo que engloba bolsas com recursos do Artigo 170 e Artigo 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina e se destina a estudantes dos cursos de graduação da Univille. São bolsas a partir de 25% dependendo da condição socioeconômica apresentada e comprovada pelo estudante. Também apresenta a modalidade de Pesquisa e Extensão que se destina a estudantes dos cursos de graduação interessados em desenvolver pesquisa ou participar de determinado programa ou projeto de extensão na Univille. Em contrapartida ao recebimento do benefício, o acadêmico contemplado deve participar de programas e projetos desenvolvidos pela Univille, apresentando um Termo de Adesão e um relatório de 20 horas a cada semestre, totalizando 40 horas. Estudantes que já concluíram ensino superior não podem participar do programa.

Seguindo o previsto em legislação, a Instituição mantém a Equipe Técnica e a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da concessão de bolsas de estudo para acompanhar o cumprimento dos critérios para a concessão, obtenção e

manutenção das bolsas. A Comissão é constituída pelos membros a seguir relacionados, que elegerão, entre si, o seu presidente para mandato de um ano:

- dois representantes da Instituição de Ensino Superior, pela mesma indicados, para mandato de dois anos;
- três representantes da entidade representativa dos estudantes, pela mesma indicados, para mandato de um ano;
- dois representantes de entidades organizadas da sociedade civil, estabelecidas no município sede da respectiva Instituição de Ensino Superior, eleitos em foro civil específico, para mandato de dois anos; e
- um representante indicado pela Secretaria de Desenvolvimento Regional, com a aprovação do Conselho de Desenvolvimento Regional.

- Programa Universidade para Todos – PROUNI

É um programa do governo federal específico para candidatos que realizam o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM em ano anterior, obtendo desempenho mínimo de 450 pontos, que não tenham diploma de curso superior e, ainda, atendam aos demais critérios estabelecidos na legislação específica.

O PROUNI também possui uma comissão de bolsas chamada de Comissão Local de Acompanhamento e Controle Social do PROUNI – COLAP, composta pelos seguintes integrantes:

- um representante do corpo discente das instituições privadas de ensino superior, que deve ser bolsista PROUNI;
- um representante do corpo docente das instituições privadas de ensino superior, que deve ser professor em regime de dedicação mínima de 20 (vinte) horas semanais;
- um representante da direção das instituições privadas de ensino superior, que deve ser o coordenador ou um dos representantes do PROUNI na IES; e
- um representante da sociedade civil.

3.13.2 Central de Atendimento Acadêmico

A Central de Atendimento Acadêmico é composta pelas áreas do registro acadêmico e financeiro que contam com o apoio das equipes de atendimento presencial e telefônico.

Hierarquicamente a Pró-Reitoria de Ensino e a Diretoria Administrativa estão responsáveis pela Central de Atendimento Acadêmico que tem como missão prestar serviços de qualidade, atuando com profissionalismo e eficiência nas atividades desenvolvidas, prezando pela excelência no atendimento e satisfação da comunidade universitária.

A CAA responde pelo serviço de expediente, registro e controle acadêmico dos cursos de graduação da UNIVILLE. Gerencia e executa os processos de matrícula e rematrícula, mantém dados e documentos acerca do desenvolvimento das atividades dos cursos, analisa e controla as informações acadêmicas e financeiras dos discentes e confecciona documentos sobre a situação acadêmica e financeira dos estudantes.

Além disso, responde pelo planejamento, organização, coordenação, execução e controle das atividades financeiras, da administração do fluxo de caixa, das contas a pagar, das contas a receber, da cobrança, do cadastro, dos contratos de prestação de serviços educacionais e da administração dos recursos financeiros e patrimoniais da UNIVILLE. É responsável pelos processos ligados aos créditos estudantis: Pravalor e Credies e cadastro de bolsas de estudo.

A Central de Atendimento Acadêmico também busca a modernização dos processos e serviços oferecidos a comunidade acadêmica através da informatização, como: rematrícula online, agendamento online para solicitação de vaga, regularização financeira e matrícula de calouro. Fornece formulário online para solicitação de colação de grau especial e solicitação de diploma. Disponibiliza pelo aplicativo UNIVILLE a oportunidade de os acadêmicos solicitarem online os mesmos serviços oferecidos no presencial.

Todos os processos que a Central de Atendimento Acadêmico executa são pautados no Estatuto e Regimento da UNIVILLE, nas Resoluções e Instruções Normativas, nos Editais e Regulamentos Institucionais.

3.13.3 Programas de Bolsa de Estudo

Os programas de bolsas são regidos por legislação própria e pelas regulamentações institucionais. Além disso, a Instituição mantém uma Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da concessão de bolsas de estudo. Conforme a legislação, a fiscalização do cumprimento dos critérios para a concessão, obtenção e manutenção de bolsas de estudo caberá a uma comissão, criada no âmbito de cada instituição de ensino superior, constituída pelos membros a seguir relacionados, que elegerão, entre si, o seu presidente para mandato de um ano:

- dois representantes da Instituição de Ensino Superior, pela mesma indicados, para mandato de dois anos;
- três representantes da entidade representativa dos estudantes, pela mesma indicados, para mandato de um ano;
- um representante do Ministério Público Estadual, pelo mesmo indicado, para mandato de dois anos;
- dois representantes de entidades organizadas da sociedade civil, estabelecidas no município sede da respectiva Instituição de Ensino Superior, eleitos em foro civil específico, para mandato de dois anos; e
- um representante indicado pela Secretaria de Desenvolvimento Regional, com a aprovação do Conselho de Desenvolvimento Regional.

As informações e orientações sobre os programas de bolsas de estudo são divulgadas na comunidade acadêmica por meio de folders e cartazes, bem como por email e no Portal da UNIVILLE.

A Instituição mantém uma série de oportunidades de bolsas de estudo, conforme descrito a seguir:

I. Bolsas de estudo com base em análise socioeconômica

a) Programa de Bolsas de Estudo - Constituição do Estado de Santa Catarina (UNIEDU)

- O que é: o processo de bolsa de estudo que engloba bolsas com recursos do Artigo 170 e Artigo 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina e se destina a estudantes dos cursos de graduação da Univille. São bolsas a partir de 25% dependendo da condição socioeconômica apresentada e comprovada pelo estudante. Também apresenta a modalidade de Pesquisa e Extensão se destina a estudantes dos cursos de graduação interessados

em desenvolver pesquisa ou participar de determinado programa ou projeto de extensão na Univille.

- Contrapartida: o acadêmico contemplado deve ler atentamente o Edital, pois, para ter direito ao benefício ele deve participar de programas e projetos desenvolvidos pela UNIVILLE, apresentando um Termo de Adesão no início e um relatório de 20 horas a cada semestre, totalizando 40 horas.
- Quando solicitar: o prazo para estudantes solicitarem bolsa de estudo é especificado em Edital. Geralmente acontece no início de cada ano. Para participar os candidatos devem preencher um cadastro no site www.uniedu.sed.sc.gov.br e posteriormente preencher o cadastro no portal da UNIVILLE.
- Quem pode solicitar: estudantes matriculados nos cursos de graduação da Univille.
- Quem não pode solicitar: estudantes que já concluíram ensino superior ou que pagam menos que 50% do valor do curso (base utilizada: Edital de Matrícula e Encargos Financeiros), sem considerar as dependências.

b) Programa Universidade para Todos do Governo Federal (PROUNI):

- O que é: programa federal de bolsas para universitários.
- Quando solicitar: As inscrições para o PROUNI, programa federal de bolsas para universitários, poderão ser efetuadas no site do MEC: www.mec.gov.br em período específico.
- Quem pode solicitar: Para se inscrever no programa de concessão de bolsas, os candidatos devem ter realizado o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) em ano anterior, não ter diploma de curso superior e, ainda, atender a um dos critérios:
 - tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública;
 - tenham cursado o ensino médio completo em instituição privada, na condição de bolsista integral da respectiva instituição;
 - tenham cursado todo o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em instituição privada, na condição de bolsista integral na instituição privada;
 - sejam portadores de deficiência;

- sejam professores da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica e
- integrando o quadro de pessoal permanente da instituição pública.

O candidato deve ter obtido nota mínima de 400 no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O candidato também precisa ter nota superior a zero na redação do ENEM. Informações são obtidas na CAA ou por meio de formulário eletrônico no Portal do Ministério da Educação (www.mec.gov.br).

II. Bolsas de estudo por mérito

a) Programa institucional de bolsas de extensão (PIBEX)

- O que é: o programa de bolsa de extensão com recursos da UNIVILLE. Destina-se a estudantes dos cursos de graduação, pós-graduação e mestrado interessados em participar de programas ou projetos de extensão da UNIVILLE.
- Quando solicitar: pode ser solicitado no final do ano (aproximadamente em outubro). De acordo com a necessidade dos programas e projetos de extensão o professor coordenador do programa ou projeto pode realizar seleção para substituição a partir de entrevista durante o ano.
- Quem pode solicitar: todos os alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação, pós-graduação e mestrado da UNIVILLE.

b) Programa institucional de bolsas de iniciação científica (PIBIC):

- O que é: o programa de bolsa de pesquisa com recursos do FAP se destina a estudantes dos cursos de graduação, pós-graduação e mestrado interessados em desenvolver pesquisa ou participar de determinado programa ou projeto de pesquisa na UNIVILLE.
- Quando solicitar: pode ser solicitado no final do ano (aproximadamente em outubro). De acordo com a necessidade dos programas e projetos de pesquisa o professor coordenador do programa ou projeto pode realizar seleção para substituição a partir de entrevista durante o ano.
- Quem pode solicitar: todos os alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação, pós-graduação e mestrado da UNIVILLE.

c) Programa de bolsas de iniciação científica do CNPq (PIBIC/CNPq):

- O que é: o programa de bolsa de iniciação científica com recursos CNPq.
- Quando solicitar: pode ser solicitado de acordo com editais internos com base no cronograma do CNPq.
- Quem pode solicitar: todos os alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação.

d) Programa de bolsas de iniciação tecnológica do CNPq (PIBITI/CNPq):

- O que é: o programa de bolsa de iniciação tecnológica com recursos CNPq.
- Quando solicitar: pode ser solicitado de acordo com editais internos com base no cronograma do CNPq.
- Quem pode solicitar: todos os alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação.

3.13.4 Crédito universitário

Além dos programas de bolsas, os estudantes podem contar com modalidades de crédito para seus estudos:

a) CredIES - Fundacred

- O que é: É um crédito universitário que permite o pagamento de apenas parte da mensalidade à instituição enquanto estuda. A restituição inicia-se após a data prevista para a formatura e é feita diretamente à Fundacred.
- Quando solicitar: estudantes podem contratar o crédito a qualquer momento do ano. No caso daqueles que ainda não estudam, é possível fazer uma consulta de pré-aprovação antes de estarem matriculados ou dos vestibulares, pois o preenchimento da proposta é sem compromisso. As informações são obtidas no portal www.fundacred.org.br.
- Quem pode solicitar: estudantes veteranos e ingressantes matriculados nos cursos de graduação da UNIVILLE, condicionados aos critérios e limites estabelecidos pela Instituição.

b) PRAVALER

- O que é: o PRAVALER é um programa de crédito universitário privado que permite aos estudantes de graduação e de pós graduação pagar seus estudos ao longo do tempo, de uma maneira mais leve.
- Quando solicitar: estudantes podem contratar o programa a qualquer momento do ano. No caso daqueles que ainda não estudam, é possível fazer uma consulta de pré-aprovação antes de estarem matriculados ou dos vestibulares, pois o preenchimento da proposta é sem compromisso. As informações são obtidas no portal www.creditouniversitario.com.br.
- Quem pode solicitar: estudantes veteranos e ingressantes matriculados nos cursos de graduação da UNIVILLE.

3.13.5 Assessoria Internacional

A Univille criou a Assessoria Internacional com a missão de promover para estudantes e professores da Univille programas e projetos de internacionalização curricular (UNIVILLE, 2010).

O público-alvo da Assessoria Internacional são os estudantes e professores, compreendendo, conseqüentemente, coordenadores de curso nos processos. Esta assessoria está subordinada à Reitoria e é composta por um assessor com conhecimentos e vivência nas áreas da internacionalização e mobilidade e por técnicos administrativos responsáveis pela operacionalização das ações de mobilidade acadêmica.

O curso de História tem incentivado a participação de seus discentes em programas de intercâmbio ofertados pela Universidade. As ações efetivas passam pela socialização dos editais de intercâmbio, apoio dos discentes que têm interesse em participar dos programas por meio da elaboração dos documentos necessários para inscrição, acompanhamento do aluno durante todo o intercâmbio e socialização das experiências dos discentes participantes nos eventos realizados pelo curso.

3.13.6 Diretório Central dos Estudantes e representação estudantil

O Diretório Central dos Estudantes (DCE) é a entidade representativa dos acadêmicos da Univille, cuja eleição se dá pelo voto direto dos alunos. O DCE é entidade autônoma, possui estatuto próprio e organiza atividades sociais, culturais, políticas e esportivas voltadas à comunidade estudantil. O DCE tem direito a voz e voto nos conselhos superiores da Furj/Univille, conforme o disposto nas regulamentações institucionais.

De acordo com os estatutos e regimentos da Furj/Univille, a representação estudantil compõe 30% do colegiado dos cursos. Anualmente as turmas indicam um representante de classe e um vice-representante de classe dentre os estudantes regularmente matriculados na turma. Esses estudantes participam das reuniões do colegiado do curso com direito a voto. Além disso, a coordenação realiza entrevistas e reuniões com os representantes e vice-representantes com vistas a obter informações sobre o andamento das atividades curriculares e informar as turmas sobre assuntos pertinentes à vida acadêmica.

3.13.7 Coordenação ou área

A Coordenação é a unidade acadêmica responsável pela gestão administrativa, acadêmica e didático-pedagógica dos cursos. A Instituição está promovendo a integração dos cursos por áreas, com vistas a propiciar ações de melhoria contínua da qualidade. Cada área dispõe de atendimento aos estudantes por meio de uma equipe de auxiliares de ensino.

As coordenações de curso realizam o atendimento a estudantes e grupos de estudantes. As demandas individuais e de grupo são analisadas e encaminhadas aos setores competentes. As situações relativas à gestão didático-pedagógica são discutidas e os encaminhamentos são realizados por meio de reuniões administrativas e pedagógicas com o colegiado, o Núcleo Docente Estruturante, os professores de determinada turma ou ainda com os professores de forma individual. As decisões e as ações são balizadas pela legislação interna e externa, pelo Projeto Pedagógico do Curso e pela busca da melhoria contínua da qualidade e da sustentabilidade do curso.

O curso é a unidade acadêmica responsável pela gestão administrativa, acadêmica e didático-pedagógica dos cursos. A Instituição está promovendo a

integração dos cursos por áreas, com vistas a propiciar ações de melhoria contínua da qualidade. Cada área dispõe de atendimento aos estudantes por meio de uma equipe de auxiliares de ensino.

As coordenações de curso realizam o atendimento a estudantes e grupos de estudantes. As demandas individuais e de grupo são analisadas e encaminhadas aos setores competentes. As situações relativas à gestão didático-pedagógica são discutidas e os encaminhamentos são realizados por meio de reuniões administrativas e pedagógicas com o colegiado, o Núcleo Docente Estruturante, os professores de determinada turma ou ainda com os professores de forma individual. As decisões e as ações são balizadas pela legislação interna e externa, pelo Projeto Pedagógico do Curso e pela busca da melhoria contínua da qualidade e da sustentabilidade do curso.

O curso de História da Univille, assim como a própria instituição, possui diversos meios de apoio aos seus estudantes. Eles consistem em atividades de acolhimento, que ocorrem no começo de cada ano letivo, que consistem em eventos institucionais e específicos do curso, a exemplo da primeira semana de aulas em que os professores do curso junto com o Centro Acadêmico Livre de História “Eunaldo Verdi” (CALHEV) organizam apresentações e demais orientações aos calouros e veteranos. Vale destacar o esforço do CALHEV em orientar os novos alunos no que se refere às bolsas de estudo disponíveis e outros direitos que os estudantes da Univille gozam.

Além das ações de acolhimento, o curso de História conta com meios para promover a permanência de nossos alunos no curso, especialmente, no que se refere ao apoio metodológico aos estudantes com dificuldades de aprendizado ou necessidades especiais. Neste sentido, vale citar nossa parceria com setores da Univille de apoio psicológico que, em 2018, prestou grandes serviços em um caso de uma aluna do primeiro ano portadora de dislexia que, através de ações da coordenação do curso e da instituição, conseguiu superar suas dificuldades de aprendizado e manter-se no curso.

Outra forma de apoio discente é a divulgação de estágios não obrigatórios em instituições públicas e privadas voltadas à memória, à história e ao patrimônio histórico, a exemplo da Fundação Cultura de Jaraguá do Sul (SC) em que há uma aluna do terceiro ano do curso em estágio não obrigatório e remunerado. Além disso, há também os estágios oferecidos pela Secretaria de Cultura e Turismo, da

Prefeitura Municipal de Joinville, que ocorrem em museus e no Arquivo Histórico de Joinville. A coordenação do curso de História acompanha essas atividades, através de contatos com os agentes públicos responsáveis por essas instituições, assim como pelos professores do curso que estão engajados em comissões e fóruns municipais de cultura e patrimônio cultural.

É também importante frisar a mobilidade internacional que está a ocorrer entre os alunos do curso de História. Atualmente, temos uma aluna do curso em intercâmbio na Europa, na Universidade da Porto, em Portugal. Há pouco tempo, retornou outra aluna do curso, a graduanda Eloyse Davet, contemplada com a bolsa Santander. A mobilidade internacional é um dos desafios do curso, especialmente o domínio de um segundo idioma que viabilize tal intercâmbio. Neste sentido, vale citar uma importante iniciativa do CALHEV que é o “clube de conversação” em inglês, cujas horas são validadas pela coordenação do curso de História. Semanalmente, os alunos têm conversação a partir de temas e textos vinculados ao curso. A direção do Centro Acadêmico é rigorosa nos registros de presença que, após um semestre, são transformados em declarações de horas complementares.

A mobilidade internacional também é reforçada pelos professores do curso que estão a realizar estágios em universidades fora do país, como por exemplo, a University of Leeds, na Inglaterra.

3.13.8 Outros serviços oferecidos

Os estudantes dos cursos de graduação da Univille também têm acesso a outros serviços, conforme discriminado no quadro a seguir:

Quadro 5 – Serviços disponibilizados aos estudantes

Outros serviços disponibilizados aos estudantes	Descrição
Serviço de Psicologia	Os serviços oferecidos pelo Serviço de Psicologia (SPsi) da Univille compreendem: <ul style="list-style-type: none"> • serviço de atendimento clínico psicológico; • serviço de psicologia educacional; • serviço de psicologia organizacional e do trabalho; • programas e projetos nas diversas áreas de aplicação da Psicologia.

	O SPsi tem como público-alvo as comunidades interna e externa da Univille. Dispõe de um psicólogo responsável e conta com uma equipe formada pelos professores e estudantes da 5. ^a série do curso de Psicologia da Univille.
Ouvidoria	É um serviço de atendimento à comunidade interna e externa com atribuições de ouvir, registrar, acompanhar e encaminhar críticas e sugestões, em busca de uma solução. É uma forma acessível e direta, sem burocracia, à disposição da comunidade geral e universitária.
Centro de Atividades Físicas	É um programa de extensão institucional que tem por objetivo propiciar aos estudantes da Univille e à comunidade em geral a oportunidade de participar de atividades físicas e recreativas que contribuam para o desenvolvimento pessoal e profissional, valorizando o bem-estar físico e mental e a promoção da saúde e da qualidade de vida. Conta com uma infraestrutura que inclui piscina, academia de musculação, tatame, sala de ginástica, pista de atletismo. O CAF oferece turmas regulares em diversas modalidades esportivas e de saúde, incluindo musculação, ginástica e natação.
Serviços de reprografia	O <i>Campus</i> Joinville da Univille conta com o fornecimento de serviços de reprografia por meio de empresa terceirizada. Essa estrutura é composta por: 1) centro de reprografia: localizado no Bloco B, que oferece serviços de fotocópia e encadernação nos turnos matutino, vespertino e noturno; 2) áreas de fotocópias: uma localizada no Bloco E, próximo do CAF, e outra no prédio da Biblioteca Central, as quais fornecem serviço de fotocópia nos três turnos. O <i>Campus</i> São Bento do Sul e as demais unidades da Univille também contam com o fornecimento de serviços de reprografia por meio de empresa terceirizada.
Serviços de alimentação	O <i>Campus</i> Joinville da Univille conta com o fornecimento de serviços de alimentação por meio de empresas terceirizadas. Essa estrutura é composta por: 1 restaurante, localizado ao lado da pista de atletismo, que oferece refeições no almoço e no jantar, bem como serviço de cafeteria nos turnos matutino, vespertino (a partir das 16h) e noturno; 3 lanchonetes, uma localizada no Bloco C, outra no Bloco E e uma no Bloco D. Os estabelecimentos fornecem serviço de lanchonete e cafeteria e funcionam nos três turnos. O <i>Campus</i> São Bento do Sul também conta com o fornecimento de serviços de alimentação por meio de uma lanchonete localizada no prédio principal do <i>campus</i> .
Serviços médicos e odontológicos	A instituição mantém convênio com empresa de atendimento de emergência que disponibiliza ambulância e atendimento de paramédicos quando da ocorrência de situações graves e de encaminhamento a hospitais. O serviço de emergência prevê o atendimento em todos os <i>campi</i> e unidades da Univille. As clínicas odontológicas do curso de Odontologia funcionam no Bloco C do <i>Campus</i> Joinville e atendem a comunidade em sistema de agendamento de consultas. Os estudantes da Univille podem utilizar os serviços mediante triagem realizada pela coordenação das clínicas odontológicas.
Serviços assessoramento jurídico	Os cursos de Ciências Jurídicas da Univille, em Joinville e São Bento do Sul, mantêm escritórios de práticas jurídicas nos respectivos <i>campi</i> . Os escritórios atendem a comunidade em sistema de agendamento, e os estudantes da Univille utilizam os serviços mediante triagem realizada pelas coordenações dos

escritórios.

Fonte: Primária (2014)

3.14 Gestão do Curso e os processos de avaliação interna e externa

A Política de Avaliação Institucional da Univille tem por objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam os processos de autoavaliação de atividades, processos, projetos e programas desenvolvidos pela Universidade e a gestão da participação da Instituição nos processos de avaliação externa promovidos pelos órgãos governamentais de avaliação, regulação e supervisão da educação.

Tal política considera os seguintes macroprocessos:

- a) Monitoramento do IGC;
- b) Autoavaliação institucional;
- c) Gestão da avaliação externa institucional;
- d) Gestão da autoavaliação de curso de graduação**
- e) Gestão da avaliação externa de curso de graduação;**
- f) Gestão da autoavaliação de programas e cursos de pós-graduação;
- g) Gestão da avaliação externa de programas e cursos de pós-graduação;
- h) Avaliação contínua do desempenho docente;
- i) Gestão da participação e dos resultados do Enade.**

As diretrizes gerais a serem observadas nos macroprocessos da Avaliação Institucional: integração com ensino, pesquisa e extensão; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; representatividade e participação; qualidade; transparência; legalidade; acompanhamento; comunicação; imparcialidade; equidade; melhoria contínua.

A **gestão da autoavaliação de curso de graduação** tem por objetivo obter nas coordenações dos cursos de graduação um relatório que sintetize os resultados do processo de autoavaliação do curso. Esse relatório visa promover a reflexão e discussão sobre a qualidade percebida e identificada pelos instrumentos de avaliação, bem como estimular o NDE a analisar os resultados e propor ações que visam a melhoria do curso. Essas ações devem ser apresentadas no Relatório de Autoavaliação do curso o qual subsidia a gestão do curso e também alimenta o processo de autoavaliação institucional de responsabilidade da CPA.

A **gestão da avaliação externa de curso** de graduação tem por objetivo viabilizar as providências necessárias para a realização do processo de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de curso de graduação. A Pró-Reitoria de Ensino - PROEN é responsável pelo processo, e a sua operacionalização cabe as coordenações de cursos de graduação, com o assessoramento da PROEN. O processo abrange definição, planejamento, execução e acompanhamento das providências necessárias para o reconhecimento e a renovação do reconhecimento dos cursos, o que engloba a articulação com demais instâncias institucionais considerando a legislação e os instrumentos de avaliação vigentes. Inicialmente é realizada a adequação do PPC, o qual deve ser discutido e aprovado no colegiado e nos conselhos. Em seguida, o PPC é postado no sistema e-MEC e, no caso de ter diligências estas devem ser respondidas, aguardado o despacho saneador e agendamento das visitas *in loco*. A partir do agendamento da visita, ocorre a preparação dos documentos solicitados pela comissão bem como a preparação para a reunião com os dirigentes, CPA, docentes, membros do NDE e discentes. Ao finalizar a visita, recebe-se a devolutiva e realiza-se a avaliação dos avaliadores. A partir do recebimento do relatório da avaliação *in loco*, este é encaminhado à PROEN, à gestão institucional, ao coordenador do curso e à assessoria de planejamento e avaliação institucional, os quais avaliam e decidem pela homologação ou impugnação do relatório. O NDE e o colegiado do curso avaliam os dados do relatório e realizam a autoavaliação e preparam um plano de ação de melhorias, o qual é encaminhado à CPA. A PROEN monitora a divulgação da portaria de renovação ou reconhecimento do curso.

Observe-se que a atual legislação baseia a renovação do reconhecimento nos resultados obtidos nos ciclos avaliativos trienal, considerando que os cursos com CPC inferior a 3 devem obrigatoriamente protocolar avaliação *in loco*, e os que alcançaram CPC igual ou superior a 3 podem solicitar a confirmação do conceito, ficando dispensados da visita de avaliação *in loco*.

A gestão institucional criou o Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG) que é um processo de autodesenvolvimento e integra as ações do PEI/PDI (Planejamento Estratégico Institucional/Programa de Desenvolvimento Institucional). Tem como objetivo contribuir para a profissionalização da gestão e formação de novas lideranças.

Segue a relação dos encontros realizados nos últimos três anos, todos com duração de três horas:

04/02/2016 - Projeto Pedagógico de Curso e Reconhecimento e Renovação de reconhecimento de Curso

18/02/2016 - Metodologias Ativas e Implantação do Modelo de Ensino

15/03/2016 - Ambiente Interno e Externo: análise SWOT

16/03/2016- Ambiente Interno e Externo: SWOT cruzada

17/03/2016 - Definição dos objetivos estratégicos

05/05/2016 - Definição dos objetivos estratégicos

15/05/2016 - Planejamento Orçamentário

02/06/2016 - Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental

16/06/2016 - Concepção Estratégica: Missão, Visão, Valores e Objetivos estratégicos

08/09/2016 - Concepção Estratégica: Missão, Visão, Valores e Objetivos estratégicos

22/09/2016 - Revisão das Políticas Institucionais

02/02/2017 - Papel estratégico da coordenação de curso;

16/03/2017 - Implementação das Estratégias

25/05/2017 - Gestão estratégica de questões legais e gestão estratégica por indicadores;

24/08/2017 - Workshop para Recredenciamento Institucional, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento dos cursos de graduação;

26/10/2017 - Implementação das Estratégias - Definição de metas e indicadores;

08/02/2018 – Gestão do Projeto Pedagógico: os papéis dos Colegiados, da Coordenação e do Núcleo Docente Estruturante – NDE;

15/02/2018 - Gestão da Avaliação Externa e da autoavaliação dos cursos.

Durante o primeiro encontro de 2018 foram realizadas dinâmicas em grupo, tendo como desafio problemas do cotidiano da gestão. A ideia era estimular os participantes a apontar soluções para as questões, fazendo uma conexão com temas relacionados a indicadores e instrumentos da gestão institucional e aos objetivos estratégicos estabelecidos no PEI/PDI.

O encontro do dia 15 de fevereiro teve como tema a gestão da avaliação externa e da autoavaliação de cursos, com destaque para o processo de migração.

Quanto a gestão da participação no Enade, a PROEN, os coordenadores dos cursos e a Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucional fazem o acompanhamento da inscrição do acadêmico e auxiliam no preenchimento dos quesitos quanto as necessidades especiais na realização da prova. Ainda se faz o monitoramento quanto ao local de prova e dos alunos que não compareceram a fim de acompanhar os pedidos de dispensas. Quanto a gestão dos resultados do Enade, de posse dos relatórios sínteses e relatórios de cursos, a Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucional produz um relatório de curso que são disponibilizados aos coordenadores, membros do NDE e colegiados para que possam realizar a autoavaliação do curso. Ainda, a cada ano, a Gestão Institucional, através da Assessoria de Planejamento e Avaliação institucional, realiza encontros com os coordenadores e NDE's para discutir e planejar o plano de ação para a melhoria do desempenho do curso. São considerados para condução desse processo a análise dos seguintes documentos: o relatório síntese e de curso do ENADE; o relatório de avaliação externa do curso feita pelo MEC; a autoavaliação institucional, neste item considerando principalmente a avaliação contínua de desempenho docente; registros de reuniões realizadas com professores e estudantes. Após a conclusão deste processo, o NDE estrutura um relatório de autoavaliação e um plano de ação com o propósito de implementar ações necessárias para a melhoria continua da qualidade do curso. Esse relatório e o plano de ação devem ser encaminhados a CPA que, através do relatório de autoavaliação institucional divulga para a comunidade acadêmica para que esses se apropriem das ações necessárias para essa melhoria e assim contribuam para isso dentro da função que cada um exerce.

A gestão do curso, através do Colegiado e do NDE, considera os resultados das avaliações interna e externa, a exemplo da autoavaliação institucional e do ENADE. Esse fato pode ser evidenciados através das reuniões do Colegiado e do NDE, ou da incorporação de critérios avaliados no ENADE pelas disciplinas do curso, em suas aulas e avaliações. Além disso, com o apoio do Centro Acadêmico Livre de História "Eunaldo Verdi", os alunos do curso são incentivados e orientados na participação da autoavaliação institucional, assim como no ENADE.

3.15 Atividades de tutoria

Baseados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) e nas Portarias MEC 4.059/2004 e 1.134/2016, tanto o Estatuto, o Regimento, o PDI 2017-2021 e a Resolução 04/16 do Conselho Universitário da Univille (CONSUN) preveem que todos os cursos presenciais de graduação ofereçam até 20% da carga horária total do curso por meio de disciplinas em que se incluam métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação para a realização dos objetivos pedagógicos. Na Univille, essa disposição legal converteu-se em organização didático-pedagógica nos cursos de graduação presenciais por meio da oferta de componentes curriculares (disciplinas) na “modalidade semipresencial”.

O desenvolvimento da modalidade semipresencial na Univille é um dos projetos do Planejamento Estratégico Institucional (PEI), incluído no PDI 2017-2021 e aprovado pelo Conselho Universitário. A execução do projeto estratégico teve início em fevereiro de 2017, sendo coordenada pela UNEaD e supervisionada pela Pró-Reitoria de Ensino. A implantação segue o “Plano de Gestão da Modalidade Semipresencial” e está sendo realizada de forma gradual, isto é, em 2017 foram implantadas as disciplinas semipresenciais das primeiras séries, em 2018 as das segundas séries e assim sucessivamente.

O modelo institucional para a modalidade semipresencial na Univille prevê disciplinas semipresenciais em que o percentual de carga horária presencial e o percentual de carga horária on-line é contemplado e detalhado no Projeto Pedagógico do Curso. Nesse aspecto, há possibilidade de disciplinas possuírem 100%, 50%, 25% e 16% de sua carga horária na modalidade semipresencial.

Tal modelo institucional prevê “disciplinas semipresenciais institucionais”, “disciplinas semipresenciais compartilhadas” e “disciplinas semipresenciais específicas” a cada curso. As disciplinas semipresenciais institucionais são aquelas ministradas em todos os cursos da Univille e, atualmente, a única que está sendo ofertada nesta categoria é “Metodologia da Pesquisa”. Essa disciplina é 100% on-line e deverá possuir, no mínimo, três encontros presenciais a cada bimestre, sendo um deles reservado para a avaliação bimestral presencial. Além disso, o professor poderá agendar outros encontros presenciais, além desses três, caso julgue pertinente. É importante ressaltar que, desde o ano de implantação do semipresencial na Univille (2017), apenas uma turma de Metodologia da Pesquisa ultrapassou o número de 70 estudantes. Todas as demais ficaram abaixo desse

número e, mesmo assim, em casos específicos, a Universidade disponibilizou um tutor para apoiar os professores.

As disciplinas semipresenciais compartilhadas são aquelas ofertadas em pelo menos dois cursos. Nestas duas primeiras categorias, conforme o número de estudantes matriculados, são criadas turmas com até 70 alunos, sendo que sempre haverá um docente e pelos menos um tutor (lotado na UNEaD) para cada grupo de 50 estudantes que exceda os 50 iniciais. Nas situações em que a turma não excede 50 alunos, **o docente também desempenha as atividades de tutoria**, considerando que se trata de um número de alunos semelhante ao que se tem em disciplinas presenciais.

Em todas as disciplinas semipresenciais há um docente que planeja, ministra as aulas e realiza as avaliações dos discentes. Esse docente é selecionado e credenciado para lecionar a disciplina levando em conta sua formação, experiência, titulação e outros requisitos previstos nas regulamentações internas. Além disso, o docente participa de uma formação inicial de 40 horas para o ensino semipresencial e de formação continuada de, no mínimo, 20 horas a cada dois anos. Tais formações são oferecidas pela Univille no âmbito do Programa de Profissionalização Docente gerido pelo Centro de Inovação Pedagógica da Universidade (CIP).

Ainda nessa direção, é importante mencionar que a equipe da UNEaD proporciona o assessoramento pedagógico e tecnológico para o docente encarregado da disciplina semipresencial, desde o início até o término da mesma. Em linhas gerais, o processo funciona da seguinte forma: o docente, com apoio da equipe da UNEaD, elabora o Plano de Ensino, o Cronograma, os materiais didáticos da disciplina (vídeos, *podcasts*, apresentações narradas, referências no acervo físico da Biblioteca Universitária, no acervo digital da Biblioteca Virtual e nas bases de periódicos disponíveis na Universidade e na web), assim como as atividades de aprendizagem (fóruns, trabalhos, enquetes, questionários on-line) que, após revisão de uma equipe multidisciplinar, serão inseridas pela UNEaD no Ambiente Virtual de Aprendizagem da disciplina. Essas atividades são organizadas sob o formato de um Guia Didático que é uma espécie de Plano de Aulas.

Para além disso, no âmbito de cada disciplina, a Assessoria de Planejamento e Avaliação da Univille, em parceria com a UNEaD, realiza a avaliação anual do desempenho docente em disciplinas semipresenciais. Nesse sentido, há a aplicação on-line de um formulário específico junto aos estudantes que cursaram a disciplina.

Igualmente, são avaliados a infraestrutura tecnológica (AVA) e o desempenho dos tutores. Os resultados são analisados pela Pró-Reitoria de Ensino e pela UNEaD propiciando subsídios para o aperfeiçoamento da oferta do semipresencial nas disciplinas implantadas e naquelas previstas para o próximo período letivo.

Ademais, há também o acompanhamento contínuo do desenvolvimento das disciplinas semipresenciais por parte da Equipe da UNEaD. Por meio de reuniões com as turmas, professores e coordenadores de curso, busca-se monitorar a implantação da referida modalidade, bem como garantir a melhoria da infraestrutura, em especial, de tecnologias e do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Ainda acerca dos trabalhos de tutoria, conforme disposto na Resolução CONSUN 04/16, pode haver dois tipos de tutoria na Univille:

- I – Tutoria a distância: quando realizada por meio do ambiente virtual de aprendizagem ou outras ferramentas de tecnologia da comunicação e informação, mediando o processo pedagógico com estudantes geograficamente distantes;
- II – Tutoria presencial: quando realizada presencialmente na Instituição, em horários pré-estabelecidos em que os estudantes participam de atividades presenciais.

Os tutores contratados pela Univille dispõem de formação com, no mínimo, pós-graduação na área educacional em que irá atuar. Além disso, os tutores participam de formação básica de 40 horas antes de iniciarem sua atuação. A cada dois anos, eles também devem participar de formação continuada de, no mínimo, 20 horas, dentro do Programa de Profissionalização Docente, oferecido pelo CIP. Em termos práticos, o atendimento dos tutores ocorre durante o horário de aulas da turma ou, então, presencialmente, mediante agendamento prévio. Considerando o cronograma da disciplina, o professor e o tutor realizam as atividades on-line contando com a infraestrutura da Universidade e, também, ficam disponíveis para atendimento aos alunos junto à sala de tutoria da UNEaD (sala B-110).

3.16 Conhecimento, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria

Os tutores da Univille apoiam alunos e professores em atividades de ensino e aprendizagem que ocorrem on-line ou presencialmente, durante o desenvolvimento curricular das disciplinas. Tais profissionais são considerados estratégicos para a aproximação pedagógica entre estudantes e docentes, uma vez que em seus trabalhos geram conexões e interatividade, facilitam a obtenção de informações, monitoram, mediam, orientam e contribuem para o bom andamento dos trabalhos/atividades realizados nas disciplinas.

Obrigatoriamente, os tutores da Univille são selecionados por meio de edital específico em que se requisita aprofundado conhecimento em tecnologias digitais, em especial habilidades não apenas para gerenciar as ferramentas do Ambiente Virtual de Aprendizagem da Instituição (AVA), mas também para operar e orientar professores e estudantes em relação ao funcionamento de repositórios digitais que abrigam livros e artigos on-line (SciELO, EBSCO, Biblioteca Virtual etc.), além de redes sociais voltadas ao compartilhamento de conteúdos audiovisuais (YouTube, Vimeo, entre outras).

Um ponto a ser destacado é que a equipe de gestão da UNEaD realiza reuniões periódicas com os tutores com a intenção de monitorar suas necessidades de aprendizagem, bem como de atividades de formação profissional. Também nessa direção cumpre dizer que os tutores passam por Avaliação de Desempenho, por meio de um instrumento avaliativo específico que é respondido pelos alunos das disciplinas que eles monitoram. Os resultados dessa avaliação, somados à sistematização das discussões daquelas reuniões, são utilizados para direcionar novas necessidades de formação continuada a serem ofertadas aos tutores da Univille.

De maneira pontual, na Univille, os tutores desempenham suas atividades profissionais conforme apresentado a seguir. Tais atribuições encontram-se registradas em diferentes documentos institucionais, em especial na Resolução 04/16 do CONSUN e no Plano de Gestão da Modalidade Educação a Distância da Univille:

Monitorar os acessos ao AVA feitos pelos estudantes; Monitorar a realização das atividades obrigatórias pelos estudantes, considerando os prazos previstos no cronograma; Monitorar a realização das avaliações *on line* de aprendizagem pelos estudantes, considerando os prazos previstos no cronograma; Verificar a realização de correção das avaliações de aprendizagem, realizadas *on line* pelos estudantes (via AVA); Esclarecer dúvidas pontuais dos estudantes a respeito do lançamento efetuado pelos docentes das notas de avaliações *on line* efetuadas pelos estudantes (AVA); Manter contato com os estudantes ao longo das semanas para incentivar a realização das atividades e avaliações *on line* de aprendizagem considerando os prazos previstos no cronograma; Manter contato com os estudantes ao longo das semanas para que, no caso de não realizarem as atividades e avaliações *on line* de aprendizagem, sejam orientados a realizarem tais atividades e avaliações substitutivas ou em segunda chamada; Monitorar o desempenho dos estudantes verificando os acessos que fazem ao ambiente, a realização das atividades e os resultados que eles obtêm nas avaliações *on line* para identificar indícios de dificuldades dos alunos; Manter contato com os estudantes que apresentam indícios de dificuldades para promover atividades de reforço e recuperação; Manter

contato com os estudantes que não realizaram a avaliação presencial de aprendizagem para que realizem a segunda chamada; Manter contato com os estudantes que não realizaram a avaliação da disciplina dentro do prazo para orientá-los a realizarem; Encaminhar e monitorar a solicitação de solução de problemas no AVA e nas TICs junto à UnEaD; Contribuir para a aplicação da avaliação presencial de aprendizagem na Univille.

É importante ressaltar que a tutoria das atividades de ensino e aprendizagem realizadas no ambiente virtual de aprendizagem é, prioritariamente, realizada pelo professor da respectiva disciplina semipresencial. **Portanto, mesmo com a implantação do semipresencial nos cursos de graduação da Univille, os professores continuaram com suas disciplinas, não sendo substituídos por tutores.** O professor responde pela integralidade da disciplina, tanto pela parte que é presencial, quanto pela parte semipresencial. Ou seja, quando a disciplina é no ambiente virtual de aprendizagem o professor responde por esse atendimento.

Os professores que, em algumas disciplinas, desempenham o papel de tutoria, já que respondem integralmente pelas mesmas, são avaliados periodicamente por intermédio da Avaliação Contínua do Desempenho Docente, que tem por objetivo oferecer dados referentes ao desempenho docente com base na percepção do estudante e, com isso, estimular a reflexão do professor sobre sua atuação, incentivando-o a avançar no seu desenvolvimento profissional.

A Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucional é responsável pela promoção anual da coleta e análise de dados, bem como pela emissão de relatórios que são encaminhados ao professor, ao coordenador de curso e à Reitoria. Com base nos resultados, o Centro de Inovação Pedagógica e as coordenações desenvolvem ações relativas ao Programa de Profissionalização Docente.

As questões integrantes dessa avaliação fazem referência às competências docentes previstas no Projeto Pedagógico Institucional. Considera-se que os resultados obtidos por meio do instrumento se revelam úteis para que os professores revisem suas práticas docentes, adotem novas estratégias, avaliem seu relacionamento com as turmas e atentem para a profissionalização permanente. Os resultados também constituem subsídio para que Reitoria, Pró-reitorias, coordenações de cursos tenham mais elementos para gerir as atividades acadêmicas.

3.17 Tecnologias de Informação e Comunicação no processo ensino-aprendizagem

A proposta metodológica para o processo de ensino e aprendizagem na Universidade aponta para um paradigma de educação que privilegia o papel central do estudante, a mediação e a facilitação da apropriação de conhecimento por parte do professor. Essa proposta contempla o emprego de materiais didático-pedagógicos e tecnologias educacionais que inclui recursos oferecidos pela tecnologia de informação e comunicação (TIC).

A Univille disponibiliza aos estudantes e profissionais da educação uma infraestrutura de TIC composta por servidores que hospedam os sistemas de informação da Instituição, redes de computadores no âmbito da Universidade, laboratórios de informática e conexão à internet/web por meio de cabo e wi-fi em todas as salas de aula. A Universidade mantém contratos com empresas de TI que fornecem serviços de tecnologia da informação.

Além disso, convênios propiciam parcerias entre a Instituição e empresas com vistas a disponibilizar materiais e tecnologias a serem utilizados por docentes e estudantes no desenvolvimento das atividades acadêmicas. Adicionalmente é ofertado suporte aos usuários dos sistemas e das tecnologias por e-mail ou presencialmente.

A Univille mantém um portal acadêmico na internet (www.univille.br). Todos os estudantes, profissionais da educação e pessoal administrativo dispõem de uma conta de e-mail no domínio univille.br, bem como usuário e senha de acesso ao portal e às redes internas de computadores da Instituição. O acesso ao portal é customizado de acordo com o perfil do usuário (estudante, profissional da educação, pessoal administrativo). O perfil permite acesso a informações e rotinas administrativas relacionadas à vida acadêmica, além do acesso ao ambiente virtual de aprendizagem (AVA), denominado *Enturma*.

O *Enturma* consiste em um Learning Management System (LMS) disponibilizado e customizado para a Univille por meio de um contrato com a empresa Grupos Internet S.A. (www.gruposinternet.com.br). Ele é organizado em comunidades de aprendizagem com uma estrutura hierárquica que parte da comunidade mais ampla, denominada Univille, até comunidades de turma/disciplina. Cada comunidade de turma/disciplina é formada pelos estudantes e professores da turma/disciplina em um período letivo específico.

Por meio de ferramentas disponíveis nessas comunidades virtuais, seus integrantes podem compartilhar materiais didático-pedagógicos, dados e informações, colaborar com a produção de conteúdos digitais, interagir e se comunicar. As ferramentas incluem disco virtual, mural, grupo de discussão, fórum, repositório de aulas, cronograma, trabalhos/atividades, questionários, entre outros. Mediante sistemas específicos integrados ao Enturma, há também recursos relacionados à gestão acadêmica, tais como, diário de classe, calendário de provas, agenda e boletim de notas. Pelo acesso ao portal e ao Enturma, os usuários podem interagir virtualmente com os integrantes das comunidades a que pertencem e com as diversas áreas institucionais.

Os materiais didático-pedagógicos digitais favorecem uma espécie de diálogo didático e pedagógico entre alunos e professores, servindo para orientar/mediar o aprendizado dos estudantes, bem como proporcionar-lhes estímulos à compreensão e apreensão dos conteúdos examinados em aula, além de espaços à participação e contextualização para a construção do conhecimento.

Os materiais bibliográficos constituem referencial importante a ser empregado no processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e o Planejamento de Ensino e Aprendizagem (PEA) das disciplinas da Univille apresentam um referencial bibliográfico básico e complementar de cada disciplina. Esse referencial integra o acervo das Bibliotecas Universitárias da Univille e está disponível para consulta e empréstimo pelos estudantes, profissionais da educação e pessoal administrativo de acordo com regulamentações internas.

Ainda sobre bibliotecas, a Univille também disponibiliza para a comunidade acadêmica o acesso à Biblioteca Virtual *MinhaBiblioteca*, na forma de e-books, cujo acesso pode ser feito via computador e celular. Atualmente, tal Biblioteca conta com mais de 10.000 títulos de diversas editoras (Saraiva, ArtMed, Cortez, LTC, etc.) disponíveis para acesso digital, empregando o login e senha no site da Univille.

Outro recurso disponível é o acesso a bases de dados científicas por meio dos Portais Capes, EBSCO, ERIC, Science Direct, entre outros.

Além de referencial bibliográfico disponível nas Bibliotecas, docentes e discentes contam com recursos de TIC para produzir materiais didáticos digitais, tais como textos, apresentações e imagens, os quais podem ser disponibilizados no AVA ou reproduzidos por meio dos serviços terceirizados de reprografia existentes na Instituição.

A Univille também conta com laboratórios nas diferentes áreas do conhecimento, conforme o previsto nos PPC. Nos laboratórios são disponibilizados recursos tecnológicos e materiais didático-pedagógicos a serem empregados nas atividades de ensino de acordo com o PEA, elaborado pelo professor para cada disciplina que leciona.

A Univille também possui uma editora, a Editora Univille, que tem como missão disseminar o conhecimento produzido na Instituição e fora dela, visando favorecer a melhoria da qualidade do ensino e o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural de sua região de atuação.

Para além disso, a Univille conta com um setor de Tecnologia da Informação e Comunicação, em todos os seus *Campi* e Unidades. Tal setor é subordinado a Pró-Reitoria de Infraestrutura, é responsável por desenvolver, implementar, atualizar e manter soluções computacionais, garantir a segurança da informação, executar projetos de informática, prover recursos audiovisuais, realizar a gestão documental, além de oferecer suporte para a comunidade acadêmica, técnicos administrativos e professores em suas elaborações de materiais didáticos digitais.

Para capacitar os professores na utilização do que é disponibilizado pela instituição em termos de tecnologias de informação, anualmente, são oferecidas oficinas pelo Programa de Profissionalização Docente da Universidade. Essas oficinas ocorrem, prioritariamente, nos meses de fevereiro e julho de cada ano.

3.18 Ambiente Virtual de Aprendizagem

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) utilizado pela Univille, desde 2002, denomina-se *Enturma*. Ele oferece diversas ferramentas que possibilitam a interação entre tutores, discentes e docentes.

No que tange às disciplinas, boa parte de seus materiais didáticos encontram-se disponibilizados no AVA e estão organizados em forma de arquivos digitais. Por meio de um gerenciador digital de aulas, os conteúdos aparecem de maneira sequencial, podendo ser organizados com datação cronológica. É importante que se diga que, via de regra, são os próprios docentes, tutores e estudantes os responsáveis pela inserção de conteúdo digitais no AVA/Univille.

Em se tratando de acessibilidade, o AVA possui ferramentas digitais que permitem aumentar o contraste de cores, aumentar ou diminuir o tamanho de suas letras, entre outras. Além disso, o AVA integra-se às ferramentas de navegadores e portais digitais que, por exemplo, podem propiciar a leitura em voz alta de conteúdos textuais ou inserem legendas automáticas em seus conteúdos audiovisuais.

Em linhas gerais, as principais ferramentas digitais do AVA/Univille são as seguintes:

Biblioteca Virtual da Univille: permite consulta on-line a mais de 10.000 obras bibliográficas.

Blog: permite criar um blog para a disciplina.

Disco virtual: permite a armazenagem e disponibilização de arquivos digitais.

Enquete: permite criar enquetes específicas para a aprendizagem do aluno.

Espaço do Aluno: local em que ele pode consultar suas faltas, notas, acessar e-mail, criar uma página pessoal, montar seu currículo, ver as principais notícias da Univille, entre outros.

Fórum: permite criar debates assíncronos sobre temas pertinentes à disciplina.

Questionário: permite criar questionários on-line.

Trabalhos/Atividades: possibilita a criação de uma atividade com upload de arquivos ou não, para a qual o docente pode dar nota e comentar a(s) resposta(s) do discente.

Avaliações: ferramenta pela qual é ofertada ao discente algumas atividades avaliativas, valendo nota ou não.

Em nível comunicacional o AVA conta com ferramentas como Bate-papo, Grupo de discussão de conteúdos, Comunicados, Chat e Mural da disciplina.

É importante que se diga que, semestralmente, ocorrem atualizações planejadas e intencionais do AVA da Univille. Nesses momentos, pós testes detalhados, são habilitados “pacotes de melhorias” desse Ambiente. Tais melhorias são de diferentes níveis e advém de diagnósticos construídos por equipes vinculadas à Divisão de TI, UNEaD, Pró-reitorias, cursos de graduação e pós-graduação da Universidade.

Normalmente, as atualizações com vistas à melhoria do AVA são atinentes às seguintes tipologias: interface e ergonomia; ferramentas de interação/comunicação; funcionalidades ligadas ao trabalho docente e de setores da Univille (diário de

classe, disco virtual; requisição de documentos educacionais por parte de discentes e docentes).

De outro modo, as correções e pequenas melhorias do AVA ocorrem à medida que forem necessárias, visando otimizar a performance e o uso do *Enturma*. Por fim, vale a pena ressaltar que parte das funções digitais realizadas no/pelo AVA também estão disponíveis no Aplicativo da Univille (*app*). Tal aplicativo pode ser baixado gratuitamente na internet (*Google ou Apple Stories*) por alunos e professores da Univille. Por meio desse *app*, pode ser acessado o Disco Virtual da Disciplina, realizar consulta de faltas e notas do bimestre, fazer a chamada etc.

3.19 Material didático

Nas disciplinas ofertadas na modalidade semipresencial há produção de material didático-pedagógico institucional que, internamente, são denominados Guias Didáticos.

Cada aula on-line possui um guia didático específico, excetuando as disciplinas que possuem aspectos pedagógicos diferenciados e que exigem guias em outro formato. Em todas as situações, é o próprio o professor que desenvolve tais guias, sempre com a assessoria da Equipe da Unidade de Educação a Distância da Univille (UNEaD). Tal Unidade conta com equipe de professores e técnicos com formação de graduação e pós-graduação em cursos que possuem relação com o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação.

Para as aulas semipresenciais, os materiais-didáticos institucionais produzidos guardam significativa preocupação com a acessibilidade. Alguns dos materiais possuem legendas que auxiliam estudantes acometidos por alguma deficiência auditiva. Igualmente, tutores e professores da Instituição, sempre no início de cada ano letivo, recebem da UNEaD e/ou da Coordenação de seus Cursos, uma listagem contendo os nomes e as classificações dos tipos de deficiência que acometem estudantes integrantes das turmas nas quais eles realizarão mediação pedagógica. Com isso, podem dimensionar as reais necessidades de materiais didáticos especiais, desenvolvidos em sintonia com o perfil dos alunos de cada turma.

De outra feita, os materiais bibliográficos constituem-se como referenciais fundamentais para o bom andamento do processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, os projetos pedagógicos dos cursos da Univille apresentam um

referencial bibliográfico básico e complementar de cada disciplina. Esse referencial integra os acervos da Biblioteca Universitária (BU), bem como da Biblioteca Virtual da Univille (BVU), e estão disponíveis para consulta e empréstimo pelos estudantes, professores, tutores e técnicos administrativos, de acordo com regulamentações internas.

Além de referencial bibliográfico disponível nas Bibliotecas da Univille, docentes e discentes contam com recursos de TIC para produzir materiais didáticos, tais como textos, vídeos, podcast, esquemas explicativos e apresentações, os quais podem ser disponibilizados no AVA ou reproduzidos por meio dos serviços de reprografia existentes na Instituição.

A Univille também conta com laboratórios nas diferentes áreas do conhecimento, como previsto nos PPCs. Nesses laboratórios, são disponibilizados recursos tecnológicos e materiais didático-pedagógicos a serem empregados nas atividades de ensino, pesquisa ou extensão, de acordo com o Planejamento de Curso e/ou de Aulas elaborados pelo professor para cada disciplina que leciona. Tal planejamento e suas atividades são aprovados pelos coordenadores de curso.

3.20 Número de Vagas

O Estatuto da Univille conceitua o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) como um processo cíclico, participativo e contínuo de análise do ambiente interno e do ambiente externo à Instituição, direcionando, definindo e monitorando o alcance de objetivos e metas, bem como a execução das estratégias, com vistas a aperfeiçoar a interação da Instituição com o ambiente externo, melhorar os seus resultados e propiciar a consecução de sua missão e a construção de sua visão, levando em conta os valores institucionais (PDI 2017-2021, p. 19 e Estatuto da Univille, capítulo II, art 13).

O PEI é um dos macroprocessos que consta da Política de Gestão institucional, conforme o PDI (PDI 2017-2021 p.115). A Política de Gestão também inclui como macroprocessos a Gestão Integrada do Ensino, Pesquisa e Extensão; Gestão de Pessoas; Gestão Financeira e de Investimentos; Gestão da Infraestrutura e a Gestão da Comunicação Organizacional.

A Política e seus macroprocessos leva em conta as seguintes diretrizes: Integração da Gestão com o ensino, a pesquisa e a extensão; Indissociabilidade

entre ensino, pesquisa e extensão; Representatividade e Participação; Qualidade; Transparência; Atendimento a Demandas Sociais; Acompanhamento; Legalidade; Sustentabilidade; Viabilidade.

A Política de Gestão Institucional prevê que o monitoramento da execução do que foi planejado e proporciona um *feedback* sobre o alinhamento do que está sendo executado em relação à estratégia e ao alcance dos objetivos e metas. Esse monitoramento e *feedback* permitem que se decida sobre mudanças no que foi planejado ou ainda sobre alterações na forma de execução, oferecendo a necessária flexibilidade diante das mudanças no cenário externo ou na realidade interna institucional.

O processo do PEI resulta na elaboração e atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O PDI, conforme art. 14 do Estatuto da Univille, tem uma vigência quinquenal e anualmente é atualizado com base no PEI.

Entre outros aspectos, o PDI contempla o cronograma de oferta de cursos de graduação cuja execução é objeto de análise contínua levando em conta aspectos externos como a demanda da sociedade em relação a formação a ser oferecida, evolução de matrículas da educação básica, evolução da concorrência, legislação e oportunidades identificadas pela IES, bem como aspectos internos como infraestrutura existente (salas de aula, laboratórios, acervo bibliográfico, etc), investimentos a serem realizados, corpo docente/pessoal administrativo da Universidade e necessidade de contratações.

Neste contexto, o número de vagas em um curso de graduação, no ato de criação e ao longo de sua evolução, está fundamentado em estudos quantitativos e qualitativos realizados pela Assessoria de Planejamento e Avaliação para subsidiar processos decisórios no âmbito da Reitoria, comissão de criação do curso e coordenação/NDE/colegiado do curso. A decisão quanto ao número de vagas considera as diretrizes da Política de Gestão citadas acima e leva em conta o dimensionamento do corpo docente e infraestrutura física. Além disso, estes estudos quantitativos e qualitativos são periódicos e incluem pesquisas junto à comunidade acadêmica relacionadas a infraestrutura e serviços e avaliação do desempenho docente e pesquisa periódica realizada junto aos egressos.

Como procedimentos e instrumentos de pesquisa, é possível citar:

a - ferramenta do "mercadoedu" onde, de forma sistemática, fazemos consultas sobre a evolução das matrículas em outras IES e em outras regiões;

b – acompanhamento anual da evolução das matrículas da educação básica, principalmente no que se refere aos concluintes do ensino médio;

c - acompanhamento do desempenho da concorrência no que se refere aos indicadores do SINAES;

d - pesquisa do ingressante, feita semestralmente, que apresenta uma pergunta pedindo sugestão de cursos e identificando o perfil do nosso ingressante;

Além disso a infraestrutura física e tecnológica é analisada semestralmente, quando é realizada a análise do quadro de cursos e vagas para o ingresso no próximo semestre, verificando salas de aula e laboratórios disponíveis.

É feito o acompanhamento periódico de evasão e ociosidade e essa análise é levada em consideração no momento da decisão de oferta do curso e das vagas a serem oferecidas.

Na definição do quadro de cursos e vagas para o período letivo seguinte são levadas em consideração as vivências da equipe de atendimento com o contato com candidatos e alunos dos cursos, buscando, dessa forma, entender as necessidades do mercado.

3.21 Integração do curso com as redes de ensino

É importante reforçar que os dois anos de Estágio Curricular Supervisionado no curso de História da Univille fazem parte de um conjunto de ações que promovem a vivência da realidade escolar pelo graduando, sendo a principal forma de integração do curso com as redes de ensino. Elas consistem em atividades de ensino e pesquisa nas disciplinas do curso, a exemplo de “História, Educação e Tecnologias”, “Psicologia da Educação”, “Metodologia do Ensino de História” e “Didática”. Ou, também, o envolvimento dos professores e graduandos no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e na Residência Pedagógica. Através das reuniões do NDE e do Colegiado, procura-se a articulação entre essas disciplinas, esses programas e o Estágio.

Ao longo dos dois anos de ECS, o graduando tem uma série de tarefas relacionadas à vivência da realidade escolar, a quais são:

- Leitura crítica do Projeto Político Pedagógico da escola ou do colégio;
- Observação e descrição do campo de estágio;

- Envolvimento com diversas atividades escolares, tais como conselhos de classe, exames, reuniões entre pais e professores, além de celebrações;
- Acompanhamento e observação de aulas ministradas por professores da IE.

A comprovação do cumprimento dessas e outras atividades acontece por meio do preenchimento de fichas de presença na unidade escolar, fichas de avaliação e registros feitos em cadernos de campo, cujos conteúdos são verificados pelo (a) orientador (a) de ECS.

Esse material documental contribui para a preparação das sequências didáticas e dos projetos de ensino que são aplicados em turmas dos ensinos fundamental e médio. Na ocasião da aplicação dessas aulas, incentiva-se a inovação, através da articulação entre o que foi vivenciado no campo de estágio e das atividades teóricas e práticas desenvolvidas nos programas e nas disciplinas do curso de História, entre as quais Estágio. É importante frisar que, durante todo esse processo, o (a) docente responsável pelo ECS está a acompanhar e orientar os alunos, inclusive, através de visitas ao campo de estágio. Especialmente, quando da aplicação das sequências didáticas e do projeto de ensino. Um dos critérios de avaliação do estagiário ocorre somente pela visita ao campo de estágio pelo (a) professor (a) orientador (a).

O relato e a reflexão dessa vivência ocorrem através da produção de relatórios e artigos, além da apresentação e discussão públicas dos resultados em um seminário de ECS que ocorre sempre ao final de cada ano letivo. Atualmente, está em discussão com a rede estadual de ensino de Santa Catarina a possibilidade da ampliação dessa vivência, através de um seminário regional de Estágio Curricular Supervisionado previsto para o primeiro semestre de 2019.

3.22 Atividades Práticas de ensino para Licenciatura

Uma das preocupações da nova matriz curricular, cuja implantação foi iniciada em 2017, é a prática como componente curricular tanto na pesquisa, na extensão quanto no ensino. Para tanto, foi curricularizada a extensão, através da disciplina de Atividades de Extensão, além de uma maior articulação entre os grupos de pesquisa, laboratórios específicos do curso de História, Laboratório de História Oral (LHO) e o Laboratório de Arqueologia e Patrimônio Arqueológico (LAPArq), e as

disciplinas do curso, conforme evidenciam os registros feitos pelos professores e alunos. Além disso, atividades envolvendo as práticas de ensino na Educação Básica também são contempladas em disciplinas do curso, conforme é possível constatar nos Planejamento de Ensino e Aprendizagem (PEAs).

4. GESTÃO DO CURSO E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Este capítulo caracteriza a gestão do curso e os profissionais de Educação envolvidos. Primeiramente é caracterizada a gestão do curso que, de acordo com as regulamentações institucionais, prevê o colegiado, a coordenação e o núcleo docente estruturante a serem implantados quando do início de funcionamento após a sua autorização.

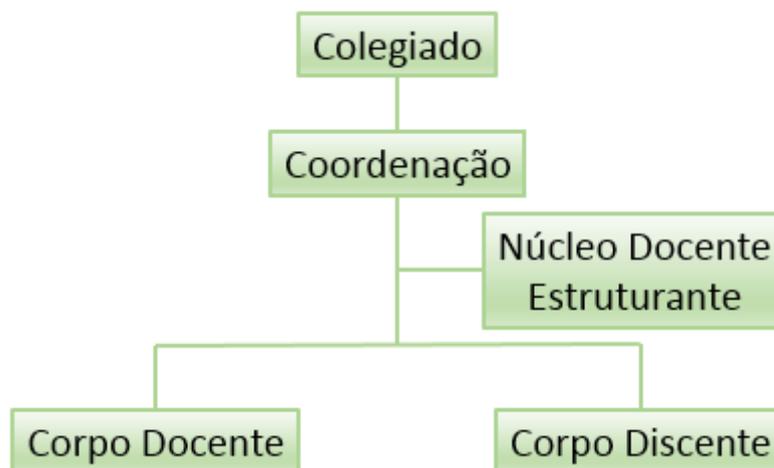
4.1 Gestão do curso

De acordo com a legislação vigente e as regulamentações institucionais, ao entrar em funcionamento o curso contará com estrutura administrativo-acadêmica composta por:

- Colegiado: órgão deliberativo composto por corpo docente, tutores, preceptores, se houver, e representação estudantil;
- Coordenação: órgão executivo composto pelo docente coordenador de curso;
- Núcleo Docente Estruturante: órgão consultivo composto por docentes que atuam na concepção, no acompanhamento, na consolidação e na avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.

Esses órgãos, bem como o corpo docente e o corpo discente (figura 21), são os atores envolvidos na implementação e no contínuo aperfeiçoamento do curso.

Figura 21 – Estrutura organizacional do curso



Fonte: Primária (2017)

4.2 Colegiado do curso

O colegiado do curso é o órgão deliberativo sobre temas pedagógicos, acadêmico-científicos, didático-pedagógicos e administrativos-financeiros no âmbito do curso, considerando a legislação e as regulamentações institucionais (art. 19 do Estatuto da Univille e artigos 30 a 33 do Regimento da Univille).

O Colegiado de Curso de Graduação é constituído por:

- I - Docentes em exercício no curso no período letivo vigente, incluindo os docentes em atuação em disciplinas de núcleo comum e núcleo compartilhado;
- II - Docentes responsáveis por disciplinas, afastados da disciplina conforme regulamentação vigente e que estejam em exercício docente na Univille;
- III - Preceptores e tutores em exercício no curso no período letivo vigente;
- IV - representação estudantil.

O número de membros dos incisos I, II e III corresponde a 70% do Colegiado.

O número de representantes citados no inciso IV corresponde a 30% do Colegiado e será determinado por meio da fórmula $E = (30 \cdot D) / 70$, em que D = número de membros dos incisos I, II e III.

O Colegiado reúne-se com a presença da maioria de seus membros e é presidido pelo Coordenador do Curso.

As convocações das reuniões do Colegiado são feitas pelo Coordenador de Curso ou por, no mínimo, 1/3 dos seus membros.

As reuniões ocorrem com a presença, em primeira convocação, da maioria de seus membros e, em segunda, com qualquer número. As deliberações são tomadas pela maioria simples dos votos dos presentes. O encaminhamento das deliberações é feito pelo Coordenador do Curso. As ações que têm relação com os projetos do Planejamento Estratégico Institucional são registradas em sistema de informação disponível na intranet da instituição e são acompanhadas pelos supervisores de cada projeto.

O Colegiado tem reuniões ordinárias nos meses de fevereiro, julho e dezembro, porém conforme a necessidade, poderão ser realizadas reuniões extraordinárias. As reuniões contam com pauta, lista de presença e ata.

O Colegiado também poderá designar comissões de caráter consultivo com vistas a estudar temas pertinentes ao curso de graduação e emitir pareceres que subsidiem as discussões do NDE e as decisões do Colegiado e da Coordenação.

4.3 Coordenação do curso

A coordenação do curso é responsável pela gestão pedagógica, acadêmico-científica e administrativa do curso, pela relação com docentes e discentes e pela representação do curso nas instâncias institucionais.

Uma das funções da coordenação é acompanhar o progresso do estudante do curso, além de coordenar e supervisionar as atividades dos professores e manter o diálogo com a Coordenação da Unidade de Educação à Distância que é responsável pela Equipe Multidisciplinar. O desenvolvimento destas funções baseia-se em indicadores do Programa de Qualificação Docente, do Software de Gestão Business Intelligence da Totvs, da CPA, das matrículas dos processos seletivos, das avaliações externas e internas, inclusive da Avaliação Contínua de Desempenho Docente. A coordenação é exercida por professor com titulação, experiência e regime de trabalho conforme as regulamentações institucionais, a legislação vigente e os adequados níveis de qualidade a serem alcançados pelo curso.

Algumas ações realizadas pela coordenação do curso serão destacadas na sequência.

No início de cada período letivo é definido um plano de ação do NDE, sendo que os itens deste plano de ação a serem trabalhados no período são discutidos e acordados pelos docentes do NDE; as ações do plano se desdobram, em alguns casos, na necessidade de convocação de reuniões do colegiado do curso composto não apenas pelos professores mas também pela representação dos estudantes. Na maioria das reuniões podemos constatar a presença da representação dos estudantes comprovada pelas listas de presença das reuniões que ficam arquivadas na coordenação.

O coordenador do curso também participa das reuniões do Conselho Universitário da Universidade onde assuntos do âmbito do curso são levados a conhecimento de todos os coordenadores e em alguns casos passam pela aprovação deste Conselho, sendo que estas reuniões ocorrem mensalmente e são comprovadas pelas listas de presença e atas arquivadas na Assessoria dos Conselhos da Univille.

Da mesma forma, para discutir assuntos de interesse do curso ocorrem as reuniões de coordenadores dos cursos (Comitês de áreas) onde são discutidos temas relacionados à operacionalização do funcionamento da Universidade e necessidades de cada coordenação são discutidas, sendo que essas reuniões também são comprovadas por listas de presença.

Outra ação institucionalizada pela Universidade é o Programa de Desenvolvimento Gerencial, em que os coordenadores são convocados para participar de reuniões com vistas à profissionalização da gestão da Universidade. Dentro desta programação são abordados temas desde inteligência emocional até reuniões para elaboração do Planejamento Estratégico da Instituição.

Por fim outra atividade relevante está ligada ao processo de avaliação do desempenho docente. Uma vez concluído o ciclo de avaliação feita pelos discentes por disciplina, fica a cargo dos coordenadores analisarem o resultado da avaliação e realizarem uma reunião de feedback com cada professor, apontando pontos positivos e negativos de seu desempenho. O relato desta reunião e suas conclusões são registrados na ferramenta de registro das devolutivas das reuniões de feedback que fica na intranet da Universidade. A avaliação de desempenho do Coordenador do Curso é realizada pela Pró-Reitoria de Ensino. Ainda sobre avaliação é de responsabilidade do coordenador zelar pelas práticas que permitam a melhoria contínua da avaliação feita em cada ciclo avaliativo, para isso o plano de ação do

NDE define estratégias que envolvem desde a revisão do Projeto Pedagógico do Curso e elaboração de projetos interdisciplinares para melhoria da qualidade de ensino. Todas estas ações são discutidas em reuniões do NDE, especificamente com as turmas envolvidas neste processo e também com o colegiado.

Para fins didáticos, a Política de Gestão da Univille, que integra o PDI, encontra-se dividida em macroprocessos. Um deles diz respeito à Gestão integrada de ensino, pesquisa e extensão que traz em seu escopo a gestão do Projeto Pedagógico do Curso e que tem como insumos:

- . Dados externos
- . PDI, PPI e Políticas Institucionais
- . Dados internos e
- . Projeto Pedagógico (PP)

Já a execução do PP engloba:

- . Gestão do Relacionamento com os estudantes
- . Gestão do Acompanhamento dos egressos
- . Gestão didático-pedagógica e acadêmico-científica
- . Gestão de Pessoas
- . Gestão Administrativo-financeira e
- . Gestão de Processos de Avaliação (subsidiado pelos resultados do PP)

O que resulta em Relatórios de Avaliação que retroalimentam todos os processos de gestão contemplados na execução do PP..

4.4 Núcleo Docente Estruturante do curso

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo composto pelo coordenador do curso e por docentes que atuam na concepção, no acompanhamento, na consolidação, na avaliação e na atualização periódica do Projeto Pedagógico do Curso, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando o impacto a adequação do perfil do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais e as particularidades do mundo do trabalho. A composição e o funcionamento do NDE ocorrem de acordo com regulamentações institucionais. As reuniões do NDE são

convocadas e dirigidas pelo seu presidente, prevendo-se o registro por meio de listas de presença e atas.

O NDE do Curso de História da Univille é formado por professores atuantes no curso, os quais, por meio de estudos e análises, buscam garantir a melhoria contínua do processo de ensino e aprendizagem, a integração e atualização das ementas das disciplinas, das atividades práticas e dos planejamentos que delas se desdobram e das adequações do PPC. O NDE também auxilia a coordenação na análise e implementação de ações que visam atacar as fragilidades apontadas nos ciclos avaliativos, bem como fortalecer os pontos fortes no que diz respeito às práticas docentes e infraestrutura instalada.

Desde 2014, o NDE vem acompanhando, em âmbito nacional, os debates e as referências documentais, incluindo o Projeto de Lei que se encontra no Senado Federal, sobre o reconhecimento da profissão de historiador. Tal ação engloba o aprofundamento conceitual e prático sobre a matriz de competências e habilidades vislumbradas e a interação, em âmbito estadual, com a ANPUH-SC, na forma de participação em fóruns e coordenação de eventos como os que ocorreram em 2018 na Univille: IV Jornada sobre Políticas Educacionais Contemporâneas (19 e 20 de Junho), conjugada com XXIV Semana de História da Univille (21 e 22 de Junho), e o XVII Encontro Estadual de História da ANPUH-SC.

Além disso, o NDE tem debatido e proposto delineamentos para ações que visam ampliar a integração do Curso com os PPGs em Patrimônio Cultural e Sociedade e em Educação, incentivando a participação dos estudantes nos grupos de pesquisa, bem como a participação deles em projetos desenvolvidos pelos docentes e mestrandos destes Programas.

Atualmente o NDE de Curso de História é integrado pelos seguintes docentes: Professores/as Cristina Ortiga Ferreira (Mestre e integrante do NPI), Ilanil Coelho (Dra.), Raquel Alvarenga Sena Venera (Dra.), Sandra P.L. de Camargo Guedes (Dra.) e Wilson de Oliveira Neto (Mestre e coordenador do curso).

O Curso cumpre integralmente o que determina a Resolução CONAES N° 1, de 17/06/2010, ou seja, possui 100% dos membros com pós-graduação stricto sensu e todos os integrantes atuam em Regime de Tempo Parcial ou Integral.

4.5 Equipe Multidisciplinar

A Unidade de Educação a Distância da Univille (UNEaD) conta com uma equipe de trabalho multidisciplinar, integrada por técnicos e profissionais de nível superior, com formações de graduação e pós-graduação nas seguintes áreas de conhecimento: Educação-licenciatura (História, Letras, Pedagogia), Sociais Aplicadas (Design-programação visual; Design-animação digital), Socioeconômicas (Administração, Ciências Contábeis).

Trata-se de uma equipe integrada por aproximadamente dez funcionários (docentes e técnicos), que se encarregam da assessoria pedagógica a discentes, docentes e coordenadores de curso, da concepção, produção e disseminação do uso pedagógico de tecnologias digitais na Univille, da validação dos materiais didáticos digitais utilizados nas aulas semipresenciais e EaD da Univille, bem como do fortalecimento de metodologias ativas de ensino-aprendizagem a serem desenvolvidas no transcurso das aulas dos diferentes cursos mantidos pela Instituição. A equipe conta com os seguintes funcionários:

1) Nome: Ademar Alves Júnior.

Função: Analista de Suporte Pleno.

Formação: Bacharel em Ciência da Computação.

Descrição de algumas atividades: supervisionar a manutenção corretiva e/ou preventiva em máquinas e sistemas implantados; Prestar suporte na solução de problemas, relativos à utilização, à adequação de sistemas e ambientes da área de informática; Prestar capacitação de usuários no uso de sistemas e ambientes da área de informática; Dar suporte e apoio na definição de compras de software ou hardware, quanto a parte técnica e operacional; Analisar e mapear processos; Apoiar na busca por novas tecnologias para o ambiente da informação da universidade.

CH na Univille: 40 horas semanais.

2) Nome: Carolina Reichert.

Função: Analista Serviços Educacionais Júnior.

Formação: Licenciatura em Letras.

Descrição de algumas atividades: Receber, corrigir e fazer a devolutiva de guias didáticos enviados pelos professores do semipresencial e do EAD; Orientar professores do semipresencial na elaboração de seus guias didáticos; Corrigir e fazer a devolutiva de atividades desenvolvidas pelos professores da universidade nos cursos de formação docente; Revisar a ortografia de guias didáticos que são

postados no Enturma; Orientar e dar suporte pedagógico na elaboração de atividades para cursos de formação docente e de tutores; Desenvolvimento de materiais de aprendizagem para semipresencial e educação a distância; Inserção de objetos de aprendizagem no ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

CH na Univille: 40 horas semanais.

3) Nome: Keren Thayse de Carvalho Pardini.

Função: Analista Serviços Educacionais Júnior.

Formação: Licenciatura em Letras.

Descrição de algumas atividades: Receber, corrigir e fazer a devolutiva de guias didáticos enviados pelos professores do semipresencial e do EAD; Orientar professores do semipresencial na elaboração de seus guias didáticos; Corrigir e fazer a devolutiva de atividades desenvolvidas pelos professores da universidade nos cursos de formação docente; Revisar a ortografia de guias didáticos que são postados no Enturma; Orientar e dar suporte pedagógico na elaboração de atividades para cursos de formação docente e de tutores; Desenvolvimento de materiais de aprendizagem para semipresencial e educação a distância; Inserção de objetos de aprendizagem no ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

CH na Univille: 40 horas semanais.

4) Nome: Evandro Gomes da Silva.

Função: Assistente de Produção Audiovisual.

Formação: Design com linha de formação em animação digital.

Descrição de algumas atividades: Edição e produção de vídeos (operar câmeras e gravadores de áudio) (Software Adobe Premiere); Pós-produção vídeos (correção de cor, iluminação, inserir efeitos e texto) (Software Adobe After Effects); Direção de entrevistas e depoimentos.

CH na Univille: 40 horas semanais.

5) Nome: Fernando Cesar Sossai.

Função na UNEaD: assessoria pedagógica a docentes, discentes e coordenadores de curso.

Formação: História (Univille); Mestrado e Doutorado em Educação (UDESC) - linha de pesquisa: Educação, Comunicação e Tecnologia.

CH na Univille: 40 horas semanais.

Carga horária específica na UnEaD: 15h semanais.

6) Nome: Iohana Cristina Pereira Pinto.

Função: Designer Júnior.

Formação: Design hab. Programação Visual.

Descrição de algumas atividades: Criação e edição de imagens; Desenvolvimento de materiais de aprendizagem para semipresencial e educação a distância; Inserção de objetos de aprendizagem no ambiente virtual de aprendizagem (AVA); Análise e testes de usabilidade do AVA.

CH na Univille: 40 horas semanais.

7) Nome: Roy Ristow Wippel Schulenburg

Função na UNEaD: Docente com atuação na área de Design.

Formação: Design com habilitação em programação visual pela Univille; Especialista em Design Gráfico e Estratégia Corporativa pela Univali (2008), mestre em Design e Expressão Gráfica pela UFSC (2012) e cursando doutorado em Design na linha de pesquisa Sistemas de Informação da UFPR (início em 2014).

Atividades: Projeto e desenvolvimento de materiais didáticos, análise e gestão de fluxo do desenvolvimento de materiais didáticos.

CH na Univille: 40 horas semanais.

Carga horária específica na UNEaD: 20h semanais

8) Nome: Pablo Peruzzolo Patricio.

Função na UNEaD: Coordenador UNEaD.

Formação: Informática pela Univille(2001); Especialista em Gestão de Empresas pela Univille (2003), Mestre em Administração pela Univali (2007).

Atividades: Coordenação dos projetos da UNEaD, desenho de estratégias de ensino e análise do mercado.

Carga horária na Univille: 40h semanais.

9) Nome: Silvana de Borba.

Função na UNEaD: Analista de Ensino.

Formação: Pedagogia; Especialista em Gestão e Pedagogia Empresarial e Educacional/ACE/2006.

Atividades: apoio técnico, organizacional, atendimentos (professores e alunos), fluxo, gestão.

Carga horária na Univille: 40h semanais.

Um dos pontos a ser destacado é que tal equipe atua segundo um Plano de Trabalho, isto é, um Planejamento Estratégico vinculado ao Plano de Desenvolvimento Institucional da Univille, com duração inicial de cinco anos.

Tal Plano de Trabalho encontra-se em fase de implementação e desenvolvimento, desde 2016. Suas etapas encontram-se organizadas sob o formato de Planos de Ação, com ações, metas e cronograma especificamente elaborados para cada uma de suas etapas.

4.6 Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes

A interação entre os tutores e os docentes ocorre de forma direta pois estes dois atores estão à disposição dos alunos, fisicamente, no espaço da Unidade de Educação à Distância, no horário das aulas. Corrobora para a interação entre tutores e professores o planejamento prévio das aulas, o que permite um alinhamento das ações pedagógicas. O Coordenador do Curso tem interação direta com o professor e dialoga com os tutores por meio da Coordenação da Unidade de Ensino à Distância.

4.7 Corpo docente do curso

Os profissionais da educação superior da Univille são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e por instrumentos coletivos de trabalho. Os docentes admitidos antes de 30/10/2014 são regidos pelo Estatuto do Magistério Superior.

A admissão é feita pela Reitoria, para preenchimento das funções existentes, à vista dos resultados obtidos nos processos de seleção, de acordo com as normativas internas.

De acordo com o Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Educação Superior, o quadro de profissionais da educação superior da Univille é compreendido por integrantes do quadro de carreira e demais contratados.

O quadro de carreira da educação superior é composto por:

- Docentes titulares: docentes em cursos superiores, responsáveis por disciplinas;
- Docentes adjuntos: docentes em cursos superiores que, por meio de seleção externa e aprovação em estágio probatório, ingressam nos quadros da Instituição;
- Preceptores: profissionais médicos que atuam com os alunos em internato, na construção de conhecimentos específicos da sua área;

- Tutores: profissionais contratados para mediar e orientar o processo pedagógico nos cursos a distância e semipresenciais;
- Instrutores/professores de cursos livres: profissionais contratados para atribuições de instrução/docência específica, em cursos livres de curta ou longa duração, de acordo com suas habilidades e/ou competências, com relação de emprego por prazo indeterminado.

A instituição também pode efetuar contratações de:

- Docentes visitantes: aqueles contratados em caráter excepcional para atribuições de docência, em função de sua notoriedade expressiva no meio acadêmico e/ou na sociedade e da necessidade da Instituição, sem a obrigatoriedade de processo seletivo. A relação de emprego pode se dar por prazo determinado ou indeterminado;
- Docentes temporários: docentes contratados por objeto ou prazo determinado, nas hipóteses autorizadas pela legislação trabalhista e em situação emergencial, no decorrer do período letivo, relacionada às atividades em sala de aula;
- Professores de cursos livres temporários: profissionais contratados para atribuições de docência específica, em cursos livres de curta ou longa duração, de acordo com suas habilidades e/ou competências, com relação de emprego por prazo determinado.

4.8 Corpo de tutores do curso

A tutoria na modalidade semipresencial tem sido realizada nas disciplinas que mantêm a integralidade de sua carga horária na modalidade EAD.

A tutoria segue o Modelo Institucional Semipresencial desenvolvido pela Unidade de Educação a Distância. As turmas que apresentam aproximadamente 70 (setenta) alunos matriculados recebem o apoio de um Tutor para o desenvolvimento das aulas. É importante ressaltar que, desde o ano de implantação do semipresencial na Univille (2017), apenas uma turma ultrapassou o número de 70 estudantes. Todas as demais que possuem tutor ficaram abaixo desse número.

Ainda nesse sentido, cumpre dizer que, na Univille, o tutor vem atuando na disciplina de Metodologia da Pesquisa (72 h/a), pois a totalidade de sua carga horária é semipresencial. Já em outras, que apenas parte da sua carga horária é semipresencial (por exemplo, 25% e 50%), o professor é responsável pela integralidade da disciplina, ou seja, nesses casos não há tutor.

Os tutores são selecionados e contratados considerando as regulamentações institucionais e os requisitos mínimos previstos pelo SINAES. De fato, a Univille possui apenas dois tutores em atuação (anos de 2017 e 2018) e todos possuem formação de graduação e pós-graduação condizente com a sua área de trabalho pedagógico, conforme demonstrado abaixo:

1) Nome completo: Fabiana Ramos da Cruz Cardozo

Data de admissão: 20/02/2017

Função: Tutor I

Formação: Mestrado em Educação

Descrição das atividades: mediar e orientar o processo pedagógico nos cursos à distância e semipresenciais.

2) Nome completo: Aislan Denis Leite

Data de admissão: 20/02/2017

Função: Tutor I

Formação: Bacharel em Comércio Exterior

Descrição das atividades: mediar e orientar o processo pedagógico nos cursos à distância e semipresenciais.

Além disso, conforme disposto na Resolução 04/16/CONSUN da Univille, os tutores participam de um curso de Formação com o total de 40 horas, antes de iniciarem sua atuação. Tal curso é oferecido pelo Centro de Inovação Pedagógica da Univille (CIP), no âmbito do Programa de Profissionalização Docente da Univille. Conforme exigência daquela Resolução, tais profissionais também participam de uma Formação Continuada (em serviço) de, no mínimo, 20 horas a cada dois anos. Igualmente, nos meses de fevereiro e julho de cada ano, os tutores podem se inscrever e participar da Semana de Formação Docente coordenada pelo CIP. Esse momento é uma oportunidade para troca de experiências e aperfeiçoamento dos tutores da Univille.

Este capítulo caracterizou o corpo docente e tutorial do curso. Inicialmente foi caracterizada a gestão do curso que, conforme as regulamentações institucionais, prevê o colegiado, a coordenação e o núcleo docente estruturante a serem implantados quando do início de funcionamento do curso após a sua autorização.

5 INFRAESTRUTURA

A Univille mantém a infraestrutura física necessária ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão no *Campus Joinville*, *Campus São Bento do Sul*, Unidade São Francisco do Sul e Unidade Centro. Além disso, por meio de convênios e contratos, a Instituição mantém parcerias com instituições públicas, privadas e não governamentais com vistas a o desenvolvimento das atividades acadêmicas em hospitais, postos de saúde e espaços de atendimento psicossocial.

O Quadro 6 sintetiza os dados sobre os espaços físicos da Universidade.

Quadro 6 – Infraestrutura física Furj/Univille

Local	Área do terreno (m ²)	Área construída (m ²)
<i>Campus Joinville</i> Rua Paulo Malschitzki, 10 – Zona Industrial Norte – CEP 89219-710 – Joinville – SC	163.802,30	53.084,34
<i>Campus Joinville:</i> Terreno 1, ao lado do rio	7.747,00	
Terreno 2, ao lado do rio	2.780,00	
<i>Campus Joinville:</i> Terreno dos ônibus	1.005,28	
Terreno Jativoca – Joinville Rua A – Loteamento Bubi – Bairro Jativoca – Joinville	66.769,00	-
Unidade Centro Rua Rio do Sul, 439 – Centro – CEP 89202-207 – Joinville – SC	2.390,60	1.790,69
Univille Centro (área locada)	1.866,59	1.470,17
<i>Campus São Bento do Sul</i> Rua Norberto Eduardo Weihermann, 230 – Bairro Colonial – CEP 89288-385 – São Bento do Sul – SC	22.933,42	7.660,56
Cepa Rugendas Bairro Rio Natal – São Bento do Sul	27.892,25	388,08
Unidade São Francisco do Sul Rodovia Duque de Caxias, 6.365 – km 8 – Bairro Iperoba – CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – SC	57.200,32	2.491,50

Unidade São Francisco do Sul Ancoradouro para barcos	71.382,60	626,75
Cepa Vila da Glória Estrada Geral, s/n.º – Vila da Glória – São Francisco do Sul – SC	5.600,00	285,62
Ilha da Rita Baía da Babitonga	47.564,33	163,80
Terreno Bucarein Rua Plácido Olímpio de Oliveira, esquina com a Rua Urussanga – Joinville – SC	12.513,72	2.010,20
<i>Campus Joinville:</i> Terreno A – Complexo/Inovaparq	142.990,45	9.255,18
Terreno B – Complexo/Inovaparq	21.672,51	
Terreno C – Complexo/Inovaparq	11.883,13	
Total	667.993,50	79.226,89

Fonte: Primária (2016)

5.1 *Campus Joinville*

O *Campus Joinville*, é a sede da Universidade e o local onde se concentram as atividades administrativas e acadêmicas da maior parte dos cursos da Instituição. Os espaços físicos do *Campus Joinville* são caracterizados a seguir.

- a) Salas de aula: o *Campus Joinville* dispõe de 167 salas de aula climatizadas e equipadas com mesinhas, cadeiras estofadas, projetor multimídia (*data show*), telão e acesso à internet. O Quadro 7 apresenta o número de salas de aula por dimensão. A área total destinada ao uso de salas de aula é de aproximadamente 10.000 m².

Quadro 7 – Salas de aula do *Campus Joinville*

Dimensão	Número de salas de aula
Entre 30 e 49 m ²	34
Entre 50 e 59 m ²	27
Entre 60 e 69 m ²	34
Entre 70 e 79 m ²	45
Entre 80 e 89 m ²	05

Entre 90 e 101 m ²	22
Total	167

Fonte: Primária (2016)

b) Coordenações de cursos: a área destinada às coordenações de curso varia de 60 m² a 250 m², totalizando cerca de 1.530 m². A Instituição vem promovendo a implantação de áreas em que as coordenações de cursos compartilhem a estrutura física com vistas a favorecer a integração administrativa, acadêmica e didático-pedagógica.

c) Áreas de uso comum: o *Campus Joinville* conta com áreas de uso comum, conforme Quadro 8.

Quadro 8 – Áreas de uso comum no *Campus Joinville*

Descrição	Área (m ²)
Biblioteca Universitária	4.338,11
Bloco Administrativo	1.429,16
Auditório Bloco Administrativo	376,05
Anfiteatro Bloco C	102,62
Anfiteatro Bloco A	97,63
Anfiteatro Bloco F (Colégio Univille)	141,50
Centro de Cópias Bloco C	95,80
Centro de Cópias Bloco D	49,00
Centro de Cópias Bloco E	39,50
Diretório Central dos Estudantes Bloco D	49,00
Lanchonete Bloco C	15,00
Lanchonete Bloco D	47,60
Lanchonete Bloco E	32,41
Área de Exposição Cultural Bloco A	143
Área de Exposição Cultural Biblioteca Universitária	115,76
Estacionamento de bicicletas	144,00
Estacionamento de motos	850,48
Centro de Esportes, Cultura e Lazer	2.587,82
Ginásio-Escola	1.995,83
Quadra polivalente descoberta	836,00

Quadra polivalente coberta	836,00
Circulação interna, vias e jardins	52.094,40
Restaurante Universitário	648,00
Quiosque – Centro de Convivência dos Funcionários	268,94
Almoxarifado central	366,20
Complexo esportivo	6.046,52

Fonte: Primária (2016)

5.1 Sala/gabinetes de trabalho para professores de tempo integral

Na Univille há professores em tempo integral que atuam no *stricto sensu*, neste caso eles têm a disposição espaços de trabalho específico em salas que ficam no bloco D (sala 122) e no bloco A (sala 307) da Instituição, com a seguinte estrutura:

- Sala do Bloco A 307 – 86 metros quadrados, dispendo de salas individualizadas com computadores com acesso a internet e outros equipamentos.
- Sala do Bloco D-122 – 72,8 metros quadrados, dispendo de salas individualizadas com computadores com acesso à internet e outros equipamentos.

Já os professores em tempo integral que atuam na gestão, estes contam com mesas de trabalho nas áreas administrativas em que atuam.

Os professores TI que atuam em extensão têm mesas de trabalhos nas áreas relativas a projetos e programas de extensão.

Os professores que não são TI contam com salas de professores e salas de atendimento nas 4 áreas que agregam os cursos da Univille e em especial no caso do curso de História este espaço se encontra no bloco A (sala A-215), conta com: terminais de computadores com acesso à internet e impressora; mesas e cabines para que os professores possam desenvolver suas atividades; mesas para pequenas reuniões nos intervalos entre aulas; expositor nas quais são disponibilizados publicações e impressos diversos; 1 purificador de água; 3 equipamentos de Climatização (Ar Condicionado).

Todos estes espaços foram projetados para atender as necessidades institucionais, possuem recursos de tecnologia de informação e comunicação apropriados. Em cada uma dessas salas há um espaço que o professor pode utilizar

para fazer atendimento dos estudantes e há também escaninho ou outros espaços para que o professor possa fazer a guarda de material e equipamentos pessoais com segurança.

5.2 Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos

A coordenação conta com estação de trabalho composta por mesa, cadeira, armário, computador conectado à internet e a rede de computadores da IES para acesso aos sistemas acadêmicos, bem como impressora/copiadora, linha telefônica. Esta estação de trabalho se encontra na sala de coordenadores da área de Ciências Humanas e Biológicas que fica no bloco A sala A-215, o espaço total do CHB é de 149,50 m².

A coordenação dispõe de uma área de serviços administrativos e atendimento a professores, estudantes e público externo em que trabalham os funcionários e que conta com arquivos, balcão de atendimento, estações de trabalho para os funcionários sendo que cada estação de trabalho é composta por mesa, cadeira, microcomputador com acesso à internet e a rede de computadores da IES por meio da qual há acesso aos sistemas acadêmicos, linha telefônica, impressora/copiadora. O ambiente se situa no bloco A (sala A-215), sendo contíguo as salas de atendimento, salas de professores e sala de coordenadores de cursos.

Todo este espaço foi projetado para atender as necessidades institucionais, possui recursos de tecnologia de informação e comunicação e outros equipamentos adequados. Na Coordenação há espaços para se fazer atendimentos em grupo ou individual dos estudantes com privacidade.

5.3 Espaço para os professores do curso (sala dos professores)

A sala dos professores para o curso dispõe de terminais de computadores com acesso à internet e impressora, mesas e cabines para que os professores possam

desenvolver suas atividades. Há também uma mesa para pequenas confraternizações e reuniões nos intervalos entre aulas. A sala contém purificador de água e estantes nas quais são disponibilizados jornais, revistas, informativos diversos e outros materiais gráficos.

A sala dos professores deste curso fica no Bloco A, sala A-215, é climatizada, conta com escaninhos, com cabines que são usadas para atendimento individual e em grupo de alunos, com mesa e 4 cadeiras em cada. Neste mesmo espaço há sala de reuniões climatizada com mesa para 10 lugares, em todas as salas com acesso à internet e a rede da IES.

A sala possui recursos de tecnologia de informação e comunicação apropriado, permite o descanso e confraternizações, além de dispor de apoio-técnico-administrativo próprio e espaço para guarda de equipamentos e materiais.

5.4 Salas de aula

5.4.1 Campus Joinville

Cada série do Curso de História conta com uma sala de aula disponível para as disciplinas que não exigem aulas práticas em laboratório e laboratórios equipados para uso exclusivo nas disciplinas que preveem aulas práticas. Todas as salas de aula apresentam sistema de ar condicionado, computador e projetor multimídia, além de quadro que pode ser para giz ou caneta. As salas, bem como todo o campus, possuem acesso à internet via rede sem fio.

O Campus Joinville dispõe de 160 salas de aula climatizadas, equipadas com mesinhas, cadeiras estofadas, multimídia (*data show*), telão, vídeo e acesso à internet. O quadro a seguir apresenta o número de salas de aula por dimensão. A área total destinada ao uso de salas de aula é de aproximadamente 10.000,00 m².

Salas de aula do Campus Joinville - Dimensão/Número de salas de aula:

Entre 30,00 e 49,00 m²: 33 salas

Entre 50,00 e 59,00 m²: 23 salas

Entre 60,00 e 69,00 m²: 32 salas

Entre 70,00 e 79,00 m²: 45 salas

Entre 80,00 e 89,00 m²: 7 salas

Entre 90,00 e 101,00 m²: 20 salas

Fonte: Setor de Infraestrutura e Transporte (2017)

As dimensões das salas contemplam na sua totalidade o acolhimento do número de estudantes do curso, atendendo as necessidades institucionais, com manutenção e limpeza periódica, conforto e com recursos de tecnologia da informação e comunicação adequadas às atividades a serem desenvolvidas.

Para além da manutenção periódica nas salas há um dispositivo físico na sala de aula para que os estudantes registrem sugestões de melhoria ou necessidades específicas de manutenção em termos de infraestrutura ou tecnologia da informação.

Considerando a importância do protagonismo discente, a Universidade vem investindo de forma sistemática no incentivo de atividades que otimizem uma aprendizagem mais autônoma. Para tanto tem centrado esforços no que se refere à capacitação de professores para a aplicação de novas metodologias em suas aulas, havendo flexibilidade relacionada às configurações espaciais.

Nessa direção, as Metodologias Ativas de Aprendizagem oferecem aos professores novas possibilidades de inovação pedagógica. Percebendo a importância do uso dessas metodologias, além da aplicação em salas de aula padrão Univille, estão à disposição dos professores, dois laboratórios (Sala E2-214 e Sala I-403) que apresentam um *layout* favorável a novas formas de ensinar e aprender:

Para além disso a Instituição tem diversos espaços alternativos para o desenvolvimento de atividades, tais como:

a) TRILHAS: Programa de Educação e Interpretação Ambiental nos Centros de Estudos Ambientais da Univille, esse espaço pode ser utilizado por todos os cursos da Instituição;

b) Para fora do Campus, onde os professores podem marcar aulas de campo:

1) Cepa Rugendas, situado no Bairro Rio Natal – São Bento do Sul;

2) Cepa Vila da Glória, Estrada Geral, s/n.º – Vila da Glória – São Francisco do Sul – SC;

3) Unidade São Francisco do Sul, na Rodovia Duque de Caxias, 6.365 – km 8 – Bairro Iperoba – CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – SC, neste espaço há um programa ambiental em parceria com outra instituição que trata da Baía da Babitonga;

4) Ilha da Rita.

5.5 Acesso dos alunos a equipamentos de informática

O Campus Joinville dispõe dos seguintes laboratórios de informática de uso geral:

Laboratório de Informática C-114 com 41 computadores – 81 m²

Laboratório de Informática C-115 com 41 computadores - 81 m²

Laboratório de Informática C-116 com 41 computadores - 81 m²

Todos os laboratórios têm os seguintes softwares: Scilab 5.5.2; Microsoft Office Professional Plus 2016; Dev C++ 5.11; WinNC; Audacity 2.1.1; Invesalius 3; Ansys 17.0; Mesquite; Arena 15.

Para utilização desses laboratórios pelos professores e estudantes, quando da operacionalização de cada disciplina, os professores, devem fazer reserva por meio da intranet, abrindo um *e-ticket*.

Fora do ambiente de aula, os estudantes também podem reservar os laboratórios por meio da Coordenação do Curso, e também têm acesso aos computadores disponibilizados no Térreo, 1.º e no 3º andar da Biblioteca Central, no Campus Joinville:

Térreo: 6 máquinas, sendo 2 de acessibilidade

1 º - 15 máquinas

3 º - 30 máquinas

Todas as máquinas citadas acima possuem apenas o pacote Office, Adobe Reader e navegadores (Chrome, Mozilla e Internet Explorer) instalados.

Além destes computadores, na biblioteca há mais 20 máquinas usadas apenas para consulta ao sistema Pergamum.

Todos os laboratórios têm acesso a internet por cabo e para além disso há acesso à internet por wi-fi no campus. A central de relacionamento com o estudante (CRE) possui computadores com *softwares* específicos para atendimento aos alunos com deficiência visual e uma impressora em braile.

A Univille dispõe do setor de Tecnologia da Informação sendo que duas das atividades realizadas podem ser caracterizadas pelos seguintes grupos de processos: Suporte aos usuários e Rotinas de manutenção. Em relação ao suporte aos usuários, o atendimento é feito pela equipe de triagem e pode ocorrer de 3 formas distintas: presencial, por telefone ou pelo sistema Help Desk. Uma vez solicitado o atendimento, a equipe de triagem busca inicialmente resolver o caso e concluir o atendimento. Quando o que foi solicitado não está no escopo para ser resolvido pela triagem, a demanda é repassada para um membro da equipe da TI através do sistema Help Desk, que terá o compromisso em resolver o que foi solicitado. Para a rotina de manutenção, o planejamento e execução é feito pela equipe de técnicos e auxiliares de manutenção que determinam e organizam o cronograma para as preventivas e preditivas. Já no caso de corretiva, o atendimento é feito mediante as solicitações cadastradas no sistema Help Desk ou também por chamado feito por telefone e ou pessoalmente. Cabe aqui chamar a atenção para as manutenções corretivas urgentes onde há equipamentos *backup* para suprir a necessidade de troca rápida.

A Tecnologia da Informação na Univille está em constante desenvolvimento e atualização para acompanhar as tendências do mercado. Neste sentido, questões como *cloud*, ambientes compartilhados, segurança da informação, mobilidade, atualização dos sistemas, disponibilidade, desempenho, tolerância a falhas e comunicação, fazem parte do planejamento contínuo com necessidade de previsão orçamentária. O Wireless está instalado em todos os Campi e Unidades na modalidade *indoor* e *outdoor* definidas pelas células de acesso. Atualmente são 280 antenas instaladas nos Campi e Unidades que atendem no seu período de maior consumo, noturno, com cerca de 3.500 conexões simultâneas. A Univille conta com dois acessos para internet que operam no modelo de redundância, visando aumentar a disponibilidade mesmo com a queda de sinal ou congestionamento de banda. Atualmente é fornecido aos estudantes, profissionais da educação, pessoal

administrativo e outras áreas da universidade um *link* particular de 100Mbps. O outro *link* de 200Mbps é fornecido pela Fapesc. Entre 2017/2018 será realizado *upgrade* do *link* de internet para 1Gbps até PTT (ponto de tráfego) de Florianópolis, anunciando assim nosso ASN (Número de Sistema Autônomo). Prover e manter a infraestrutura de rede necessária, cabeada ou sem fios, em todos os campi e unidades da Univille, para garantir o acesso aos servidores internos e à internet, com segurança e desempenho adequado. Todos os alunos da Univille têm uma conta de usuário no domínio da instituição. Esta conta permite ao usuário autenticar-se nos microcomputadores dos laboratórios, acesso ao sistema acadêmico *on line* e à plataforma Microsoft Office 365, onde o aluno também tem direito a um e-mail institucional, além do acesso a diversos *softwares*. Foi estabelecido um contrato com o datacenter da Sercompe, localizada em Joinville próximo a Univille o que viabilizou a conexão através de um link de 1Gb. Além da Sercompe, a Univille tem contrato de 5 *hosts* no ambiente Azure da Microsoft. Com isso, há disponibilidade destas tecnologias e serviços: *cloud server*, conectividade internet, *cloud backup*, *service desk*, monitoramento e desempenho da rede, *firewall* dedicado, suporte, *storage* e *colocation*.

No que diz respeito aos investimentos, anualmente ocorre um levantamento de necessidades, realizado de forma descentralizada por todos os setores das mantidas da Furj. Tais necessidades são analisadas e a sua implementação considera a dotação orçamentária, as prioridades institucionais (PDI, PEI), bem como o cumprimento de requisitos legais.

Atualização de um *software* pode ser identificada quando o desenvolvedor disponibilizar uma nova versão, correções, para atender uma nova legislação ou outra necessidade requerida. A atualização deve ser executada pela TI ou pelo fornecedor sob a supervisão da equipe da TI, conforme planejamento prévio e considerando ambientes para homologações, testes de desempenho, aderência aos requisitos contratados e outras formas de certificação para liberação em produção.

A Univille dispõe atualmente de infraestrutura de TI com ativos de rede, servidores, computadores, projetores e antenas wi-fi que demandam atualização e manutenção. Para manter esta infraestrutura em funcionamento, a TI conta uma equipe de manutenção preventiva, corretiva e preditiva nos Campi e Unidades.

A atualização de *hardware* deve considerar as modalidades de compra ou locação que se distinguem na forma de atuação. Para os equipamentos comprados, deve-se levar em conta o período de garantia, depreciação e condições de uso. Já para os equipamentos locados, o período de atualização é definido em contrato. Neste processo de atualização, deve-se verificar o seguinte: Idade do equipamento; Capacidade de processamento para demanda atual; Capacidade de processamento para demanda futura; Estabilidade do equipamento; Qualidade de uso; Frequência de reparos; Aderência aos requisitos de *software*.

A partir do diagnóstico que deve ser feito anualmente, a TI deve elaborar o plano de atualização com o cronograma financeiro e de substituição.

A manutenção do *hardware* instalado na Univille deve ser orientado segundo a classificação por tipo: corretiva, preditiva e preventiva. Diante disso, é importante distinguir as diferenças entre estes tipos já que a forma de uso dos equipamentos é variada e se diferenciam pela sua função. **Manutenção corretiva** - na ocorrência de falhas, o usuário deve registrar no sistema Help Desk uma solicitação de reparo descrevendo o problema. A partir deste registro, a equipe de triagem é acionada e o chamado é direcionado para a equipe responsável que deve providenciar o reparo ou troca do equipamento. **Manutenção preditiva** - este tipo de manutenção deve ser feita nos equipamentos que permitem a avaliação de funcionamento diante dos parâmetros indicados pelo fornecedor e especificação técnica. Sendo assim, pode-se elencar os equipamentos de fornecimento auxiliar de energia como geradores, **no-break**, climatização, *switch*, servidores e outros listados no plano de manutenção. **Manutenção preventiva** - esse procedimento deve ser realizado em períodos onde há disponibilidade de acesso para intervenção nos equipamentos, como por exemplo, em períodos de recesso, férias ou entre turnos.

5.6 Biblioteca – Sistema de Bibliotecas da Univille (Sibiville)

A Biblioteca Universitária funciona como órgão suplementar da Univille, tendo aos seus cuidados o processamento técnico, bem como os serviços de seleção e aquisição de material bibliográfico do Sistema de Bibliotecas da Univille (Sibiville).

Constituem o Sibiville, além da Biblioteca Central, as seguintes bibliotecas setoriais:

- Biblioteca do *Campus* São Bento do Sul;
- Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, do Colégio Univille – Joinville;
- Biblioteca da Unidade São Francisco do Sul;
- Biblioteca da Unidade Centro – Joinville;
- Biblioteca do Centro de Estudos do Hospital Municipal São José – Joinville;
- Biblioteca do Centro de Estudos Dr. Donaldo Diner, no Hospital Materno Infantil Dr. Jeser Amarante Faria – Joinville.

O Sibiville integra e disponibiliza seus serviços mediante o Sistema *Pergamum* com agilidade e segurança aos seus usuários. Por meio desse sistema, a comunidade acadêmica tem acesso a todas as informações bibliográficas disponíveis no Sibiville, podendo realizar suas pesquisas no âmbito das bibliotecas e com acesso *on-line* pelo *site* <http://www.univille.br/biblioteca>. O sistema permite aos usuários renovação, reservas, solicitação empréstimo entre bibliotecas do Sibiville, verificação de materiais pendentes e débitos. Envia *e-mail* de avisos de renovação, débitos e reservas automaticamente.

O Sibiville tem como objetivos adquirir, disponibilizar e difundir recursos de informação, impressos e eletrônicos, de qualidade a professores, alunos, funcionários e comunidade em geral, contribuindo para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

5.6.1 Espaço físico, horário e Pessoal administrativo

O espaço físico das bibliotecas setoriais conta com equipamentos informatizados para consulta e salas de estudo e ambiente para pesquisa. A Biblioteca Central, que dá suporte às bibliotecas setoriais, conta com: (CONFERIR)

- uma sala polivalente;

- um anfiteatro;
- um salão para exposição;
- uma sala com DVD;
- quatro cabines para estudo individual;
- 12 cabines para estudo em grupo;
- Ambientes para pesquisa/estudo;
- 46 computadores com acesso à internet para pesquisa e digitação de trabalhos;
- uma sala Memorial da Univille;
- uma sala Gestão Documental da Univille;
- uma sala de Coaching;
- uma sala Projeto de Extensão Abrindo as Portas da Nossa Universidade: A Inserção do Aluno do Ensino Médio no Universo Acadêmico;
- uma sala do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler);
- uma sala do Programa Institucional de Literatura Infantil e Juvenil (Prolij).

O horário de funcionamento das bibliotecas setoriais da Univille é apresentado no quadro 9.

Quadro 9 – Horário de funcionamento bibliotecas Univille

Biblioteca	Horário
Biblioteca Campus Joinville	segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 22h sábados das 8h às 11h30.
Biblioteca Campus São Bento do Sul	segunda-feira a sexta-feira, das 7hs15 às 12hs / 13hs às 22h30 sábados das 7hs15 às 12h15
Biblioteca Unidade São Francisco do Sul	segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 12h / 13h30 às 21h30
Biblioteca Unidade Joinville Centro	segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 12h / 13h às 17h
Biblioteca Infanto-juvenil Colégio Univille	segunda-feira a sexta-feira, das 7h45 às 12h / 13h às 16h45
Biblioteca Centro de Estudos do HMSJ	segunda-feira a sexta-feira, das 10h às 15h / 16h às 19h
Biblioteca Centro de Estudos Hospital Infantil	segunda-feira a sexta-feira, das 7h30 às 17h

Fonte: Primária (2018)

O pessoal administrativo do Sibiville é composto por profissionais que respondem pela gestão do acervo e pelo atendimento aos usuários. O quadro 10 apresenta o número de profissionais por cargo.

Quadro 10 – Pessoal administrativo do Sibiville

Cargo	Quantidade
Coordenador	1
Bibliotecário(a)	4
Assistente de serviços de biblioteca	5
Auxiliar de serviços de biblioteca I	10
Auxiliar de serviços de biblioteca II	1
Auxiliar de serviços da biblioteca infanto-juvenil	1

Fonte: Primária (2018)

5.6.2 Acervo

O acervo do Sibiville é composto por livros e periódicos nas quantidades apresentadas nos quadros 11 e 12:

Quadro 11 – Acervo de livros por área de conhecimento

Área	Títulos	Exemplares
000 – Generalidades	13.319	18.958
100 – Filosofia/Psicologia	4.510	6.938
200 – Religião	913	1.136
300 – Ciências Sociais	31.043	54.108
400 – Linguística/Língua	3.262	5.768
500 – Ciências Naturais/Matemática	5.812	11.173
600 – Tecnologia (Ciências Aplicadas)	17.743	33.589
700 – Artes	5.302	9.404
800 – Literatura	13.509	16.836

900 – Geografia e História	5.739	8.701
----------------------------	-------	-------

Fonte: Primária (2018)

Quadro 12 – Acervo de Periódicos por área de conhecimento

Área	Títulos	Exemplares
000 – Generalidades	202	9.710
100 – Filosofia/Psicologia	85	1.011
200 – Religião	14	258
300 – Ciências Sociais	1.389	33.004
400 – Linguística/Língua	65	1.028
500 – Ciências Naturais/Matemática	201	4.217
600 – Tecnologia (Ciências Aplicadas)	1181	34.470
700 – Artes	209	3.668
800 – Literatura	51	721
900 – Geografia e História	107	2.515

Fonte: Primária (2018)

A atualização do acervo é feita conforme solicitação dos docentes, para atender ao previsto nos PPCs e nos planos de ensino e aprendizagem das disciplinas.

5.6.3 Serviços prestados/formas de acesso e utilização

O **SIBIVILLE**, através dos serviços oferecidos, possibilita à comunidade acadêmica suprir suas necessidades informacionais. São eles:

Empréstimo domiciliar: os usuários podem emprestar o material circulante dentro dos prazos para sua categoria conforme Regulamento do SIBIVILLE.

Empréstimo interbibliotecário: empréstimos entre as bibliotecas que compõem o SIBIVILLE e instituições conveniadas, tais como: Associação Educacional Bom Jesus/Instituto Educacional Luterano de Santa Catarina, escolas municipais e estaduais cadastradas no Programa Arte na Escola.

Consulta ao acervo, renovações, reservas, verificação de débitos e materiais pendentes: tanto nos terminais de consultas das Bibliotecas quanto via internet através do *site* www.univille.br/biblioteca.

COMUT: Serviço que permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informações internacionais.

Levantamento bibliográfico: Serviço de pesquisa através de palavras-chave. Os usuários informam os assuntos e a bibliotecária efetua uma busca exaustiva em bases de dados nacionais e estrangeiras, catálogos de bibliotecas e outras fontes de informação. Os resultados são repassados aos usuários através de correio eletrônico.

Capacitação para utilização das bases de dados e biblioteca virtual: Por meio de agendamento prévio a biblioteca oferece capacitação para uso da base de dados Academic Search Complete (EBSCO), Medline Complete (EBSCO), Portal CAPES, Revista dos Tribunais – RT, biblioteca virtual Minha Biblioteca e outras fontes de informação pertinentes ao meio acadêmico. São explanadas as formas de pesquisa e os diversos recursos oferecidos.

ICAP - Indexação Compartilhada de Artigos de Periódicos: Por meio desse serviço é possível ter acesso aos artigos de periódicos nacionais, editados pelas Instituições que fazem parte da Rede Pergamum.

Elaboração de ficha catalográfica: de publicações da Editora da UNIVILLE, dissertações e teses dos alunos da UNIVILLE.

Treinamento aos calouros: acontece a cada início de semestre ministrado pelas Bibliotecárias, são apresentados os serviços das Bibliotecas do SIBIVILLE, consulta ao Sistema *Pergamum*, localização de materiais, normas e conduta, seus deveres e obrigações no âmbito das Bibliotecas.

ACESSO A BANCO DE DADOS ASSINADO PELA UNIVILLE

ACADEMIC SEARCH COMPLETE (EBSCO) - A UNIVILLE assinou em março de 2005

a base de dados multidisciplinar Academic Search Elite e em 2007 ampliou seu conteúdo assinando a base ACADEMIC SEARCH PREMIER. No ano seguinte o conteúdo da base foi ampliado, desde então, a UNIVILLE conta com a derradeira base multidisciplinar acadêmica da EBSCO que se chama ACADEMIC SEARCH COMPLETE. São 10.583 títulos de periódicos estrangeiros, sendo 6.320 com textos na íntegra.

MEDLINE COMPLETE (EBSCO) – Assinada em maio de 2014, a base de dados Medline Complete oferece mais de 2.400 títulos de periódicos com texto completo nas áreas de: Biomedicina, Ciências do Comportamento, Bioengenharia, Desenvolvimento de Políticas de Saúde, Ciências da Vida entre outros.

DYNAMED (EBSCO) – Disponível dentro da EBSCO é uma base de dados com atualizações na área de medicina baseada em evidências.

PORTAL CAPES: Convênio que disponibiliza o acesso a 125 bases de dados disponíveis no portal, com materiais em texto completo e abstracts.

RT – Revista dos Tribunais on-line - Oferece ferramentas de pesquisa jurídica, tais como: conteúdo doutrinário, legislação, julgados dos Tribunais, acórdãos e notícias em geral.

Biblioteca virtual Minha Biblioteca

Plataforma de e-books, que conta com mais de 8.000 títulos, dando acesso a conteúdo multidisciplinar, técnico e científico de qualidade. Através da plataforma Minha Biblioteca, estudantes tem acesso rápido e fácil entre as principais publicações de títulos acadêmicos das diversas áreas do conhecimento. O acesso pode ser feito na Univille ou fora da instituição, utilizando computador, celular ou tablet com acesso à internet.

Consulta às Bases de Dados Interna: Sistema Pergamum

5.6.4 Acervo específico do curso

A Univille mantém assinatura de uma biblioteca virtual junto ao consórcio MinhaBiblioteca®. A plataforma conta com mais de 8.000 títulos, dando acesso a conteúdo multidisciplinar, técnico e científico de qualidade pela internet. Através da plataforma MinhaBiblioteca®, estudantes tem acesso rápido e fácil entre as principais publicações de títulos acadêmicos das diversas áreas do conhecimento. O acesso pode ser feito na Univille ou fora da instituição, utilizando computador, celular ou tablet.

Os estudantes do curso de História têm acesso às bibliografias básicas e complementares das disciplinas do curso, assim como aos principais periódicos da área, através do acervo físico da Biblioteca Universitária, da Biblioteca Virtual “Minha Biblioteca” e das plataformas de periódicos oferecidas pela instituição, que podem ser acessadas através do AVA. O acesso à Biblioteca Virtual e às plataformas de periódicos pode ser feito à distância, através dos computadores portáteis dos estudantes, como também por meios dos laboratórios de informática existentes no campus e nos terminais de computadores disponíveis na Biblioteca Universitária. Também é importante destacar que, a partir do ano de 2017, foi iniciada a implantação da nova matriz curricular do curso de História, de acordo com as novas diretrizes nacionais para os cursos de formação inicial e continuada para professores. Durante o processo de reorganização da matriz curricular, também ocorreu a atualização das bibliografias básica e complementares das disciplinas do curso, cujos exemplares físicos foram adquiridos pela Biblioteca Universitária, nas quantidades estabelecidas pela Lei, e disponibilizadas para os alunos do curso.

5.7 Laboratórios

Na Univille, quando da criação de um novo curso, é nomeada uma Comissão que faz uma análise de todas as exigências legais e pedagógicas para o funcionamento deste curso. Para esse estudo são considerados os seguintes documentos: Diretrizes

Curriculares Nacionais do Curso; recomendações dos Conselhos Profissionais, quando há; Plano de Desenvolvimento Institucional; Instrumentos de Avaliação de cursos do MEC/Inep e outras normativas que podem se aplicar ao caso. Esta comissão estrutura um plano de investimento, no qual são colocadas todas as necessidades de construção de espaços, modificação de espaços, aquisição de equipamentos, entre outros dados.

Diante disto, toda a estrutura de laboratórios do curso na Univille atende as exigências legais e pedagógicas e está de acordo o Projeto Pedagógico do Curso.

A infraestrutura de laboratórios de ensino é gerenciada pela Área de Laboratórios, exceto os de informática que conta com uma gerência específica. A Área faz o controle de equipamentos e de pessoal técnico a fim de garantir aos cursos de graduação o acesso a laboratórios funcionais e atualizados para o desenvolvimento de aulas práticas e seus desdobramentos.

O acesso aos laboratórios é realizado por meio de reservas encaminhadas pela coordenação de curso ou diretamente pelo professor.

Trabalha-se com dois tipos de reserva nos laboratórios de uso geral ou compartilhado a saber: reservas de carácter permanente e as esporádicas.

As reservas permanentes para uso dos laboratórios são solicitadas pela Coordenação do Curso no início de cada ano letivo pelo endereço eletrônico laboratorios@univille.br e valem para o ano corrente. Na ocasião deve ser informado além do nome do laboratório pretendido, qual a disciplina, o professor responsável, o horário das aulas e a periodicidade semanal. Esta solicitação precisará ser refeita a cada novo período letivo.

As reservas esporádicas são feitas ao longo de todo o período letivo e sempre que o andamento da disciplina o exigir. Para tanto, é utilizado um formulário padrão disponibilizado pela Área de Laboratórios. Esta categoria de reserva é usualmente feita pelos próprios professores das disciplinas, mas pode ser feita também pela Coordenação do Curso. Os formulários preenchidos devem então ser entregues diretamente na Coordenadoria dos Laboratórios ou enviados por e-mail no endereço eletrônico laboratorios@univille.br.

Importante frisar que mesmo já existindo a reserva permanente de determinado laboratório para uso de uma disciplina, o professor deverá fazer as solicitações de

preparo das aulas práticas utilizando o formulário específico, por meio do qual o uso é previsto, as aulas são confirmadas e as práticas são preparadas conforme as necessidades dos professores.

Uma vez feita a solicitação para uso, a prática é preparada por técnicos e estagiários das áreas específicas. No caso dos laboratórios de uso específico a coordenação gerencia sua utilização e conta com pessoal técnico treinado para atender à demanda de aulas práticas. Tal demanda de aulas é o que determina a aquisição, o emprego e o armazenamento dos insumos, que podem tanto ser comprado pela Área de Laboratórios quanto pela coordenação do curso.

Independentemente do laboratório em que trabalhe, o pessoal técnico tem formação profissional qualificada e recebe treinamentos funcionais específicos em biossegurança e segurança química.

A segurança dos usuários dos laboratórios é um dos itens mais importantes nas rotinas de atividades de aula. Exige-se que os alunos usem os equipamentos de proteção individual (EPIs) e as paramentações especiais, quando for o caso. Todos os laboratórios possuem placas indicativas dos riscos associados às práticas neles desenvolvidas, bem como os EPIs recomendados para permanecer no local.

Além das instruções que os usuários recebem dos professores e dos Assistentes e Técnicos, cada laboratório tem em local visível cartazes informativos reforçando as normas de segurança e a necessidade de emprego dos EPIs.

A política de gerenciamento e ampliação da infraestrutura de laboratórios consiste em ações planejadas e discutidas estrategicamente no âmbito das Pró-Reitorias e coordenação do curso, abrangendo o uso, a manutenção, a atualização e a aquisição de novos equipamentos, de forma a possibilitar o gerenciamento racional dos recursos físicos e humanos dos laboratórios, além do gerenciamento de resíduos laboratoriais, visando manter a qualidade dos serviços e a sua sustentabilidade.

Em todos os casos as prioridades são definidas avaliando-se as solicitações das coordenações, os projetos dos cursos, as recomendações das comissões avaliadoras, o PDI e o Plano de Investimentos da Universidade. Em relação aos equipamentos de laboratório a instituição mantém contratos de manutenção preventiva e corretiva com várias empresas terceirizadas, conforme a especificidade e natureza de

equipamentos. A frequência destas manutenções depende da natureza dos equipamentos, porém, na maioria ocorrem duas vezes ao ano. Além das preventivas, temos previstas horas contratuais para as manutenções corretivas.

A pedido da Comissão Própria de Avaliação, a Área de Laboratórios fez um levantamento atualizado de todos os Contratos que a Instituição mantém, o que encontra-se à disposição do setor competente.

No caso da infraestrutura física, as atualizações dependem principalmente das demandas encaminhadas pela Coordenação do Curso quando há a necessidade de novos espaços, de novos laboratórios ou atualização dos já existentes.

Dentro do ciclo de autoavaliação institucional há uma pesquisa periódica da infraestrutura de toda a Universidade, sendo que os resultados, por meio do Relatório de Autoavaliação Institucional, são entregues à Gestão para que os dados ali apontados sejam absorvidos pelo Planejamento Estratégico da Instituição que se responsabiliza por tornar aquela recomendação uma ação específica de determinada área ou transformar-se em um projeto dentro do planejamento.

Na sequência são listados os laboratórios.

5.7.1 Laboratórios de formação básica

As origens do Laboratório de Práticas Pedagógicas – LAPPE estão situadas entre os anos de 2003 e 2004, durante o surgimento do Núcleo Pedagógico Integrador – NPI. Ele está localizado no bloco A, sala 223. Até o ano de 2017, o LAPPE esteve desativado, sendo ocupado para atividades de nivelamento em Matemática. Com a reorganização das grades curriculares dos cursos de Licenciatura da Univille, o LAPPE foi reativado, sendo atualmente um laboratório em fase de construção. Especialmente, para a formação básica em Licenciatura, o LAPPE possui um acervo de livros didáticos de História nos níveis de ensino Fundamental e Médio, além de uma coleção de Trabalhos de Conclusão de Estágio que podem ser consultados pelos alunos do curso de História em seus projetos de ensino. O LAPPE também possui os seguintes equipamentos: aparelhos de ar condicionado, computação e projeção multimídia (“data-show”), além de mesas para estudos e reuniões entre alunos e professores, lousa e

diversos materiais didáticos para projetos de ensino na área de História. Com os novos projetos ligados ao PIBID e à Residência Pedagógica, ao curto prazo, pretende-se usar o LAPPE como um recurso para esses programas.

5.7.2 Laboratórios de formação específica

O Laboratório de Arqueologia e Patrimônio Arqueológico – LAPArq tem como objetivo ser um espaço para o ensino e pesquisa no campo do Patrimônio Arqueológico e Cultura Material. Há computadores, aparelho de projeção multimídia (“datashow”), balanças, microscópio digital portátil, lupas de mesa, máquina fotográfica, além de muitos materiais utilizados em escavações arqueológicas. Entre as atividades estão a conservação (curadoria) e o estudo de coleções arqueológicas, a montagem de coleções osteológicas de referência, os estudos, as reuniões, os seminários, as sessões de vídeos, entre outras. No LAPArq, são desenvolvidos os projetos de Iniciação Científica e Mestrado de alunos da Univille.

O Laboratório de História Oral da Univille – LHO Univille é um programa de extensão na Universidade. Criado em 1982 neste ano completou 36 anos de existência e seu objetivo na Universidade é através da pesquisa, ensino e extensão difundir a metodologia da História Oral em Joinville e Região. Possuímos em nosso laboratório um acervo com aproximadamente 655 entrevistas divididas em 48 coleções nos mais variados suportes como fitas cassetes, minicassetes, CDs, DVDs e outras já em suporte digital. O LHO também disponibiliza o empréstimo de materiais para realização de entrevistas como gravadores digitais, câmeras digitais profissionais, filmadoras e ainda a assessoria na orientação para a realização de entrevistas orais e além disso a consulta de todo esse acervo para os acadêmicos e a comunidade em geral. Além disso o LHO divide seu espaço físico junto ao Centro Memorial da Univille – CMU, que é responsável pela salvaguarda das memórias da instituição e guarda em seu acervo: prêmios, documentos oficiais, gravuras, jornais, exposições e fotografias. O CMU trabalha ainda com todo o processo de higienização desses materiais e o seu correto

armazenamento. Tais espaços são coordenados por dois professores vinculados ao curso de História e ao Mestrado em Patrimônio, Cultura e Sociedade e com os bolsistas vinculados ao programa de extensão e aos projetos de iniciação científica.

5.8 Comitê de Ética em Pesquisa e Comitê de Ética na Utilização de Animais

O Comitê de Ética em Pesquisa da Univille tem como finalidade básica defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos consensualmente aceitos e legalmente preconizados. O CEP é um colegiado inter e transdisciplinar, com "*múnus público*", de caráter consultivo, deliberativo e educativo, com o dever de cumprir e fazer cumprir os aspectos éticos das normas vigentes de pesquisa envolvendo seres humanos, de acordo com o disposto na legislação vigente, suas complementares e quaisquer outras regulamentações que venham a ser legalmente aprovadas

O CEP desenvolve suas atividades de maneira autônoma na Univille, em conformidade com regulamentação própria. Além do CEP da Univille, que foi um dos primeiros a receber deferimento de instauração, há mais outros cinco comitês na cidade. O CEP auxilia sempre que possível ou necessário, instituições parceiras que enviam projetos para apreciação mensalmente.

O CEP Univille está homologado desde 11/2003 na CONEP. Os projetos de pesquisa são recebidos para análise por meio da Plataforma Brasil e por meio desta, os pesquisadores de todo território nacional podem salvar projetos de pesquisa e documentos para análise. Se o pesquisador é da Univille, naturalmente o projeto pode ser analisado pela Univille. Caso contrário, a CONEP pode indicar outro CEP para analisar os documentos. Os projetos são recebidos mensalmente, em conformidade com o cronograma anual previamente estabelecido. Na sequência, estes são distribuídos aos membros do CEP para análise e emissão de parecer que será apreciado em reunião mensal do Comitê.

O parecer final é registrado na Plataforma Brasil, meio pelo qual o pesquisador toma conhecimento.

Atualmente há 16 membros de várias áreas do conhecimento no CEP Univille.

Em 2017 foram analisados 380 projetos de pesquisa. O Comitê de Ética em Pesquisa no Uso de Animais – CEUA, tem por finalidade cumprir e fazer cumprir, no âmbito da Univille e nos limites de suas atribuições, o disposto na legislação aplicável à utilização de animais para o ensino e a pesquisa, caracterizando-se a sua atuação como educativa, consultiva, de assessoria e fiscalização nas questões relativas à matéria de que trata o Regimento.

O CEUA é o componente essencial para aprovação, controle e vigilância das atividades de criação, ensino e pesquisa científica com animais, bem como para garantir o cumprimento das normas de controle da experimentação animal editadas pelo CONCEA (O Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal) as resoluções dos Conselhos Superiores da Univille, bem como quaisquer outras regulamentações que venham a ser legalmente aprovadas.

O CEUA da Univille está homologado pelo CONCEA e pode prestar atendimento a instituições parceiras.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SÃO BENTO DO SUL (ACISBS); UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE (UNIVILLE). **Perfil socioeconômico – São Bento do Sul – 2012**. São Bento do Sul, 2012.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP n.º 003 de 10 março de 2004**. Brasília, 2004. Disponível em: <portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>.

_____. Ministério da Educação. **Resolução n.º 1 de 30 de maio de 2012**: estabelece diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos. Brasília, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17810&Itemid=866>.

_____. Presidência da República. **Lei n.º 9.795 de 27 de abril de 1999**: dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **Subsídios para as políticas públicas de emprego, trabalho e renda – Joinville / SC**. São Paulo, jan. 2012.

FALCÃO, Jorge Tarcísio da Rocha. Os saberes oriundos da escola e aqueles oriundos da cultura extraescolar: hierarquia ou complementaridade? **Saber e Educar**, Porto, n. 13, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HOPER EDUCAÇÃO. **Metodologias ativas:** o que é aprendizagem baseada em projeto. Disponível em: <<http://www.hoper.com.br/#!/METODOLOGIAS-ATIVAS-O-QUE-%C3%89-APRENDIZAGEM-BASEADA-EM-PROJETO/cupd/558814630cf27a6b74588308>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n.º 07/09:** define missão, princípios, objetivos, serviços oferecidos, público-alvo e composição do Centro de Inovação Pedagógica da Universidade da Região de Joinville. Joinville, 23 abr. 2009. Disponível em: <http://novo.univille.edu.br/site/assessoria_conselhos/ensinopesquisaeextensao/resolucoes/68226>.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n.º 07/11:** define missão, princípios, objetivos, serviços oferecidos, público-alvo e composição do Programa de Acompanhamento Psicopedagógico da Univille. Joinville, 27 out. 2011. Disponível em: <http://novo.univille.edu.br/site/assessoria_conselhos/ensinopesquisaeextensao/resolucoes/68226>.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n.º 10/10:** define os objetivos e atribuições da Assessoria Internacional da Univille. Joinville, 21 out. 2010. Disponível em:

<http://novo.univille.edu.br/site/assessoria_conselhos/ensinopesquisaeeextensao/resolucoes/68226>.

ANEXOS

Anexo I

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UNIVILLE

Artigo 1.º O presente documento tem por finalidade regulamentar as atividades acadêmico-científico-culturais que compõem o currículo pleno dos cursos de licenciatura da Univille.

Artigo 2.º As atividades acadêmicas, científicas e culturais previstas na Resolução n.º 02/2002 do Conselho Nacional de Educação (CNE) compreendem ações que são desenvolvidas fora do âmbito das disciplinas curriculares.

Artigo 3.º O acadêmico deve cumprir o número de horas constante do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), conforme legislação vigente nas diretrizes nacionais.

Artigo 4.º As atividades acadêmico-científico-culturais constituem espaço importante no que se refere à articulação entre o ensino de graduação, a pesquisa e a extensão universitária, possibilitando a formação humanística e profissional desencadeadora da cidadania, da integração social, da inovação e da responsabilidade ambiental como alicerce de uma sociedade sustentável.

Artigo 5.º Para os cursos de ciências humanas e biológicas, as atividades acadêmico-científico-culturais estão divididas em três categorias:

- I) Atividades complementares de ensino;
- II) Atividades complementares de pesquisa;
- III) Atividades complementares de extensão.

Artigo 6.º As atividades que podem ser cumpridas pelos acadêmicos em cada categoria e o número máximo de horas convalidáveis para cada uma das atividades elencadas estão dispostos no quadro a seguir:

Atividades acadêmico-científico-culturais divididas em categorias, com sua respectiva carga horária máxima

Atividades Complementares de Ensino	CH (100h)	CH (200h)
Assistência, comprovada, de defesas de dissertações de mestrado	2	2
Assistência, comprovada, de defesas de TCC / TCE	2	2
Assistência, comprovada, de defesas de teses de doutorado	2	2
Estágio não obrigatório na área	15	30
Monitoria acadêmica	15	30
Monitoria em atividades culturais	10	20
Programas de incentivo à docência	20	40
Viagem de estudos e visitas técnicas	3	6
Atividades Complementares de Pesquisa	CH (100h)	CH (200h)
Atividade Voluntária em Projeto de Pesquisa	15	30
Bolsista em Projeto de Pesquisa de Professor	15	30
Participação em projetos de Iniciação à Pesquisa	15	30
Publicação de artigos em revistas	10	20
Publicação de capítulo de livro	10	20
Publicação de livro na área de formação	18	36
Publicação de trabalhos em anais de eventos científicos	5	10
Atividades Complementares de Extensão	CH (100h)	CH (200h)
Assistência de palestras isoladas	2	2
Atividade Profissional na área fim	10	20
Atividade Voluntária em Projeto de Extensão	10	20
Bolsa de Trabalho	5	10
Bolsa de Trabalho (área afim)	10	15
Bolsista Art 170 Extensão	10	20
Cursos EAD na área de formação	10	20
Cursos de Idiomas cujas disciplinas não constarem na matriz curricular	15	30
Cursos de Informática	10	20
Cursos ministrados na área de formação	15	15
Cursos presenciais na área de formação	15	30
Disciplinas extracurriculares de graduação	15	30
Participação em eventos científicos	10	10
Exposição de trabalhos e materiais didáticos relacionados à área de formação	10	10
Participação em programas e projetos de Extensão	30	60
Participação na organização Eventos na Área	10	20
Palestras ministradas	5	5
Participação em Atividades Culturais	10	10
Participação em Exposições como artista	10	15
Participação em programas de mobilidade internacional com comprovação de aproveitamento de estudos	40	80
Participação em programas de mobilidade nacional com comprovação de aproveitamento de estudos	30	60
Representação em competições	15	30
Representação esportiva institucional	10	20
Representação estudantil	10	10
Semanas Acadêmicas de Cursos da Instituição	10	20

Fonte: Primária

Artigo 7.º Para que haja equilíbrio em relação às experiências e vivências dos acadêmicos, por meio das atividades acadêmico-científico-culturais ficam estabelecidos os seguintes percentuais:

I) Cursos com exigência de 100 horas de atividades acadêmico-científico-culturais:

- Atividades complementares de ensino: 10% da carga horária total (20 horas);
- Atividades complementares de pesquisa: 8% da carga horária total (17 horas);
- Atividades complementares de extensão: 82% da carga horária total (63 horas).

II) Cursos com exigência de 200 horas de atividades acadêmico-científico-culturais:

- Atividades complementares de ensino: 20% da carga horária total (40 horas);
- Atividades complementares de pesquisa: 17% da carga horária total (35 horas);
- Atividades complementares de extensão: 63% da carga horária total (125 horas).

§ 1.º As atividades acadêmico-científico-culturais devem, de preferência, ser realizadas ao longo do curso.

§ 2.º As horas de atividades acadêmico-científico-culturais cumpridas devem ser comprovadas por meio de documentos como: declarações, certificados, atestados, entre outros. As cópias desses documentos devem ser protocoladas nas secretarias dos cursos para convalidação e registro.

§ 3.º A convalidação dessas horas deve ser feita pela chefia e/ou coordenação de cada curso ou por professor indicado pela referida chefia e/ou coordenação.

§ 4.º O registro dessas horas é feito pela secretaria dos cursos e encaminhado à Central de Atendimento Acadêmico para constar no histórico escolar de cada acadêmico.

Artigo 8.º Os casos omissos serão resolvidos pela coordenação do curso.

ANEXO II

REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UNIVILLE

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1.º O presente regulamento apresenta a concepção de estágio e normatiza as atividades do Estágio Curricular Supervisionado (ECS) dos cursos de licenciatura da Univille.

Parágrafo único: Este documento foi elaborado de acordo com a legislação nacional vigente e as regulamentações da Instituição e deve ser seguido por todos os estagiários de licenciatura para a conclusão de curso.

Artigo 2.º Nos termos do artigo 1.º da Lei n.º 11.788/2008, o estágio é ato educativo escolar supervisionado desenvolvido no ambiente do trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação.

§ 1.º: O ECS das licenciaturas da Univille é um espaço de construção, apropriação e transformação de conhecimentos na área de formação específica.

§ 2.º: O ECS das licenciaturas da Univille será desenvolvido com pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da Univille, atendendo em tudo ao disposto na Lei n.º 11.788/2008.

Artigo 3.º O ECS das licenciaturas da Univille tem por objetivos:

I. articular teoria e prática, estabelecendo sentido e significado na relação pessoal e profissional para a área de atuação;

II. otimizar esforços, equacionar as dificuldades e propiciar um estágio integrado entre os cursos de licenciatura da Univille e as escolas de ensino básico, campo de estágio, para oportunizar a articulação entre o momento do saber e do fazer na formação;

III. possibilitar ao estagiário a vivência de vários modos de ser professor e vida escolar, desde atividades de elaboração da proposta pedagógica da escola até a elaboração e o cumprimento de planos de trabalho, seguidos de atividades de elaboração de estratégias de recuperação de alunos, de planejamentos, das avaliações e de colaboração e articulação entre a escola, as famílias e a comunidade.

Artigo 4.º O ECS contribui de forma significativa para desenvolver o perfil profissiográfico do egresso conforme projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura da Univille, que preveem capacitação para:

I. identificar-se como profissional da educação;

II. desempenhar a função de educador, fundamentado em uma sólida formação humanística em que a ética, a cidadania e o compromisso com a diversidade, o meio ambiente e com o ensino e aprendizagem sejam os parâmetros do seu trabalho;

III. interferir no contexto social, mediante a proposição e implementação de alternativas teórico-práticas no seu campo de atuação e, ao mesmo tempo, por meio do envolvimento da realidade que o cerca;

IV. utilizar de maneira ética e humanística os conhecimentos científicos e recursos proporcionados pelos avanços tecnológicos;

V. planejar, executar e avaliar atividades de ensino, pesquisa e extensão;

VI. apresentar senso crítico à realidade sociocultural.

Artigo 5.º A carga horária mínima do ECS nas licenciaturas é de 400 horas (480 horas-aula), conforme se evidencia nos Projetos Pedagógicos dos respectivos cursos, atendendo ao disposto na Resolução CNE/CP n.º 02, de 19 de fevereiro de 2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professor de educação básica em nível superior.

DA SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO DO ESTÁGIO

Artigo 6.º A supervisão geral do ECS na Univille compete à Pró-Reitoria de Ensino e à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, conforme disposto na resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade, que aprova as diretrizes para a regulamentação dos ECSs.

Artigo 7.º A coordenação do ECS é responsabilidade dos coordenadores de cada curso.

Artigo 8.º Compete ao coordenador do curso:

- I. instituir a Comissão Orientadora de ECS para o período letivo vigente;
- II. coordenar e acompanhar as atividades da Comissão Orientadora de ECS;
- III. participar de reuniões para planejamento e acompanhamento das atividades de ECS;
- IV. encaminhar à Pró-Reitoria de Ensino as eventuais propostas de alteração do regulamento de ECS, desde que aprovadas pelos colegiados dos respectivos cursos;
- V. supervisionar o cumprimento da legislação em vigor;
- VI. emitir Cartas de Apresentação para os estagiários aptos ao início das atividades nos campos de estágio;

VII. receber dos acadêmicos aprovados cópia impressa do Trabalho de Conclusão de Estágio (TCE), versão parcial, e cópia impressa e eletrônica da versão final do TCE;

VIII. responsabilizar-se pelo arquivamento dos TCEs pelo período regulamentado em lei;

IX. encaminhar o resultado final da avaliação do ECS à Secretaria de Assuntos Acadêmicos;

X. prever em orçamento o pagamento de horas de trabalho docente destinadas às atividades de ECS.

DA COMISSÃO ORIENTADORA DE ESTÁGIO

Artigo 9.º A Comissão Orientadora de Estágio, para acompanhamento do ECS dos cursos de licenciatura da Univille, será formada por professores da Instituição diretamente vinculados aos estágios.

Parágrafo único: Para ser professor orientador de estágio é necessário familiaridade com o contexto escolar e conhecimento dele.

Artigo 10 Compete à Comissão Orientadora de Estágio:

- I.** cumprir e fazer cumprir o presente regulamento;
- II.** elaborar o cronograma de atividades de estágio para o ano letivo vigente;
- III.** estabelecer a data-limite para que o estagiário entre com pedido de convalidação para dispensa de horas de estágio;
- IV.** analisar e dar parecer sobre os casos de convalidação e dispensa de horas de estágio e encaminhar o documento aos coordenadores do curso;

V. analisar, discutir e buscar soluções para os problemas de execução das atividades de ECS;

VI. estabelecer, atendendo aos critérios determinados na resolução que institui as diretrizes para a regulamentação dos estágios, as escolas que passarão a ser denominadas campos de estágio;

VII. mediar propostas de projetos de acordo com as necessidades dos campos de estágio;

VIII. avaliar o processo de desenvolvimento do estágio para replanejamento;

IX. determinar os membros examinadores dos seminários de apresentação dos TCEs;

X. resolver casos omissos a este regulamento;

XI. propor, quando necessário, propostas para alteração do presente regulamento.

Artigo 11 Compete ao professor orientador de estágio:

I. fornecer aos estagiários roteiros norteadores para o desenvolvimento de cada etapa do estágio;

II. elaborar com os estagiários o Planejamento Anual do Estágio, fixando o cronograma para sua execução, de acordo com o edital;

III. orientar o planejamento e a execução de cada etapa do estágio;

IV. promover a articulação entre os estagiários e o campo de estágio;

V. estimular os estagiários à participação em projetos de interesse educacional, cultural, social e ambiental;

VI. supervisionar o desempenho dos estagiários no campo de estágio;

VII. acompanhar e avaliar a execução do estágio;

VIII. verificar a frequência dos estagiários;

- IX.** avaliar o desempenho dos estagiários;
- X.** elaborar os registros descritivos quanto ao desempenho do acadêmico no ECS, mantendo-os arquivados na coordenação do curso;
- XI.** orientar a elaboração dos relatórios parcial e final do TCE e sua apresentação em seminário.

DO CAMPO DO ESTÁGIO

Artigo 12 Compete ao campo de estágio:

- I.** firmar convênio com a Univille e o Termo de Compromisso com o estagiário e a Univille;
- II.** dar oportunidade ao estagiário para o desenvolvimento de seu projeto de estágio, contribuindo na qualidade de sua formação pessoal e profissional;
- III.** ter ciência das atividades de ECS a serem desenvolvidas pelo estagiário;
- IV.** apresentar ao estagiário a estrutura organizacional do local de estágio e o Plano Político-Pedagógico (PPP) da escola;
- V.** fornecer informações sobre normas internas, funcionamento e calendário;
- VI.** indicar professor habilitado, ou seja, devidamente licenciado, que possa acompanhar o estagiário nas atividades em sala de aula;
- VII.** avaliar a atuação do estagiário por meio de formulários pré-estabelecidos.

Artigo 13 O acompanhamento do estagiário no campo de estágio será realizado por um professor habilitado, designado para tal pelo responsável da escola como professor supervisor de estágio.

Artigo 14 Compete ao professor supervisor de estágio:

- I. estar ciente da sistemática do ECS;
- II. conhecer e aprovar os projetos das atividades a serem desenvolvidas pelos acadêmicos;
- III. supervisionar a atuação do estagiário, orientando-o no desenvolvimento do ECS;
- IV. discutir estratégias de aperfeiçoamento do ECS;
- V. controlar a frequência do estagiário;
- VI. avaliar e registrar a atuação do estagiário de acordo com os formulários pré-estabelecidos;
- VII. informar ao professor orientador de ECS e/ou contato na instituição de ensino superior (IES), preferencialmente por escrito, ou por telefone, sobre problemas decorrentes do não cumprimento das atribuições do estagiário, bem como de sua ausência.

DA DISPENSA DO CUMPRIMENTO DAS HORAS DE ESTÁGIO

Artigo 15 O estagiário poderá dispensar no máximo 200 horas, segundo o disposto na Resolução CNE/CP n.º 02, de 19 de fevereiro de 2002, desde que comprove que ministrou aulas na disciplina durante dois anos letivos completos, considerando-se os últimos cinco anos.

Parágrafo único: A regência não poderá ser integralmente dispensada.

Artigo 16 Para solicitar a dispensa, o estagiário deverá dirigir-se à Secretaria Acadêmica, preencher requerimento e apresentar os seguintes documentos:

- I. cópia do contrato com a escola ou equivalente;

II. parecer do campo de estágio sobre a atuação do docente.

Parágrafo único: O prazo para solicitação da dispensa deverá ser rigorosamente respeitado, conforme Calendário Acadêmico da Univille.

DO DESENVOLVIMENTO DO ECS

Artigo 17 O acadêmico deverá realizar as seguintes etapas de estágio:

- I. Observação do campo de estágio;
- II. Observação da prática docente;
- III. Participação;
- IV. Regência.

Artigo 18 O estagiário deverá obter, no mínimo, nota 7,0 em cada uma das etapas constantes do artigo 17, para dar prosseguimento ao ECS.

Artigo 19 A observação do campo de estágio caracteriza-se pelo contato formal com a entidade *campo de estágio*, por meio da identificação das suas instalações, forma de organização administrativa e pedagógica, bem como de suas estruturas de ensino e da comunidade de entorno.

Artigo 20 A observação da prática docente caracteriza-se pelo acompanhamento direto de professores do campo de estágio com o objetivo de buscar subsídios à construção de sua proposta de ensino por meio da análise dos elementos observados e das necessidades do contexto escolar.

Artigo 21 A participação consiste em experienciar as mais diversificadas ações educativas possíveis, em atividades curriculares e extracurriculares, como: projetos já existentes na escola ou propostos pelo estagiário; colaboração em atividades de avaliação e de elaboração de material didático-pedagógico; participação em conselhos de classe e/ou reuniões pedagógicas e em projetos de extensão (seminários, minicursos e oficinas para professores, alunos e comunidade escolar ou, ainda, grupos de educação não formal desde que sobre temas específicos de cada curso); monitorias; colaboração em atividades e comemorações escolares.

Artigo 22 A regência oportuniza a articulação entre o saber e o fazer, além de caracterizar-se pelas aulas ministradas de fato pelo estagiário, previamente elaboradas e aprovadas, com supervisão do professor orientador de estágio e do professor supervisor do campo de estágio devidamente habilitado na área de conhecimento do estagiário.

§ 1.º A regência deverá contemplar a elaboração e o desenvolvimento de um projeto de ensino.

§ 2.º O estagiário somente poderá dar início ao desenvolvimento do projeto de ensino após a aprovação dada pelo professor orientador de estágio.

Artigo 23 O desenvolvimento do ECS deve respeitar o edital do plano de atividades.

Parágrafo único: O ECS deverá ser realizado na cidade de Joinville; em casos excepcionais, em municípios vizinhos.

Artigo 24 O ECS efetuado pelo acadêmico, nos termos tratado neste regulamento, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza.

Artigo 25 É vedada ao acadêmico a realização concomitante das etapas de participação e regência do ECS, exceto se a Comissão de Estágio o permitir.

DAS ATRIBUIÇÕES DO ESTAGIÁRIO

Artigo 26 São atribuições do estagiário para a realização das atividades do ECS:

- I.** realizar as atividades de estágio conforme as disposições do presente regulamento;
- II.** frequentar as aulas de orientação e cumprir o cronograma previsto e publicado em edital para as atividades do ECS dos cursos de formação de professores (licenciaturas);
- III.** conhecer a política de estágio do curso e de sua sistemática;
- IV.** solicitar na sua coordenação de curso a Carta de Apresentação do estagiário;
- V.** dirigir-se ao Escritório de Empregabilidade da Univille para formalizar o Termo de Compromisso de ECS;
- VI.** respeitar as normas, os horários, os procedimentos e as peculiaridades do(s) campo(s) de estágio(s);
- VII.** observar o campo de estágio e participar das atividades nele desenvolvidas;
- VIII.** manter a ética sobre assuntos referentes ao ECS;
- IX.** recorrer ao professor orientador de ECS sempre que surgirem dificuldades ou dúvidas não resolvidas no local de ECS;
- X.** apresentar ao professor orientador do ECS e ao professor supervisor de estágio os projetos de todas as atividades que serão realizadas no campo para análise, aprovação e autorização para sua execução;

- XI.** apresentar ao professor orientador de estágio os formulários de frequência e avaliação, devidamente preenchidos e assinados, anexando-os aos TCEs;
- XII.** comunicar suas faltas ao professor supervisor de estágio do campo de estágio e ao professor orientador antecipadamente e apresentar justificativa por escrito ao professor orientador até dois dias úteis após sua ocorrência;
- XIII.** elaborar TCE conforme metodologia adotada na Univille e apresentá-lo ao professor orientador de ECS para sua aprovação, no prazo previsto;
- XIV.** apresentar na coordenação do curso duas cópias do TCE aprovado pelo orientador;
- XV.** apresentar seu TCE em seminário público;
- XVI.** entregar na coordenação do curso uma cópia impressa do TCE parcial e uma cópia impressa e eletrônica do TCE final;
- XVII.** submeter-se à avaliação do desempenho em todas as etapas de seu estágio.

DA AVALIAÇÃO, FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO NO ECS

Artigo 27 Durante o desenvolvimento de todo o ECS, o estagiário deverá ser capaz de:

- I.** atuar profissionalmente com base na graduação específica na área;
- II.** conhecer as políticas públicas e saber onde, quando e como se aplicam no ambiente escolar;
- III.** apropriar-se de conhecimentos técnico-didáticos para planejar o processo de aprendizagem dos alunos;
- IV.** saber os conteúdos a serem ensinados estabelecendo a relação com os objetivos da aprendizagem;

- V. ter habilidade para organizar atividades de pesquisa e extensão em projetos que envolvam alunos;
- VI. ser referência como pesquisador e leitor;
- VII. assumir a responsabilidade na organização da turma, na disciplina, na mediação de conflitos na classe, ou no ambiente escolar;
- VIII. ter habilidade para trabalhar em equipe;
- IX. ser autônomo para planejar boas situações de aprendizagem e inovar;
- X. ser comprometido com a sua própria formação continuada e seu desenvolvimento profissional;
- XI. ser líder, responsável, solidário, ético e justo perante os dilemas da profissão;
- XII. estar predisposto às novas aprendizagens;
- XIII. ter habilidade para trabalhar com a diversidade da sala de aula e com alunos que apresentam muita dificuldade;
- XIV. ser responsável, assíduo e pontual;
- XV. apresentar expectativas positivas sobre a aprendizagem dos alunos;
- XVI. conhecer a matéria que vai ensinar;
- XVII. conhecer as orientações metodológicas empregadas na construção do conhecimento;
- XVIII. conhecer as interações da sua disciplina com o desenvolvimento tecnológico e social da humanidade;
- XIX. saber selecionar conteúdos adequados que deem uma visão correta da disciplina a ser ensinada.

Parágrafo único: O desenvolvimento dessas competências será analisado pelos professores orientadores de estágio nas avaliações de todas as etapas do estágio.

Artigo 28 Para efeitos de avaliação do estágio, será considerado plágio o ato de apresentar o TCE contendo partes, seja qual for o número de frases, de uma obra que pertença a outra pessoa sem referenciá-la.

Parágrafo único: O estagiário que incidir nessa prática terá o seu TCE reprovado.

Artigo 29 A avaliação das atividades desenvolvidas pelo estagiário será realizada pelo professor orientador de ECS, de forma sistemática e contínua, considerando também o parecer avaliativo do professor supervisor de estágio.

Artigo 30 A avaliação do ECS será feita considerando-se os seguintes itens:

- I. desempenho do estudante;
- II. TCE;
- III. apresentação do TCE em seminário público.

Artigo 31 O desempenho das atividades de ECS corresponde ao desenvolvimento de todas as atividades de estágio previstas em cada etapa do estágio.

Artigo 32 O TCE corresponde ao documento que descreve e analisa as atividades desenvolvidas pelo estagiário, bem como fundamenta as questões teóricas abordadas e vivenciadas.

Parágrafo único: O gênero e o formato do TCE serão definidos pelos cursos segundo suas especificidades.

Artigo 33 O seminário de apresentação do TCE corresponde à socialização da experiência do estágio. Nele o estagiário poderá ser questionado pelos professores avaliadores e pelos presentes no evento, que deverá ser aberto ao público e ocorrerá em consonância com o Calendário Acadêmico.

Artigo 34 Para a avaliação do desempenho do estagiário, serão considerados:

- I. comprometimento em relação às tarefas propostas no plano de atividades;
- II. avaliações escritas;
- III. projeto de atividades (participação e regência);
- IV. intervenção (participação e regência).

Artigo 35 O comprometimento refere-se à conduta responsável em relação às tarefas propostas e implica:

- I. cumprimento de todos os prazos;
- II. observação quanto às correções feitas nos textos escritos;
- III. comunicação ao professor orientador de qualquer tipo de dificuldade ou alteração no horário das aulas ou da escola;
- IV. busca pelas devidas orientações;
- V. apresentação prévia dos planos de aulas;
- VI. envolvimento durante o processo de ECS para o desenvolvimento das competências apresentadas no artigo 27;
- VII. ética profissional demonstrada no espaço escolar com os educandos, com os professores e com o corpo técnico-administrativo.

Parágrafo único: O comprometimento do estagiário no campo de estágio será avaliado pelo supervisor de ECS em formulário próprio.

Artigo 36 As avaliações escritas correspondem aos textos a serem entregues nos prazos estabelecidos pela coordenação do curso, publicados em edital:

- I. texto sobre observação do campo de estágio;
- II. texto sobre observação de aulas;
- III. texto sobre a intervenção na fase de participação;

IV. texto sobre a intervenção na fase de regência.

Artigo 37 O projeto de atividades corresponde à proposta de intervenção do estagiário na etapa de participação e proposta de intervenção na etapa de regência, segundo roteiro próprio e as formas de apresentação de trabalhos acadêmicos da Univille, respeitando o cronograma do ECS.

Artigo 38 A intervenção corresponde à aplicação do projeto de atividades, na fase de participação e na de regência, cujos procedimentos didáticos devem ser previamente aprovados pelo professor orientador de ECS.

Parágrafo único: A intervenção é desenvolvida no campo de estágio e registrada em formulário específico.

Artigo 39 Para a nota final do TCE serão considerados:

- I. adequação do TCE às Normas de Apresentação dos Trabalhos Acadêmicos da Univille;
- II. cumprimento dos prazos estabelecidos;
- III. adequação linguística;
- IV. reflexão sobre a intervenção;
- V. conclusões apresentadas que contribuirão para a docência;
- VI. coerência entre teoria e prática apresentadas;
- VII. organização dos documentos anexos, de acordo com a lista apresentada aos estagiários pelo professor orientador de ECS. Tais documentos deverão estar devidamente preenchidos, assinados pelos responsáveis e carimbados quando se fizer necessário.

Artigo 40 Na apresentação em seminário, organizado pela comissão orientadora de estágio, o estagiário será avaliado levando-se em conta:

- I. objetividade;
- II. recursos didáticos;
- III. organização e clareza na explanação das ideias;
- IV. relevância dos itens apresentados;
- V. pertinência das respostas às arguições;
- VI. cumprimento do horário definido para a apresentação.

Artigo 41 O estagiário só poderá apresentar-se no seminário se tiver obtido no mínimo nota 7,0 no TCE. Caso contrário, será considerado reprovado no ECS.

Artigo 42 A média final do ECS será dada pela média aritmética obtida em cada um dos itens descritos no artigo 30.

Artigo 43 São condições para obtenção da aprovação no ECS:

- I. cumprimento efetivo das horas de estágio;
- II. obtenção de, no mínimo, nota média 7,0, numa escala de zero a 10.

§ 1.º Será considerado cumprimento efetivo das horas de estágio a frequência de 100% em todas as atividades de estágio.

§ 2.º A média final 7,0 será feita nos termos do artigo 42.

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 44 Alunos transferidos de outras instituições para a Univille deverão submeter-se a este regulamento.

Artigo 45 O acadêmico é o responsável, único e exclusivo, por qualquer contravenção legal ou administrativa que cometer na instituição de ensino ou local de estágio, ficando sujeito às penalidades previstas no Regimento Geral da Univille e responsabilizando-se por ações civis e criminais.

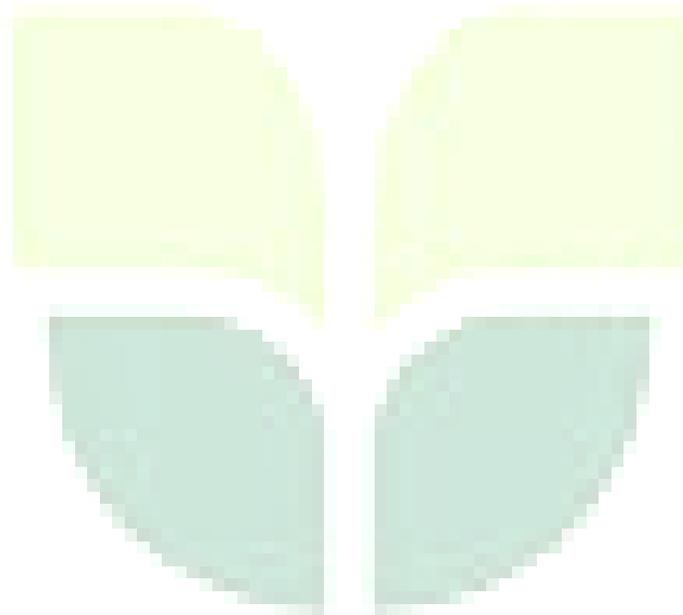
Artigo 46 Por o estágio ser considerado um componente curricular em que o estagiário conclui a sua formação integrando-se em situações reais ligadas à profissão para a qual está sendo habilitado, no estágio não serão publicadas as notas bimestrais, apenas a nota final, nem caberão recursos e/ou exame final.

Artigo 47 Os alunos não aprovados deverão cursar integralmente o ECS da série/do semestre/do módulo correspondente à reprovação.

Artigo 48 Quando necessário, para esclarecer as especificidades de cada curso de licenciatura não contempladas neste regulamento, será feito um informativo complementar aprovado pelo respectivo Colegiado. Esse documento será divulgado no início do período letivo por meio de um edital.

Artigo 49 Os casos omissos serão resolvidos pela comissão orientadora de estágio, no âmbito de sua competência.

Este regulamento foi aprovado em reunião do Cepe, no dia 17 de fevereiro de 2011.



univille